

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

CAIO VARGAS JATENE

**Dispositivos de memória e informação: lugares de memória política das ditaduras  
civis-militares no Cone-Sul (1990-2019)**

São Paulo  
2021

CAIO VARGAS JATENE

**Dispositivos de memória e informação: lugares de memória política das ditaduras civis-  
militares no Cone-Sul (1990-2019)**

**Versão Corrigida**  
**(versão original disponível na Biblioteca da ECA/USP)**

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da  
Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em  
Ciência da Informação.

Área de Concentração: Cultura e Informação

Orientadora: Profa. Dra. Nair Yumiko Kobashi

São Paulo  
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo  
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

---

Jatene, Caio Vargas

Dispositivos de memória e informação: lugares de memória política das ditaduras civis-militares no Cone-Sul (1990-2019) / Caio Vargas Jatene; orientadora, Nair Yumiko Kobashi. - São Paulo, 2021.  
222 p.: il.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação / Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia  
Versão corrigida

1. Lugares de memória. 2. Ditaduras civis-militares. 3. Dispositivos de memória e informação. 4. Organização da informação e do conhecimento. I. Kobashi, Nair Yumiko. II. Título.

CDD 21.ed. - 020

---

JATENE, Caio Vargas. **Dispositivos de memória e informação: lugares de memória política das ditaduras civis-militares no Cone-Sul (1990-2019)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_  
Instituição \_\_\_\_\_  
Julgamento \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_  
Instituição \_\_\_\_\_  
Julgamento \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_  
Instituição \_\_\_\_\_  
Julgamento \_\_\_\_\_

*Para Maria de Paula Vargas (in  
memoriam), José Benedito “Zico”  
Vargas, Terezinha do Menino Jesus  
de Souza Jatene e Sebastião Nagib  
“Babá” Jatene (in memoriam).*

## **AGRADECIMENTOS**

À Profa. Dra. Nair Yumiko Kobashi pela paciente orientação e pelos ensinamentos não só acadêmicos, mas também de vida.

À Mariana Ramos Crivelente por tudo.

Às professoras Marilda Lopez Ginez de Lara e Georgete Medleg Rodrigues, que compuseram a banca de qualificação e muito contribuíram para realização deste trabalho.

Aos professores Asa Fujino e Marcelo dos Santos pelas sempre pertinentes considerações.

Aos colegas da pós-graduação pela troca de ideias.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de estudos.

Os eventuais erros e impropriedades do presente trabalho são de minha inteira responsabilidade.

*Em suma, a memória poderá esclarecer a origem de muitos dos nossos fantasmas, mas não os dissipará. Somente nós podemos confrontar-nos com eles. Em outras palavras: a história nos ajuda a entender certos aspectos do nosso caráter, desde que sejamos capazes de isolá-los e denunciá-los previamente. Só nós podemos responder às perguntas da realidade e do nosso próprio ser. (PAZ, 2015, p. 71)*

## RESUMO

Análise do panorama da construção crítica da memória das ditaduras civis-militares no Cone-Sul e sistematização dos dados referentes aos lugares de memória através de sua identificação, descrição e classificação enquanto dispositivos de memória e informação, em perspectiva aderente ao campo da Ciência da Informação. O estudo se insere no paradigma social da Ciência da Informação e aborda os lugares de memória em perspectiva neodocumentalista, por meio de estudo de casos múltiplos. Para isso, foram realizados os seguintes passos: a) sistematização da literatura teórica sobre memória e lugares de memória; b) contextualização da criação de lugares de memória entre 1990 e 2019, com base na historiografia acerca das ditaduras civis-militares latino-americanas; c) catalogação e classificação segundo uma estrutura padronizada. O referencial teórico é constituído do estudo dos conceitos: a) Ditaduras Civis-Militares latino-americanas; b) Justiça de Transição; c) Memória. A parte empírica da pesquisa foi realizada por meio de Estudo de casos múltiplos, composto de seis países do Cone-Sul: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, tendo sido coletado um corpus composto por 82 lugares de memória. O estudo permitiu contextualizar e caracterizar esses dispositivos por meio de indicadores qualitativos. Conclui-se que a construção da memória é um trabalho permanente e, que, apesar dos obstáculos impostos, os seis países do Cone-Sul, em maior ou menor grau, implementaram medidas de Justiça de Transição, como forma de historicizar as suas memórias coletivas traumáticas, dentro de seus contextos e limitações. Contudo, a institucionalização de lugares de memória é um fenômeno recente na região, que ainda luta pela consolidação de um campo de estudos crítico sobre o tema. Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para apoiar futuros estudos sobre essa temática, de modo a contribuir para a preservação e construção da memória crítica das ditaduras.

Palavras-chave: Memória. Lugares de Memória. Dispositivos de memória e informação. Ditaduras civis-militares. Cone-Sul. Justiça de transição.



## **ABSTRACT**

Analysis of the panorama of the critical construction of the memory of the civil-military dictatorships in the Southern Cone and systematization of the data referring to the places of memory through their identification, description and classification as devices of memory and information, in a perspective adherent to the field of Information Science. The study is inserted in the social paradigm of Information Science and addresses the places of memory in a neodocumentalist perspective, through the study of multiple cases. For this, the following steps were taken: a) systematization of the theoretical literature on memory and places of memory; b) contextualization of the creation of places of memory between 1990 and 2019, based on historiography about Latin American civil-military dictatorships; c) cataloging and classification according to a standardized structure. The theoretical framework consists of the study of concepts: a) Latin American Civil-Military Dictatorships; b) Transitional Justice; c) Memory. The empirical part of the research was carried out through a multiple case study, composed of six countries in the Southern Cone: Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Paraguay and Uruguay, having collected a corpus composed of 82 memory places. The study allowed to contextualize and characterize these devices through qualitative indicators. In conclusion, the construction of memory is a permanent work and, despite the obstacles imposed, the six countries of the Southern Cone, to a greater or lesser extent, have implemented measures of Transitional Justice, as a way of historicizing their collective memories traumatic, within their contexts and limitations. However, the institutionalization of places of memory is a recent phenomenon in the region, which still struggles to consolidate a critical field of studies on the subject. It is hoped that the results of this research will contribute to support future studies on this theme, in order to contribute to the preservation and construction of the critical memory of dictatorships.

**Keywords:** Memory. Places of Memory. Devices of Memory and Information. Civil-Military Dictatorships. Southern Cone. Transitional Justice.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 — Arquivo Nacional da Memória.....	101
Imagem 2 — Arquivo Provincial da Memoria de Córdoba.....	103
Imagem 3 — Sítio de Memória Automotores Orletti .....	103
Imagem 4 — Casa de la Memoria Eduardo Bachi Chironi (Viedma/Rio Negro) .....	105
Imagem 5 — Sítio de Memória Casa Mariani-Teruggi .....	106
Imagem 6 — Casa Mazzolari-Cerutti .....	106
Imagem 7 — Museu Haroldo Conti.....	107
Imagem 8 — Centro Cultural Haroldo Conti.....	108
Imagem 9 — Homenagens em Sítio de Memória Club Atlético .....	109
Imagem 10 — Inauguração Sítio de Memória Comisaría 5ª .....	110
Imagem 11 — Comisión Provincial por la Memoria de La Plata .....	111
Imagem 12 — Comisión Provincial por la Memoria del Chaco .....	111
Imagem 13 — Sítio de Memória Ex El Infierno .....	112
Imagem 14 — Sítio de Memória Escuelita de Famaillá .....	113
Imagem 15 — Espacio para la Memoria Ex-D2 .....	114
Imagem 16 — Ex-Servicios de Informaciones de Rosario .....	114
Imagens 17 e 18 — Farol da Memória de Mar del Plata e Logotipo .....	115
Imagens 19 e 20 — Sítio de Memória El Chalet e Logotipo .....	116
Imagem 21 — Sítio de Memória La Perla .....	117
Imagem 22 — Sítio de Memória de Las Flores .....	118
Imagens 23 e 24 — Sítio Casa de la Memoria y la Vida e Mansión Seré.....	119
Imagem 25 — Museu da Memória de Rosario .....	120
Imagem 26 — Museu Sítio de Memória ESMA.....	122
Imagem 27 — Parque da Memória .....	123
Imagem 28 — Sítio Arqueológico Pozo de Arana.....	124
Imagem 29 — Sítio de Memória Pozo de Quilmes .....	125
Imagem 30 — Sítio de Memória Virrey Cevallos .....	126
Imagem 31 — Ruta del Che.....	132
Imagem 32 — Memorial Marcelo Quiroga Santa Cruz.....	132
Imagem 33 — Casa da Morte de Petrópolis .....	142
Imagem 34 — Casa de Frei Tito .....	143

Imagem 35 — Centro Universitário Maria Antônia .....	144
Imagem 36 — DOI-CODI de São Paulo .....	145
Imagem 37 — DOPS do Rio de Janeiro .....	146
Imagem 38 — Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos da USP.....	147
Imagem 39 — Memorial Carlos Marighella.....	148
Imagem 40 — Ex Auditoria da Justiça Militar .....	149
Imagem 40 — Memorial da Resistência.....	150
Imagem 41 — Homenagem aos mortos e desaparecidos em São Paulo .....	151
Imagem 42 — Monumento Tortura Nunca Mais.....	152
Imagem 43 — Monumento em Cemitério Dom Bosco .....	153
Imagem 44 — Casa de André Jarlán e Pierre Dubois.....	160
Imagem 45 — Casa de la Memoria de los Derechos Humanos de Valdivia.....	160
Imagem 46 — Casa dos Direitos Humanos de Punta Arenas .....	161
Imagem 47 — Clínica Santa Lucía .....	162
Imagens 48 e 49 — Estádio Nacional: escotilha 8 e seu interior.....	163
Imagem 50 — Entrada do Estadio Victor Jara.....	164
Imagem 51 — Sítio de Pisagua.....	165
Imagem 52 — Manifestação em frente ao La Providencia.....	165
Imagem 53 — Sítio de Memória Londres 38 .....	166
Imagem 54 — Memorial dos Desaparecidos do Cemitério Geral de Santiago .....	167
Imagem 55 — Memorial Paine .....	168
Imagem 56 — Memorial Puente Bulnes.....	168
Imagem 57 — Museo da Memória do Chile.....	169
Imagem 58 — Nido 20.....	170
Imagem 59 — Sítio José Domingo Cañas .....	171
Imagem 60 — Monumento Três e Quatro Alámos .....	172
Imagem 61 — Venda Sexy.....	173
Imagem 62 — Sítio de Memória Ex-SID .....	184
Imagem 63 — Memorial de los Detenidos Desaparecidos.....	185
Imagem 64 — Museu da Memória do Uruguai .....	186

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — Distribuição de lugares de memória por país.....	187
Gráfico 2 — Evolução temporal por número de lugares de memória acumulados .....	192
Gráfico 3 — Distribuição temporal de lugares de memória .....	192
Gráfico 4 — Distribuição temporal por país.....	193
Gráfico 5 — Distribuição temporal por cada país separadamente.....	193
Gráfico 6 — Relação entre lugares de memória ressignificados e lugares de memória em disputa ou em fase de implementação.....	196
Gráfico 7 — Lugares de memória por tipo .....	197

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Lugares de Memória na Argentina.....	99
Quadro 2 — Lugares de Memória na Bolívia.....	131
Quadro 3 — Lugares de Memória no Brasil.....	139
Quadro 4 — Lugares de Memória no Chile.....	158
Quadro 5 — Lugares de Memória no Paraguai .....	178
Quadro 6 — Lugares de Memória no Uruguai .....	183

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Lugares de memória inaugurados ou patrimonializados no Cone-Sul.....	190
---------------------------------------------------------------------------------	-----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEL	Arquivo Edgard Leuenroth
AESI	Assessoria Especial de Segurança e Informação
AI	Ato Institucional
AI-5	Ato Institucional nº 5
AL	América Latina
ALN	Ação Libertadora Nacional
ANCAP	<i>Administración Nacional de Combustibles, Alcoholes y Portland</i>
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
APESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
APM	Arquivo Público Mineiro
APM Córdoba	<i>Archivo Provincial de la Memoria de Córdoba</i>
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CAAF	Centro de Antropologia e Arqueologia Forense
CADHU	<i>Comisión Argentina de Derechos Humanos</i>
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CCD	Centro Clandestino de Detenção
CCDTyE	<i>Centro Clandestino de Detención, Tortura y Exterminio</i>
CDyA	<i>Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos</i>
CEBs	Comunidades Eclesiásticas de Base
CEMDP	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CI	Ciência da Informação
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CIE	Centro de Informações do Exército
CIDEF	Consejo Interinstitucional para el Esclarecimiento de Desapariciones Forzadas
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
CLAMOR	Comissão Arquidiocesana dos Direitos Humanos e Magistrados de São Paulo
CMN	<i>Consejo de Monumentos Nacionales de Chile</i>
CNI	<i>Central Nacional de Informaciones</i>
CNRR	<i>Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación</i>
CNT	<i>Convención Nacional de Trabajadores</i>

CNV	Comissão Nacional da Verdade
COB	<i>Central Obrera Boliviana</i>
COLINA	Comando de Libertação Nacional
COMPAZ	<i>Comisión para la Paz</i>
CONADEP	<i>Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas</i>
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
COSENA	<i>Consejo de Seguridad Nacional</i>
CPM	<i>Comisión Provincial por la Memoria de Buenos Aires</i>
CPM Chaco	Comisión Provincial por la Memoria del Chaco
CPM Córdoba	<i>Comisión Povincial de la Memoria de Córdoba</i>
CPT	<i>Central Paraguaya de Trabajadores</i>
CRL	Sítio de Memória Campo de la Ribera
CRUSP	Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo
CVJ	<i>Comisión de Verdad y Justicia</i>
DEA	<i>Drug Enforcement Administration</i>
DEOPS-SP	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
DGVJR	<i>Dirección General de Verdad, Justicia y Reparación</i>
DIFA	<i>Dirección de Inteligencia de la Fuerza Aérea</i>
DINA	<i>Dirección de Inteligencia Nacional</i>
DIPBA	<i>Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires</i>
DNAT	<i>Dirección Nacional de Asuntos Técnicos</i>
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamentos de Ordem Política e Social
DOPS-MG	Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EAAF	Equipe Argentina de Arqueologia Forense
EPMEXD2	<i>Espacio para la Memoria Ex-D2</i>
ERP	Ejército Revolucionario del Pueblo
ESG	Escola Superior de Guerra
ESIM	<i>Escuela de Suboficiales de Infantería de la Marina</i>
ESMA	<i>Escuela de Mecánica de la Armada</i>
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FFCL	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras
FFLCH	Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas



FMI	Fundo Monetário Internacional
FPMR	<i>Frente Patriótico Manuel Rodríguez</i>
FSTMB	<i>Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia</i>
FULNA	<i>Frente Unido de Liberación Nacional</i>
GIAF	<i>Grupo de Investigación en Arqueología Forense</i>
GT 3.3.2	<i>Grupo de Tareas 3.3.2</i>
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
ICOM	<i>International Council of Museums</i>
IEPHA-MG	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
INDDHH	<i>Institución Nacional de Derechos Humanos y Defensoría del Pueblo</i>
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPPDH	Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul
JAPs	<i>Juntas de Abastecimientos y Precios</i>
LACs	<i>Ligas Agrarias Cristianas</i>
MAPU	<i>Movimiento de Acción Popular Unitaria</i>
MAPU-LAUTARO	<i>Movimiento Juvenil Lautaro</i>
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MIR	<i>Movimiento de Izquierda Revolucionaria</i>
MLN-T	<i>Movimiento de Libertación Nacional - Tupamaros</i>
MNR	<i>Movimiento Nacionalista Revolucionario</i>
MOPOCO	<i>Movimiento Popular Colorado</i>
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MUME	<i>Museo de la Memoria</i>
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	Operação Bandeirante
OIC	Organização da Informação e do Conhecimento
OT18	<i>Operaciones Tácticas 18</i>
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCB	<i>Partido Comunista de Bolivia</i>
PCC	Partido Comunista Chileno
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCP	<i>Partido Comunista Paraguayo</i>

PDC	<i>Partido Demócrata Cristiano</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PIR	<i>Partido de la Izquierda Revolucionaria</i>
PNDH-3	Programa Nacional de Direitos Humanos
POR	<i>Partido Obrero Revolucionario</i>
PRA	<i>Partido Revolucionario Auténtico</i>
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RESLAC	Rede Latino-Americana e do Caribe de Sítios de Memória
SBPC	Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência
SENAME	<i>Servicio Nacional de Menores</i>
SI	<i>Servicio de Informaciones de Rosario</i>
SID	<i>Servicio de Información de Defensa</i>
SIDE	<i>Secretaría de Inteligencia del Estado</i>
SIRMA	<i>Servicio de Inteligencia de la Región Militar Austral</i>
SNI	Serviço Nacional de Informações
SPD	Partido Social-Democrata alemão
TDE	Terrorismo de Estado
<i>Triple A</i>	<i>Aliança Anticomunista Argentina</i>
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNLU	<i>Universidad Nacional de Luján</i>
UP	<i>Unidad Popular</i>
USP	Universidade de São Paulo
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária
SIFA	Serviço de Inteligência da Força Aérea

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>21</b>
<b>1.1 Problema de Pesquisa</b> .....	<b>24</b>
<b>1.2 Objetivos</b> .....	<b>25</b>
1.2.1 Objetivo Geral.....	25
1.2.2 Objetivos Específicos.....	25
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	<b>26</b>
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>32</b>
<b>3.1 Ditaduras Civis-Militares</b> .....	<b>32</b>
<b>3.2 Justiça de transição</b> .....	<b>40</b>
<b>3.3 Memória</b> .....	<b>46</b>
3.3.1 Usos e abusos da memória .....	54
3.3.2 Memória traumática .....	61
3.3.3 Memória das ditaduras civis-militares na América Latina.....	62
<b>4 LUGARES DE MEMÓRIA POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA</b> .....	<b>68</b>
<b>4.1 Definição do objeto</b> .....	<b>68</b>
<b>4.2 Aplicação do conceito de lugar de memória ao contexto latino-americano pós-ditaduras</b> .....	<b>72</b>
<b>4.3 (Não) lugares de memória, lugares de história e lugares de esquecimento</b> .....	<b>76</b>
<b>5 LUGARES DE MEMÓRIA NA PERSPECTIVA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: DISPOSITIVOS DE MEMÓRIA E INFORMAÇÃO</b> .....	<b>79</b>
<b>5.1 Princípios de classificação de documentos</b> .....	<b>86</b>
5.1.1 Exercício de classificação de lugares de memória.....	87
<b>5.2 Tipologia de lugares de memória</b> .....	<b>89</b>
5.2.1 Arquivo.....	89
5.2.2 Biblioteca .....	91
5.2.3 Centro Cultural.....	91
5.2.4 Monumento .....	92
5.2.5 Museu.....	92
5.2.6 Sítio Arqueológico .....	93
5.2.7 Sítio de Memória.....	93
<b>6 CONTEXTO E REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DOS LUGARES</b> .....	<b>95</b>
<b>6.1 Argentina</b> .....	<b>95</b>
6.1.1 Contexto histórico .....	95
6.1.2 Lugares de memória da Argentina .....	99

<b>6.2 Bolívia</b> .....	<b>126</b>
6.2.1 Contexto histórico .....	126
6.2.2 Lugares de memória da Bolívia .....	131
<b>6.3 Brasil</b> .....	<b>133</b>
6.3.1 Contexto histórico .....	133
6.3.2 Lugares de memória do Brasil .....	139
<b>6.4 Chile</b> .....	<b>153</b>
6.4.1 Contexto histórico .....	153
6.4.2 Lugares de memória do Chile .....	158
<b>6.5 Paraguai</b> .....	<b>174</b>
6.5.1 Contexto histórico .....	174
6.5.2 Lugares de memória do Paraguai.....	178
<b>6.6 Uruguai</b> .....	<b>179</b>
6.6.1 Contexto histórico .....	179
6.6.2 Lugares de memória do Uruguai.....	182
<b>7 OS LUGARES DE MEMÓRIA POLÍTICA EM ANÁLISE</b> .....	<b>187</b>
7.1 Lugares de memória por país.....	187
7.2 Evolução temporal .....	190
7.3 Lugares de memória ressignificados e lugares em disputa .....	195
7.4 Lugares de memória por tipo .....	197
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>199</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>207</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O mundo assiste a presente conjuntura de retorno dos autoritarismos, dos nazi-fascismos, de emergência da extrema-direita, de recrudescimento do racismo, da xenofobia, da homofobia, de supressão de garantias individuais, de proliferação de discursos negacionistas, inclusive com relação à ciência. Essa grave crise civilizatória simboliza a reação aos poucos avanços progressistas das últimas décadas e, também, um sintoma da crise do capitalismo global. Na América Latina, nunca alheia aos movimentos dos grandes centros, a história se repete: “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (MARX, 2015, p. 25). Em 1954, no Paraguai, o golpe de Estado, encabeçado pelo general Alfredo Stroessner, inaugurou a série de golpes no continente latino americano, sob a égide da Guerra Fria. Se seguiram os golpes de 1964 no Brasil e na Bolívia; em 1973 no Uruguai e no Chile; em 1976 na Argentina. A partir de 2012, novamente no Paraguai, com o *impeachment* do presidente Fernando Lugo, teve início uma nova série de golpes que assolou o Cone-Sul, dessa vez, sob nova roupagem e colocados em prática por meio de *lawfare*<sup>1</sup>, como ocorreu em 2016, com o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, no Brasil, e o golpe contra o presidente Evo Morales, na Bolívia.

As tragédias sul-americanas se completam a um custo social altíssimo, mediante violência política. Especificamente as ditaduras civis-militares, ocorridas na segunda metade do século XX, no Cone-Sul, se caracterizaram pela implementação de Terrorismos de Estado. As graves violações dos direitos humanos, perpetradas por organismos de repressão, institucionalizados ou clandestinos, bem como as práticas de censura, perseguição política, exílios forçados, sequestros, torturas e desaparecimento de pessoas, causaram feridas profundas nas sociedades latino-americanas, muitas delas ainda à espera de cura. Para que os autoritarismos não se repitam, a construção da memória, de maneira democrática, tem papel fundamental. As violações dos direitos humanos do passado, após períodos ditatoriais, ensejaram a reivindicação de lugares de memória por parte da sociedade civil organizada. Algumas dessas iniciativas foram reconhecidas, consolidadas e oficializadas pelos Estados democráticos. Esse fenômeno ganhou notoriedade na região, entre a década de 1990 e as duas

---

<sup>1</sup> O termo *lawfare* refere-se a uma forma de guerra, na qual o direito é utilizado como arma, por meio do emprego de manobras jurídicas para alcançar objetivos políticos.

primeiras décadas dos anos 2000, e continua atraindo, de forma crescente, a atenção de investigadores de diferentes áreas do conhecimento.

Este trabalho pretendeu averiguar o panorama da construção crítica da memória das ditaduras civis-militares no Cone-Sul e sistematizar os dados referentes aos lugares de memória. Procurou-se identificá-los, descrevê-los, e classificá-los como dispositivos de memória e informação, em perspectiva aderente ao campo da Ciência da Informação.

O conceito “lugares de memória” foi proposto pelo historiador francês Pierre Nora (1993) e, desde então, tem sido amplamente debatido, não somente no campo da História, mas também, nas Ciências Sociais e Ciências Humanas. São atributos dos lugares de memória a sua materialidade, intencionalidade, valor simbólico e ritualização. Ademais, funcionam como suportes físicos nos quais uma determinada coletividade deposita a sua memória. Compreendem instituições de diversos tipos, como arquivos e museus, mas, também, acervos significativos, monumentos, sítios arqueológicos. Contudo, no contexto de memória traumática, pós-ditaduras da América Latina, esses lugares são responsáveis, também, por ações pedagógicas de conscientização e de despertar do senso crítico. Sendo assim, esta pesquisa propõe a aproximação dos conceitos de memória e de informação. Tanto a memória, quanto a informação, inscritas em diferentes suportes, necessitam ser processadas para serem transformadas em conhecimentos acessíveis. A Ciência da Informação, através de ações e métodos próprios, como os que foram utilizados neste estudo, pode contribuir para a preservação e difusão da memória coletiva.

Disponibilizar informações sobre os lugares de memória política das ditaduras do Cone-Sul exige contextualização e abordagem interdisciplinar. Nesse sentido, o presente trabalho mobilizou conceitos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo o conceito historiográfico de lugares de memória, o conceito de informação, em perspectiva neodocumentalista, proposta pela Ciência da Informação e o conceito de justiça transicional, do Direito. Ao longo de toda pesquisa, procurou-se situar, contextualizar e balizar o objeto, sem, contudo, pretender invadir superficialmente outras áreas do saber.

Dessa forma, no primeiro capítulo, além desta breve introdução, foram expostos o problema e os objetivos da pesquisa. Entender os contextos de emergência da memória das ditaduras, na forma de lugares, bem como as principais características desses dispositivos, foram os principais motivadores do presente trabalho.

O segundo capítulo foi dedicado exclusivamente à metodologia utilizada nesta pesquisa. Trata-se de uma pesquisa exploratória de estudo de casos múltiplos, perspectiva que guiou as linhas de atuação e os passos necessários ao desenvolvimento do estudo. A abordagem é interdisciplinar, tendo como pano de fundo o método histórico.

O capítulo terceiro foi dedicado ao referencial teórico. Nele são apresentados e discutidos os conceitos balizadores da pesquisa: Ditaduras Civis-Militares do Cone-Sul, Justiça de Transição e Memória.

O quarto capítulo foi destinado ao tratamento conceitual do objeto, lugares de memória, bem como à sua aplicação no contexto de construção da memória pós-ditaduras, na América Latina. Por isso, abordou-se, também, a questão dos não lugares de memória, os lugares de história e os lugares de esquecimento ou de apagamento.

No quinto capítulo procurou-se trazer essa discussão para o campo da Ciência da Informação, mais precisamente, no paradigma social. Em decorrência, são enfatizadas as práticas informacionais de produção e circulação informacionais. Observa-se, portanto, a informação em sua materialidade, institucionalização e contingência histórica.

O capítulo sexto apresenta os lugares de memória de seis países do Cone-Sul: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. No âmbito do estudo de casos, chegou-se à amostra de 82 lugares de memória.

No capítulo 7, são apresentados e discutidos os resultados obtidos, sistematizados nas seguintes categorias: os lugares de memória, por país; a evolução temporal de oficialização desses lugares; a proporção entre lugares ressignificados em contraposição aos ainda em disputa ou em fase de implementação e a tipologia dos lugares.

Nas Considerações finais, faz-se um balanço do percurso e as possibilidades de dar continuidade ao tema e aprofundá-lo.

Espera-se que o presente estudo possa auxiliar futuras pesquisas sobre o tema e, de alguma forma, sirva para o combate ao negacionismo. No decorrer da pesquisa notou-se que as recorrentes negações ou relativizações ideológicas com relação às ditaduras, as homenagens aos torturadores, as comemorações de golpes de Estado e as tendências autoritárias repercutem diretamente sobre as políticas públicas de conscientização. Porém, a memória segue carregada pelos grupos que a conservam e a transmitem. A presente pesquisa,

acima de tudo, busca homenagear aqueles que resistiram em defesa das liberdades e contribuir para a preservação dessas memórias resistentes e subversivas.

## **1.1 Problema de Pesquisa**

A primeira aproximação sobre o tema lugares de memória política nasceu do desejo de conhecer a gênese de criação desses dispositivos, sua importância e como operam na construção da memória. O que motivou a criação desses lugares? Qual o contexto histórico de criação? Onde foram criados e instalados? Quais são as ações desenvolvidas por eles? Qual é a tipologia desses lugares? Com base nessas indagações, realizamos o presente estudo exploratório sobre o panorama da construção crítica da memória das ditaduras civis-militares latino-americanas, no qual foram traçados o contexto histórico de emergência desses dispositivos políticos e suas principais características.

A importância do estudo desses dispositivos decorre da constatação do recrudescimento do radicalismo de extrema-direita nos países da América Latina (AL) e, conseqüentemente, da proliferação de discursos negacionistas em relação aos crimes contra os direitos humanos, perpetrados pelos agentes do Estado. Muitos documentos, vestígios materiais e provas dos terrorismos de Estado foram deliberadamente ocultados ou apagados ao final desses regimes e mesmo durante a transição para a democracia (THIESEN, 2011). Os lugares de memória política nasceram pela mobilização da sociedade civil, como atos de resistência, com base nos testemunhos das vítimas e pode-se considerar, hoje, que esses espaços são os principais suportes materiais de memória e informação dos períodos ditatoriais, bem como provas irrefutáveis da existência dos Terrorismos de Estado. Ademais, no âmbito da Justiça de transição, no qual se travam batalhas por memória (WINN, 2014), em uma verdadeira guerra memorialística contra os negacionismos (NAPOLITANO, 2014), esses lugares se tornaram os principais instrumentos de compensação simbólica e de conscientização no continente

Orientou o presente estudo o paradigma social da Ciência da Informação, cujos componentes são discutidos no trabalho seminal de Capurro (2003). Nessa perspectiva, procurou-se levantar, identificar, descrever, analisar e organizar informações sobre os dispositivos de cada país latino-americano selecionado, cujos critérios estão expostos na



metodologia. Sobre cada dispositivo, com base em procedimentos documentários, foram sistematizados dados sobre como se constituíram, que configurações apresentam, que tipos de iniciativas e ações desempenham, em quais contextos históricos emergiram, que acervos detêm, quais políticas públicas os permeiam, quais são os responsáveis institucionais e quais narrativas buscam perenizar.

Por entendermos que os lugares de memória desempenham um papel significativo na construção crítica da memória, sejam eles criados por iniciativas das vítimas ou seus familiares ou por mobilização de organizações da sociedade civil ou por medidas dos Estados democratizados, partimos da hipótese de que apresentam diferentes configurações. Assim, a organização, caracterização e análise crítica de tais dispositivos pode nos fornecer indicadores relevantes sobre o estágio e o panorama da construção crítica da memória no Cone-Sul.

## **1.2 Objetivos**

### 1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral da pesquisa foi levantar, descrever e discutir de forma crítica os dispositivos de memória latino-americanos criados ao fim das Ditaduras Cívico-Militares do Cone-Sul, ocorridas entre 1954 e 1990. Nesta pesquisa, são definidos como dispositivos de memória política os arquivos, bibliotecas, centros culturais, museus, monumentos, sítios, entre outros, inaugurados ou recuperados entre 1990 e 2019, selecionados com base em critérios conceituais, territoriais e temporais.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos da presente pesquisa são:

- a) sistematizar a literatura teórica sobre memória e lugares de memória;
- b) contextualizar a criação de lugares de memória, criados entre 1990 e 2019, com base na historiografia acerca das ditaduras cívico-militares latino-americanas;
- c) criar uma estrutura de organização das informações coletadas.

## 2 METODOLOGIA

A presente pesquisa tem caráter exploratório, descritivo e bibliográfico. Como mencionado, objetivou-se realizar um levantamento de lugares de memória no Cone-Sul, identificá-los, mapeá-los, classificá-los e estudá-los criticamente, caso a caso. Por meio de tais ações de informação (WERSIG, 1993), foram analisados a natureza e os contextos de origem, criação e difusão desses dispositivos. Com isso, foi traçado o panorama da construção crítica da memória no continente, no contexto das ditaduras civis-militares. Portanto, a pesquisa tem como pano de fundo a história. Utilizou-se o método histórico, pois, seu foco procedimental é o estudo das raízes dos processos (LAKATOS; MARCONI, 2016).

Ao longo do século XX ocorreu, na ciência histórica, a passagem do paradigma positivista para o chamado paradigma iluminista, no qual a escola dos *Annales* e a abordagem marxista são as mais expressivas. O paradigma iluminista, na História, tornou-se preponderante em relação à história-narração-factual, a partir da perspectiva de elaboração de uma história-problema, pautada na formulação de questões e hipóteses centradas em aspectos coletivos e sociais, fundamentada em diferentes tipos de fontes (CARDOSO, 1997). A principal característica de tal mudança de paradigma é a interdisciplinaridade, voltada também para o aperfeiçoamento metodológico e formulação de novas abordagens na pesquisa histórica (CASTRO, 1997).

A averiguação histórica, para contextualizar o objeto de estudo, adequa-se à perspectiva do paradigma social da CI, que focaliza as relações entre sujeito e informação. Nas pesquisas inerentes ao paradigma social pressupõe-se que as informações são recebidas e interpretadas pelo sujeito, de acordo com conhecimentos prévios, culturalmente aprendidos, em contextos históricos determinados (CAPURRO, 2003). Tal proposição fundamenta-se na relação dialética entre sujeito, objeto e contexto. Um ponto chave é, portanto, a contextualização da informação para analisar a totalidade dos fenômenos, ou seja, as tensões sociais, culturais e históricas que os permeiam (VEGA-ALMEIDA, 2009). Decorre do paradigma social a seguinte compreensão: o trabalho informacional exige a contextualização e a recontextualização pragmática da informação. Sob essa ótica, a CI, enquanto uma ciência social aplicada, está vinculada à ampliação das condições de circulação da informação para ser socialmente apropriada. Trata-se, então, de uma perspectiva crítica, orientada pela ideia de

que “as ações de informação podem, associadas a outras, interferir no social, visando à defesa da dignidade humana e em prol da construção de uma sociedade livre e solidária.” (KOBASHI, 2006, p. 9). Conseqüentemente, isso complexifica sobremaneira os processos de tratamento e recuperação da informação (CAPURRO, 2003).

O tratamento dos lugares de memória efetivou-se na perspectiva neodocumentalista (BUCKLAND; LUND, 2013; FROHMANN, 2008; GONZÁLES DE GÓMEZ, 2011). Nesta vertente, enfatizam-se as práticas e atividades de produção dos documentos considerando-se a informação em sua materialidade, seu pertencimento institucional, no modo como são socialmente disciplinados e sua contingência histórica (GONZÁLES DE GÓMEZ, 2011). Frohmann (2008), com base em Foucault (1972), ressignifica o conceito de Documentação associando-o a práticas sociais e públicas, desenvolvidas em determinado contexto político, econômico, social e cultural. Nessa ótica, para alcançar os objetivos da presente pesquisa, os lugares de memória foram submetidos a processos documentários.

A Documentação consiste em um conjunto de teorias e de técnicas para coletar, classificar e explorar documentos (MEYRIAT, 2016), ou seja, realizar as ações de informação que norteiam metodologicamente este trabalho. Conforme define Meyriat (2016), a Documentação possui três características fundamentais. Em um primeiro momento, por se tratar de um fazer, a Documentação ativa o documento e torna efetiva a sua função primordial de transmitir informação. A segunda característica, é sua utilidade. Trata-se de uma atividade pragmática, pois, uma vez ativado, o documento pode dar respostas às necessidades específicas dos usuários. Por essa razão, o autor remete a atividade documentária a uma ação informativa que contribui para a construção do saber científico. Finalmente, a Documentação é um sistema técnico-social, um conjunto de elementos ligados entre si, de maneira interdependente. Por elementos entende-se desde os usuários que buscam a informação, até os documentos, as ferramentas e os processos técnicos de tratamento da informação. A Documentação assemelha-se à memória uma vez que exige seleção, agrupamento de noções e conceitos, síntese de dados, análise, tradução e recuperação de documentos, com a finalidade de solucionar problemas, de acordo com o domínio do saber, a natureza dos usuários e seus objetivos (GUINCHAT; MENO, 1994).

Ademais, a presente pesquisa segue a linha dos estudos de Organização da Informação e do Conhecimento (OIC), aqui caracterizada como um subdomínio da CI. A OIC

pode ser definida, em uma primeira abordagem, como a área que tem como objeto a reflexão, a teorização e a apresentação de metodologias de organização de informações para possibilitar sua circulação e recepção adequadas. Logo, enquadra-se no conjunto de ações para tratar a informação e viabilizar o seu uso por diferentes públicos. Segundo García Gutiérrez (2013), a OIC compreende a análise dos objetivos, dos processos e dos instrumentos que caracterizam as distintas possibilidades de organização da informação, tendo em vista sua inserção histórica e sociocultural. A CI é caracterizada como um novo tipo de ciência, que lida com a resolução de problemas; não é uma ciência puramente especulativa, já que visa desenvolver ações de informação fundamentadas em teorias e métodos (WERSIG, 1993).

Uma vez estabelecidas as linhas gerais de abordagem desta pesquisa, utilizou-se a estratégia de estudo de casos múltiplos. Trata-se de uma estratégia de pesquisa empírica abrangente, empregada à análise de um fenômeno contemporâneo significativo, de interesse público geral, contextualizado, que “permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real” (YIN, 2001, p. 21). Não é mera tática de coleta de dados, tampouco mera forma de planejamento em si, pois o estudo de caso contribui para a compreensão de fenômenos sociais complexos, sejam eles individuais, organizacionais, sociais ou políticos. Em geral, a estratégia dos estudos de caso é considerada adequada quando se colocam questões de pesquisa do tipo “como” e “por que”. Segundo Yin (2001), questões desse tipo são explanatórias e necessitam ser inseridas em contextos históricos.

As razões e causas de um determinado fenômeno social demandam a esquematização de uma série abrangente de informações e, ainda, caso seja realizada em vários pontos ou várias localidades (p. ex. mais de uma cidade, país, região), é caracterizável como um estudo de casos múltiplos exploratórios e/ou descritivos. O caráter exploratório permite investigar e elencar elementos que possibilitam diagnosticar um fenômeno. O descritivo, por sua vez, possibilita a descrição do fenômeno dentro de um contexto e uso de táticas em comum ou sobrepostas à pesquisa histórica, utilizando múltiplas fontes de evidência, além das fontes documentais, uma vez que tais estratégias não são mutuamente excludentes. As múltiplas fontes de evidências desta pesquisa foram sistematizadas em uma base de dados que permite cruzá-las e compará-las. De acordo com essa estratégia metodológica, é fundamental definir

limites e critérios, obviamente sem perder de vista eventuais flexibilizações no decorrer do estudo (YIN, 2001).

O enfrentamento de uma situação tecnicamente única, com amplas variáveis, como no caso dos lugares de memória latino-americanos, depende da delimitação prévia de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise dos dados. Tendo em vista as linhas estratégicas mencionadas, as ações de informação desenvolvidas neste estudo foram ordenadas em uma cadeia documental, que consiste em um conjunto de operações interdependentes, de acordo com a lógica do processo de documentação aplicado. As ações, em uma cadeia documentária, tais como a coleta, a classificação, a difusão, são os elos de uma corrente, na qual uma ação é dependente da que a precede (GUINCHAT; MENOUE, 1994; MEYRIAT, 2016).

O primeiro procedimento metodológico, nesse processo, foi justamente estabelecer critérios teóricos, conceituais, geográficos e temporais para o levantamento dos lugares de memória. Todos os critérios definidos e utilizados encontram-se explicitados nas seções 3, 4 e 5 da presente dissertação. Assim, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre memória, lugares de memória, ditaduras civis-militares e justiça de transição, conforme exposto no referencial teórico, com a finalidade de delimitar conceitualmente o objeto empírico e os casos a serem integrados ao *corpus* da presente pesquisa. Para definição, conceituação e delimitação do objeto, partiu-se dos critérios constantes na própria conceituação de lugares de memória, proposta pelo historiador francês Pierre Nora (1993), cujos principais elementos são a intencionalidade, a materialidade, a simbologia e a funcionalidade. Além disso, no contexto latino-americano específico, acrescentou-se, com base nos demais autores estudados, a função social, pedagógica e de construção crítica da memória contra o esquecimento obrigado e o negacionismo. A revisão bibliográfica desses temas foi indispensável para construir os princípios de coleta, reunir os conjuntos e definir o método de análise.

Optou-se por estudar seis países latino-americanos, localizados no Cone-Sul: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Muito embora apresentem especificidades, a seleção desses países decorreu da possibilidade de identificar características comuns ou próximas com relação aos respectivos processos históricos de ditaduras civis-militares. Essas ditaduras estavam inseridas na mesma conjuntura geopolítica internacional de

Guerra-Fria e, inclusive, integraram a chamada Operação Condor<sup>2</sup>. Por fim, o recorte temporal foi o último critério estabelecido para realizar o levantamento. Neste estudo, tratamos das ditaduras ocorridas nestes seis países, entre 1954 e 1990, cujos lugares de memória foram criados ou recuperados entre 1990 e 2019.

O segundo passo metodológico foi realizar o levantamento dos lugares de memória. A coleta é o primeiro elo da cadeia documental, operação que permite compor o *corpus* empírico (GUINCHAT; MENO, 1994). Nessa etapa foi elaborado um inventário, realizado com base em bibliografias historiográficas, relatórios das comissões da verdade, publicações oficiais de divulgação, artigos científicos, teses e dissertações sobre o tema, sites oficiais, notícias em periódicos e bases de dados na internet, como por exemplo a Rede Latino-Americana e do Caribe de Sítios de Memória (RESLAC), a Coalizão Internacional de Sítios de Consciência, o Guia de Arquivos e Fundos Documentais do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul (IPPDH), entre outros. Este levantamento foi realizado para definir a amostragem de lugares de memória de cada país. Depois desse registro, iniciou-se o tratamento intelectual e descritivo, ou seja, a análise documental, da qual a classificação é o nível mais elementar da descrição de conteúdo (GUINCHAT; MENO, 1994).

Os lugares de memória coletados foram classificados com base nas definições apresentadas no item 5.2 (Tipologia) e representados descritivamente de acordo com a estrutura proposta no manual de aplicação de inventários participativos para educação patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Essa estrutura é de livre acesso, destinada ao público em geral, de linguagem fácil, cuja utilização independe de licença, autorização ou cessão de direitos. O manual objetiva propiciar aos usuários contato com a pesquisa de campo, técnicas básicas de levantamento documental, interpretação de dados e difusão de informações (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2016). Nesta etapa, foram elaboradas as planilhas para armazenar as informações dos lugares de memória latino-americanos. Foi no estágio de elaboração das planilhas de classificação que se efetuou a “limpeza” dos dados coletados. Das planilhas

---

<sup>2</sup> A Operação Condor constituiu um acordo multilateral entre as ditaduras no Cone-Sul, através de um sistema institucionalizado e permanente de contrainsurgência, pelo qual as forças de segurança e inteligência coordenaram, conjuntamente, a repressão contra exilados políticos, para além de suas fronteiras nacionais (CIPDH, 2018). Esse aparato nasceu da necessidade de colaboração entre os serviços de inteligência das ditaduras e simbolizou a internacionalização do padrão repressivo antes aplicado internamente nos países associados (PADRÓS, 2009).

preenchidas foram extraídos os dados para a realização de comparações e sua sistematização final.

Em resumo, foram realizados os seguintes passos metodológicos:

- a) levantamento e análise da bibliografia pertinente;
- b) levantamento e identificação de lugares de memória;
- c) construção de planilha para registro dos dados do corpus empírico;
- d) análise e interpretação dos dados;
- e) sistematização das informações.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

O significado dos lugares de memória política requer, de nosso ponto de vista, o entrecruzamento de conhecimentos que permitam construir um arcabouço que permita fundamentar teoricamente a abordagem do objeto de pesquisa. Nessa perspectiva, traçamos, inicialmente, um quadro geral sobre as ditaduras civis-militares na América Latina, contexto em que surgiram os lugares de memória. Em seguida, aborda-se a Justiça de transição, uma concepção de Direito que dá sustentação às lutas para superar os traumas decorrentes de regimes de exceção. O terceiro, explora o conceito de memória, essencial para justificar a seleção dos dispositivos de memória analisados.

#### 3.1 Ditaduras Civis-Militares

Conceituar e caracterizar as ditaduras civis-militares latino-americanas do Cone-Sul, da segunda metade do século XX, mais precisamente entre 1954 e 1990, não é uma tarefa fácil. Trata-se de um tema amplamente debatido entre historiadores e sociólogos, sem que exista um consenso a respeito, ou a estabilização da terminologia empregada. Esses processos históricos estão inseridos em contextos sociais e culturais específicos. Muito embora devam ser respeitadas e observadas as características particulares, por meio da análise de cada caso concreto separadamente, não se pode ignorar o fato de essas ditaduras terem feito parte de um movimento geral, no espaço latino-americano, inscrito no contexto geopolítico mundial da época. A tarefa de estabelecer alguns critérios comuns decorre, exclusivamente, da necessidade de delimitar pragmaticamente o *corpus* empírico da presente pesquisa.

Com efeito, somente uma definição conceitual não seria suficiente para delimitar adequadamente as ditaduras civis-militares. Por exemplo, a palavra “ditadura” tem origem na Roma republicana e sua definição moderna não guarda coincidência com o termo da antiguidade, a não ser a concentração absoluta de poder. Na sua definição moderna, ditadura é contrária às regras constitucionais, não possui duração previamente estipulada e, sempre quando instaurada, “subverte a ordem política preexistente” (STOPPINO, 2000, p. 368). O termo, na sua forma moderna, é constantemente empregado com valor negativo ou pejorativo, para se contrapor ao sentido de democracia (STOPPINO, 2000). O substantivo



“autoritarismo”, por sua vez, na estrutura dos sistemas políticos, é empregado para qualificar os regimes que privilegiam a autoridade governamental e concentram o poder político em uma só pessoa ou um só órgão, colocando em posição secundária as instituições representativas (STOPPINO, 2000). Na definição contemporânea, regime autoritário, especificamente os burocrático-militares, são caracterizados por uma coalizão entre oficiais e burocratas, com baixo grau de participação política popular, inexistência de partidos de massa, ausência de pluralismo político e de disputa eleitoral livre (STOPPINO, 2000). Como se pode perceber, os dicionários fornecem elementos importantes, porém, no caso desta pesquisa, é indispensável ir além das definições lexicográficas.

Como primeiro ponto balizador, deve-se ter em mente que os seis países do Cone-Sul selecionados: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai estão inseridos em um contexto político internacional específico. De modo geral, quando nos referimos ao continente latino-americano, destaca-se o fato de ser constituído de países periféricos às metrópoles, o chamado “Terceiro Mundo do Ocidente”, como caracterizado por Alain Rouquié (1984, p. 31). Importante destacar que a expressão “terceiro mundo”, utilizada por Alain Rouquié (1984), foi desenvolvida pelo demógrafo francês Alfred Sauvy (1898-1990), e tem aplicabilidade teórica restrita ao período e contexto da Guerra Fria. Segundo a concepção de Rouquié (1984), os países latino americanos do terceiro mundo do ocidente são aqueles com histórias paralelas — não idênticas — que enfrentaram, em linhas gerais, processos históricos semelhantes, cujas sociedades foram profundamente moldadas pela dominação e pela exploração colonial. Na década de 1980, ao menos dois terços da população total da América Latina vivia em países sob domínio militar. Em face desse histórico de intervenções militares, levanta-se a questão de como esse poder militar ascendeu e se consolidou nas entranhas da sociedade latino-americana. O amplo espectro de explicações, formuladas com base em teorias surgidas a partir do século XIX, abrange as de caráter cultural e determinista, com ênfase nas características ibero-americanas, em que o poder militar e a violência política teriam raízes históricas. A essa caracterização somam-se as teorias que associam o militarismo a uma missão modernizadora, chegando até as teorias mais recentes, das décadas de 1970 e 1980, que relacionam os golpes militares latino-americanos, exclusivamente, à atuação externa, principalmente por parte do imperialismo e das empresas transnacionais (ROUQUIÉ, 1984).

Contudo, na visão de Rouquié (1984), essas teorias são simplistas e de difícil verificação. Isoladamente, elas não dão conta de explicar, de maneira substancial, a opção pela via militar, em tempos de crises econômicas e institucionais. Além do mais, Joan Garcés (1993), ao analisar as causas do golpe no Chile, em 1973, evidencia que não bastam explicações deterministas sobre as razões e efeitos de um golpe de Estado, tais como a atuação imperialista, a vocação para a intervenção militar e a ação contrarrevolucionária. Estes fatores são fenômenos mais antigos do que a própria história das relações internacionais, que apenas denotam como as forças capitalistas atuam no mundo. Não acrescentam, portanto, aspectos que permitam compreender melhor o contexto político latino-americano (GARCÉS, 1993).

De fato, Rouquié (1984) atribui às teorias de caráter cultural um viés determinista, etnocêntrico, em sua maioria desenvolvidas por autores estadunidenses e europeus. As teorias sobre a relação entre militarismo e subdesenvolvimento também caem por terra diante de fatos concretos, pois o desempenho econômico das ditaduras militares foi catastrófico, como demonstram os casos da Argentina e Bolívia. Contrariando, ainda, as versões de um militarismo modernizador, os três países mais “desenvolvidos” da região à época, Uruguai, Chile e Argentina, passaram por ditaduras militares extremamente violentas. Finalmente, as teorias que relacionam a militarização do poder à ação de interesses externos, muito embora essa relação não possa ser negada, atrelar o surgimento das ditaduras no continente unicamente a esse fator, pode ser considerado reducionista, uma vez que exime de culpa as Forças Armadas (FA) e as elites locais e, tampouco, consideram as especificidades internas de cada país.

No exercício de delimitação teórica, um segundo ponto a ser balizado é a periodização. As ditaduras tratadas aqui perduraram de 1954 a 1990, ou seja, do período pós-segunda guerra, em um contexto de Guerra Fria, até a onda de democratização, ocorrida entre os anos 1980 e início da década de 1990, pós-queda do muro de Berlim. Entretanto, não se pode considerar essas ditaduras como parênteses históricos isolados, perdidos no tempo e no espaço, como episódios naturalizados de ruptura com o passado. É imprescindível pensar esses acontecimentos inseridos na história política anterior, em perspectiva de longa duração, como partes de processos crescentes mais complexos do exercício da violência estatal extrema, com repercussões em todos os níveis da vida social (FRANCO, 2015). Análises mais

detidas revelam notáveis continuidades, certas rupturas e expressões de uma cultura autoritária, que trespassa as classes sociais e as temporalidades (REIS FILHO, 2015). Aliás, muito embora o primeiro golpe de Estado, do conjunto estudado, tenha ocorrido no Paraguai, em 1954, foi o advento da Revolução Cubana, em 1959, o evento transformador das relações bilaterais dos Estados Unidos da América (EUA) com os países latino-americanos, que direcionaram as Forças Armadas e as elites econômicas e políticas para a “luta antissubversiva”, “contrarrevolucionária” ou “anticomunista”. Quando a luta armada em Cuba tornou-se importante fator desestabilizador do poder hegemônico na região, os EUA intensificaram seus esforços, por meio do poderio militar e econômico, para manter o restante do continente como sua zona de influência (BANDEIRA, 1998).

Um terceiro elemento a ser analisado é o fato de tais ditaduras terem sido instauradas por meio de golpes de Estado. Trata-se de um conceito igualmente secular, proposto pelo bibliotecário, historiador e médico francês Gabriel Naudé, em 1639, ao fazer referência aos acontecimentos da chamada “Noite de São Bartolomeu”, de 1572 (NAPOLITANO, 2019). No debate teórico contemporâneo, as características definidoras do conceito foram ampliadas por juristas e cientistas políticos. Golpe de Estado passou a ser visto como uma “violação das regras constitucionais por atores institucionais, impondo uma solução de força e não de direito, às crises políticas e sociais” (NAPOLITANO, 2019, p. 399). Entretanto, em meio às diversas correntes analíticas, o sentido de golpe de Estado vem perdendo a sua força conceitual. Porém, é possível identificar um ponto em comum entre as diversas teorias: trata-se de uma ação realizada por atores institucionais, isto é, gestado internamente nas estruturas do Estado (NAPOLITANO, 2019).

Os golpes de Estado que desencadearam as ditaduras são considerados os ápices de processos históricos interdependentes, nos quais convergiram fatores externos e internos (ROUQUIÉ, 1984). No plano externo, como mencionado anteriormente, esses golpes possuíam um caráter eminentemente “contrarrevolucionário”, no contexto da Guerra Fria e atuação imperialista, para manutenção de interesses econômicos e geopolíticos. Nesse sentido, vale destacar a atuação da chamada Escola das Américas, uma organização do Ministério da Defesa estadunidense, reconfigurada a partir de 1961 com a finalidade de treinar militares e civis para as atividades de repressão e contra-insurgência (ROUQUIÉ, 1984). Essa instituição, sediada inicialmente no Panamá, foi responsável pela formação de um contingente

significativo de agentes repressivos latino-americanos. Foi transferida para o estado da Geórgia (EUA) em 1984 e renomeada como Instituto do Hemisfério Ocidental para Cooperação em Segurança em 2001, continuando ativa ainda hoje. No plano interno, em geral, os golpes de Estado foram arquitetados pela associação das Forças Armadas e elites nacionais, apoiados por setores das classes médias, sem a participação de setores populares, com o objetivo de assegurar a manutenção do *status quo* social, garantir a estabilidade do pacto de dominação de classes e implementar, por meio da violência política sistemática e institucionalizada, uma nova ordem de desenvolvimento capitalista dependente (FERNANDES, 2010). Somaram-se a isso as próprias características latino-americanas de dependência colonial, de constituição e ascensão dos poderes militares, de formação social verticalizada, escravista e clientelista, de violência estrutural recorrente e de atuação das elites internas desde sempre atreladas aos interesses econômicos externos (ROUQUIÉ, 1984). Tudo isso foi precedido por crises econômicas, sociais e institucionais, cujos pontos de aceleração acompanham o aumento dos níveis de inflação ou de instabilidade econômica (GARCÉS, 1993).

As ditaduras estudadas são aqui denominadas “civil-militares”, de acordo com a proposição de René Dreifuss (1981). Os poderes militares não agiram independentemente das elites orgânicas locais. Em sua obra clássica “1964: a conquista do Estado”, Dreifuss (1981) elucida como, no caso brasileiro, os tecnocratas oriundos das elites políticas, econômicas e intelectuais, tiveram participação em todas as esferas de poder e foram, também, diretamente beneficiados economicamente pela ditadura militar brasileira. Portanto, os militares não foram os únicos responsáveis pelas violações dos direitos humanos. Dreifuss (1981) evidenciou a articulação entre lideranças políticas, civis e eclesiásticas e chefes militares, tendo o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) atuado como uma superconsciência, um grande partido dirigente da direita no Brasil (REIS FILHO, 2015). A partir do estudo de Dreifuss, teve início um movimento de desconstrução do imaginário criado pelas elites civis e pela grande mídia, de que os militares agiram sozinhos, de forma independente e autocrática. As pesquisas evidenciaram, cada vez mais, que a ditadura teve a participação não somente de militares, mas contou com a adesão ativa de diferentes segmentos civis (empresários, políticos, artistas, economistas, professores universitários, advogados, entre outros), que tiveram papel de destaque na construção do regime ditatorial (REIS FILHO, 2015).

O conluio entre militares e civis é uma característica das ditaduras latino-americanas. Como se verá mais adiante, Novaro e Palermo (2007) evidenciam esse aspecto na última ditadura argentina. Angell (2015), Drake (2015), Garcés (1993) e Winn (2010) narram que a mesma característica foi observada no Chile de Pinochet, marcada pela atuação do grupo de economistas denominado “*Chicago Boys*”. Lewis (2018), Nickson (2013) e Silva (2018) apontam que o Partido Colorado, com muitas de suas lideranças civis, foi fator determinante na constituição e manutenção do poder de Stroessner no Paraguai. Padrós (2012), Porrini (2003) e Finch (2018) apresentam a articulação dos militares com o presidente civil Bordaberry no regime uruguaio. No entanto, é importante destacar: a terminologia “civil-militar” não é objeto de consenso. Por exemplo, para o historiador Marcos Napolitano (2011), o golpe de 1964, no Brasil, foi de fato um golpe civil-militar que se transmutou em um regime militar. Adotamos, portanto, a denominação “civil-militar” para caracterizar essas ditaduras, com base na bibliografia historiográfica acima exposta.

Uma outra denominação possível, concomitantemente utilizada, é a de ditaduras civis-militares de segurança nacional (PADRÓS, 2013; BAUER, 2014). Segundo Enrique Padrós, a chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN) constituiu “uma base de diretrizes que serviu de substrato comum para a atuação golpista das Forças Armadas na região, no contexto de Guerra Fria” (PADRÓS, 2013, p. 3). Após a concretização dos golpes de Estado, muitos elementos da doutrina foram aplicados ou incorporados definitivamente nas ditaduras resultantes, em maior ou menor medida, de acordo com cada caso concreto. Dentre esses princípios estão o anticomunismo, a contra-insurgência e o combate ao inimigo interno. Na explicação de Padrós:

A DSN, ao ser incorporada como fundamento teórico da proteção da sociedade nacional a partir de um Estado que precisava esconder sua essência antidemocrática, configurou um ‘estado de guerra permanente’ contra o suposto e difuso ‘inimigo interno’ (2013, p. 3).

A DSN foi diretamente influenciada pela doutrina francesa de guerra revolucionária da Argélia, um conflito não sujeito às regras internacionais da Convenção de Genebra por não ser travada entre forças beligerantes nacionais, tratando-se, assim, de um estado de guerra permanente e clandestino (GODOY, 2014). Tal doutrina foi difundida nos Estados satélites latino-americanos pelos EUA por meio das escolas militares. Em alguns casos, a guerra

revolucionária transformou os exércitos em verdadeiros partidos políticos armados, um partido fardado (FERREIRA, 2000). A DSN consistia na força do Estado capaz de derrotar todas as forças adversas e de fazer triunfar os objetivos nacionais, ainda que estes fossem um conjunto bastante vago (COMBLIM, 1978). Portanto, o fundamento científico da doutrina articulava os conceitos básicos de bipolaridade geopolítica e de guerra total voltado para a conduta estratégica de defesa nacional e alinhamento ao bloco anticomunista ocidental. Estava em curso, portanto, uma guerra generalizada contra o comunismo internacional.

Na América Latina, têm destaque os seguintes aspectos: a guerra psicológica e o papel dos serviços de informação. A guerra foi desencadeada pelos organismos de informação, compostos majoritariamente pelas elites das Forças Armadas e atingiu principalmente sindicatos, universidades, meios de comunicação (COMBLIM, 1978). No Brasil, ao menos dois ditadores, Emílio Garrastazu Médici e João Figueiredo, foram chefes do Serviço Nacional de Informações (SNI) antes de serem nomeados presidentes.

A guerra permanente contra o inimigo interno desembocou em repressão sistemática para controle e disciplinamento dos segmentos sociais que desafiavam as relações de dominação e a ordem política instituída. Esse tipo de repressão sistemática foi denominada Terrorismo de Estado (TDE) (SEGUEL, 2019). Segundo Enrique Padrós (2013, p. 3), o TDE “constitui uma estrutura de dominação e disciplinamento aplicada de acordo com as necessidades particulares dos promotores dos golpes de Estado em cada país da região”. Foi a potencialização do uso de todos os mecanismos repressivos disponíveis (PADRÓS, 2013). Por essa tática, as ditaduras objetivavam eliminar focos opositores, de qualquer natureza, enquadrar a população nas diretrizes impostas e conquistar a obediência das instituições, segundo os princípios da DSN (PADRÓS, 2013). O conceito decorre, em alguma medida, da influência das proposições de Hannah Arendt (2012). Segundo a autora, o interesse máximo do terror é a ideia de sacrifício de uma parte em benefício do todo. Logo, o terror não tem como objetivo eliminar toda e qualquer liberdade, mas sim eliminar a fonte de liberdade: a própria existência. Trata-se, portanto, da aceleração da sentença de morte que a Natureza supostamente pronunciou contra os indivíduos indignos de viver (ARENDDT, 2012).

A questão do TDE esteve presente em trabalhos das Ciências Sociais desde os anos 1980, principalmente, na Argentina (FRANCO, 2015). Essas pesquisas e a profusão de testemunhos, nas últimas décadas, geraram a impressão de ser um tema amplamente

conhecido. Porém, como aponta Marina Franco (2015): visibilidade e memória não se equivalem ao conhecimento histórico. Por isso, na opinião da autora, conta-se com pouco conhecimento científico regular acumulado, não há linhas de pesquisa consolidadas sobre as características, conteúdos e alcance da violência estatal na forma de Terrorismo de Estado. Segundo Franco (2015), o TDE foi uma forma de violência estatal adotada pelas ditaduras como parte da gestão do conflito político e da manutenção da ordem social. Deve, no entanto, ser analisado a partir da superação de dicotomias e pressupostos contestáveis, tais como: dicotomia entre ditadura e democracia; dicotomia entre Forças Armadas e atores políticos civis; caráter isolado das práticas repressivas; noção de sociedade civil alheia às práticas repressivas; entre outros. Para a autora, a análise do TDE deve ser aprofundada. Para melhor compreender a complexidade dos sistemas repressivos é necessário não restringir a abordagem apenas à dimensão clandestina ou à noção de sistema centralizado, uniforme e monolítico de dominação pelo medo e pelo terror. Ademais, é indispensável adotar a perspectiva de longa duração pois o TDE inscreve-se na história com continuidades e efeitos até o presente (FRANCO, 2015).

De fato, o TDE foi construído na forma de uma teia de atos de repressão legais, clandestinos, estatais e paraestatais, de violências sobrepostas, por vezes centralizadas e também descentralizadas, dentro de uma multiplicidade de lógicas locais que contribuíram, em conjunto, para o objetivo de eliminar o inimigo interno. A participação de atores civis no exercício direto da violência foi efetiva, incluindo empresários que facilitaram a repressão aos trabalhadores ou financiaram diretamente organismos repressivos clandestinos ou oficiais (FRANCO, 2015). A observância desses aspectos permite desconstruir a visão de que o TDE foi somente incidental, vertical e totalmente unificado de autoria somente dos setores militares, visando combater exclusivamente o inimigo interno comunista (FRANCO, 2015). Ao contrário, trata-se de uma política muito mais ampla, complexa, que contou com a articulação de diversas forças: militares, policiais e instituições civis. O TDE desencadeou ações repressivas, às vezes inéditas, que atingiu maior refinamento em sua aplicação metodológica, expressa na sequência: sequestro, detenção ilegal, tortura e desaparecimento forçado, atos assegurados pela impunidade dos agentes, capaz de incutir a cultura do medo no interior da sociedade (PADRÓS, 2013).

A utilização do conceito Terrorismo de Estado, embora não tenha um significado aceito de forma unânime, permite romper com a visão de repressão e tortura como incidentais, constituído de abusos isolados protagonizados por apenas alguns agentes do aparato repressivo (BAUER, 2005). Como evidencia Mariana Joffily (2008), na tese “No centro da engrenagem”, a complexa teia repressiva foi constituída por novos órgãos repressivos, paralelamente à reformulação de estruturas já existentes, integradas ao esquema de informações e segurança. A centralização das operações contra o inimigo interno nunca foi totalmente alcançada, inclusive pela natureza extra-oficial dessas ações. Em tal esquema, a tortura foi um elemento instrumental preponderante. A prática da tortura sempre foi negada, mas, ao mesmo tempo, legitimada pela construção, atualizada constantemente, do inimigo interno altamente perigoso. Nesse prisma, a utilização indiscriminada da tortura possuía múltiplas funções, sendo um método de sujeição e um instrumento de poder (JOFFILY, 2008).

Dentro dessa lógica, os governos militares perseguiram opositores por meio de sistemas de inteligência, censura, dissolução das instituições representativas do Estado de direito, supressão de garantias individuais, militarização da vida política e social, campanhas de autolegitimação e uso indiscriminado de violência. Foram responsáveis por torturas, detenções ilegais, sequestros, atentados terroristas, violência sexual, genocídios de comunidades tradicionais, corrupção generalizada da máquina pública, criação de campos de concentração e de extermínio, exílio de cerca de 6,5 milhões de pessoas, intenso retrocesso educacional, além de perpetrarem milhares de execuções sumárias e desaparecimentos forçados, atos cujas dimensões reais permanecem desconhecidas até hoje (COGGIOLA, 2001). Houve, além disso, esquemas de cooperação efetiva entre as ditaduras no continente, dentre os quais podemos citar o Plano Condor, o pacto clandestino mais sofisticado de que se tem notícia até o momento (PADRÓS, 2013).

### **3.2 Justiça de transição**

Posteriormente ao término das ditaduras civis-militares, entre as décadas de 1980 e 1990, os países do Cone-Sul passaram por uma longa fase de transição dos autoritarismos militares para os regimes democráticos. Nesse contexto, deve-se destacar o papel da Justiça de



transição, definida como um efetivo esforço para a construção da paz sustentável após períodos de conflitos ou de violações sistemáticas dos Direitos Humanos (REÁTEGUI, 2011).

A Justiça de transição é um dispositivo de alcance internacional, composto de princípios e medidas que visam promover o julgamento das violações aos direitos humanos. É composta de estratégias jurídicas e não jurídicas destinadas a evitar novas violações no futuro e dar respostas aos abusos do passado (MEZAROBBA, 2012). Constituída em rede internacional de indivíduos e instituições, cuja coerência é mantida por conceitos e objetivos práticos, procura dar respostas aos dilemas das sociedades em transição (ARTHUR, 2011). No caso deste estudo, o foco é o fim das ditaduras civis-militares na América Latina, mais precisamente no Cone-Sul.

Segundo Jon Elster (2004), a ideia de Justiça de transição é tão antiga quanto a própria democracia. Seu marco inicial ocorreu em Atenas, na Grécia antiga, na passagem da oligarquia para a democracia, seguida de medidas punitivas contra os oligarcas e promulgação de leis para dissuadir futuras tentativas de tomada do poder (ELSTER, 2004). Contudo, sua constituição contemporânea ocorreu após as duas grandes guerras mundiais (ELSTER, 2004). Para muitos pesquisadores, a Justiça de transição foi construída e entendida na sua dimensão extraordinária e internacional com a instauração do tribunal de Nuremberg (MEZAROBBA, 2012; TEITEL, 2011).

A Justiça de transição se consolidou com a aprovação de convenções internacionais a fim de denunciar e julgar crimes de guerra e genocídios (REÁTEGUI, 2011). Ganhou consistência nos últimos 25 anos do século XX, especialmente com o início do julgamento de integrantes das juntas militares da Grécia, em 1975 e, da Argentina, em 1983, momentos em que os sistemas judiciais domésticos obtiveram êxito em iniciar processos contra os autores de abusos cometidos no passado (MEZAROBBA, 2012). Esses movimentos foram em direção a uma justiça transicional mais local, como maneira de fortalecer as novas democracias (TEITEL, 2011; MEZAROBBA, 2012). Mesmo assim, esses processos enfrentaram dificuldades e entraves, uma vez que desenterrar o passado e reavivar conflitos poderia comprometer a estabilidade das transições. As demandas judiciais estavam subjugadas às necessidades de manutenção da ordem política em recentes e frágeis democracias (QUINALHA, 2012). Por exemplo, na Argentina, os primeiros processos contra os perpetradores de violações dos direitos humanos foram interrompidos pela Lei do Ponto

Final, promulgada pelo presidente Raúl Alfonsín, em 1986. Já no final do século XX, fase associada à desintegração da União Soviética e à globalização, quando se desencadeou a onda de democratização no mundo todo, a justiça de transição se estabilizou e deixou de ser a exceção da norma para se converter no paradigma do Estado de Direito, universalmente reconhecido (TEITEL, 2011).

Como observa Félix Reátegui (2011), o desafio das sociedades que emergem dos autoritarismos não é somente o de conquistar a transição democrática em si. Envolve também tomar medidas efetivas de justiça, reparação e compensação simbólica das vítimas, bem como reconhecer os fatos do passado. No cerne da Justiça de transição encontra-se a perspectiva de revelar a verdade, julgar os agentes do Estado e reformar as instituições responsáveis pelos abusos. Na mesma esteira, para Ruti Teitel (2000), entre suas dimensões fundamentais está a construção da memória. Assim, a Justiça de transição desenvolve-se por meio de políticas, normas, iniciativas, projetos e práticas para confrontar o passado violento. Têm papel importante as instituições do Estado democrático de direito e a mobilização de setores da sociedade civil em torno de medidas como a instauração de comissões da verdade, implementação de programas de reparações, bem como as ações em torno de projetos de construção da memória e lugares de memória (REÁTEGUI, 2011).

As Comissões da verdade são consideradas um dos desdobramentos mais importantes da Justiça de transição, desde a década de 1980, por ser um instrumento capaz de fortalecer a sociedade civil, tendo em vista seu papel investigativo, judicial, político, educativo e terapêutico (TENAGLIA, 2019). A instituição dessas comissões foi a principal impulsionadora de políticas públicas de construção da memória nos países do Cone-Sul. Algumas de suas características contribuem para esse importante papel. Primeiro, são complementares à justiça, não são órgãos judiciais e não podem processar e julgar torturadores, mas suas apurações e recomendações podem contribuir para ensejar tal desfecho. Segundo, o foco das comissões são as graves violações dos direitos humanos. Terceiro, essas comissões investigam longos períodos, identificando padrões de violações sistemáticas. Elas produzem, portanto, grandes quantidades de evidências, principalmente, testemunhos. A grande massa documental produzida, compreendida como seu verdadeiro legado, possibilita que historiadores, sociólogos, juristas colem informações para conhecer o passado

traumático. Finalmente, as comissões são centradas nas vítimas, as principais fontes de informação sobre as violações dos direitos humanos (TENAGLIA, 2019).

No Cone-Sul, as primeiras comissões da verdade foram instaladas na Bolívia (1982), Argentina (1983) e Uruguai (1985). No início, tinham como foco principal a investigação sobre os desaparecimentos forçados. O termo “verdade” só começou a ser incluído a partir de 1990, com a criação da Comissão da Verdade e Reconciliação do Chile, também conhecida como Comissão Rettig. Contudo, em todos os casos, as comissões enfrentaram dificuldades, como as barreiras para ter acesso às informações acumuladas pelas Forças Armadas e pelo Estado, a falta de apoio institucional, como foi o caso da comissão da verdade do Paraguai, que necessitou da ajuda das Nações Unidas e do governo suíço (TENAGLIA, 2019).

Na visão de Paul van Zyl (2011), as medidas da Justiça de transição para a construção da paz sustentável, devem ser olhadas de maneira holística, considerando tanto o passado quanto o futuro, inseridas em contextos sociais e políticos determinados (VAN ZYL, 2011).

São do âmbito da Justiça de transição as ações que visam defender as vítimas da violência do Estado, com base em quatro pilares: direito à justiça, direito à verdade, direito à compreensão e direito à reorganização das instituições (MEZAROBBA, 2012). O direito à justiça compreende os processos jurídicos contra as autoridades e agentes que cometeram violações no próprio país ou no exterior. O direito à verdade diz respeito à determinação da extensão e natureza dos crimes perpetrados pelo Estado, à prestação de contas à sociedade, bem como às iniciativas de construção da memória. O direito à compreensão abrange as medidas de reparação e outras formas de reabilitação e compensação simbólicas. Finalmente, o direito à reorganização das instituições refere-se diretamente ao afastamento de agentes que cometeram ou foram coniventes com os crimes praticados (MEZAROBBA, 2012). Ainda, segundo Glenda Mezarobba, esses pilares objetivam promover uma verdadeira reconciliação, não a falsa reconciliação que instaurou a impunidade em vários países da América Latina. A verdadeira reconciliação exige:

o reconhecimento dos fatos, não pode ser imposta por decreto e tem de ser construída nos corações e mentes de todos os integrantes da sociedade por intermédio de um processo que reconheça o valor de cada ser humano e sua dignidade (MEZAROBBA, 2012, p. 257).

De fato, os obstáculos nas transições latino-americanas estão relacionados ao direito à justiça e à verdade (PAYNE, 2011). Esses processos podem ser definidos como endógenos ou exógenos. São endógenos quando realizados por instituições do próprio país e exógenos se realizados sob a supervisão de um outro país ou por organismos internacionais. Nos casos latino-americanos, em geral, os exemplos de transição são duplamente endógenos, pois, originaram-se dentro das fronteiras nacionais e as variadas medidas de justiça foram feitas pelos próprios países democratizados, cada um de forma isolada e dentro de suas próprias limitações (MEZAROBBA, 2012). Na América Latina, nos casos analisados aqui, a justiça transicional foi concebida de modo incompleto, com eficácia reduzida, uma vez que, em todos os países, a transição não foi livre de coerções (LINZ e STEPAN, 1999). Com efeito, todos os processos de transição analisados nesta pesquisa foram fiscalizados, acordados, implementados ou mitigados pelas Forças Armadas locais.

Como explica Tarso Genro (2015), ao analisar o caso brasileiro, cujos elementos são igualmente observáveis em outros países latino-americanos, a Justiça de transição incompleta tendeu a respeitar pactos espúrios, firmados no momento da saída dos militares do poder. Em primeiro lugar, havia um pacto implícito de reconhecer a igualdade moral e política de torturadores e torturados. Segundo, estabeleceu-se um juízo manipulatório de que se tratavam de casos isolados, não condizentes com a moral e o prestígio das Forças Armadas e, em terceiro, instaurou-se a crítica permanente ao instituto da reparação, como se ela fosse derivada de oportunismo para enriquecimento indevido às custas do Estado. Dessas distorções negacionistas, portanto, decorre a flagrante necessidade de disseminação de valores democráticos, que transcendam as políticas públicas vigentes para enfrentar os obstáculos impostos às transições (GENRO, 2015).

Conforme mencionado no item 3.1, a Doutrina de Segurança Nacional foi implementada com diferentes gradações em cada país latino-americano. Muito embora tenham características gerais comuns, há diferenças importantes em cada processo ditatorial, principalmente em termos de projetos políticos e estratégias repressivas. As variações mostram também as diferenças nas lutas políticas durante as transições. Porém, em todos os casos, os militares foram os atores políticos e institucionais preponderantes, que supervisionaram os regimes que se sucederam, de modo a garantir os seus privilégios, a impunidade e a manutenção das prerrogativas institucionais de intervir nos conflitos internos

(ACUÑA; SMULOVITZ, 2006). Por conseguinte, o sucesso das Forças Armadas variou, em cada caso, tendo levado à instauração de diferentes tipos de democracias. Sobre esse aspecto, como asseveram Acuña e Smulovitz (2006, p. 65): “a compreensão das democracias latino-americanas requer considerações sobre as Forças Armadas como um ator político [...] é também necessário parar de pensar sobre a democracia como um ponto final estático.” Tais democracias são construções permanentes e exigem mobilização e vigilância constantes.

Em grande medida, os avanços na implementação das medidas de Justiça de transição, no continente, não foram propostas pelos Estados recém democratizados. Ao contrário, nasceram dos movimentos da sociedade civil em defesa dos direitos humanos. Os resultados democráticos, na fase inicial das transições, foram provisórios, incertos, desenvolveram-se gradativamente em razão das lutas sociais contínuas por verdade, memória e justiça (JELIN; HERSHBERG, 2006). Tais lutas tiveram início na década de 1970, ensejadas pela gravidade das violações dos direitos humanos praticadas. Diante disso, surgiu um movimento significativo de defesa dos direitos humanos, cujo escopo era a revalorização da democracia e o restabelecimento de garantias civis (JELIN; HERSHBERG, 2006). Para Kathryn Sikkink (2006), esse período é a era do surgimento de uma rede latino-americana de direitos humanos, impulsionada pela emergência concomitante de um movimento de mesma natureza nos EUA e na Europa, que estabeleceram uma estrutura organizacional ampla com a finalidade de trocar informações (SIKKINK, 2006).

As movimentações em defesa dos direitos humanos ganharam maior fôlego quando o democrata Jimmy Carter assumiu a presidência estadunidense (1977-1981). Temia-se que a política de direitos humanos fosse totalmente suprimida quando este deixasse o poder, mas, paradoxalmente, a administração do republicano neoliberal Ronald Reagan estimulou alguns esforços nesse sentido (SIKKINK, 2006). Portanto, mantendo o impulso da década anterior, ocorreu, entre 1981 e 1990, um período de consolidação da rede latino-americana de direitos humanos, apesar de todas as dificuldades e obstáculos (SIKKINK, 2006). Inclusive, durante os anos de 1980, os direitos civis fundamentais tornaram-se o tema central do ativismo político e da preocupação intelectual no continente (JELIN; HERSHBERG, 2006). As violações dos direitos humanos, dirigidas a todos os grupos sociais, ainda que em graus variados, ampliou a base das pressões sociais congregadas em torno da pauta de respeito a esses direitos. Por isso, as transições latino-americanas coincidem no tempo, estimuladas pela

ampla mobilização popular a respeito das questões dos direitos fundamentais individuais e coletivos (JELIN; HERSHBERG, 2006). A expansão das organizações latino-americanas de defesa dos direitos humanos foi notável. Passaram de 22 organizações, em 1981, para 550, em 1990. No período, foram identificadas 140 organizações internacionais vinculadas a essa temática, na América Latina (SIKKINK, 2006). O crescimento das mobilizações sociais voltadas à questão dos direitos humanos contribuíram para a desestabilização das ditaduras civis-militares, bem como corrobora o fato de os militares terem atuado intensamente pelo controle do processo de transição. Ainda hoje, muitas informações sobre os períodos ditatoriais continuam inacessíveis por terem sido deliberadamente ocultadas ou por estarem dispersas em espaços e localidades variados. Isso denota a tentativa de deixar no esquecimento fatos reveladores das violações dos direitos humanos durante os regimes autoritários (THIESEN, 2011).

As iniciativas de defesa dos direitos humanos e de construção da memória sobre os períodos ditatoriais assumem evidente importância. Conforme Boaventura de Sousa Santos (2006), o direito à informação é pré-condição para se produzir uma memória livre e combater o esquecimento. Neste percurso de construção e delimitação teórica do objeto, será abordado, a seguir, um dos pilares da Justiça de transição: a construção da memória.

### **3.3 Memória**

O termo memória é polissêmico, estudado em diversos campos (filosofia, psicologia, neurociência, ciência da computação, entre outros). Até meados da década de 1970, não era um tema presente nas principais obras de referência das Ciências Sociais ou da História. Porém, poucos anos depois, principalmente no final dos anos 1980, penetrou profundamente nos debates (TRAVERSO, 2007). Nesta pesquisa, tratamos apenas de alguns aspectos filosóficos, sociológicos e históricos da memória, em sua dimensão social ou coletiva, especialmente a sua diferenciação em relação à história e sua característica crítica.

A memória é definida, em linhas gerais, como evocação do passado. Trata-se da capacidade humana de guardar, pela lembrança, as reminiscências de um tempo que não retornará jamais: a “memória é uma atualização do passado ou a presentificação do passado e

é também um registro do presente para que permaneça como lembrança” (CHAUI, 2000, p. 161).

A memória não é um simples lembrar ou recordar, mas revela uma das formas fundamentais de nossa existência que é a relação com o tempo, e, no tempo, com aquilo que está invisível, ausente e distante, isto é, o passado. A memória é o que confere sentido ao passado como diferente do presente (mas fazendo ou podendo fazer parte dele) e do futuro (mas podendo permitir esperá-lo e compreendê-lo) (CHAUI, 2000, p. 164).

No “Dicionário de Filosofia” de Ferrater Mora (2004), a memória difere da simples recordação. Esta última é um processo psíquico, é o ato de recordar ou então o recordado. A memória, por sua vez, é capacidade, faculdade, função (FERRATER MORA, 2004). Todo indivíduo, exceto em condições patológicas, é dotado desta faculdade, uma organização neurobiológica bastante complexa (CANDAU, 2014).

A distinção entre lembrança e memória é mencionada desde Platão (FERRATER MORA, 2004). Para os gregos antigos a deusa da memória poderia conferir imortalidade, pois, uma vez registrados os atos e feitos de um ser humano, este jamais seria esquecido, tornava-se memorável (CHAUI, 2000). Nesse contexto, a memória era considerada essencial ao aprendizado, constituindo uma arte, a arte da memória, uma das cinco partes da retórica, uma técnica, cuja função era aprimorar a oratória e permitir ao orador tecer longos discursos com precisão (YATES, 2007).

Nos tempos modernos, um dos principais filósofos a cuidar do tema foi Henri Bergson na obra “Matéria e Memória” (1999). Bergson distingue dois tipos de memória: a memória hábito e a memória pura ou memória propriamente dita. A memória hábito é um automatismo psíquico, a retenção de uma lembrança pela repetição contínua. A memória pura é aquela na qual se guarda alguma coisa única, irrepitível, relevante, mantida pelo seu significado afetivo, valorativo. Na memória guardamos, por seleção, aquilo que tem maior significado em nossas vidas, mesmo que tenha ocorrido uma única vez e nunca tenha se repetido (CHAUI, 2000). Não há qualquer existência psicológica na memória pura, por isso é chamada de “virtual”, “inativa”, “inconsciente”. Memória pura e memória hábito são indissociáveis na teoria de Bergson (DELEUZE, 1999, p. 39).

Para Paul Ricoeur (2018), memória-hábito e memória-pura são dois pólos de uma série contínua de fenômenos mnemônicos: “desde Aristóteles, a recordação é descrita como

uma 'busca', isso antecipa o que será chamado de 'esforço de memória' em Bergson" (RICOEUR, 2018, p. 71). Para Jacques Le Goff (2013), a memória, além de um conjunto de funções psíquicas, é a propriedade de conservar informações.

Como explica Ecléa Bosi (1979), na abordagem de Bergson, a memória aparece como uma força subjetiva, cujo princípio central é a conservação do passado pela lembrança, sobrevive no espírito de cada ser humano, individualmente, "quer chamado pelo presente sob a forma da lembrança, quer em si mesmo, em estado inconsciente" (BOSI, 1979, p. 15). Em Bergson, a memória implica trabalho, é um exercício de escolha, seleção, esquecimento, muitas vezes difícil e doloroso (CANDAUI, 2014). Contudo, é importante destacar que Bergson conferia à memória um estatuto espiritual, individual, introspectivo, subjetivo, sem condicionantes sociais e culturais. O que falta em Bergson, segundo Ecléa Bosi (1979), é justamente a análise das relações interpessoais, o tratamento da memória como fenômeno social, sob a influência do mundo material, inserida em determinados contextos políticos.

Deve-se a Maurice Halbwachs a atribuição de memória a uma entidade coletiva (grupo ou sociedade). Nos conceitos de quadros sociais da memória e de memória coletiva, as diversas memórias individuais são encadeadas; somente o pensamento coletivo seria capaz de realizar tal operação (RICOEUR, 2018). Entretanto, muitos estudiosos questionam a efetiva existência de memória coletiva. Como observa Paul Ricoeur (2018), uma das principais questões em relação à temática da memória refere-se justamente ao sujeito: quem se lembra? Há pesquisadores que contrapõem a memória individual à memória coletiva. No entanto, na opinião de Ricoeur (2018), elas não se opõem, são de constituições distintas e, eventualmente, se cruzam. Dessa forma, a teoria psicossocial da memória, de Maurice Halbwachs (1990), distingue-se da concepção individualizada de Bergson (1999). Halbwachs relativiza a noção de pureza da memória e propõe averiguá-la em contexto histórico e de relações sociais (BOSI, 1979). Segundo Bosi (1979), Halbwachs parte do estudo do fato social de Durkheim para concluir que "o predomínio do social sobre o individual deveria, por força, alterar substancialmente o enfoque dos fenômenos ditos psicológicos como a percepção, a consciência e a memória" (BOSI, 1979, p. 16). Nessa perspectiva, a memória está ligada ao sistema de representações, hábitos e relações sociais de um determinado grupo (BOSI, 1979).

A memória individual não está totalmente isolada e fechada, está apenas limitada no espaço e no tempo. A memória coletiva, por sua vez, pode perdurar por muito mais tempo,



pois tira a sua força e a sua duração por ter como suporte um conjunto de lembranças comuns (HALBWACHS, 1990). Desse modo, a memória individual é um ponto de vista da memória coletiva, que depende do lugar que cada indivíduo ocupa na sociedade e este lugar pode mudar segundo as relações que este indivíduo mantém com os outros indivíduos. O sentido de memória coletiva pressupõe, portanto, que ela evolui segundo as suas próprias leis: as diversas memórias individuais são alocadas nesse conjunto, como uma moldura, um quadro. Uma vez sobrepostas, não são mais consciência pessoal, mas coletiva (HALBWACHS, 1990). Portanto Halbwachs (1990), nesta formulação, estabelece a distinção entre memória interior e exterior, uma memória pessoal e outra social, mais precisamente, uma memória autobiográfica e uma memória histórica:

A primeira se apoia na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e mais denso (HALBWACHS, 1990, p. 55).

O estudo da memória, nas Ciências Humanas, ganhou fôlego na segunda metade dos anos 1980 (TRAVERSO, 2007), através do historiador Pierre Nora (1993). A memória coletiva é sempre viva, carregada por grupos vivos e, por essa razão, está em constante evolução, suscetível tanto à lembrança quanto ao esquecimento, vulnerável aos usos e às manipulações, às longas latências e repentinas revitalizações (NORA, 1993). Na teoria de Bergson (1999), mencionada anteriormente, a memória individual é um trabalho, um exercício constante, que envolve seleção. O mesmo esforço ocorre no âmbito da memória coletiva. Conforme assevera Enzo Traverso: “o passado se transforma em memória coletiva depois de haver sido selecionado e reinterpretado segundo as sensibilidades culturais, os dilemas éticos e as conveniências políticas do presente”<sup>3</sup> (2007, p. 14, tradução nossa).

Para Jacques Le Goff (2013), a memória é um fenômeno psicológico e individual, que se liga à vida social, por meio da acumulação e conservação de diversos tipos de documentos/monumentos. Como antes mencionado, a memória pode ser considerada um mecanismo de registro e retenção de informações, conhecimentos e experiências; a memória

---

<sup>3</sup> El pasado se transforma en memoria colectiva después de haber sido seleccionado y reinterpretado según las sensibilidades culturales, los dilema éticos y las conveniencias políticas del presente.

coletiva, porém, aparece mais comumente na forma de algo concreto, objetivo (MENESES, 1992). A memória coletiva ou social é objetiva, pois reside em objetos e lugares (CHAUI, 2000). Dessa forma, corre o risco constante de se desgastar, devendo, portanto, ser trabalhada, preservada e restaurada. Tendo em vista o seu caráter vivo, fluido, mutável e suscetível, a memória coletiva é um “processo permanente de construção e reconstrução” (MENESES, 1992, p. 10).

Considerando o aspecto social da memória, é importante distingui-la da história. A memória é uma fonte historiográfica e, por isso, necessita ser trabalhada, compreendida, questionada e confrontada com outras fontes. Essa concepção é fundamental para a delimitação do presente objeto de estudo — os lugares de memória — e, ainda, para a definição do papel desses dispositivos no seio social.

Na evolução teórica do estudo da memória, até a passagem do século XIX para o XX, não eram estabelecidas linhas distintivas muito claras entre memória e história. Isso ocorreu somente quando as questões da memória e o historicismo clássico foram colocadas em debate, simultaneamente, na Filosofia, por Henri Bergson, na Psicanálise, por Sigmund Freud e na Sociologia, por Maurice Halbwachs. A partir disso, ganhou força a tendência em considerar a memória como um substrato subjetivo do campo da História (TRAVERSO, 2007). Ainda no século XIX, os historiadores defendiam a separação entre história e memória, mas com outro viés, no sentido de que a memória termina onde começa a história (MOTTA, 2012).

Halbwachs (1990), precursor do conceito de memória coletiva, distingue-a da história em ao menos dois aspectos. Primeiro, a memória é uma corrente de pensamento contínuo não artificial, pela qual é retido do passado somente aquilo que ainda está vivo, capaz de sobreviver na consciência do grupo que a carrega e, conseqüentemente, não ultrapassa os limites desse grupo. Segundo, a memória coletiva, ao contrário da história, não possui delimitações nítidas, são irregulares e incertas (HALBWACHS, 1990). Paul Ricoeur (2018), com base no pensamento de Halbwachs, evidencia esses dois aspectos como traços distintivos irreduzíveis entre memória e história. A continuidade viva da memória se contrapõe radicalmente à descontinuidade e à periodização do conhecimento histórico. Além disso, há várias memórias coletivas, mas apenas uma história, que se interessa, sobretudo, pelas diferenças e oposições. Como explica a historiadora Márcia Motta:

é mais do que razoável admitir que a memória e a história não são sinônimos, pois, diferentemente da primeira, a história aposta na descontinuidade, visto que ela é, ao mesmo tempo, registro, distanciamento, problematização, crítica e reflexão; ela é manejada, reconstruída a partir de outros interesses e em direção diversa, e, para se opor à memória, a história tem ainda o objetivo de denunciar e investigar os elementos que foram sublimados ou mesmo ignorados pela memória (MOTTA, 2012, p. 25).

Segundo Pierre Nora (1993), apoiado em Halbwachs (1990), a memória é viva e diz respeito aos grupos vivos, que a conservam no presente; a história, por sua vez, é a reconstrução sempre problemática e incompleta do passado, é uma operação intelectual que demanda análise e discurso crítico. De acordo com Jacques Le Goff (2013), a história é a forma científica da memória social e, enquanto tal, exige a aplicação de teoria, método, confrontação de fontes. Nesse procedimento, “segundo a sua orientação, a memória pode conduzir à história ou distanciar-se dela.” (LE GOFF, 2013, p. 401). O autor é categórico em colocar a memória como instrumento da história, seguindo a linha de Michel Foucault, segundo o qual, o problema da história se resume à interrogação dos documentos, das fontes e da memória, inclusive (LE GOFF, 2013).

Na proposição do antropólogo Joël Candau (2014), tanto a memória quanto a história são representações do passado. Entretanto, a história tem como objetivo a exatidão, isto é, ordenar, explicar e trazer à luz, da melhor forma possível, os aspectos do passado. Por outro lado, a memória pretende a verossimilhança ao modelar as formas do passado. A história busca colocar distância em relação ao passado, a memória busca fundir-se nele (CANDAU, 2014). Ricoeur (2018) também admite a memória como matriz da história, mas, propõe um meio termo. A apologia da memória apenas e tão somente como fonte matricial da história, na medida em que a história restaria como a única guardiã da representatividade do passado, enfrenta a tentação de se transformar em reivindicação da memória contra a história (RICOEUR, 2018), ou seja, tornar a história cativa da memória (MENESES, 1992). Portanto, defende Ricoeur (2018): a memória transforma-se em história através de uma construção narrativa. A construção narrativa é uma forma de trabalho, de manipulação, sobre a memória. Quando manipulada, a memória enuncia-se, carrega-se de interpretação. Isso lhe confere um caráter estratégico, pode ser utilizada tanto para rememoração, quanto para o esquecimento. Portanto, a manipulação da memória é também o seu ponto crítico (RICOEUR, 2018).

Para além da dicotomia entre história e memória, Pierre Nora (2009) propõe colocá-las em relação dialética. A memória pode transformar a história e vice-versa (NORA, 2009). Como aponta o autor, antes do advento da concepção de memória coletiva, a história era uma mera construção sujeita aos interesses políticos e sociais das classes dominantes, responsáveis por seleccionar o que seria lembrado e esquecido. O historiador Eric Hobsbawm corrobora esse ponto específico ao tratar do papel da história nacional na invenção das tradições:

já que a história que se tornou parte do cabedal de conhecimento ou ideologia na nação, Estado ou movimento não corresponde ao que foi realmente conservado na memória popular, mas àquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo (HOBSBAWM, 2015, p. 21).

Não obstante, a noção de memória coletiva ajudou a romper esse estatuto. Outros grupos, que não os detentores do poder, passaram a reivindicar a sua memória, contrapondo-a à história oficialmente constituída. Com isso, a memória passou a dar novos sentidos, significados à história e acabou, igualmente, por transformá-la. Dessa forma, como via de mão dupla, a historiografia crítica passou a impulsionar e incentivar a construção crítica da memória coletiva. Antes disso, a história, com pretensões científicas, colocava-se em oposição, à memória, considerando-a apenas como um fenómeno de ordem individual, “pessoal, psicológica, capciosa, baseada em nada além do testemunho.” (NORA, 2009, p. 9). Mas a emergência da memória coletiva provocou uma inversão. A memória ganhou novo estatuto, transformou-se em um dever, “dever de lembrar” (NORA, 2009, p. 10), dever de pertencimento, mas, também, um dever com relação ao fazer historiográfico:

O que é novo, e isso está relacionado ao terrível infortúnio do século, é a reivindicação de uma verdade que é mais verdadeira do que a verdade da História. A memória é um tipo de justiça. Em outras palavras, a memória lembra e a História esquece. Hoje em dia, a História deve proporcionar o conhecimento, mas a memória dá o significado (NORA, 2009, p. 9).

Como aponta Pierre Nora (2009), a partir da década de 1990, com o fim da Guerra Fria e início da onda mundial de democratização, vive-se a chamada “emergência da memória” (2009, p. 6), a necessidade constante de os grupos sociais e étnicos reivindicarem a sua própria memória, em um movimento generalizado de recordação total e pertencimento, que validou a noção de memória coletiva cunhada quase um século antes (NORA, 2009). A

passagem da memória do âmbito individual para o coletivo tem o caráter de autoafirmação, fato que confere à memória força positiva e libertadora, principalmente, para os grupos sociais e étnicos que reivindicam a sua memória, anteriormente não abrangida pela história oficial (NORA, 2009).

Quanto ao dever de memória coletiva, Ricoeur (2018) afirma que ela não se restringe ao dever de manutenção dos rastros materiais. Trata-se de um dever de justiça, que consiste essencialmente em não esquecer. Portanto, é um dever simbólico para com as vítimas do passado. A vítima, em questão, é o outro, com quem estamos em dívida. Segundo Ricoeur (2018), o dever de memória, como ideia de justiça, torna a memória coletiva muito mais do que um trabalho ou um exercício; coloca-a como força imperativa ética e moral, comprometida com um projeto de construção de futuro. Esse imperativo, no entanto, não pode provocar um curto-circuito no trabalho da história (RICOEUR, 2018). Por isso, Ulpiano Bezerra de Meneses mostra que o trabalho sobre a memória deve ser realizado no “laboratório da história” (MENESES, 1994, p. 41), tratada, portanto, como objeto, fonte de conhecimento.

A discussão sobre a distinção entre memória coletiva e história é um aspecto chave polêmico no campo das humanidades (ASSMAN, 2011). Nas palavras de Aleida Assman:

tanto se descreveu o surgimento da historiografia crítica como emancipação em relação a uma memória oficial quanto se fez prevalecer os direitos da memória em face de uma ciência histórica poderosa demais (ASSMAN, 2011, p. 143).

Para a autora, o ponto comum nas teorias que diferenciam memória e história, é a acentuação do caráter construtivista da recordação em face de uma ciência histórica, que se pretende neutra e objetiva (ASSMAN, 2011). Alguns teóricos, como por exemplo a própria Assman (2011) e Dan Diner (2000), não concordam com tal diferenciação e equiparam ou aproximam história e memória. Muito embora essa não seja a linha de pensamento majoritária, a memória conforma-se como uma espécie de “metahistória”, uma história menos árida e mais subjetiva (TRAVERSO, 2007, p. 13). Como explica François Hartog:

Memória tornou-se, em todo caso, o termo mais abrangente: uma categoria meta-histórica, por vezes teológica. Pretendeu-se fazer memória de tudo e, no duelo, entre a memória e a história, deu-se rapidamente vantagem à primeira, representada por este personagem, que se tornou central em nosso espaço público: a testemunha. Interrogou-se sobre o esquecimento, fez-se

valer e invocou-se o ‘dever de memória’ e por vezes, também, começou-se a estigmatizar abusos da memória ou do patrimônio (HARTOG, 2013, p. 25-26).

Nesta pesquisa, adota-se a perspectiva majoritária presente nas pesquisas historiográficas, que confrontam a memória com outras fontes, submetem-na a um método, a uma teoria e a procedimentos críticos. Mesmo porque o trabalho historiográfico não é alheio à sociedade, restrito à torre de marfim da academia. O historiador, no desempenho de sua função, participa da sociedade civil e contribui para a formação de uma consciência histórica e de uma memória coletiva e plural. O trabalho do historiador contribui para construir o “uso público da História” (TRAVERSO, 2007, p. 37). Como afirma Eric Hobsbawm (2002), muito embora o historiador deva manter uma certa distância do objeto, não deve deixar de condená-lo quando necessário, afinal: “o mundo não vai melhorar sozinho” (HOBSBAWM, 2002, p. 455).

Uma vez fixada a diferenciação entre memória e história e, ainda, considerando a memória um objeto de estudo da história, serão tratados, agora, alguns aspectos importantes da memória coletiva, principalmente, quanto à sua relação com a formação identitária de um grupo, sua relação com o trauma social, bem como seus usos políticos e abusos na forma de esquecimento e excesso (fetichismo).

### 3.3.1 Usos e abusos da memória

A memória coletiva, por ser da ordem do presente, viva, fluida, suscetível, é um objeto de disputa. De acordo com Jacques Le Goff (2013), é ela colocada em jogo nas lutas sociais pelo poder:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2013, p. 390).

A memória coletiva, aberta às latências e às revitalizações, às construções e às reconstruções constantes, possui um duplo viés em seus usos. Pode-se tratar de uma conquista libertadora ou de um instrumento de dominação: “devemos trabalhar de forma que a memória

coletiva sirva para a libertação e não para servidão dos homens.” (LE GOFF, 2013, p. 436). Em complementação, Andreas Huyssen (2000) fala em usos políticos da memória coletiva. Para o autor, a mobilização do passado pode tanto sustentar políticas nacionalistas, fundamentalistas, chauvinistas e mitos fundadores, como também, contrariar essas políticas ou as que perseguem o esquecimento.

A “emergência da memória” (NORA, 2009, p. 6), na contemporaneidade, validou a noção de memória coletiva, que possibilitou tornar visíveis as chamadas “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989, p. 5) ou “memórias clandestinas” (POLLAK, 1989, p. 9). Elas tomaram os espaços públicos, com suas reivindicações múltiplas, fazendo parte das disputas sociais por memória, tendo impulsionado, igualmente a revisão crítica do passado, principalmente, em tempos de mudança política. Por outro lado, a emergência da memória, um dos “fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes” (HUYSSSEN, 2000b, p. 9), foi caracterizada pela volta preponderante do passado, em contraste com o pouco privilégio dado ao futuro.

Em meio à febre de memória ou emergência de memória produzida pela aceleração do tempo histórico, quando tudo se altera muito rapidamente, em razão dos avanços tecnológicos, da globalização e das dinâmicas do sistema produtivo na sociedade burguesa capitalista, a recordação passou a ser um elemento característico de nossa era (NORA, 2009). Com isso, o presente passou a ser onipresente na sociedade (HARTOG, 2013). Essa experiência contemporânea, denominada por François Hartog (2013) como presentismo, consiste na deterioração do futuro como horizonte, substituído pelo presente e pelo imediatismo. Nessa ótica, a memória, objeto de disputas sociais, passou a ser também um instrumento presentista:

esses são os principais traços desse presente multiforme e multívoco: um presente monstro. É ao mesmo tempo tudo (só há presente) e quase nada (a tirania do imediato) (HARTOG, 2013, p. 259).

A memória coletiva foi se transformando, gradativamente, em uma obrigação ética, mas, ao mesmo tempo e, muitas vezes, converteu-se em fonte de abusos (TRAVERSO, 2007). Dessa forma, segundo Enzo Traverso, a memória maximizada, tornou-se uma espécie de “religião civil” (2007, p. 14) do mundo ocidental, com seu sistema de valores, crenças e

símbolos. Enfim, essa obsessão contemporânea pela memória, difundida pelos meios de comunicação de massa, pela indústria cultural e pela indústria do turismo, expressas em difusão desenfreada e crescente comercialização, foi denominada de “cultura de memória” por Huyssen (2000, p. 15), cujos usos são tão variados quanto os usos políticos da memória.

Tendo em vista esses usos variados da memória, Ricoeur (2018) traça uma tipologia dos abusos: a memória impedida, a memória obrigada e a memória manipulada. Por memória impedida, entende-se que a repetição persistente, compulsória, impede a conscientização sobre as causas e efeitos dos acontecimentos traumáticos e dos conflitos sociais. A banalização indiscriminada retira da memória sua força positiva e libertadora. Por memória obrigada, temos como exemplos as anistias, que em tempos de transição política, são transvestidas de reconciliação e apaziguamento social. Segundo Ricoeur (2018), a anistia figura na categoria de esquecimento institucional, pois, aspectos selecionados do passado são declarados proibidos e relegados ao esquecimento, por denegação. Conforme infere o autor, há até uma proximidade fonética entre anistia e amnésia, que remete a um pacto secreto de afastamento da verdade e simulação do perdão (RICOEUR, 2018). Finalmente, a memória manipulada é entendida como um ponto frágil, principalmente em decorrência da ideologia. Para o autor, a via ideológica exerce influência sobre o trabalho da memória, porque ela pode ser reconfigurada ou deslocada para ser usada em estratégias diretas de esquecimento, na forma de negacionismos ou revisionismos.

O negacionismo, como observa Paul Ricoeur (2018), é uma impugnação factual pelo emprego da pura e simples falsificação, ou, em muitos casos, pela omissão deliberada. O revisionismo, por sua vez, como aponta Enzo Traverso (2007), é uma palavra camaleônica, que tomou significados diversos ao longo do século XX. A crítica ao revisionismo se iniciou no final do século XIX, com a denúncia de Rosa Luxemburgo contra as propostas reformistas de Eduard Bernstein, secretário do Partido Social-Democrata alemão (SPD), o qual defendia o abandono da via revolucionária. Depois de 1945, no pós-guerra, o termo tomou conotações pejorativas. Era utilizado por partidos comunistas contra outros partidos, quando suas propostas políticas, programas ou doutrinas eram criticados (BOTTOMORE, 2012). Mas, há também um revisionismo histórico, muitas vezes legítimo e necessário. Este implica um giro ético e político, com base em fontes e método, que pretende colocar um ponto final nos longos períodos de amnésia coletiva ou ocultação oficial do passado (TRAVERSO, 2007).



Para Paul Ricoeur (2018), o cerne do problema nos usos da memória reside justamente na manipulação por meio da ideologia:

O processo ideológico é opaco por dois motivos. Primeiro, permanece dissimulado; diferentemente da utopia, é inconfessável; mascara-se ao se transformar em denúncia contra os adversários no campo da competição entre ideologias: é sempre o outro que atola na ideologia (RICOEUR, 2018, p. 95).

O autor aponta, ainda, três níveis operatórios desse fenômeno: a distorção da realidade, a legitimação do poder e a coesão do mundo comum. Portanto, para a memória coletiva não se submeter à ordem ideológica, necessita, antes de tudo, possuir uma função social e um aspecto de construção crítica, deve, ainda, ser problematizada, questionada, confrontada (HUYSSSEN, 2000; MENESES, 1992; RICOEUR, 2018). Além disso, é primordial democratizar a construção da memória coletiva em todos os seus âmbitos, com a finalidade de criar diversos espaços de debate para que os usos da memória coletiva sejam pensados diretamente pela coletividade (HUYSSSEN, 2000b; JELIN, 2002).

Em face dessas considerações sobre os possíveis usos e abusos da memória, deve-se enfrentar uma outra questão: a que diz respeito à identidade. Como defende Joël Candau (2014), no âmbito individual, a identidade pode ser um estado, uma representação e um conceito. No âmbito coletivo, a questão ganha maior complexidade, pois, não existem indivíduos idênticos. Logo, no âmbito coletivo, o termo é utilizado apenas como representação. Os membros de um grupo produzem representações comuns quanto à sua origem, história e natureza. Desde o início do século XIX, muitas dessas representações objetivaram autenticar e naturalizar as identidades nacionais e seus mitos fundadores. Elas funcionam como marcos de trajetória comum através dos quais as construções identitárias coletivas adquirem lógica e coerência (CANDAUI, 2014).

Historicamente, memória e identidade estão intimamente ligadas. Conforme Jacques Le Goff (2013), a memória é um elemento essencial da identidade coletiva, tanto como auto-afirmação quanto como dever (NORA, 2009). A auto-afirmação pode conferir à identidade e à memória uma força positiva e libertadora, principalmente para os grupos sociais e étnicos que procuram reforçar a sua identidade de grupo (NORA, 2009). No entanto, a construção de uma identidade nacional genérica pressupõe a condição de semelhança de alguns em contraposição à condição de alteridade em relação aos outros, os diferentes; é mais um processo de

reconhecimento do que de conhecimento (MENESES, 1993). A diferença é a base de todas as classificações, discriminações e hierarquizações sociais. O problema reside em apontar as diferenças para fundamentar a defesa de privilégios. Por esse motivo, “se quisermos nos afastar da ilusão de uma totalidade íntegra e coesa, teremos que forçosamente enfrentar o problema das divisões e do conflito.” (MENESES, 1993, p. 211).

Há o perigo de a memória coletiva se tornar memória oficial, produto de seleções arbitrárias e montagem ideológica para fundamentar uma certa ideia de identidade nacional (POLLAK, 1989). A memória assim erigida, sem participação coletiva e democrática, configura um “mau uso da memória” (RICOEUR, 2018, p. 94-95), pois legitima os atos violentos do passado. A memória vista apenas como elemento de coesão social, legitimadora de poder, iguala-se ao esquecimento voluntário pela ocultação deliberada do passado, obstando as lutas sociais por memória (HUYSEN, 2000).

Os abusos da memória decorrem, comumente, da ambição pelo controle sobre o processo de memorização que pode “resvalar do uso para o abuso” (RICOEUR, 2018, p. 73). Dentre os abusos, o primeiro a ser discutido é o esquecimento. Nesse prisma, Le Goff (2013) assevera que a amnésia não se restringe somente ao indivíduo, é também a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva, perda que pode causar perturbações graves a determinada coletividade (LE GOFF, 2013).

O esquecimento é paradoxal. Pode ser uma das condições ao bom funcionamento da memória individual e coletiva, mas pode converter-se em abuso. Toda narrativa do passado implica seleção, logo, deve-se admitir que não se pode recordar tudo, porque a memória total é impossível. O esquecimento pode ser tanto produto de vontade política, manifestado por meio de silenciamento forçado, mas há também o esquecimento libertador da carga pesada do passado, necessário para criar nova perspectiva de futuro (JELIN, 2002). Nessa linha, Ricoeur (2018) questiona se o uso comedido da memória não seria também o uso comedido do esquecimento. O esquecimento pode ser uma disfunção da memória ou pode ocorrer de maneira consciente, metódica, contra a “cultura teimosa da memória” (RICOEUR, 2018, p. 82). O esquecimento é uma disfunção quando decorre, por exemplo, do apagamento deliberado de vestígios materiais. Contra esse tipo de esquecimento cabe o trabalho sobre a memória, em busca de equilíbrio (RICOEUR, 2018).

A memória compulsória ou em forma de mercadoria, fetichizada, como produto cultural, desprovida de senso crítico e sem ímpeto de indagação é caracterizada como excesso. Ainda no século XIX, o filósofo Friedrich Nietzsche alertava para a crise alarmante da memória que, tanto pelo excesso, quanto pela emergência das ciências históricas, estava a ponto de perder a sua capacidade de reter o essencial e, com isso, próxima de perder a sua capacidade de indicar horizontes, noções de futuro (ASSMAN, 2011).

Em razão da aceleração do tempo histórico, explicitada por Pierre Nora (2009), não só a recordação passou a ser um elemento característico de nossa era, como também o obscurecimento do futuro. Na sociedade contemporânea, as incertezas das mudanças provocam o constante temor de perda da memória nas sociedades contemporâneas. Tal descontinuidade, que se traduz na falta de identificação dos indivíduos de hoje com os de ontem, faz com que o acesso ao passado dependa de operações de reconstrução documental (NORA, 2009). Na concepção de Nora (2009), a memória coletiva tornou-se cada vez mais formal, objetiva e desconectada do passado. É sobretudo uma memória arquivística, pautada em vestígios materiais e no imediatismo do registro, que prolifera nos espaços públicos através de lugares, arquivos, museus, monumentos, datas comemorativas, placas recordativas (JELIN, 2002).

As “ideologias de segurança” (CANDAU, 2014, p. 113), têm como objetivo conservar tudo, armazenar tudo e, ao mesmo tempo, produz informações em volume extraordinário. A *information overload* é um sintoma cada vez mais frequente (CANDAU, 2014). Nesse contexto, a intensa musealização de tudo pode tornar os dispositivos de memória e informação locais de “esquecimento ativo” (CANDAU, 2014, p. 114-115). O “turismo de memória” (TRAVERSO, 2007, p. 14), no qual os dispositivos de memória são transformados em espaços rentáveis, promovidos por técnicas publicitárias, contam com toda sorte de infraestrutura turística como hotéis, restaurantes, lojas de recordações etc. Segundo Hartog (2013), o turismo é um poderoso instrumento presentista, produto do imediatismo e da economia midiática: “o mundo inteiro ao alcance da mão, em um piscar de olhos” (2013, p. 148). Trata-se da reificação do passado pela indústria do turismo, do espetáculo e da cinematografia (TRAVERSO, 2007), que transformam a memória em objeto de consumo,

como ocorreu, por exemplo, com o ex-campo de concentração nazista em Auschwitz.<sup>4</sup> O bombardeamento de testemunhos, filmes, fotografias, espetáculos, notícias, propagandas, o transformou em destino turístico, produto cultural a ser consumido indiscriminadamente, em detrimento do aspecto crítico de construção da memória.

O fetichismo é um aspecto inerente aos objetos produzidos como mercadorias. Segundo Karl Marx, em *O Capital*, “a mercadoria aparenta ser algo simples, trivial, mas sua análise revela um caráter místico” (MARX, 2017, p. 146).

Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias surge, como a análise anterior já mostrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias [...]. Ou, dito de outro modo, os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre produtores. A estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas (MARX, 2017, p. 148).

Segundo Marx (2017), a forma universal do dinheiro é o vetor do fetichismo da mercadoria. A sua forma fetichizada aparece apenas enquanto valor de troca e não como um produto social do trabalho humano. No capitalismo, o fetichismo pressupõe uma máscara, uma maquiagem, uma cortina de fumaça sobre as relações sociais. Em outras palavras, as relações sociais são obscurecidas pelas formas econômicas (BOTTOMORE, 2012). O sentido de reificação, portanto, assenta-se na transformação das relações humanas em relações entre coisas (mercadoria e dinheiro), o que acaba condicionando a vida humana a uma automação inanimada ou, até mesmo, transformando os seres humanos em coisas (BOTTOMORE, 2012). Para muitos estudiosos da teoria marxista, a reificação é um caso especial de alienação (BOTTOMORE, 2012).

Indubitavelmente, a memória não é uma mercadoria, mas assume essa forma na medida em que é fetichizada, transformada em produto cultural distribuído e comercializado como tal. Com isso, ela perde a sua função social, sua força positiva e libertadora. Conforme Karl Polanyi (2000), os elementos da economia de mercado passaram a controlar e dirigir os elementos da vida social. A descrição desses elementos como mercadorias, dentre os quais

---

<sup>4</sup> Durante o verão de 2015, a direção de Auschwitz instalou chuveiros na entrada do memorial para refrescar o alto número de visitantes que aguardavam em longas filas sob o sol. A atitude gerou comoção internacional e críticas de comunidades judaicas ao redor do mundo (CHUVEIROS, 2015).

pode ser incluída a memória, é totalmente fictícia. Esta não é constituída originariamente como mercadoria, não é produzida para venda, mas, na sociedade capitalista, acaba sendo organizada na lógica de mercado pela indústria cultural e turística. Nas palavras de Polanyi (2000, p. 94), “a ficção da mercadoria, portanto, oferece um princípio de organização vital em relação à sociedade como um todo”. Por isso, é importante destacar: a análise do fetichismo pode ser um ponto de partida para a análise de relações não originariamente econômicas, pois estabelece uma dicotomia entre a aparência e a realidade ocultada. Pode, ainda, ser transportada para a averiguação da ideologia (BOTTOMORE, 2012), a qual, como já dito acima, é uma das principais formas de manipulação da memória (RICOEUR, 2018).

A memória se tornou uma obsessão cultural inescapável, de proporções monumentais. A única forma de contornar essa realidade é a democratização das memórias localmente (HUYSSSEN, 2000b). Nesse contexto, Ulpiano Bezerra de Meneses (1993) aponta para duas direções bastante diversas sobre a gestão da memória, na contemporaneidade. A primeira, de caráter conservador, baseia-se na fetichização da memória para transformá-la em mercadoria e em instrumento de legitimação. A segunda, em resposta à alienação provocada pela expropriação da memória, representa a emergência da consciência, do despertar de senso crítico, de mobilização, como bandeira política e combustível para os movimentos sociais (MENESES, 1993). Se a ideologia é um mecanismo de distorção da memória coletiva (RICOEUR, 2018), é necessária uma atividade transformadora sobre a mesma, um trabalho que a signifique diante das condicionantes econômicas. Tudo isso pode ser resumido no que Huysen (2000b, p. 67) denomina como rememoração ativa:

Quanto maior é a memória armazenada em bancos de dados e acervos de imagens, menor é a disponibilidade e a habilidade da nossa cultura para se engajar na rememoração ativa, pelo menos ao que parece. A rememoração dá forma aos nossos elos de ligação com o passado, e os modos de lembrar nos definem no presente. Como indivíduos e sociedades, precisamos do passado para construir e ancorar nossas identidades e alimentar uma visão de futuro.

### 3.3.2 Memória traumática

A memória coletiva traumática pode ser definida como:

a face de maior força em nossos tempos, herança de conflitos e violências que assolaram o século passado e não desapareceram neste, sem contar os desastres naturais. O trauma cultural é aqui tomado, um pouco na linha de Neil Alexander, como a memória aceita por uma comunidade e evocando evento ou situação carregada de afeto negativo, tida como indelével ou ameaçando seus valores e trazendo perturbações pela dificuldade de assimilação e horizonte final (MENESES, 2018, p. 4).

Segundo Paul Ricoeur (2018), os traumas coletivos são feridas da memória social. Os arquivos da memória armazenam feridas simbólicas que pedem cura. Contra as perdas, a memória é obrigada a se confrontar constantemente (RICOEUR, 2018). Os eventos traumáticos geram no sujeito ou na coletividade uma incapacidade de resposta e provocam transtornos no funcionamento social (JELIN, 2002). Por isso, o trauma é indissociável da memória coletiva, pois os eventos traumáticos geram marcas indelévels na memória dos indivíduos e dos grupos (ANSARA, 2005). Muito embora os eventos traumáticos recaiam diretamente sobre as vítimas, seus efeitos são sentidos por toda a sociedade. A superação do evento traumático, segundo Elizabeth Jelin (2002), consiste em colocar distância entre o passado traumático e o presente, de modo que se possa recordar, reconhecer os efeitos do trauma e desenvolver um projeto de futuro.

Ulpiano Bezerra de Meneses (2018) aponta os sentidos nos quais a memória traumática deve ser trabalhada: os crimes contra a humanidade são imprescritíveis e não podem ser esquecidos jamais; deve-se conceder direito à memória sem qualquer restrição; deve-se trabalhar a memória para elucidar e não para julgar; deve-se conceder espaço para a compaixão e a empatia; e, finalmente, deve-se garantir o direito à história, ou seja, o acesso ao conhecimento das raízes dos traumas e seus efeitos (MENESES, 2018).

### 3.3.3 Memória das ditaduras civis-militares na América Latina

No contexto latino-americano de memória traumática pós ditaduras civis-militares, vivemos, atualmente, uma febre de memória e uma verdadeira “guerra memorialística” contra os negacionismos e os revisionismos essencialmente ideológicos (NAPOLITANO, 2014). Os países emergidos de tais contextos de violência política, gerados pelas práticas de Terrorismo de Estado, ainda hoje debatem operações complexas de construção e reconstrução da memória, com o objetivo de superar as fissuras em seus tecidos sociais (NAPOLITANO,

2015). Muito embora cada um desses países tenha adotado uma agenda própria para lidar com o passado traumático e tenha conseguido implementar, em maior ou menor grau, medidas de Justiça de transição, estes apresentam, de um modo geral, os mesmos dilemas sobre como historicizar criticamente a memória das ditaduras (NAPOLITANO, 2015).

Esses processos também são de recomposição, de construção e reconstrução das identidades individuais e coletivas, após períodos de violência e trauma (JELIN, 2002). No entanto, como observa Jelin (2002), em qualquer momento ou lugar é impossível encontrar somente uma memória, uma só visão ou uma só interpretação do passado, compartilhada em consenso por toda uma sociedade. Há momentos históricos de maior ou menor consenso, cuja memória se torna hegemônica ou é revista, mas sempre haverá outras memórias, histórias, interpretações, resistências, conflitos. O que existe de fato é uma constante luta ativa pela memória (JELIN, 2002). Na América Latina, pós ditaduras do século XX, as batalhas por memória convergiram para as lutas contra o esquecimento, de modo a “recordar para não se repetir”<sup>5</sup> (JELIN, 2002, p. 6, tradução nossa). O objetivo das batalhas por memória, pró-direitos humanos é, em primeiro lugar, consolidar uma cultura política democrática para assegurar um futuro sem Terrorismo de Estado (WINN, 2014). Essa cultura de memória é amplamente difundida no continente com a denominação “Nunca mais”<sup>6</sup> (WINN, 2014, p. 352, tradução nossa). Além da luta contra o esquecimento ou contra as tentações de esquecimento seletivo, a memória deve ser historicizada, pois, a luta por memória é parte das lutas sociais e políticas mais amplas (JELIN, 2002). Em outras palavras, trata-se de uma batalha sobre o que deve ser recordado e como deve ser recordado (WINN, 2014).

Durante as transições latino-americanas, em todos os casos controladas pelos militares, em um primeiro momento, houve confronto entre posturas e programas diferentes. Nesse novo contexto de mudança política, os discursos dos governos de transição eram ambíguos, propunham a conciliação e a pacificação, com base na teoria dos dois demônios.<sup>7</sup> Nessa acepção, a violência política teria partido de ambos os lados das forças políticas em

---

<sup>5</sup> Recordar para no repetir.

<sup>6</sup> Nunca más.

<sup>7</sup> A origem dessa teoria remete aos debates na Argentina entre as décadas de 1970 e 1980. Sua característica central é justificar a repressão organizada, por parte do Estado, em decorrência da ação armada de grupos opositores. Desde o início das transições, foi recorrente os discursos que culpabilizam as ações de luta armada como fator legitimador da repressão e justificativa para as violências cometidas durante as ditaduras militares (QUINALHA, 2013).

confronto, tanto da extrema esquerda, quanto da extrema direita. Portanto, a superação do passado traumático consistia em buscar a reconciliação nacional (JELIN, 2002).

Além da teoria dos dois demônios, foi construído o mito da sociedade como vítima. Nessa concepção, as ditaduras teriam sido impostas e mantidas pela violência e pelo terror, sem qualquer tipo de adesão da sociedade, conforme explica Bruno Groppo:

essa visão de uma sociedade hostil desde o início à ditadura conduz a ignorar ou subestimar a ampliação dos fenômenos de colaboração, de consentimento e de adesão (voluntária ou oportunista), e apresenta o comportamento de minorias de dissidentes e de resistentes como se ele houvesse sido aquele da sociedade inteira (GROPPO, 2015, p. 42-43).

Em contraposição a essas construções dúbias, os estudos sobre o Holocausto, o rechaço internacional pós-guerra e as ondas de democratização pós-Guerra Fria, influenciaram os movimentos sociais por memória. Inicialmente, as batalhas por memória crítica foram impulsionadas por atores da sociedade civil, nas décadas de 1970 e 1980. Em seguida, acadêmicos de distintas disciplinas adaptaram os estudos europeus sobre a memória coletiva traumática ao cenário latino-americano. A experiência internacional ante o genocídio, o terrorismo estatal e as atrocidades, serviram de modelo, na América Latina, para as campanhas por verdade, memória e justiça. Embora tenham sido iniciadas por organizações da sociedade civil, pelas vítimas e seus familiares, os êxitos, dessas medidas de construção da memória crítica, dependeram do apoio dos agentes estatais para se consolidarem, o que somente ocorreu, de forma substancial, na primeira década do século XXI (WINN, 2014).

Como a construção da memória coletiva é suscetível aos momentos políticos, os diferentes países latino-americanos alcançaram níveis desiguais, em dimensões distintas, quanto aos avanços nas lutas por memória. Sem dúvida, a Argentina, seguida do Chile, foram pioneiros na constituição de uma memória crítica e de uma pedagogia da memória em relação aos regimes militares. De um modo geral, esses avanços incluem o estabelecimento da verdade oficial, as medidas de justiça, de memorização e de constituição de um campo crítico de estudos (WINN, 2014).

O primeiro passo para estabelecer as verdades foi a criação de comissões da verdade. Essas comissões, como mencionado no item (3.2) sobre Justiça de transição, impulsionaram as medidas de construção da memória. As medidas de justiça, por sua vez, foram expressas na persecução penal dos agentes de Estado que cometeram violações aos direitos humanos. A



instauração de procedimentos judiciais tem um caráter importantíssimo na construção da memória, pois reconhece oficialmente a verdade (WINN, 2014). Na contramão de tais medidas, a impunidade dos responsáveis pelos crimes cometidos configura o maior óbice para a elaboração de políticas de memória, superação dos traumas sociais e obtenção da verdadeira conciliação (ANSARA, 2005). A anistia que não julga e não pune os envolvidos nos crimes de abusos gera apenas ressentimento, deixa as feridas abertas. No Brasil, por exemplo, jamais um criminoso da ditadura chegou a ser condenado criminalmente.<sup>8</sup> Na vizinha Argentina, além de processos criminais contra os torturadores, o “Nunca mais” tornou-se uma cultura bem estabelecida de políticas públicas (BAUER, 2014).

Políticas públicas de memória surgiram com mais força, no continente, a partir da metade da década de 1990 e da primeira década do século XXI, com a criação de instituições de memória. Isso se traduziu no estabelecimento de espaços públicos muitas vezes inovadores. Muitos lugares de memória latino-americanos foram ressignificados como instituições multifacetadas, que desempenham ações pedagógicas importantes de construção crítica da memória coletiva. Foi, portanto, nesse período, na passagem do século XX para o XXI, que a região experimentou o seu *boom* de memória. Nesse contexto, as organizações da sociedade civil foram atores centrais, assim como o Estado teve papel importante (WINN, 2014). Até o presente, conforme averiguado neste estudo, há muito ainda por fazer na construção da memória crítica das ditaduras civis-militares. O cenário é mais de falta do que de excesso, mas, espera-se que se possa chegar a um equilíbrio no desenvolvimento desse árduo trabalho.

Por fim, o último nível de avanço, na construção da memória latino-americana, consiste na constituição de um campo crítico de estudo. Os estudos sobre a memória, no continente, se desenvolveram como um subcampo da historiografia recente e, ao mesmo tempo, tem funcionado como a construção de uma historiografia crítica das ditaduras civis-militares, que fortalece a vertente pedagógica da memória, uma pedagogia pública para públicos diversos para conquistar corações e mentes, presente nos textos escolares, dirigidas, principalmente, às futuras gerações (WINN, 2014). Todavia, este ainda é um campo em

---

<sup>8</sup> O torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-comandante do então DOI-CODI de São Paulo, nunca foi processado ou condenado criminalmente por seus atos. Em outubro de 2008, ele foi condenado em sentença proferida por juízo cível, em atenção ao pedido de membros da família Teles, para declará-lo torturador, em face de prática de ato ilícito, gerador de danos morais e passível de indenização. Em âmbito penal, nenhum torturador brasileiro foi condenado devido à Lei de Anistia (Lei nº 6683/1979).

construção em todos os países latino-americanos que passaram pelos traumas das ditaduras (WINN, 2014).

A memória circula pela linguagem, mais precisamente, por meio de registros simbólicos. Tanto a informação quanto a memória são conceitos polissêmicos que atravessam todos os campos do saber. A Ciência da Informação, campo no qual se inscreve a presente pesquisa, deve estabelecer estratégias de ação para construir sua estrutura teórica a partir da interligação de interconceitos, definidos como noções relacionáveis, entrelaçadas, conectadas, que transitam em diferentes campos do saber, como é o caso dos conceitos memória e informação (WERSIG, 1993). Na constituição de uma rede conceitual, os interconceitos funcionam como atratores de matérias de outros campos científicos, que são reestruturadas na CI (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011).

Como afirma Vera Dodebei (2010), a aproximação entre esses dois conceitos não é recente, porém, o diálogo mais produtivo entre eles, dentro do campo da CI, no Brasil, recebeu forte incentivo a partir de 2010, com a criação do GT-10, denominado “Informação e Memória”, junto à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB).

Como identificaram Oliveira e Rodrigues (2011), três categorias de memória são preponderantes nos trabalhos de CI no Brasil: memória humana, memória artificial e memória social. Os trabalhos sobre memória social são aqueles:

cujo foco recai sobre os registros da informação como memória socialmente construída, representada e compartilhada por um grupo, estejam eles institucionalizados (compondo os acervos de arquivos, bibliotecas e museus ou não (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011, p. 315).

Nesta pesquisa, Memória social é uma categoria que contempla, como objeto empírico, os arquivos, bibliotecas e museus que abrigam acervos e difundem informações sobre a memória política pós ditaduras civis-militares, na América Latina.

O conceito de memória propriamente dito foi abordado mais detidamente nos itens anteriores (3.3; 3.3.1 e 3.3.2). Informação, por sua vez, é um aparato material fundamental para o desenvolvimento econômico, como o capital ou uma matéria-prima, o que a torna especialmente significativa na sociedade contemporânea (CAPURRO; HJORLAND, 2011). Porém, a conversão da informação em conhecimento, implica, necessariamente, um processo

prévio de análise, uma sequência de operações intelectuais que envolvem: descrição, classificação, codificação, datação, mensuração, teste, narração e teorização (BURKE, 2012).

A intersecção perceptível entre os dois conceitos, memória e informação, segundo Fernanda Ribeiro (2019), remete à dimensão cognitiva do ser humano. A memória se radica na mente humana e se interconecta com o conceito de informação. Para a autora, o ato de memorizar necessita de algo para se consumir e esse algo é a informação, a qual se inscreve/registra, se materializa, em diversos tipos de suportes. A informação associa-se, portanto, à ideia de registro, processo indissociável de sua produção, organização (representação) e uso. No caso, a informação é um produto humano e social, que se instrumentaliza pela sua materialidade (RIBEIRO, 2019), assim como a memória coletiva ganha materialidade nos lugares de memória.

A informação, no âmbito da Ciência da Informação, requer representação para ser disseminada. A representação remete necessariamente “à discussão da significação” (KOBASHI, 2006, p. 50) por ser operação com a linguagem. Já o conceito de disseminação da informação se “subordina aos conceitos de transmissão, divulgação ou veiculação de informações.” (DODEBEI, 2010, p. 67).

Desta feita, por analogia, a memória tratada como informação é inscrita, cristalizada, materializada. Uma vez inscrita, depositada e mantida por grupos vivos, a memória é trabalhada, construída, significada (aspecto simbólico) e transmitida, disseminada, até ritualizada, enquanto informação, em lugares de memória.

Na América Latina, a construção da memória das ditaduras civis-militares ocorreu de maneira isolada em cada país. Muito embora, todos tenham enfrentado obstáculos no processo de transição, a construção da memória e dos lugares de memória levou a diferentes configurações, como será visto no próximo capítulo.

## 4 LUGARES DE MEMÓRIA POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA

### 4.1 Definição do objeto

A discussão conceitual sobre lugares de memória, bem como a sua aplicação ao contexto específico da América Latina, tem como objetivo definir os critérios para selecionar, representar e analisar os lugares de memória política das ditaduras do Cone-Sul. A definição de lugares de memória foi cunhada e desenvolvida pelo historiador Pierre Nora (1993), na coletânea “*Les lieux de mémoire*”, organizada na França, em três tomos e sete volumes, entre 1984 e 1992 (RICOEUR, 2018). O conceito vem sendo aprofundado desde seu aparecimento e continua sendo discutido por diversos teóricos, de diferentes áreas, em diferentes cenários, inclusive fora do contexto nacional francês, no qual foi inicialmente concebido (ALLIER-MONTAÑO, 2008). O empreendimento intelectual de Pierre Nora partiu de uma constatação e ganhou forma de um diagnóstico. Como observa François Hartog, os “*Lieux* foram considerados sobretudo um diagnóstico da situação presente e uma resposta a essa situação, e também um prognóstico.” (1996, p. 149). A rápida desaparecimento ou deterioração da memória nacional francesa, em um período de aceleração da história e esfacelamento da memória, acabou por ensejar um projeto historiográfico amplo, de busca dos lugares, onde ainda persistia a memória histórica dos franceses (GONÇALVES, 2012).

Nora (1993) tentou se distanciar da narrativa construída como memória nacional, repensando a relação da história com a memória, colocando esta última como objeto da história (GONÇALVES, 2012). A proposta de Pierre Nora cumpriu a função de um manifesto. Com isso, posicionou-se entre a história e a memória, sem opô-las, sem confundi-las, mas servindo-se de ambas, apelando à memória para renovar o campo da história contemporânea. Disso decorre a abertura de um novo campo, o da história da memória (HARTOG, 2013).

Os lugares de memória são os *loci* “onde a memória se cristaliza e se refugia” (NORA, 1993, p. 7). Para ser lugar de memória é necessário “ter vontade de memória” (NORA, 1993, p. 22), a intenção de um determinado grupo em admitir um determinado vestígio material como detentor ou suporte da memória coletiva. O grupo deposita, insere, inscreve a sua memória em um lugar. Na falta de ímpeto de memória, o local será apenas um lugar de história (NORA, 1993). Os lugares de memória são, portanto, construções resultantes

do jogo entre a memória e a história, uma interação, na qual se supõe um componente político: a intencionalidade (GONÇALVES, 2012). As iniciativas de reconhecimento público e oficial de lugares e marcos de memória se multiplicam no cenário político mundial como fruto das lutas sociais e da confrontação dos testemunhos e conteúdos narrativos ligados ao local (JELIN, 2002).

A coletividade ou o grupo reconhece um lugar como digno de lembrança, nele depositando inscrições de sentido. Nas palavras de Pierre Nora: “o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.” (1993, p. 27). Paul Ricoeur os denomina como “lugares socialmente marcados” (2018, p. 131). São guardiões da memória coletiva, lugares notáveis e, por excelência, memoráveis (RICOEUR, 2018). Ademais, nos lugares de memória coexistem três aspectos: o material, o simbólico e o funcional (NORA, 1993):

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente para uma chamada concentrada na lembrança (NORA, 1993, p. 21-22).

O primeiro elemento, o material, transforma os lugares em realidades manejáveis, palpáveis (RICOEUR, 2018). O segundo aspecto, o simbólico, é obra da imaginação e “garante a cristalização das lembranças e sua transmissão” (RICOEUR, 2018, p. 416). O terceiro aspecto, o funcional, diz respeito ao ritual, “que, no entanto, a história tende a destituir, como se vê com os acontecimentos fundadores ou com os acontecimentos espetáculos” (RICOEUR, 2018, p. 416). No artigo “Ciência da informação, história e política” (THIESEN et al., 2017), os lugares de memória são caracterizados como segue:

Por definição, os lugares de memória são constituídos de uma dimensão material, simbólica e funcional. Os limites da categoria se enquadram em lugares rituais e que são revestidos de aura simbólica e constituídos por uma vontade de memória que tem o papel de bloquear o esquecimento. Os lugares de memória partem do pressuposto que a memória está “externalizada” e “artificializada”, produto do próprio desaparecimento do

seu ambiente gerador e ritual (*milieu de mémoire*) que envolvia os indivíduos (THIESEN *et al.*, 2017, p. 368).

Quanto à materialidade dos lugares, é importante destacar: a aceleração do tempo histórico, a febre de memória contemporânea e o temor de perda constante da memória coletiva, transformaram a continuidade entre o presente e o passado a seu aspecto residual, restrita aos vestígios, aos rastros ou aos próprios lugares. Nas palavras de Pierre Nora: “Há locais de memória porque não há mais meios de memória.” (1993, p. 7). O culto ao passado, explicitado pela musealização exacerbada, transforma a memória em arquivo, pautada pelo imediatismo do registro e pela visibilidade da imagem (JELIN, 2002). Expressa-se, também, pelo estabelecimento da cultura de memória, em resposta ao ritmo acelerado, à efemeridade, à fragilidade e à transitoriedade dos feitos humanos (HUYSSSEN, 2000b). Por isso, os lugares de Nora foram considerados, por François Hartog (2013), um sintoma da crise social do presentismo:

Os Lieux são também sintoma no sentido de que o lugar de memória fez sucesso: entrou rapidamente no uso e nos fatos, e até mesmo na lei [...] O lugar veio em socorro do monumento histórico superado e ultrapassado (HARTOG, 2013, p. 187).

Hartog (2013) afirma que os lugares foram tratados como indícios de nossa relação com o tempo, traduzidos em modos de contrariar a própria ordem natural entre passado e presente, ou seja, como forma de “presentificar” o passado. Para Paul Ricoeur (2018), é notável que a materialização da memória esteja vinculada ao elogio do patrimônio: locais nos quais ancorar a memória coletiva.

No entanto, deve-se resgatar as proposições de Jacques Le Goff (2013) sobre documentos/monumentos. Em sua visão, o monumento é herança do passado, é tudo aquilo que pode evocá-lo e tem como característica ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas. Já o documento refere-se à escolha, cujo significado, amplamente difundido, é o de prova material e, portanto, deve ser submetido à crítica. Em suma, o monumento pode se configurar documento, desde que submetido aos procedimentos críticos da história para ser interrogado enquanto objeto. Nesse mesmo sentido, conforme Michel Foucault (1972):

O documento, pois, não é mais para a história essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstruir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e do qual apenas permanece o rastro: ela procura definir, no próprio tecido documental das unidades, conjuntos, séries, relações. É preciso destacar a história da imagem com que ela se bastou muito tempo e pelo qual ela encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças; ela é o trabalho e a colocação em uso de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atos, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes, etc.) que apresenta sempre e em toda a parte, em qualquer sociedade, formas quer espontâneas, quer organizadas de permanências (FOUCAULT, 1972, p. 13-14).

Para Bernd Frohmann (2008), a partir de Foucault (1972), a materialidade do documento é o fio condutor que o conecta às práticas sociais e públicas realizadas em contextos políticos, econômicos, sociais e culturais, o que possibilita ampliar a análise do objeto material, sua constituição e implicações sociais.

Uma dessas implicações, que determina o lugar de memória, é “parar o tempo” (NORA, 1993, p. 22). Os lugares são brechas, intervalos, pausas, onde o tempo parece desorientado (HARTOG, 2013). Logo, para o trabalho do esquecimento (NORA, 1993). Como já mencionado, o esquecimento pode ser produto de vontade política, por meio da ocultação deliberada para destruir provas, impedindo a recuperação da memória no futuro (JELIN, 2002). O esquecimento é, também, “obra da compulsão de repetição, a qual impede a conscientização do acontecimento traumático” (RICOEUR, 2018, p. 452). Os lugares podem ser tratados como veículos de memória (JELIN; LANGLAND, 2003), pois as marcas territoriais não são mais do que suportes cheios de ambiguidades, abertos ao trabalho subjetivo e à ação coletiva, política e simbólica. Portanto, “complicam o simples exercício da memória com um jogo de interrogação sobre a própria memória” (NORA, 1993, p. 25).

Como abordado na seção anterior (3 Referencial Teórico), os usos políticos da memória podem conferir um duplo sentido ao trabalho da memória, tanto para a libertação, quanto para a alienação. Esse duplo viés está presente, igualmente, nos lugares de memória, como aponta Nora: ocorre “esse mesmo princípio de duplo pertencimento que permite operar, na multiplicidade dos lugares, uma hierarquia, uma delimitação de seu campo, um repertório de suas escalas.” (1993, p. 24). Nas análises de Nora, a obsessão comemorativa, “consagradas à soberania impessoal do Estado-nação” (2018, p. 103), enquanto modelo memorial voltado para a coesão, integração e construção da identidade nacional, substituiu o modelo histórico (RICOEUR, 2018). Houve, assim, a transformação do histórico em comemorativo, que

consiste em recuperar “tradições defuntas” (RICOEUR, 2018, p. 103). Os lugares de memória foram alcançados pela comemoração (RICOEUR, 2018). Na concepção de Nora, os lugares de memória, por seus procedimentos, métodos e títulos, pretendiam ser uma história de tipo contracomemorativa, eram ferramentas forjadas para estabelecer distância crítica, de caráter pedagógico, mas acabou se tornando um instrumento de comemoração, por excelência (RICOEUR, 2018). Por fim, esse “abuso dos abusos” ou essa “tirania da memória” (RICOEUR, 2018, p. 104), substitui o próprio trabalho sobre a memória. No contexto da memória traumática, deve-se afastar a memória da manipulação ideológica identitária por meio de construção crítica.

#### **4.2 Aplicação do conceito de lugar de memória ao contexto latino-americano pós-ditaduras**

Assim que o trabalho de Nora se tornou conhecido, foi levantada a questão sobre a aplicabilidade do conceito fora do contexto francês, uma vez que fora elaborado para diagnosticar um caso muito específico de celebração da República francesa. A primeira ressalva diz respeito à tradução do conceito. No decorrer da presente pesquisa, constatou-se um grande número de variações terminológicas. Porém, o termo “lugares de memória” ou “*places of memory*”, mantém a sua utilização em sentido historiográfico, conforme inicialmente pretendido e estabelecido por Pierre Nora (ALLIER-MONTAÑO, 2008). A segunda ressalva, refere-se ao momento histórico de aparição do termo. Eugenia Allier-Montañó (2008) menciona alguns eventos que ocorreram na França, à época do empreendimento de Nora: ressurgimento do gaulismo, início de uma grave crise econômica, início do fim do ideal revolucionário como utopia, entre outros. No entanto, devido à plasticidade do conceito, a autora advoga pela possibilidade de sua importação para outras realidades, bastante diversas da europeia, incluindo o contexto histórico recente da América Latina. Lugar de memória não pode ser tomado como um conceito acabado, devendo ser discutido em outros contextos e aperfeiçoado (ALLIER-MONTAÑO, 2008).

O conceito em si e as possibilidades teóricas de seu uso são pouco discutidos no contexto latino-americano pós-ditaduras civis-militares. Os lugares de memória são artefatos que guardam diferentes sentidos em relação à recordação do passado; cada caso deve ser



analisado de forma específica. Nessa perspectiva, a aplicação direta do conceito de Nora seria possível na América Latina. Primeiro, porque o contexto latino-americano atual diz respeito à construção da memória viva de uma comunidade. Segundo, porque esses artefatos nem sempre nascem de uma memória em desaparecimento; nascem, também, de uma efervescência de memória. Terceiro, porque além da recordação, há muitos outros propósitos incluídos em seu significado, como por exemplo a compensação simbólica e barrar o esquecimento obrigado. Por último, os lugares nem sempre simbolizam as visões compartilhadas de um passado nacional, mas, pelo contrário, podem simbolizar lutas sociais pela memória ou feridas abertas à espera de cura (ALLIER-MONTAÑO, 2008).

Porém, como afirmam Soares e Quinalha (2010), há divergências. A pesquisadora Ludmila Catela (2001) critica a conceituação de Pierre Nora, por ser restrita ao contexto celebrativo e não abarcar o passado traumático. A crítica ocorre no sentido de que a conceituação do historiador francês, por ser estática, unitária e substantiva, não abre espaço para as memórias marginais, subversivas, subterrâneas (CATELA, 2001), que prefere a definição de territórios de memória para incutir maior fluidez ao conceito e enfatizar a disputa política:

a noção de território refere-se às relações ou ao processo de articulação entre os diversos espaços marcados e às práticas de todos os que se envolvem no trabalho de produção de memórias sobre a repressão; ressalta os vínculos, a hierarquia e a reprodução de um tecido de lugares que potencialmente pode ser representado por um mapa (CATELA, 2001, p. 208).

Outra posição sobre os lugares de memória, inseridos em contextos de memória traumática, corresponde à denominação sítios de consciência (BRETT *et al.*, 2007), associada aos memoriais de natureza pública com compromisso específico com a democracia, que estimulam o debate sobre temas sociais urgentes da atualidade. Por sítio de consciência, os autores entendem a ativação da noção de lugares de memória (BRETT *et al.*, 2007).

No decorrer desta pesquisa, deparou-se constantemente com a denominação sítios de memória (WINN, 2014; SEGUEL, 2019; GUGLIELMUCCI; LÓPEZ, 2019), principalmente no âmbito de estudos específicos sobre a América Latina. A definição do termo é mais restritiva em relação a de lugares de memória. Relaciona-se aos lugares físicos utilizados durante as ditaduras, com finalidade repressiva, onde ocorreram violações dos direitos

humanos, que foram recuperados e ressignificados para a promoção de valores democráticos (SEGUEL, 2019). Ana Guglielmucci e Loreto Lopez (2019) consideram que o termo sítios de memória, por estar diretamente ligado ao conceito de lugares de memória, refere-se aos artefatos de caráter comemorativo, pois passaram por processos de ressignificação, receberam nova destinação funcional e hoje atuam na promoção dos direitos humanos. São, portanto, produtos das mobilizações da coletividade pela construção da memória e, principalmente na Argentina e no Chile, estão relacionados à recuperação e ressignificação de ex-centros clandestinos de detenção tortura e extermínio (CCDTyE, sigla em espanhol). Em português, utiliza-se a denominação Centro Clandestino de Detenção (CCD) (NEVES, 2014).

Neste estudo, independentemente das divergências terminológicas e conceituais, adotamos a posição de Allier-Montaña (2008), entre outros autores, em defesa da aplicação direta do conceito de Pierre Nora ao contexto. Em que pesem os diferentes posicionamentos, o termo lugares de memória parece-nos mais adequado, mais abrangente, mais fluido e mais preciso do ponto de vista conceitual. Portanto, utilizaremos lugares de memória para nos referir ao objeto de estudo, enquanto sítios de memória será usado como um tipo, uma categoria, para designar um lugar de memória ressignificado e multifacetado.

Dessa forma, na conjuntura memorial latino-americana, os lugares de memória podem ser utilizados como pontos de partida para a análise mais geral das lutas por memória e os sentidos sociais do passado recente de repressão política e de Terrorismo de Estado (JELIN; LANGLAND, 2003). Ao aplicar as concepções consagradas por Nora (1993), é importante citar as observações de Icléia Thiesen (2011, p. 221): “as tensões entre memória e História movimentam um circuito informacional característico das lutas sociais pela verdade”. É nesse contexto de luta por verdade, justiça e pela construção de um conhecimento crítico e emancipatório que emergem as iniciativas de criação ou resgate de lugares de memória política. Esses dispositivos preservam e disseminam informações importantes para a pesquisa científica e o conhecimento público, com a finalidade de “exorcizar o esquecimento, promover o reconhecimento e a reparação social dos indivíduos, grupos e coletividade” (THIESEN, 2011, p. 218). No mesmo sentido, para Jelin (2002), o estabelecimento de lugares de memória resulta de luta política, cujas forças sociais adversárias demandam marcas de memória ou o apagamento dessas marcas.

Para averiguar o trabalho sobre a memória, no contexto do Cone-Sul pós-ditaduras, recorreremos à abordagem construtivista de Michael Pollak (1989). Segundo o autor, a operação coletiva para salvaguardar o passado tem por função “fornecer um quadro de referências” (POLLAK, 1989, p. 9). Esse enquadramento supõe analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como eles são solidificados, se materializam, passam a ter duração e estabilidade (FROHMANN, 2008). Isso significa debruçar-se sobre como os diferentes atores intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias. O trabalho de enquadramento exige justificativas e incide sobre os objetos materiais, os monumentos, os museus, as bibliotecas, os vestígios arqueológicos (POLLAK, 1989) e, porque não dizer, sobre os lugares de memória.

A memória política, em seu aspecto positivo e libertador, se dirige, sobretudo, para significar a história e prevenir que as violações dos direitos humanos e os atos de repressão não voltem a ocorrer. A memória depositada nesses lugares deve ser trabalhada e ressignificada para se transformar em conhecimento, cujo anseio maior é o de construção de uma sociedade justa e democrática. Porém, a institucionalização dos lugares de memória não substitui as medidas de justiça, como a persecução penal de agentes das ditaduras, tampouco se destinam a tribunais dos eventos do passado para proferir julgamentos genéricos (MENESES, 2018). A relevância desses lugares decorre de sua capacidade compensatória, de reconhecer as violações dos direitos humanos, afastar o esquecimento deliberado e o negacionismo, bem como construir noções de futuro por meio da memória ativa (HUYSSSEN, 2000).

É cabível, também, aplicar aos lugares de memória das ditaduras do Cone-Sul a caracterização de museus de Ulpiano Bezerra de Meneses (1993), enquanto torre de observação:

Imagino, por tudo isso, que o museu deva abandonar como exclusivos seja o modelo da torre de marfim da Academia, seja o da trincheira de militância. A imagem mais adequada, penso, seria o da Torre de Observação (a “*Outlook Tower*” de Patrik Geddes), plantada no coração da cidade, solidária como ela, mas capaz de permitir examiná-la criticamente, como um todo e em suas partes (uma das quais a própria torre), nas suas contradições e descontinuidades, nos seus conflitos e reivindicações divergentes, na sua permanente dinâmica (MENESES, 1993, p. 218).

Nessa ótica, o lugar de memória deve ser um espaço para interrogar e se interrogar, não para receber respostas prontas (MENESES, 1993). Deve ser um local de provocação intelectual no qual prevaleça a função pedagógica (MONTALVÃO, 2003), para despertar o senso crítico com relação às ditaduras. Os lugares de memória não se destinam à reconstrução programática dos horrores do passado; ao contrário, são lugares de estímulo à reflexão, destinados à observação das causas e consequências do Terrorismo de Estado, são observatórios da própria sociedade que permitiu e foi conivente com as práticas coercitivas. Os lugares de memória política, tratados aqui, constroem a memória de maneira crítica, plural, aberta, democrática, em estado permanente de diálogo com o público (CATELA, 2014).

No final da década de 1990 e na primeira década do século XXI, a América Latina experienciou a emergência da memória sobre as ditaduras civis-militares (WINN, 2014). Isso impulsionou medidas como a recuperação, institucionalização ou criação de lugares de memória política. Apesar de todas as limitações impostas, esses lugares simbolizam o êxito de determinados grupos sociais nas batalhas pela memória, bem como representam uma declaração pública de repúdio ao Terrorismo de Estado. A consagração dos lugares são símbolos da aspiração social pela construção de uma cultura política de direitos humanos a fim de garantir que as violações e o autoritarismo não tenham mais espaço. Por isso, são considerados instrumentos pedagógicos, voltados à conquista de corações e mentes (WINN, 2014).

#### **4.3 (Não) lugares de memória, lugares de história e lugares de esquecimento**

Nos itens anteriores foram abordados os elementos de caracterização conceitual dos lugares de memória. Porém, importante tratar, também, dos não-lugares de memória e dos lugares de amnésia ou esquecimento. Locais onde as batalhas sociais por memória foram perdidas ou a memória ainda permanece latente e não emergiu pela falta de intencionalidade. Como a ativação da memória ocorre em cenários de confrontação política e mobilização social, é imprescindível mencionar não somente os êxitos, mas os casos em que não se conseguiu marcar um local com um conjunto de significações. Devem ser expostos os fracassos, sejam eles decorrentes de latência de memória ou por negligência ou inércia do Estado, ou pela força social contrária, representada pelo negacionismo (JELIN; LANGLAND,

2003). A utilização das palavras “êxito” e “fracasso” servem apenas para demarcar a questão da intencionalidade depositada em um lugar de memória, pois, não é possível dicotomizar a análise ou a evolução de projetos de memorialização. Tanto os atores da construção da memória, quanto os lugares, estão inseridos em um devir histórico-temporal que se transforma em diferentes contextos políticos e sociais inconstantes (JELIN; LANGLAND, 2003). Ademais, estudar os casos de apagamento ou ainda não completamente processados ajuda-nos a compreender melhor o fenômeno social dos lugares de memória, dentro de parâmetros teóricos.

Conforme mencionado anteriormente, a ausência de intencionalidade de memória, portanto vazia de sentido, é responsável pela ausência de público ao local, configurando-o como um lugar apenas de história. Esses lugares, embora objetos de estudo relevantes para os pesquisadores, não têm a mesma relevância dos lugares de memória “que uma sociedade voluntariamente produziu para serem reproduzidas como tal” (NORA, 1993, p. 22).

Os não-lugares ou lugares de esquecimento ou de amnésia cristalizam o esquecimento, são espaços deliberadamente apagados, ocultados, remodelados ou se transformam em produtos do fetichismo da memória. O *Punta Carretas Shopping*, na cidade de Montevideo, no Uruguai, é um exemplo de produto fetichizado: é um antigo presídio, por onde passaram centenas de presos políticos da ditadura civil-militar uruguaia. Sua fachada foi mantida, mas o seu interior foi transformado em um centro de compras. O complexo foi deixado abandonado por anos até que, em 1991, um consórcio privado o adquiriu e transformou as 384 celas em 170 lojas. Essa penitenciária, um dos símbolos do Terrorismo de Estado uruguaio, foi convertido em um lugar de esquecimento e consumismo, um lugar de amnésia (ALLIER-MONTAÑO, 2008).

No Brasil, mais precisamente em São Paulo, ocorreu um caso também trágico. O presídio Tiradentes, situado na região do bairro da Luz, que continha a ala feminina, conhecida como “Torre das donzelas”, local de detenção de mulheres por sua atuação política, foi completamente posto abaixo após um incêndio. Restou apenas o pórtico de pedra de entrada. Em 1985, o portal do presídio, único traço remanescente da construção, foi patrimonializado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) e recebeu uma placa de bronze em homenagem aos presos políticos, furtada tempos depois (TELES, 2015). Esse pórtico de

pedra encontra-se atualmente sem qualquer identificação e bastante deteriorado. Outro exemplo, também na cidade de São Paulo, é a “Casa do Massacre da Lapa”, situada na rua Pio XI, nº 767, local onde, em 1976, agentes do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) paulista executaram militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (BRASIL, 2014). O imóvel privado foi completamente descaracterizado e transformado em consultório médico.

Entre lugar de memória e lugar de amnésia há lugares intermediários, onde as batalhas por memória encontram-se explícitas e em pleno desenvolvimento. É o caso da sede do antigo DOI-CODI de São Paulo. O conjunto de prédios, situado na rua Tutóia, foi devidamente tombado pelo CONDEPHAAT, em decorrência de mobilização popular (NEVES, 2018). Organizações da sociedade civil, como o Núcleo Memória de São Paulo, desempenham atividades no local em prol da construção da memória, mas aguarda-se a desocupação completa dos edifícios, onde ainda funciona uma delegacia de polícia.

Os lugares latino-americanos de memória das ditaduras civis-militares enfrentam vários entraves ao longo do percurso de consolidação, tais como a negligência do poder público, a ocultação deliberada e a transformação em mercadoria turística. A fetichização pode inibir sua função mais importante: constituir força positiva e libertadora que contribua preventivamente para que os horrores e as violações dos direitos humanos não se repitam. São locais de resistência contra os flagrantes negacionismos e revisionismos de caráter ideológico. São trincheiras avançadas nas batalhas por memória, construídas pelo ímpeto coletivo, de maneira plural e democrática.

## **5 LUGARES DE MEMÓRIA NA PERSPECTIVA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: DISPOSITIVOS DE MEMÓRIA E INFORMAÇÃO**

Neste item, será analisado o fenômeno de lugares de memória sob a perspectiva da Ciência da Informação. Como mencionado no item 3.3.3 o conceito de memória se aproxima do conceito de informação, por ter materialidade, ser inscrita, armazenada, organizada, transmitida, além de ser objeto de disputa política e instrumento de poder. A conversão de ambas em conhecimento crítico, socialmente apropriado e difundido, exige processamento intelectual.

Dessa forma, a CI, ao abordar a informação, sua produção e fluxos de forma específica (KOBASHI, 2006), pode contribuir para a elaboração de teorias e metodologias imprescindíveis nesta análise. Segundo Wersig (1993), a informação é um conhecimento voltado para a ação, um recurso fundamental para a construção de novos conhecimentos e constituição de novos domínios científicos. A dispersão do conhecimento, decorrente da fragmentação dos campos do saber e do grande volume de documentação produzido, pode ser solucionada por meio de ações de informação.

A CI é um campo que reflete sobre os problemas relacionados à comunicação do conhecimento e registro de saberes para usos sociais (institucionais e individuais) (SARACEVIC, 1995). De acordo com Griffith (1980), a CI lida com a produção, seleção, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e o uso da informação. No percurso de consolidação da área, a ideia de tornar o saber humano classificável, quantificável e calculável, bastante em voga no final do século XIX, influenciou os advogados pacifistas belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine, que se dedicaram ao projeto de reunir todo o saber universal em uma grande rede de informação e documentação. Esse projeto reuniria centros produtores, distribuidores e usuários de todas as localidades do mundo e de todas as especializações. Para tanto, criaram o Instituto Internacional de Bibliografia (MATTELART, 2002). Assim, lançaram as bases de um movimento internacional de organização e difusão da informação registrada, em face do crescimento exponencial da produção de documentos, de modo a transformar essa massa documentária em algo benéfico para sociedade. Otlet criou métodos, técnicas e tecnologias para organizá-la e difundi-la (KOBASHI, 2006).

Após a II Guerra Mundial, no período da Guerra Fria, a doutrina do livre fluxo de informação foi cada vez mais atrelada ao mercado, em oposição ao sistema socialista soviético. Nesse contexto de polarização política mundial, a CI se desenvolveu paralelamente ao crescimento científico estadunidense, ocasionado, em grande medida, por sua hegemonia econômica e pela cooptação de pesquisadores de outros países. O projeto de universalismo passou a ser liderado pelos EUA, pólo irradiador de inovação científica e da cultura de massas. No final dos anos 1960, a informação foi integrada às políticas de Estado das principais potências mundiais. O desenvolvimento econômico dependia da expansão das atividades científicas e de acesso às informações produzidas nesse âmbito. A chamada explosão documental pode ser entendida como consequência do aperfeiçoamento do processo de produção capitalista, no sentido de que a informação é um valor e, também, sinônimo de poder (MATTELART, 2002).

Capurro (2003) aponta a existência de três paradigmas preponderantes na CI. São eles: o físico, o cognitivo e o social. O paradigma físico, influente durante o pós-guerra, entre 1945 e a década de 1970, está relacionado ao desenvolvimento da CI e sua institucionalização como disciplina, direcionada ao estudo das propriedades e comportamentos da informação, das forças que regem os seus fluxos, de seus meios de processamento, acessibilidade e aproveitamento. Sobretudo nos EUA, a CI foi influenciada pelo questionamento da objetividade científica e pela fragmentação do conhecimento, voltando-se, quase que exclusivamente, para o estudo do usuário individual (VEGA-ALMEIDA, 2009), visão conhecida como paradigma cognitivo. Na virada do século XXI, no contexto de nova ordem mundial, globalização e neoliberalismo, surgiu um novo paradigma na CI, o social, fundado na proposição de uma relação dialética entre sujeito, objeto e contexto. O ponto chave da CI passou a ser as necessidades de informação e seu uso contextualizado (VEGA-ALMEIDA, 2009). Conforme assevera Capurro (2003), a CI nasce atrelada ao paradigma físico. No entanto, da crítica surge o paradigma cognitivo, dando lugar, posteriormente, ao paradigma social. Este último encontra ampla receptividade no campo da CI e da Organização do Conhecimento, por focalizar as relações entre os sujeitos sociais e a informação.

A abordagem social da CI trata das ações de informação para transformar o conhecimento inscrito em documentos em informação potencialmente útil e significativa para o usuário. Nesse sentido, a CI é, de certa forma, organizadora do conhecimento a fim de dar



suporte à pesquisa ou às necessidades de informação, quaisquer que sejam (WERSIG, 1993). Organizar informação é, nessa medida, uma operação de classificação que reúne por semelhança e diferença, sucessivamente. Os atributos da informação regem as formas de classificar. Portanto, reunidos os documentos, obtêm-se formas de representação da realidade. Essa é a missão da Documentação, à qual compete modelar sistemas de informação aptos a reunir os documentos, viabilizar seus fluxos e democratizar o acesso pela sociedade e, nessas ações, promover o aperfeiçoamento humano (KOBASHI, 2006).

O aspecto preponderante da abordagem social da CI é a interdisciplinaridade. Em face do volume exorbitante e crescente de informações, um dos principais problemas da CI, atualmente, diz respeito à recuperação da informação. Isto é, como tornar acessível um grande volume de conhecimento e como fornecer, a diferentes tipos de usuários, efetivo acesso e interação com a informação. Esse problema requer abordagem interdisciplinar. Estudiosos de diferentes áreas enfrentam os mesmos problemas, trazem diferentes contribuições e, também, dificuldades para o campo (SARACEVIC, 1995). Como explica Kobashi (2006), na perspectiva multidisciplinar, não se busca total interação em níveis metodológicos e de conteúdo, o que de fato ocorre é a justaposição de vários saberes em âmbito compartilhado. Trata-se, na verdade, de intercomunicação, de diálogo, de processo dialógico, entre diferentes disciplinas. O conhecimento produzido na CI distingue-se, por óbvio, daqueles existentes nas disciplinas de origem (KOBASHI, 2006).

A interdisciplinaridade permite trabalhar os lugares de memória, um conceito historiográfico, dentro da Ciência da Informação e da Organização do Conhecimento, sob a ótica e as ações da Documentação, ou seja, enquanto documentos, passíveis de serem classificados, descritos e analisados. Dessa forma, indaga-se: podemos classificar e representar os lugares de memória para que, dentre outras finalidades, sirvam como fontes de pesquisa historiográfica? Para responder a tal questionamento, parte-se das proposições de Le Goff (2013), quanto ao documento/monumento. O documento demanda análise, deve ser interrogado e usado cientificamente. Segundo Ulpiano Bezerra de Meneses (1994), em nível empírico, pode-se dizer que o documento é um suporte de informação. Qualquer objeto pode funcionar como documento histórico, pois pode fornecer informações, até mesmo as que não foram elaboradas com essa finalidade. Os objetos são vetores materiais de fenômenos sociais,

não representam ou encerram relações, processos ou a dinâmica neles inserida, mas orientam para a percepção desses fenômenos.

Nessa perspectiva, é imprescindível destacar a discussão sobre a materialidade do objeto. Sobre esse aspecto, Bernd Frohmann (2008) propõe conciliar o conceito de informação com as práticas sociais e públicas realizadas em determinado contexto político, econômico, social e cultural. Como observa o autor, o conceito de materialidade é o elemento de ligação entre duas áreas conceituais: informação de um lado e práticas públicas e sociais de outro. Isso significa afirmar: o estudo da materialidade do documento deve ser eminentemente contextual. O documento é a materialidade da informação.

A Documentação, por sua vez, é o meio pelo qual a informação se materializa. Por isso, a Documentação é importante para dar conta dos aspectos públicos e sociais da informação (FROHMANN, 2008). Para Frohmann (2009), a definição do documento exige contextualização, pois, os critérios e regras estabelecidos não podem funcionar como amarras fixas. Ademais, a contextualização do documento decorre da sua institucionalização (FROHMANN, 2008). A instituição determina qual informação será preservada, como será interpretada e como irá circular ou se tornar acessível. Como a memória é um elemento indispensável para o funcionamento das instituições, é através da memória que a instituição se reproduz socialmente, pois retém, de maneira seletiva, o que interessa ao seu funcionamento (THIESEN, 2009).

Ao discutir o que é um documento, sua abrangência e limites, Michael Buckland (1997) partiu das proposições de Paul Otlet e de Suzanne Briet, precursores da discussão acerca da materialidade da informação. Paul Otlet, cuja visão sobre o tema era funcional ou utilitarista, considerava um objeto como documento desde que o intérprete, ao observá-lo, obtivesse informação. Suzanne Briet, por sua vez, propôs associar a noção de documento à antropologia cultural e à semiótica. Dessa forma, definiu o documento como evidência física organizada. Ele é prova material ao socorro de um fato, na condição de estar contextualizado. Utilizando os exemplos da autora: uma estrela no espaço ou um animal vivo e livre na natureza não são documentos, mas a fotografia de uma estrela em um museu ou o animal vivo catalogado, objetos de estudos de pesquisadores, são documentos (BRIET, 1951). Nessa lógica, a institucionalização do objeto, em qualquer nível, é primordial. Por analogia, pode-se concluir que os lugares institucionalizados e catalogados também são documentos.

Outro aspecto dos lugares de memória enquanto documentos é a tangibilidade (BUCKLAND, 1991). Nessa perspectiva, a informação é “coisa”, tangível, “evidência” passível de processamento. O termo “evidência”, utilizado por Buckland, denota algo relacionado ao entendimento, alguma coisa que, encontrada e corretamente entendida, pode alterar o conhecimento de alguém, alterar as suas convicções com relação a algum assunto específico. De fato, essa é a razão de ser dos lugares de memória. No entanto, o termo “evidência” pressupõe passividade; uma evidência não faz nada ativamente; as evidências são examinadas, interpretadas, categorizadas. Os lugares de memória podem ser incluídos no conjunto dos chamados “objetos informativos”, conforme denomina Buckland (1991). Esses objetos, tais como os prédios históricos, simplesmente não estão disponíveis para serem coletados, armazenados e acessados. A referência a eles pode gerar uma “coleção virtual”. O que é coletado e catalogado é, então, um documento que representa o objeto.

Os lugares de memória são aqui definidos como documentos reconhecíveis pela materialidade, intencionalidade e possibilidade de processamento. Dois desses elementos, materialidade e intencionalidade, estão contidos na definição inicial de Nora (1993). Falta o processamento, o qual pretendemos desenvolver em nossos estudos de casos. O cenário latino-americano de memória traumática pós-ditaduras civis-militares é o quadro contextual, como já foi afirmado em capítulo anterior.

Na construção crítica da memória das ditaduras do Cone-Sul, os lugares, além de custodiarem documentos, são responsáveis pela produção de outros materiais sobre o período, por meio de coleta de dados em arquivos e relatos orais. Realizam, portanto, diversas ações de construção, ressignificação e difusão da memória.

Os lugares de memória política adquirem materialidade nos mais variados formatos, tais como arquivos, bibliotecas, museus, memoriais e monumentos. Não se restringem aos prédios históricos ou aos vestígios materiais dos aparatos repressivos. Os lugares são pólos irradiadores de informação para produção de conhecimento e não somente objetos estáticos a serem interrogados.

Segundo Latour (2000), um dos principais objetivos do laboratório ou, como denominado por ele mesmo os “centros de cálculo”, é avaliar indícios através de um processo de pesagem ou medição, literal ou metafórica. Se nos basearmos em Latour (2000), cada lugar de memória política é um laboratório, “nó de uma vasta rede, onde circulam não signos, não

matérias; e sim matérias tornando-se signos” (LATOURE, 2000, p. 21). Por analogia, um lugar de memória é uma estação de triagem dentro de uma rede de construção da memória crítica.

Knorr Cetina (1999) admite que os laboratórios se baseiam na premissa de que os objetos não são entidades fixas. Os laboratórios, na verdade, processam o alinhamento entre ordens naturais e ordens sociais, criando objetos reconfigurados, trabalháveis em um determinado tempo e espaço. Na visão de Cetina (1999), os laboratórios extrapolam as fronteiras de um simples local onde metodologias são colocadas em prática. Para a autora, os laboratórios reconfiguram objetos de investigação e os reinserem em novos regimes temporais e territoriais (CETINA, 1999).

Entretanto, o laboratório contemporâneo não trabalha e reconfigura apenas elementos naturais e sociais, mas trabalha sobre si mesmo, com intuito pedagógico, para estimular o senso crítico.

Dessa forma, o uso dos lugares de memória política pode corresponder à utilização do espaço físico para:

produção de informações que sejam úteis para a consolidação de uma cultura de respeito aos direitos humanos, bem como para o conhecimento histórico e a reflexão mais acurada sobre as medidas mais eficazes para que as atrocidades cometidas nunca mais voltem a se repetir (SOARES; QUINALHA, 2010, p. 270).

Originalmente, como já visto, os lugares de memória, de Pierre Nora (1993), foram formuladas como respostas à crise da memória, em um contexto específico (HARTOG, 1996). O conceito de crise, em Hannah Arendt (1974), remete ao fracasso do juízo humano, à falência do bom senso e à perda de critérios. Uma crise, por outro lado, convida à reflexão, à busca de respostas (ARENDR, 1974). Pierre Nora (1993) buscou essas respostas nos lugares de memória e traçou o seu diagnóstico. No contexto pós-ditaduras civis-militares da América Latina, os lugares de memória política são considerados locais de batalhas pela memória crítica, onde forças sociais demandam marcos de memória (JELIN, 2002). Conforme Thiesen e outros (2017):

A luta para desvendar os segredos desse período da história recente dos países do Cone Sul passa necessariamente pelo jogo político entre as diferentes forças que atuam em dois movimentos. No primeiro, forças conservadoras, promovem estratégias para acomodar os conflitos e deixar que o passado não se inscreva na memória coletiva e na História, como se

observou em relação à destruição dos documentos sensíveis, ocorrida em diferentes escalas, em todos os países do Cone Sul. No segundo, forças democráticas pressionam pela efetivação das medidas de justiça transicional, como as políticas de informação e de memória que foram implementadas nos países do Cone Sul, embora com especificidades, escalas e temporalidades distintas (THIESEN *et al*, 2017, p. 374).

Os lugares de memória política podem ser caracterizados como dispositivos, tal como definido por Agamben (2009):

- a) um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas, etc. O dispositivo, em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos.
- b) O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder.
- c) Como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e de saber (AGAMBEN, 2009, p. 29).

Em uma primeira aproximação conceitual, Agamben tomou como ponto de partida a formulação de dispositivo de Foucault, que o definiu como um conjunto heterogêneo de instituições, estruturas, decisões, leis, medidas administrativas, enunciados científicos. É uma espécie de formação, que em certo momento histórico, tem a função essencial de responder a uma urgência ou a uma crise. A função estratégica do dispositivo está sempre inscrita em um jogo de poder e de saber. Em suma, é um conjunto de estratégias de relações de força que condicionam certos tipos de saber e por ele são condicionados (FOUCAULT, 1977 apud AGAMBEN, 2009).

Os lugares de memória, ou dispositivos de memória, tanto em sua dimensão material mais ampla, quanto em relação ao material ali coletado e abrigado, podem ser caracterizados como documentos a serem classificados e representados. Com efeito, é importante averiguar o percurso de construção da memória, os aspectos técnicos e históricos da constituição de um determinado lugar de memória, seu processo de patrimonialização e reconhecimento pela sociedade, conhecer seus procedimentos, características, os tipos de ações que realizam, os tipos de acervos sob sua guarda, tanto quanto as formas de disponibilização e acesso.

Consideramos adequada a aplicação do conceito de dispositivo aos lugares de memória política do Cone-Sul, uma vez que são, ao mesmo tempo, vestígios materiais e laboratórios de si próprios. Ademais, Agamben (2009) retrata a ampla classe de dispositivos como: “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar,

determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (2009, p. 40). A aproximação entre lugares de memória e dispositivos, já foi, em alguma medida, realizada por Murguia (2010). Para esse autor, apoiado em Agamben (2009), os dispositivos de memória possuem três elementos, de maneira bastante abrangente: seus discursos, seus agentes e suas instituições (MURGUIA, 2010). Contudo, como mencionado, a memória quando concebida de modo fetichizado, enquanto produto da indústria cultural trocado por um valor expresso em dinheiro, perde sua força positiva e libertadora. Igualmente, os dispositivos de memória, ao se tornarem fetiches e instrumentos de glorificação de uma identidade nacional desprovida de crítica, operam apenas como “máquina que produz subjetivações” (AGAMBEN, 2009, p. 46).

Ao longo deste estudo, demos ênfase a esse duplo viés da memória e dos lugares de memória e, isso, como podemos ver, também se aplica aos dispositivos. Desse modo, vale destacar a teoria do agenciamento trazida por Murguia (2010). O agenciamento “pressupõe um devir no qual as concretudes agem numa trajetória articulada em si mesma” (MURGUIA, 2010, p. 126). Nessa sequência, o agenciamento é concreto, composto por agentes (pessoas ou objetos), dispositivos discursos e enunciados) e o visível (lugares e instituições) (MURGUIA, 2010). Murguia (2010) considera, portanto, que os dispositivos são instrumentos de validação que sustentam discursos e se materializam nos objetos.

## **5.1 Princípios de classificação de documentos**

Os sistemas de organização do conhecimento, na Ciência da informação, são, conceitualmente, sistemas de significação, ou linguagens, ditas documentárias, que permitem representar e recuperar informação. Essas linguagens são de diferentes tipos: classificações, taxonomias, tesouros e ontologias. A representação requer a articulação de diferentes operações sucessivas: analisar documentos, condensá-los, selecionar os conteúdos informacionais a serem representados e, finalmente, utilizar as unidades pertinentes da linguagem documentária adotada (KOBASHI, 2006). Porém, como afirma Erik-Mai (2016), os sistemas de classificação representam uma visão particular de mundo. Os princípios de classificação devem estar pautados na pluralidade e na diversidade. A ideia de que as classificações são tendenciosas e sempre criadas para um propósito específico é hoje

amplamente aceita. Todas as classificações valorizam alguns pontos de vista e silenciam outros. Trata-se de uma opção ética, e como toda opção ética, envolve certo risco (ERIK-MAI, 2016). Como resume Ulpiano Bezerra de Meneses (1992, p. 18): “todo sistema classificatório funciona por inclusão/exclusão”. No intuito de classificar e representar os dispositivos de memória, é importante mencionar as considerações de Garcia Gutierrez (2013), o qual propõe uma discussão sobre a organização do conhecimento em perspectiva pós-colonial. O autor critica as concepções fixas e hierárquicas do pensamento hegemônico colonialista, pois, assevera que a sociedade atual se baseia em um conhecimento dogmático, impassível, estático, que se impõe culturalmente. Para romper essa lógica de dominação colonial, Garcia Gutierrez (2013) defende o conhecimento baseado em uma ação de “desclassificação”. Essa desclassificação é pautada em postulados, dentre os quais, destaca-se de um lado a possibilidade de os conceitos serem confrontados e repensados, uma vez que podem ser produtos de um pensamento hegemônico eurocêntrico.

Conforme Bruno Latour (2000), os sistemas de classificação permitem hierarquizar, comparar, especificar ou generalizar informação. Segundo Janice Gonçalves (1998, p. 11), em instituições arquivísticas, “o objetivo da classificação é dar visibilidade às funções e às atividades do organismo produtor do arquivo, deixando claras as ligações entre os documentos.” Por tal razão, conclui a autora que:

compreender o contexto de produção de um documento de arquivo exige conhecer a história do organismo produtor, abordando-a, principalmente, na perspectiva das funções e atividades por ela desenvolvidas (GONÇALVES, 1998, p. 20).

### 5.1.1 Exercício de classificação de lugares de memória

Em contexto de gestão da informação, os metadados objetivam melhorar a descrição e o acesso dos usuários à informação. De acordo com Méndez Rodríguez (2002), o termo metadados se refere aos dados de identificação, descrição e localização de objetos informacionais. Descrevem os atributos de um recurso, caracterizam suas relações e conferem suporte para a sua recuperação, gestão e uso efetivos.

Os metadados também podem ser pensados como sinônimos de metaetiquetas: “etiquetas que servem para determinar um cabeçalho para um documento” (MÉNDEZ

RODRÍGUEZ, 2002, p.31), constituído de dados numéricos, que necessita de decodificação para sua compreensão. Pode ser implementado para uso local ou para troca de informações em redes interoperáveis (MÉNDEZ RODRÍGUEZ, 2002). Os registros de metadados se referem, e geralmente só existem, ou têm sentido, em relação com os documentos ou objetivos referenciados.

Na presente pesquisa consultamos o manual do IPHAN (2016), composto das seguintes categorias:

1) Identificação:

- a) Nome: nome ou nomes mais comuns pelos quais o lugar é conhecido;
- b) Imagem;
- c) O que é: descrição resumida do que é o lugar;
- d) Onde está: descrição do local onde se situa e os principais pontos de referência;
- e) Períodos importantes: momentos ou datas significativas associadas ao lugar;
- f) História: informações sobre o passado e o presente do lugar;
- g) Significados: significados e funções para a comunidade;

2) Descrição:

- a) Pessoas envolvidas: principais pessoas envolvidas com o lugar, como construtor, proprietário, responsável, entre outros;
- b) Elementos naturais: elementos presentes no ambiente;
- c) Elementos construídos: construções no lugar e suas características;
- d) Vestígios: vestígios arqueológicos de ocupações anteriores etc.;
- e) Materiais: principais materiais utilizados na construção do lugar;
- f) Técnicas ou modos de fazer: técnicas utilizadas para a construção do lugar;
- g) Medidas: dimensões, perímetro do local;
- h) Atividades que acontecem no lugar: principais atividades realizadas no lugar por pessoas ou grupos, cultos, celebrações, atividades culturais ou educativas;
- i) Manutenção: responsáveis e os cuidados necessários para a manutenção;
- j) Conservação: estado geral de conservação;
- k) Avaliação: principais pontos positivos para a continuidade do lugar e pontos que podem determinar o seu desaparecimento;
- l) Recomendações: sugestões para a preservação do lugar após a avaliação.



Para o experimento empírico, foi necessário adaptar a proposta do IPHAN. Foram utilizados somente alguns campos, de maneira a adaptá-lo aos dados específicos dos lugares de memória das ditaduras do Cone-Sul.

Segundo Foucault (1972), o processo de documentação apresenta inúmeros problemas metodológicos, que devem ser levados em conta: a) a constituição de um corpus coerente para pesquisa; b) o estabelecimento de um princípio de escolha; c) a especificação de um método de análise; d) a delimitação dos conjuntos e dos subconjuntos que articulam o material estudado (regiões, períodos etc.), entre outros.

## **5.2 Tipologia de lugares de memória**

Neste item, identificamos e definimos os principais tipos de lugares de memória política encontrados no Cone-Sul. A finalidade desta tipologia não é a de apresentar definições exaustivas, tampouco aprofundadas. As definições apresentadas a seguir serviram de base para categorizar cada um dos lugares identificados.

Como visto no Referencial Teórico, item 3.3.3, as políticas públicas de memória, no Cone-Sul, se consolidaram e se estabilizaram com a institucionalização, ou seja, com a criação ou ressignificação de lugares de memória, transformados em instituições oficiais. Aqui, denominamos esses lugares como dispositivos de informação e memória. Tal caracterização aproxima os conceitos de memória e informação, de modo a tratar os lugares de memória política como pólos irradiadores de conhecimento, com finalidade pedagógica e para compensação simbólica. Não foram incluídos os dispositivos que se encontram em processo de ressignificação, sem função estabelecida no período do estudo.

### **5.2.1 Arquivo**

O “Dicionário brasileiro de terminologia arquivística” (2005) define o arquivo tanto como conjunto de documentos produzidos por entidades públicas ou privadas, no desempenho de suas atividades, independentemente do suporte desses documentos, quanto como a instituição que custodia, processa, conserva e garante o acesso a esses documentos. No Brasil, a definição legal de arquivos encontra-se na Lei nº 8.159/1991:

Art. 2º - Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (BRASIL, 1991).

Em ambas as definições, os documentos de arquivo são aqueles organicamente vinculados às entidades produtoras (CUNHA; CAVALCANTI, 2008). O *status* de documento de arquivo decorre de resposta a certas exigências, tais como: a instituição ou pessoa que os produziu, objetivos, o que expressam e o que dizem (RODRIGUES, 2011). Destaca-se, portanto, o princípio da proveniência, cujo tópico é central no discurso arquivístico e refere-se ao respeito ao fundo documental tal como ele foi produzido como um todo (TENAGLIA, 2019). A origem do arquivo obedece a imperativos de ordem prática, da qual decorre a necessidade de preservar os registros a título de prova e informação (MACHADO; CAMARGO, 1999).

No caso argentino, por exemplo, o Decreto Nacional nº 1.259 de 16 de dezembro de 2003, que cria o *Archivo Nacional de la Memoria*, estabelece entre suas atividades fundamentais obter e analisar testemunhos sobre as violações de direitos humanos e liberdades fundamentais, como meio de prova, bem como resposta social e institucional a essas violações. A demanda social por memória, verdade e justiça naquele país, após a ditadura civil-militar, transformou a coleta e preservação de documentos de arquivo em provas para estabelecer as responsabilidades criminais dos atos de Terrorismo de Estado, para subsidiar políticas públicas de reparação, além de fontes para a história (NAZAR, 2018).

Portanto, além de desempenhar a ação mnemônica, os arquivos desenvolvem um processo comunicacional pelo qual as memórias são construídas e comunicadas para conferir sentido aos acontecimentos do passado (RODRIGUES, 2011). Assim, os arquivos constituem parcela significativa do patrimônio de um país, cidade, instituição, indivíduo. Os objetos arquivados são referências para a pesquisa de qualquer natureza, seja administrativa, histórica, antropológica, sociológica. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008). Vigora nos arquivos o princípio da publicidade, que diz respeito à democratização do acesso às fontes e ao trabalho de enquadramento da memória coletiva (THIESEN, 2009). Contudo, no contexto pós-ditaduras do Cone-Sul, os arquivos, aqui coletados, são investidos, também, de aura simbólica. Isto é,

custodiam e tratam documentos preservados pela mobilização popular e, por esse motivo, estão marcados pela intencionalidade e por inscrições de sentido.

### 5.2.2 Biblioteca

A definição de biblioteca compreende tanto a coleção de material impresso ou manuscrito, organizado com propósito de estudo, pesquisa ou leitura geral, quanto a sala ou edifício onde são guardadas e ordenadas as coleções de livros ou outras espécies documentárias e, ainda, os serviços de registro e organização da informação (CUNHA; CAVALCANTI, 2008). Segundo o Manifesto IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas (IFLA, 2013), estas instituições são comunitárias e disponibilizam o acesso livre ao conhecimento, à informação, à aprendizagem, independentemente de condição sócio-econômica ou cultural do usuário.

Vigora, nessa perspectiva, a função pedagógica das bibliotecas, de fornecer apoio à educação formal ou informal em todas as fases da vida. Esse aspecto coaduna-se diretamente com a função social dos lugares de memória política. Contudo, no decorrer da presente pesquisa, nota-se que as bibliotecas aparecem como formas constantes de ressignificação acessória de lugares de memória, não como o tipo principal.

### 5.2.3 Centro Cultural

Conforme afirma Teixeira Coelho (1997), espaço cultural, centro cultural ou casa de cultura, são termos utilizados para designar qualquer lugar destinado à promoção da cultura. Surgiu da iniciativa da administração pública francesa, na década de 1950, e se popularizou nos anos 1970, como equipamento destinado a democratizar a cultura e proporcionar ao indivíduo os recursos necessários para abordar diferentes tendências e modalidades culturais ou artísticas, voltado para desenvolver um conjunto de atividades realizadas de forma sincrônica, perene e organizada. No contexto da memória traumática das ditaduras do Cone-Sul, esse formato foi uma opção para ressignificar locais onde foram praticados atos de terror em resposta ao autoritarismo e de compensação simbólica às vítimas.

#### 5.2.4 Monumento

Conforme a obra “Conceitos-chave de museologia” do *International Council of Museums* (ICOM), o sentido original de monumento é o de construção destinada a perpetuar a lembrança de alguém ou de alguma coisa. Os monumentos intencionais são aqueles concebidos deliberadamente para comemorar um momento preciso ou um acontecimento complexo do passado. Podem ser obras arquiteturais, esculturas, pinturas monumentais etc. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013). No entanto, os monumentos, assim considerados neste estudo, são aqueles envoltos em aura simbólica, alcançados pela intencionalidade e pela ritualização, ou seja, monumentos que determinados grupos preservam e entendem como lugar de memória, prestam suas homenagens, realizam atividades.

#### 5.2.5 Museu

Segundo o ICOM, em linhas gerais, o termo museu designa o estabelecimento concebido para realizar a seleção, o estudo, a preservação e a apresentação do patrimônio material ou imaterial da humanidade e seu meio. Trata-se de instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço do desenvolvimento da sociedade, de maneira aberta ao público, para fins de estudo, educação e deleite (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013). Essa definição inspirou, de certa forma, a legislação brasileira sobre o tema:

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009)

O museu é considerado o local onde ocorre a musealização, bem como os efeitos do processo de descontextualização e recontextualização dos vestígios. Porém, as formas e funções do museu, quanto ao seu modo de funcionamento, missão e administração diversificaram-se ao longo de séculos, abarcando até mesmo os chamados museus virtuais (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013).

De fato, o museu é uma das principais opções para ressignificar lugares de memória no Cone-Sul. Como museus de memória (SOSA GONZÁLEZ; FERREIRA, 2014), essas instituições se transformaram em equipamentos multifacetados de trabalho sobre a memória traumática das ditaduras. Portanto, nesses espaços vigora a função pedagógica e interrogativa, de instigação à reflexão das causas e efeitos do Terrorismo de Estado, com a finalidade de promoção dos direitos humanos.

#### 5.2.6 Sítio Arqueológico

Como explica Luana Campos (2018), a definição de sítio arqueológico é complexa tanto na pesquisa científica como na legislação. No Brasil, por exemplo, a Lei nº 3.924/1961, não utiliza o termo sítio arqueológico e sim monumento arqueológico. De modo bastante geral, a definição mais comum é a de lugar onde se encontram artefatos, se podem realizar pesquisas, recolhas, observações em relação à cultura material. Apoiada na proposição de Ulpiano Bezerra de Meneses, a autora cita que o sítio arqueológico não pode ser visto somente como um depósito de achados pois compreende o espaço de concentração de vestígios arqueológicos, constituindo-se ele próprio um artefato. Nessa perspectiva, a autora aponta a exigência de abordagens mais amplas. A Direção-geral do Patrimônio Cultural de Portugal, por exemplo, admite mais de 150 tipos de sítios arqueológicos, sem restrição temporal, como pré-histórico, histórico ou contemporâneo (CAMPOS, 2018).

Nota-se, que os lugares de memória das ditaduras civis-militares do Cone-Sul, tipificados aqui como sítios arqueológicos, estão relacionados à arqueologia forense. Por serem também espaços de visitação e homenagens, lhes é conferida a intencionalidade necessária de um lugar de memória.

#### 5.2.7 Sítio de Memória

Sítio de memória foi definido anteriormente, no item 4.2, e será utilizado neste estudo como um tipo de lugar de memória. Os sítios de memória estão relacionados aos lugares físicos onde, durante as ditaduras civis-militares, ocorreram violações dos direitos humanos e foram recuperados e ressignificados (IPPDH, 2012). Esses espaços se tornaram,

em muitos casos, arquivos, museus, bibliotecas, centros culturais etc. Nesses casos, optou-se por tipificar o lugar de memória pela sua função principal. Em casos multifacetados, omissos, indeterminados ou quando são ressignificados simbolicamente para sua gestão patrimonial ou visitação ou para sede de órgãos públicos, por exemplo, optou-se por tipificá-los como sítio de memória. Trata-se de uma subcategoria da noção de lugar de memória.

Na Argentina, a Lei nº 26.691/2011, para fins de recuperação, sinalização, preservação e ressignificação de locais físicos, define os sítios de memória como os lugares que funcionaram como centros clandestinos de detenção, tortura e extermínio ou onde se sucederam feitos emblemáticos de repressão ilegal do Terrorismo de Estado (ARGENTINA, 2011). No Uruguai, a recente Lei nº 19.641 de 2018 considera os sítios de memória como os espaços físicos onde ocorreram violações de direitos humanos ou perseguição política, por parte do Estado, a realização de atos de resistência ou luta pela recuperação democrática. São os lugares que as vítimas ou seus familiares associam a esses acontecimentos ou dispositivos abertos ao público criados com a finalidade específica de construir e transmitir memórias como forma de homenagem e reparação das vítimas e das comunidades (URUGUAI, 2018).

Conforme as definições legais e teóricas, os sítios de memória são espaços que foram utilizados a serviço do Terrorismo de Estado. Sua ressignificação é produto de mobilização coletiva para construção da memória e compensação simbólica (WINN, 2014; SEGUEL, 2019; GUGLIELMUCCI; LÓPEZ, 2019). Segundo Pablo Seguel (2019), o sítio de memória são testemunhos materiais da repressão, das violações dos direitos humanos ou vinculados à resistência política, inseridos em processos de lutas pela memória, que expressam a manifesta intenção de construção e gestão coletiva de práticas culturais ou patrimoniais, associadas ao lugar, para fins de defesa, educação e promoção de direitos humanos. São um tipo de instituição complexa e multidimensional, que contempla a gestão material e cultural, bem como ações de valor simbólico. Estes espaços devem estar abertos à comunidade e ao público, onde se efetua o trabalho de memória e promoção de direitos fundamentais. Ademais, podem constituir evidências comprobatórias de caráter histórico ou judicial, o que possibilita a implementação de ações por verdade, memória e justiça (SEGUEL, 2019).

## 6 CONTEXTO E REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DOS LUGARES

O objetivo deste item é apresentar o *corpus* de análise da presente pesquisa, isto é, os lugares de memória identificados e selecionados para este estudo. Para tanto, antes de apresentá-los, os objetos de estudo foram contextualizados historicamente. A ditadura civil-militar de cada país estudado foi brevemente caracterizada, com o intuito de especificar os desdobramentos desses processos históricos. É uma primeira aproximação sobre a dimensão da repressão, da resistência e, ainda, das disputas por memória ao final dos regimes ditatoriais. Em um primeiro momento, os lugares de memória inventariados são apresentados de forma sintética nos quadros descritivos. Em seguida, cada lugar de memória é representado descritivamente e, em certos casos, com auxílio de imagens. Foram selecionados 82 (oitenta e dois) lugares de memória, em 6 (seis) países do Cone-Sul, que compõem a amostra, os quais serão aqui classificados, descritos e analisados.

### 6.1 Argentina

#### 6.1.1 Contexto histórico

A contextualização histórica da última ditadura civil-militar argentina (1976-1983) segue a linha da obra de Marcos Novaro e Vicente Palermo (2007), a principal obra já produzida sobre o tema. O processo argentino teve início com o golpe de Estado de 24 de março de 1976, que depôs a então presidenta eleita María Estela Martínez de Perón, também conhecida como Isabelita Perón. Em seguida, a Junta Militar indicou o general Jorge Rafael Videla para presidir o país. No período em que vigorou o autodenominado “Processo de Reorganização Nacional”, a política ditatorial foi pautada pela desindustrialização, endividamento externo, centralização do poder e Terrorismo de Estado (NOVARO; PALERMO, 2007). Estima-se que mais de 30 mil pessoas tenham sido mortas ou desaparecidas durante essa ditadura (SADER; JINKING, 2006).

Os antecedentes ao golpe de 1976 remetem a um cenário político conturbado e de caos econômico. As intervenções militares não eram um dado novo na história argentina, desde 1930. A autodenominada “Revolução Argentina”, iniciada através do golpe de Estado

de 1966, encabeçado pelo general Juan Carlos Onganía, junto com seus aliados civis, governo militar autoritário e modernizador, inspirado no modelo brasileiro de 1964. Configurou-se como a primeira tentativa de formular um regime civil-militar argentino. O fracasso de tal experiência levou a uma rápida restauração do poder civil em 1970 e ao conseqüente retorno de Juan Domingo Perón ao poder, em 1973 (NOVARO; PALERMO, 2007).

O regresso de Perón demonstrou a incapacidade dos setores golpistas e dos governos autoritários anteriores em implementar projetos refundadores, diante de uma sociedade extremamente politizada e mobilizada. Porém, após a morte de Perón, em julho de 1974, durante o governo de sua sucessora, Isabelita Perón (1974-1976), a inflação registrava alta de preços entre 500 e 800% (NOVARO; PALERMO, 2007). Mesmo após diversas trocas no Ministério da Economia, não foi possível conter os efeitos negativos da crise sobre a população, tampouco reverter a agitação popular, a ação das guerrilhas armadas e a reação dos sindicatos. O déficit público correspondia a 12% do PIB e registrava-se um assassinato político a cada cinco horas (NOVARO; PALERMO, 2007). Para os militares, as elites nacionais e o capital estrangeiro, era necessário encerrar o círculo vicioso composto por crises políticas e econômicas, governos militares inoperantes e a conseqüente restauração de governos civis tidos como populistas.

Em contraposição à chamada “Revolução Argentina” de 1966, o “Processo de Reorganização Nacional”, inaugurado em 1976, tomou para si a função messiânica de garantia da ordem e refundação nacional. Com base em um discurso de guerra contra a “subversão” e contra o “populismo”, os militares garantiram sua “carta branca” para efetivar as mudanças em todos os níveis da estrutura social. Nesse contexto, foi proposto também um novo programa econômico, liderado pelo civil José Alfredo Martínez de Hoz. A política econômica pregava uma mistura de receitas neoliberais, conservadoras e desenvolvimentistas, cujos pontos de convergência eram proporcionar a intervenção seletiva do Estado, introduzir mudanças estruturais nas relações de poder, dismantelar o setor industrial, ampliar a primazia do setor financeiro, de modo a integrar o país ao circuito mundial de capitais. Contudo, já no segundo trimestre de 1976, as taxas de inflação voltaram a subir acompanhadas de queda dos salários, o que demonstrou a falta de uma estratégia bem definida de longo prazo (NOVARO; PALERMO, 2007).



Concomitantemente, a DSN se encarregava de identificar o inimigo comum interno. Para conter as ameaças dos guerrilheiros peronistas e de uma revolução marxista no país, a ditadura utilizou todos os métodos de Guerra Suja<sup>9</sup> e Terrorismo de Estado. Os militares recorreram aos métodos dos serviços militares secretos franceses aplicados na Argélia, e na então Indochina, difundidos no continente pelas doutrinas estadunidenses de contrarrevolução e luta contra o comunismo. Ao menos 3 mil oficiais argentinos foram treinados em escolas militares estadunidenses entre 1960 e 1975. Isso implicou desrespeito às convenções internacionais e à legalidade. O TDE compreendia a utilização sistemática de sequestro, tortura, assassinato e desaparecimento forçado, cuja extensão do teatro de operações extrapolava até mesmo os limites territoriais do país. O terrorismo estatal argentino integrava também o consentimento às ações de organizações paramilitares de extrema-direita, como a Aliança Anticomunista Argentina (*Triple A*), grupo de inspiração fascista (NOVARO; PALERMO, 2007).

O TDE instalado durante a última ditadura argentina, caracterizou-se pela criação de pelo menos 364 CCDs (Centros Clandestinos de Detenção), os quais funcionavam em instalações públicas ou privadas, quartéis, unidades penitenciárias e até mesmo escolas ou hospitais, onde as pessoas eram mantidas sequestradas por razões políticas, em sua grande maioria sem qualquer relação com a resistência armada (SADER; JINKING, 2006). A atuação dos grupos revolucionários armados como os *Montoneros* e o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP) foi utilizada de forma distorcida para legitimar o massacre sistemático ocorrido na Argentina durante esse período. A luta revolucionária desses grupos havia sido quase que completamente contida em 1976, conforme demonstrado pela comparação entre o número de mortos pelas forças militares, o rápido declínio das atividades guerrilheiras e o avanço desproporcional da repressão (NOVARO; PALERMO, 2007). Além de grupos guerrilheiros, resistiram à ditadura intelectuais, estudantes, religiosos e organizações de trabalhadores. Destacou-se, ainda, a atuação da associação *Madres de Plaza de Mayo*, formada em 1977. Era constituído por mulheres que saíam às ruas de Buenos Aires em busca de seus filhos desaparecidos. Também foi formado o grupo *Abuelas de Plaza de Mayo* por mulheres que

---

<sup>9</sup> O método de Guerra Suja diz respeito à aplicação de violência indiscriminada, em desrespeito às convenções internacionais ou qualquer legalidade estabelecida. Dentro dessa lógica os agentes da repressão se valeram da seqüência: sequestro, tortura e desaparecimento no combate ao chamado inimigo interno subversivo (NOVARO; PALERMO, 2007).

tiveram suas filhas e noras sequestradas ainda grávidas e seus netos, nascidos em centros clandestinos de detenção, foram apropriados pelos repressores (SADER; JINKING, 2006).

Diante da resistência da sociedade civil, das incontáveis denúncias de violações dos direitos humanos, da grave crise econômica, com quebra de bancos, taxas recordes de desemprego, a ditadura desgastava-se. Em 1981, o ditador Jorge Rafael Videla e o Ministro da Economia Martínez de Hoz renunciaram. Para presidir o país, a Junta Militar indicou o general Roberto Viola (1981), logo em seguida substituído pelo general Leopoldo Galtieri (1981-1982). Nesse momento, os partidos políticos se reagrupavam no movimento denominado *Multipartidária*. No mês de julho de 1981, a *Multipartidária* lançou a sua convocação ao país, com grande repercussão, anunciando a transição democrática (NOVARO; PALERMO, 2007).

Na tentativa frustrada de prolongar a sobrevivência da ditadura, o general Galtieri declarou guerra ao Reino Unido, em abril de 1982, reivindicando a soberania histórica da Argentina sobre as Ilhas Malvinas. A derrota humilhante na Guerra das Malvinas (que durou de abril a junho de 1982), fez com que rapidamente se considerasse a necessidade de transição democrática e a exigência de explicações por parte dos militares sobre as vítimas da repressão. Mesmo assim, a Junta Militar decidiu manter as coisas como estavam e indicou o general Reynaldo Bignone (1982-1983) à presidência. Durante seu governo foi elaborada a Lei de Auto-anistia, foi decretada a destruição dos arquivos que comprometiam os militares, para impedir que fossem julgados pelos seus crimes. Somente em setembro de 1983, foi eleito como presidente, por eleições gerais, o candidato Raúl Ricardo Alfonsín.

Durante o governo Alfonsín (1983-1989), foi anulada a Lei de Auto-Anistia e foram assinados decretos que possibilitaram o julgamento dos militares pelos crimes contra os direitos humanos. Em seguida, foi criada a *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), sob direção do escritor Ernesto Sábato. O relatório final da Comissão, publicado como livro "*Nunca Más*" (1984), foi utilizado nas ações judiciais de 1985 contra a Junta Militar, nas quais foram condenados 9 comandantes militares, 5 deles à prisão perpétua, incluindo o general Videla. No entanto, a perspectiva de obtenção de justiça durou pouco. Em 1986, ainda no governo de Alfonsín, foi aprovada a Lei do Ponto Final e, no ano seguinte, a Lei de Obediência Devida, que, em tese, anistiou os militares, inclusive os

condenados, bem como interrompeu os demais processos judiciais em curso (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011).

O ímpeto por medidas de justiça, reparação e memória foi retomado durante o governo de Néstor Kirchner (2003-2007). A Lei do Ponto Final foi anulada, o que possibilitou a reabertura dos processos contra os repressores. Segundo dados da Procuradoria de Crimes de Lesa Humanidade, órgão do Ministério Público argentino, houve, até dezembro de 2017, cerca de 200 julgamentos condenatórios por delitos cometidos por agentes da última ditadura (ARGENTINA, 2017). Kirchner, em ato simbólico, pediu perdão, por parte do Estado argentino, juntamente com a entrega da ex *Escuela de Mecánica de la Armada* (ESMA), para se tornar um lugar de memória modelo para os argentinos. Entre 2000 e 2009, a Argentina registrou a criação de 4 comissões provinciais, uma comissão municipal, a criação de um arquivo nacional e 4 arquivos provinciais (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011), dispositivos voltados para a construção crítica da memória do período, demonstrando ser possível alinhar memória e justiça na América Latina.

### 6.1.2 Lugares de memória da Argentina

Ao todo, foram identificados e selecionados 32 lugares de memória na Argentina. Destes, apenas 2 encontram-se em fase de implementação, todos os demais estão consolidados. Isso denota a existência de uma política pública bem estabelecida de construção e difusão da memória da ditadura civil-militar no país. Essa política instituída em nível nacional é replicada para as províncias e cidades. Os lugares coletados para esta análise estão dispostos no quadro a seguir:

Quadro 1 — Lugares de Memória na Argentina

Nome	Tipo	Cidade
<b>Archivo Nacional de la Memoria</b>	Arquivo	Buenos Aires
<b>Archivo Provincial de la Memoria</b>	Arquivo	Córdoba
<b>Automotores Orletti</b>	Sítio de Memória	Buenos Aires
<b>Campo de la Ribera</b>	Sítio de Memória	Córdoba

<b>Casa de la Memoria Eduardo Bachi Chironi</b>	Sítio de Memória	Viedma
<b>Casa Mariani-Teruggi</b>	Sítio de Memória	La Plata
<b>Casa Mazzolari-Cerutti</b>	-	Luján de Cuyo
<b>Casa Museo Haroldo Conti</b>	Museu	Tigre
<b>Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti</b>	Centro Cultural	Buenos Aires
<b>Club Atlético</b>	Sítio Arqueológico	Buenos Aires
<b>Comisaría 5ta</b>	Sítio de Memória	La Plata
<b>Comisión Provincial por la Memoria</b>	Arquivo	La Plata
<b>Comisión Provincial por la Memoria del Chaco</b>	Museu	Resistência
<b>El Infierno</b>	Sítio de Memória	Avellaneda
<b>Escuelita de Famaillá</b>	Sítio de Memória	Famaillá
<b>Espacio para la Memoria Ex-D2</b>	Arquivo	Rosário
<b>Espacio para la Memória Ex-Servicios de Informaciones</b>	-	Rosário
<b>Faro de La Memoria</b>	Sítio de Memória	Mar del Plata
<b>Hospital Posadas</b>	Sítio de Memória	El Palomar
<b>Iglesia de la Santa Cruz</b>	Sítio de Memória	Buenos Aires
<b>La Perla</b>	Sítio de Memória	Córdoba
<b>Las Flores</b>	Sítio de Memória	Las Flores
<b>Mansión Seré</b>	Sítio de Memória	Morón
<b>Memoria Abierta</b>	Arquivo	Buenos Aires
<b>Museo de la Memoria de Rosario</b>	Museu	Rosário
<b>Museo Sitio de Memoria ESMA</b>	Museu	Buenos Aires
<b>Olimpo</b>	Sítio de Memória	Buenos Aires
<b>Parque de la Memoria</b>	Sítio de Memória	Buenos Aires
<b>Pozo de Arana</b>	Sítio Arqueológico	La Plata
<b>Pozo de Balfield</b>	Sítio de Memória	Lomas de Zamora
<b>Pozo de Quilmes</b>	Sítio de Memória	Quilmes
<b>Virrey Cevallos</b>	Sítio de Memória	Buenos Aires
<b>Total</b>		<b>32</b>

Fonte: elaboração do autor.

#### 6.1.2.1 *Archivo Nacional de la Memoria*

O arquivo, criado em dezembro de 2003, está localizado no complexo da antiga ESMA, na avenida del Libertador, nº 8151, na cidade de Buenos Aires. Ocupa o edifício que antes foi a *Escuela de Guerra Naval*. O arquivo, vinculado à Secretaria de direitos humanos da Argentina, foi criado para classificar e preservar os testemunhos recolhidos e a documentação produzida pela CONADEP. Além disso, compete à instituição a preservação e estudo da documentação referente às violações dos direitos humanos na Argentina (ARGENTINA, 2015).

O lugar de memória conta com espaço expositivo para mostras temporárias e um museu sobre o próprio arquivo. Efetua estudos e pesquisas sobre seu acervo, as quais são publicadas e difundidas. Desempenha ações educativas sobre a organização e preservação de acervos, bem como sobre a defesa dos direitos humanos. Continua com a coleta de depoimentos, relatos de história oral, de ex-presos e perseguidos políticos. Custodia fundos documentais referentes à repressão ilegal na Argentina, periódicos, Operação Condor, organizações de resistência e de diversas instituições de direitos humanos, de diferentes províncias argentinas e de outros países, como por exemplo: *Comisión Argentina de Derechos Humanos* (CADHU); Ente Autárquico Mundial 78; *Archivo de la memoria de la Universidad Nacional de Luján* (UNLU); *Casa por la memoria y la cultura popular* (provincia de Mendoza); Cemitérios públicos (livros de registros das décadas de 70 e 80); *Ministerio de Defensa*; *Ministerio de Seguridad*; Forças Armadas e de segurança; Cruz Vermelha; *Comité Internacional contra la Represión*; Comissão Arquidiocesana dos Direitos Humanos e Magistrados de São Paulo (CLAMOR); *Corte Suprema de Justicia de Paraguay/Archivos del Terror*, bem como outros fundos textuais, audiovisuais, fotográficos e coleções pessoais (ARCHIVO NACIONAL DE LA MEMORIA, 2018).

Imagem 1 — Arquivo Nacional da Memória



Fonte: acervo pessoal do autor.

#### 6.1.2.2 *Archivo Provincial de la Memoria de Córdoba (APM)*

O arquivo foi instituído pela Lei provincial nº 9286/2006 e funciona em três casarões históricos, situados na zona central da cidade de Córdoba. Durante a ditadura civil-militar argentina funcionou como sede operativa do departamento de informações da polícia provincial e como CCD, denominado “D-2”, onde pessoas detidas ilegalmente eram interrogadas e torturadas. Estima-se que cerca de mil prisioneiros, detidos por motivos políticos, passaram pelo local. Atualmente, funciona, principalmente, como arquivo público e, ainda, como museu e centro cultural, com acervo e área expositiva abertos à consulta pública e à visitação (ARGENTINA, 2015).

Um dos três casarões históricos, onde se localiza o lugar de memória, é proveniente do período colonial e os outros dois datam do século XIX. Passaram para o poder público nos anos de 1930 e foram destinados à sede da chefatura de polícia local. Ao final da ditadura, o espaço foi totalmente descaracterizado com a finalidade de apagamento de evidências e evitar o reconhecimento pelos sobreviventes. No entanto, foi o primeiro lugar de memória recuperado pela sociedade, na cidade de Córdoba. Em 2006, foi instituído como sede do arquivo provincial para memória, órgão estatal integrante da *Comisión Povincial de la Memoria de Córdoba* (CPM Córdoba), com o objetivo de custodiar os acervos de origem pública ou privada sobre o Terrorismo de Estado coletados na província. No ano seguinte, em 2007, ex-presos políticos foram convocados para derrubar os muros construídos para descaracterizar o lugar original e em 2008, com base em pesquisas, estudos arqueológicos e coleta de testemunhos, foi inaugurado um espaço expositivo, destinado a construção crítica e pedagógica da memória da ditadura. No ano de 2015, todo o complexo que abriga o lugar de

memória foi declarado patrimônio histórico nacional (COMISIÓN PROVINCIAL DE LA MEMORIA DE CÓRDOBA, [20—?]).

Imagem 2 — Arquivo Provincial da Memória de Córdoba



Fonte: acervo pessoal da Profa. Marilda Lopes Ginez de Lara.

### 6.1.2.3 Automotores Orletti

O sítio de memória, localizado na cidade de Buenos Aires, no bairro Floresta, entre maio e novembro de 1976, foi a base de operações e um CCD do grupo *Operaciones Tácticas 18* (OT18), que estava sob o controle da *Secretaría de Inteligencia del Estado* (SIDE). O imóvel, de dois andares, era constituído de uma oficina mecânica no andar térreo e de uma residência no andar superior, que foi alugada por agentes da repressão para instalação de um CCD, voltado para servir na Operação Condor. Estima-se que pelo menos 300 pessoas tenham sido sequestradas no local, dos quais a maior parte tratava-se de cidadãos estrangeiros (ARGENTINA, 2015). No anos de 1990, foi instalada no local uma oficina de costura clandestina, cujos trabalhadores eram mantidos em condição análoga à escravidão. Em 2006, por mobilização de organizações da sociedade civil, o imóvel foi declarado de interesse público e sua desapropriação foi concluída em 2009. Em seguida, foi transferido para secretaria de direitos humanos e declarado lugar histórico nacional em 2014. Atualmente, o local funciona como sede de órgão público e está aberto para visitação e atividades culturais e comunitárias.

Imagem 3 — Sítio de Memória Automotores Orletti



Fonte: foto do Sítio de Memória Automotores Orletti, disponível em <https://www.facebook.com/exccautomotoresorletti/>

#### 6.1.2.4 *Campo de la Ribera (CLR)*

O sítio de memória, localizado nas proximidades da cidade de Córdoba, foi construído em 1945 para ser uma prisão militar. Antes do golpe de Estado de 1976, ao longo da grande repressão aos grupos guerrilheiros argentinos, no ano de 1975, a então prisão militar foi transferida e o lugar passou a abrigar a central de operações do grupo paramilitar de extrema direita denominado *Comando Libertadores de América*, composto por militares do exército, policiais e civis. Nesse período o lugar foi um campo de extermínio, as vítimas eram sequestradas e ali executadas. A partir de março de 1976, o lugar passou a ser um CCD integrado aos demais do circuito repressivo de Córdoba, principalmente o antigo D-2, atual APM Córdoba, bem como o *La Perla*. Estima-se que ao todo 4 mil pessoas tenham sido sequestradas no local. Mas, por ocasião da inspeção da Cruz Vermelha Internacional, em 1978, a ditadura militar realocou a prisão militar, como forma de ocultar os vestígios das violações dos direitos humanos praticadas. O imóvel foi totalmente desocupado somente em 1986 e adquirido pelo governo provincial para instalação de uma escola. Devido à pressão popular, em 2010 foram construídos novos edifícios nas proximidades para realocar a escola e o CLR foi transferido aos cuidados da CPM Córdoba, que realiza visitas guiadas ao local, mediante agendamento prévio (ARGENTINA, 2015; COMISIÓN PROVINCIAL DE LA MEMORIA DE CÓRDOBA, [20—?]).

#### 6.1.2.5 *Casa de la Memoria Eduardo Bachi Chironi*



O sítio de memória, hoje sede de órgão público, está localizado no município de Viedma, província de Rio Negro. Durante a ditadura civil-militar argentina, foi sede do batalhão de inteligência do quinto exército argentino, braço do aparato repressivo da região de Bahía Blanca. Estima-se que pelo menos 72 pessoas foram desaparecidas neste local. Em 2004, o imóvel foi adquirido pelo governo da província de Río Negro e, em 2008, foi destinado a abrigar a Secretaria de direitos humanos provincial, bem como o Arquivo provincial de memória da ditadura. O espaço foi batizado em homenagem ao ex-presos político e militante pelos direitos humanos Eduardo Chironi (ARGENTINA, 2015).

Imagem 4 — Casa de la Memoria Eduardo Bachi Chironi (Viedma/Rio Negro)



Fonte: foto da Secretaría de Derechos Humanos de Río Negro, disponível em <https://www.facebook.com/592210810928805/photos/a.595887893894430/1746333502183191/?type=3&theater>

#### 6.1.2.6 Casa Mariani-Teruggi

O sítio de memória, localizado na cidade de La Plata, é um imóvel particular, sede da *Asociación Anahí*, declarado monumento histórico nacional da Argentina. Na residência, onde viviam os militantes do grupo revolucionário armado Montoneros Diana Teruggi e Daniel Mariani, junto com sua filha de três meses, Clara Anahí, era impressa a revista “Evita Montonera”. Em novembro de 1976, a casa foi bombardeada e invadida por agentes da repressão. Na operação foram assassinados os militantes montoneros. A criança de 3 meses foi apropriada e não se teve mais notícias de seu paradeiro. A avó de Clara, María Isabel “Chicha” Mariani, uma das fundadoras da associação *Abuelas da Plaza de Mayo*, falecida em 2018, conseguiu reaver o imóvel em 1998, que ainda levava as marcas da repressão, e criou a *Asociación Anahí* em busca da neta desaparecida. O sítio de memória, que serve como sede da

associação, também é um memorial, com espaço expositivo e desenvolve visitas guiadas gratuitas (ARGENTINA, 2015).

Imagem 5 — Sítio de Memória Casa Mariani-Teruggi



Fonte: Sítio de Memória Casa Mariani-Teruggi, disponível em <https://asociacionanahi.org>

#### 6.1.2.7 Casa Mazzolari-Cerutti

O lugar de memória, localizado no município de Luján de Cuyo, província de Mendoza, é uma casa construída em 1920. Em 1977, o proprietário do imóvel, o empresário Victorio Cerutti, foi sequestrado pelo *Grupo de Tareas 3.3.2*, com base na antiga ESMA e, mediante tortura, foi obrigado a transferir a propriedade para os agentes da repressão, os quais utilizavam documentos falsos e empresas fantasmas para a prática de fraudes. No ano de 2012, uma das causas judiciais envolvendo a ESMA correspondia à apropriação de bens de Cerutti e seu desaparecimento forçado, na qual foram comprovados os crimes e os perpetradores condenados (ARGENTINA, 2015).

A casa esteve muito próxima de ser demolida e transformada em um supermercado, porém, mediante a ação de familiares de Cerruti e vizinhos, o imóvel foi declarado patrimônio histórico municipal, por se tratar de prova material de delitos econômicos perpetrados durante a ditadura civil-militar. Posteriormente, em 2014, foi expropriada pelo poder público, e transferida para a Secretaria de direitos humanos nacional, com a finalidade de recuperá-la e transformá-la em um museu destinado à preservação da memória política e defesa dos direitos humanos.

Imagem 6 — Casa Mazzolari-Cerutti

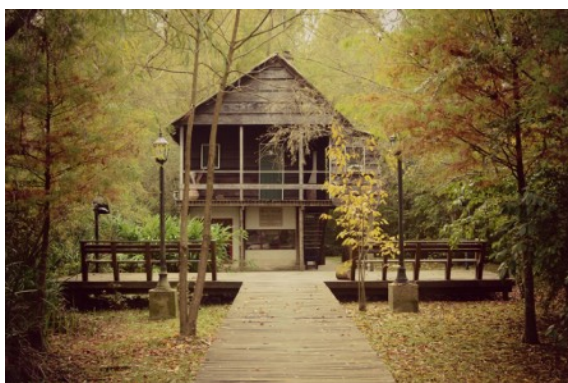


Fonte: disponível em <https://chacrasdemendoza.com.ar/la-casa-de-los-cerutti-sera-un-museo-en-chacras/>

#### 6.1.2.8 Casa Museo Haroldo Conti

O museu está localizado no município de Tigre, província de Buenos Aires, em uma área de acesso somente por barco, a poucos minutos da estação fluvial, zona do delta do Rio Tigre. Trata-se da cabana onde viveu o escritor Haroldo Conti, sequestrado e desaparecido durante a ditadura civil-militar. O espaço é dividido em dois ambientes, o museu em homenagem ao escritor e a *Biblioteca de la Memoria*, a qual abriga a obra de Haroldo Conti, bem como contém volumes de literatura mundial e direitos humanos (ARGENTINA, 2015).

Imagem 7 — Museu Haroldo Conti



Fonte: foto de Chacras de Mendoza, disponível em <https://www.facebook.com/CasaHaroldoConti/>

#### 6.1.2.9 Centro Cultural Haroldo Conti

O centro cultural está situado no interior do complexo de edifícios da antiga ESMA, na cidade de Buenos Aires. Esse lugar de memória, instituição autônoma, é vinculado à Secretaria de direitos humanos da nação argentina e foi inaugurado em 2008. Ocupa o edifício

construído em 1949, que recebeu diferentes tipos de uso. Ao mesmo tempo, foi pavilhão de armas e aviação da *Escuela de Mecanica de la Armada* (ESMA) e, também, serviu como sede do *Centro de Estudios Estratégicos*, vinculado à *Escuela de Guerra Naval*, onde funcionava um laboratório de idiomas e a biblioteca “Dr. Ruiz Moreno Ocampo”. O prédio somente foi totalmente desocupado em 2006. Desde 2008, o antigo pavilhão de armas e aviação abriga salas de artes visuais, fotografia, multimídia, teatro e cinema. A ex sede do centro de estudos estratégicos, por sua vez, deu lugar a um salão multiuso batizado “Nicolás Casullo” e à biblioteca “Obispo Angelli”, especializada em memória e direitos humanos. O espaço foi batizado com o nome de Haroldo Conti, premiado jornalista e escritor argentino, que foi sequestrado em maio de 1976, dentro de sua residência, na frente de sua esposa e filhos. Na ocasião, também foram roubados bens, dinheiro, os originais de suas obras e documentos pessoais. Segundo testemunhas, Conti foi levado para o CCD ESMA, onde foi torturado e desaparecido. Seus restos mortais nunca foram encontrados. Os sequestradores, integrantes do exército, foram capturados tempos depois na Suíça, requerendo asilo político.

Imagem 8 — Centro Cultural Haroldo Conti



Fonte: acervo pessoal do autor.

#### 6.1.2.10 Club Atlético

O lugar de memória, um sítio arqueológico, está situado sob um viaduto na avenida Paseo Colón, na cidade de Buenos Aires. Durante a última ditadura civil-militar, foi sede administrativa da Polícia Federal, onde funcionou um CCD, entre fevereiro e dezembro de 1977. Estima-se que 1500 pessoas foram sequestradas no local. No ano seguinte, em 1978, o imóvel foi completamente demolido para a construção da autopista elevada 25 de Mayo.

Todos os presos políticos do local foram transferidos a outros CDDs, que integravam o circuito de CCDs denominado “ABO”, composto ainda pelo *Olimpo* e o *El Banco* (ARGENTINA, 2015; CONADEP, 1984).

Em razão da mobilização social, em abril de 2002, se iniciaram as escavações arqueológicas onde antes se situava o *Club Atlético*. Nessas escavações foram encontrados os restos da estrutura dos porões do imóvel e muitos objetos que corroboraram os testemunhos das vítimas e seus familiares. Um dos objetos encontrados foi uma bola de ping-pong, uma vez que a maioria dos relatos testemunhais contavam sobre o barulho constante desse jogo por parte dos agentes da repressão. Alguns sobreviventes chegaram a acreditar que se tratava de uma gravação utilizada como método de tortura (OBJETOS CON MEMORIA, [20-?]). Atualmente, o espaço declarado monumento histórico está aberto a visitas guiadas, onde também são realizados eventos culturais e atos públicos em homenagem às vítimas.

Imagem 9 — Homenagens em Sítio de Memória Club Atlético



Fonte: foto do Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, disponível em <https://www.argentina.gob.ar/sitiosdememoria/espacios/clubatletico/recuperacionclubatletico>

#### 6.1.2.11 Comisaría 5ta

O sítio de memória, situado na cidade de La Plata, província de Buenos Aires, funcionou como CCD, durante a ditadura civil-militar, na sede da 5ª delegacia de polícia. Este CCD integrou o chamado circuito “Camps”, liderado pelo comandante de polícia da província de Buenos Aires, Ramón Camps. Estima-se que pelo menos 200 pessoas foram desaparecidas e pelo menos 12 recém-nascidos foram sequestrados da maternidade clandestina do CCD (CONADEP, 1984). Contudo, 23 repressores que atuaram no chamado circuito “Camps” foram condenados em 2012 (ARGENTINA, 2015). No ano seguinte, foi decretada a

desocupação da delegacia ainda existente no local. Em 2018, a associação *Abuelas da Plaza de Mayo* junto com a Universidade Nacional de La Plata firmaram convênio para a administração, manutenção e realização de atividades no sítio de memória.

Imagem 10 — Inauguração Sítio de Memória Comisaría 5ª



Fonte: foto de Diario Contexto, disponível em <https://www.diariocontexto.com.ar/2019/03/01/mes-de-la-memoria-el-espacio-comisaria-quinta-iniciara-visitas-guiadas-y-actividades-culturales/>

#### 6.1.2.12 Comisión Provincial por la Memoria de Buenos Aires (CPM)

O arquivo, localizado na cidade de La Plata, ocupa, desde 2001, o edifício que foi a *Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires* (DIPBA). Este organismo de repressão, criado em 1956, era dedicado à espionagem política e ideológica. Durante a ditadura civil-militar argentina (1976-1983), foi um dos principais aparatos de Terrorismo de Estado. Além de manter arquivos confidenciais sobre supostos inimigos políticos, seus agentes estiveram envolvidos em ações de sequestros, detenções ilegais e desaparecimentos. O organismo continuou em funcionamento após o fim da ditadura, tendo sido extinto apenas em 1998, após a reforma administrativa da polícia provincial. O seu arquivo documental foi entregue à CPM, autarquia autônoma criada pela lei provincial nº 2.117 de 1999, para custodiar e disponibilizar a documentação ao público e à justiça, bem como promover políticas públicas de memória e direitos humanos. Este foi o primeiro arquivo público da repressão criado na Argentina. Os documentos custodiados também serviram para a instrução de causas judiciais contra repressores e torturadores. O valor do acervo foi reconhecido pela UNESCO e declarado patrimônio da humanidade em 2008 (ARGENTINA, 2015; CPM, [20–?]).

Imagem 11 — Comisión Provincial por la Memoria de La Plata



Fonte: (CPM, [20--?])

#### 6.1.2.13 Comisión Provincial por la Memoria del Chaco

No imóvel onde está situada a sede da *Comisión Provincial por la Memoria del Chaco* (CPM Chaco), funciona o *Museo de la Memoria del Chaco*, inaugurado em 2006, no município de Resistência, noroeste argentino. Durante a ditadura civil-militar, o local serviu como sede da *Brigada de Investigaciones* da polícia provincial do Chaco. Este foi o maior CCD da região noroeste do país. O espaço é aberto à visitação pública e também utilizado para atividades culturais, artísticas, oficinas, visitas guiadas pelo ex-CCD e presta auxílio para as vítimas do Terrorismo de Estado. Junto com o museu funciona a *Biblioteca por la Memoria*. Com o golpe de 1976, o casarão histórico, no centro da cidade de Resistência, se transformou no principal braço da repressão, sob o comando do II corpo de exército. Em dezembro de 1976, os agentes desse centro clandestino foram responsáveis pelo episódio conhecido como *Massacre de Margarita Belén*, uma operação de sequestro, tortura e assassinato de presos políticos. Em 2005, pela Lei Provincial nº 5582, foi criada a CPM Chaco e, em 2006, o ex-CCD foi transformado em museu e biblioteca. O espaço passou por investigação da EAAF, que desvendou dois porões utilizados para torturas, bem como inscrições nas paredes, corroborando os testemunhos de sobreviventes. Ao todo, oito militares, que atuaram neste CCD foram condenados à prisão perpétua em julgamento realizado em 2011 (ARGENTINA 2015).

Imagem 12 — Comisión Provincial por la Memoria del Chaco



Fonte: foto do Museo de la Memoria Chaco, disponível em <https://www.facebook.com/779445302185787/photos/a.903730313090618/1113631088767205/?type=3&theate>

#### 6.1.2.14 *El Infierno*

O sítio de memória, localizado no município de Avellaneda, província de Buenos Aires, durante a ditadura civil-militar, foi um CCD, sob administração da *Brigada de Investigaciones de Lanús* e parte do circuito “Camps”. Segundo relatos das vítimas ocorreram diversas execuções por fuzilamento no local. Os restos mortais de algumas dessas vítimas foram identificados no cemitério de Avellaneda pela Equipe Argentina de Arqueologia Forense (EAAF). Estima-se que pelo menos 101 vítimas foram desaparecidas no local. Em março de 2015, o imóvel foi totalmente desocupado pela polícia, sinalizado e transferido para ser a sede da Secretaria municipal de direitos humanos (ARGENTINA, 2015).

Imagem 13 — Sítio de Memória Ex El Infierno



Fonte: foto do Espacio Memoria y Derechos Humanos - ex Infierno, disponível <https://www.facebook.com/espaciomemoria.av/>

#### 6.1.2.15 *Escuelita de Famaillá*



O sítio de memória, que hoje é um centro comunitário, está localizado na cidade de Famaillá, província de Tucumán. A escola primária foi construída entre 1972 e 1974. Porém, antes de ser inaugurada, entre 1975 e 1978, serviu como um CCD integrado da polícia e do exército. Este é considerado o primeiro CCD da Argentina, pois foi utilizado na chamada “Operação Independência”, iniciada antes do golpe de 1976, contra grupos guerrilheiros. Estima-se que entre 1500 e 2000 pessoas foram detidas no local. Em 1978, ocorreu a inauguração como escola primária Diego de Rojas, como forma de ocultar os vestígios de sua utilização como CCD. No ano de 2008 foram condenados 43 agentes da repressão que atuaram em Tucumán, mas, o edifício somente foi desocupado em 2013, quando foram construídas outras instalações para a escola. Em dezembro de 2015, o local foi declarado patrimônio histórico nacional, bem como destinado à construção da memória e promoção dos direitos humanos, na forma de centro comunitário (ARGENTINA, 2015; CONADEP, 1984).

Imagem 14 — Sítio de Memória Escuelita de Famaillá



Fonte: foto do Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, disponível em <https://www.argentina.gob.ar/archivo-nacional-de-la-memoria/sitios-de-memoria/espacios-de-memoria/la-escuelita-de-famailla/centro-clandestino-la-escuelita>

#### 6.1.2.16 Espacio para la Memoria Ex-D2 (EPMEXD2)

O lugar de memória, localizado na cidade de Mendoza, foi a sede administrativa da polícia provincial. Durante a ditadura civil-militar argentina, a chefatura da polícia de Mendoza também foi a sede do *Departamento de Informaciones* (D2), onde funcionou o principal CCD da região. Em 2014, foi decretada a desocupação completa do edifício e sua destinação para promoção da memória e dos direitos humanos. No entanto, até o presente momento somente foi desocupada a ala norte do edifício, onde funcionou o D2. A

desocupação total do prédio encontra-se em disputa judicial. Na ala desocupada foi instalado o arquivo provincial da memória e uma miateca, além de serem desenvolvidas atividades culturais e visitas guiadas (ARGENTINA, 2015).

Imagem 15 — Espacio para la Memoria Ex-D2



Fonte: foto do Espaço para la Memoria Ex-D2, disponível em <https://www.facebook.com/EPMEXD2/>

#### 6.1.2.17 *Espacio para la Memoria Ex-Servicios de Informaciones*

O lugar de memória, situado no município de Rosário, pertencia à chefatura de polícia da província de Santa Fé, onde funcionou a sede do *Servicio de Informaciones* (SI). Durante a última ditadura civil-militar, foi o maior CCD da região, entre os anos de 1976 e 1980, que estava a cargo do comando do II corpo de Exército, localizado nas proximidades, hoje sede do Museu da Memória de Rosário. Estima-se que de 1800 a 2000 pessoas foram detidas por motivos políticos em suas dependências. Devido a uma ampla mobilização social, em 2001, foi firmado um acordo entre o governo provincial e organismos de direitos humanos para resgate do local e criação do *Centro Popular de la Memoria*. Em 2004, o prédio foi completamente desocupado e se iniciou a restauração do edifício. Em 2015, a parte onde se situava o SI foi aberta à visitação pública (ARGENTINA, 2015; CONADEP, 1984). Anos depois, em 2017, em uma cerimônia pública, foram fixados 3 pilares de concreto (simbolizando Memória, Verdade e Justiça) na calçada em frente ao prédio, para sinalização do lugar de memória. Porém, ainda aguarda-se a sua implantação como um sítio de memória.

Imagem 16 — Ex-Servicios de Informaciones de Rosário



Fonte: foto da Provincia de Santa Fe, disponível em <https://www.santafe.gov.ar>

#### 6.1.2.18 *Faro de La Memoria*

O sítio de memória, localizado na cidade de Mar del Plata, é o farol de Punta Mogotes, construído em 1891. O complexo de edifícios, incluindo o farol, abrigou a *Escuela de Suboficiales de Infantería de la Marina* (ESIM) que, durante a ditadura civil-militar argentina, funcionou como um CCD da região de Mar del Plata. Os agentes da repressão que atuaram no local foram condenados em 2010. Por conseguinte, em 2013, o lugar foi patrimonializado, sinalizado e entregue à administração do coletivo *Faro de la Memoria*, uma organização formada por sobreviventes, familiares de vítimas e organizações de direitos humanos. A instituição, além de museu, dedica-se à promoção da memória e dos direitos humanos, por meio de visitas guiadas, atividades culturais, festivais de cinema, oficinas de capacitação (ARGENTINA, 2015).

Imagens 17 e 18 — Farol da Memória de Mar del Plata e Logotipo



Fonte: foto e imagem de Colectivo Faro De La Memoria, disponível em: <https://www.facebook.com/Colectivo-Faro-De-La-Memoria-1397058827263638/>

### 6.1.2.19 Hospital Posadas/El Chalet

O sítio de memória, situado no município de El Palomar, na província de Buenos Aires, era um chalé residencial anexo ao Hospital Posadas. Antes da ditadura civil-militar, o imóvel destinava-se à residência do diretor do hospital, porém, entre 1976 e 1977, foi transformado em CCD pelos agentes da repressão. Em ato de resistência ao golpe de Estado, de 1976, funcionários do hospital se mobilizaram e ocuparam as instalações. As Forças Armadas, com apoio de grupos paramilitares, invadiram o local e sequestraram mais de 50 trabalhadores, entre eles os líderes sindicais, mantendo-os detidos ilegalmente, sob torturas, no imóvel apelidado de *El Chalet*. Depois desse período, o local ficou abandonado. Com a redemocratização, devido às mobilizações dos funcionários e moradores da região, o local foi sinalizado e passou a ser a sede da Comissão de direitos humanos local. A partir de 2009, o local foi sinalizado e conta atualmente com uma mostra permanente, aberta à visitação pública, mediante agendamento (ARGENTINA, 2015).

Imagens 19 e 20 — Sítio de Memória El Chalet e Logotipo



Fonte: foto de Espaço para la Memoria El Chalet - Hospital Posadas, disponível em: <https://www.facebook.com/direccionderechoshumanoshospitalposadas/>

### 6.1.2.20 Iglesia de la Santa Cruz

A igreja, considerada um lugar de memória pela coletividade, está situada na cidade de Buenos Aires, na rua Estados Unidos nº 3150. Um grupo de missionárias católicas francesas, junto com militantes da associação *Madres de Plaza de Mayo*, realizavam reuniões no local para levantar fundos, com o intuito de denunciar o desaparecimento de seus familiares. Em dezembro de 1977, agentes da Marinha argentina sequestraram 12 integrantes

do grupo, as quais foram levadas para o CCD ESMA, onde foram executadas e desaparecidas. No ano de 2005, os restos mortais de duas das 12 militantes foram identificados pela EAAF e depositados na igreja; as demais seguem desaparecidas até hoje. Na parte lateral da igreja foram instaladas 12 lápides em homenagem às vítimas. O então presidente Néstor Kirchner, por meio de decreto, declarou o lugar patrimônio histórico nacional, em 2007, por se tratar de um símbolo da luta pelos direitos humanos (ARGENTINA, 2015; CONADEP, 1984). Anualmente, no dia 8 de dezembro, é organizada uma cerimônia pública, em frente à igreja, pela memória dos desaparecidos políticos do país.

#### *6.1.2.21 La Perla*

O sítio de memória *La Perla* está situado a 12km da cidade de Córdoba. Durante a última ditadura civil-militar, entre 1976 e 1978, foi um CCD. Estima-se que aproximadamente 2500 pessoas estiveram detidas no local por motivos políticos; acredita-se que 90% delas tenham sido executadas e desaparecidas (ARGENTINA, 2015; CONADEP, 1984). É considerado o maior campo de extermínio do interior da Argentina. Serviu como quartel militar, de 1979 até 2007. Foi totalmente desocupado em 2007, em decorrência do 31º aniversário do golpe de Estado, e destinado à preservação da memória e promoção dos direitos humanos, sob a administração da CPM Córdoba. A sua desapropriação foi resultado de lutas políticas e mobilização da sociedade civil, encampada pelo então presidente da República Néstor Kirchner. O espaço, inaugurado em 2009, conta com espaço expositivo, desempenha atividades educativas, culturais, artísticas e de capacitação profissional, principalmente, direcionadas às escolas da região. Conta com uma divisão de investigação para recuperar a trajetória de vida das vítimas sobreviventes do ex CCD (ARGENTINA, 2015).

Imagem 21 — Sítio de Memória La Perla



Fonte: foto de Espacio Memoria La Perla, disponível em <https://www.facebook.com/espacio.laperla>

#### 6.1.2.22 *Las Flores*

No sítio de memória, localizado na cidade de Las Flores, província de Buenos Aires, durante a última ditadura civil-militar, funcionou um CCD da Brigada de Investigações, da polícia provincial. Em 2008, o imóvel foi declarado de interesse provincial e patrimonializado, porém, somente foi desocupado em 2014, dando lugar ao espaço voltado para construção da memória e promoção dos direitos humanos.

Imagem 22 — Sítio de Memória de Las Flores



Fonte: foto de Espacio para la Memoria Las Flores - Ex CCDTyE Brigada de Investigaciones, disponível em <https://www.facebook.com/Espacio-para-la-Memoria-Las-Flores-Ex-CCDTyE-Brigada-de-Investigaciones-2178010029190274/>

#### 6.1.2.23 *Mansión Seré*

O sítio de memória, localizado no município de Morón, província de Buenos Aires, é um ex-CCD, hoje sede da Secretaria de direitos humanos municipal e parte do complexo poliesportivo “Gorki Grana”. Durante a ditadura civil-militar, funcionou no local o CCD apelidado de “Mansión Seré” ou “Atila”. O centro clandestino, pertencente à Força Aérea,

esteve ativo entre março de 1977 e abril de 1978. Contudo, em março de 1978, quatro presos políticos conseguiram escapar do local. No mês seguinte, os agentes da repressão transferiram os demais detidos e incendiaram a casa, no intuito de ocultar evidências. Após o fim da ditadura, as ruínas carbonizadas foram demolidas e em seu lugar foi construída uma quadra esportiva. Em 2000, devido à mobilização popular, o poder público construiu uma nova casa no local e a inaugurou com a denominação “*Casa de la Memoria y la Vida*”. Treze anos depois, o espaço foi inaugurado como sítio arqueológico aberto ao público, onde se desenvolvem atividades educativas e culturais. O espaço é dividido pelas secretarias de direitos humanos e de esportes municipal. Conta, ainda, com a biblioteca municipal denominada “*30.000 Razones*” e duas salas expositivas. Em 2015, foi declarado patrimônio histórico nacional.

Imagens 23 e 24 — Sítio Casa de la Memoria y la Vida e Mansión Seré



Fonte: fotos de Municipio de Moron, disponível em <http://www.moron.gov.ar/nuestra-gestion/derechos-humanos/casa-de-la-memoria-y-la-vida/>

#### 6.1.2.24 *Memoria Abierta*

A sede do arquivo *Memoria Abierta*, criado em 2006, está localizado no complexo de edifícios do *Espacio Memoria y Derechos Humanos* (Ex-ESMA), na Av. del Libertador, nº 8151, zona norte da cidade de Buenos Aires. O edifício foi denominado *30.000 Compañeros Presentes*. Antes, era um dos alojamentos da Escola militar, onde se fixou o principal CCD da cidade de Buenos Aires. Atualmente, o *Memoria Abierta* compreende a aliança de instituições e organizações de direitos humanos, para recolher e custodiar documentos referentes às violações perpetradas na última ditadura civil-militar argentina, possibilitar o acesso e implementar políticas públicas de memória. Seu acervo encontra-se aberto para consulta.

### 6.1.2.25 Museo de la Memoria de Rosario

O museu, situado na cidade de Rosário, província de Santa Fé, funcionou como sede de comando do II corpo do exército durante a ditadura civil-militar. O imóvel, construído em 1928, permaneceu como residência até 1940. Depois disso, recebeu diversos tipos de usos ligados ao exército. Durante a ditadura, o lugar ganhou notoriedade, pois, em frente, na praça San Martí, os familiares de presos e desaparecidos se reuniam para buscar informações de seus entes queridos. Em 1983, com o fim da ditadura, o edifício esteve próximo de ser demolido, mas a mobilização social o impediu. O Museu da Memória de Rosário passou a ocupar o imóvel como sua sede definitiva em 2010. No trabalho de ressignificação do espaço, o museu convocou artistas reconhecidos de Rosário para mediação museológica através da arte e da literatura. Além do espaço expositivo, o museu realiza mostras de artes e cinema. Conta, ainda, com a biblioteca “Raúl Frutos”, com mais de 3500 volumes, assim denominada em homenagem ao bibliotecário e militante social. Também abriga o centro de documentação “Rubén Naranjo”, cujos fundos dizem respeito: à diversidade sexual; à detenção de Marcelo de la Torre; histórias de vida de detidos e desaparecidos; fundo Darwina Mónaco de Gallicchio, uma das fundadoras da associação Abuelas da Plaza de Mayo de Rosario e o próprio fundo Rubén Naranjo, artista local. A infraestrutura agrega um auditório com capacidade para 120 lugares e a divisão educativa, responsável por visitas guiadas, oficinas e cursos (ARGENTINA, 2015; MUSEO DE LA MEMORIA, [20—?]).

Imagem 25 — Museu da Memória de Rosário



Fonte: Foto de Museo de la Memoria, disponível <https://www.facebook.com/MuseodelaMemoria/>



#### 6.1.2.26 Museo Sitio de Memoria ESMA

O museu integra o espaço de memória e direitos humanos ex ESMA, na avenida do Libertador nº 8151, zona norte da cidade de Buenos Aires. A instituição, autônoma, está situada no edifício do antigo cassino dos oficiais. Criado oficialmente em 24 março de 2004 (28º aniversário do golpe de Estado), na antiga ESMA, símbolo do Terrorismo de Estado argentina, foi transformado em sítio de memória emblemático para toda a América Latina, modelo e referência internacional em política pública de memória e educação em direitos humanos. O espaço recebe mais de 200 mil visitantes anualmente. O museu fica justamente no edifício que funcionava efetivamente como CCD. Foi o principal aparato do plano sistemático de sequestro, detenção clandestina, tortura e extermínio de opositores da última ditadura civil-militar argentina. Nos andares inferiores do CCD, onde centenas de pessoas eram mantidas sequestradas, sob tortura, se localizava a residência oficial do comandante da Escola militar, o que denota a banalização do terror. Estima-se que cerca de cinco mil pessoas desapareceram em suas dependências e ao menos 34 recém-nascidos foram sequestrados no local (ARGENTINA, 2015; CONADEP, 1984).

A preservação do complexo de ruas e edifícios, de 17 hectares, situado na Av. del Libertador, endereço movimentado da capital Buenos Aires, deu ensejo à “megacausa ESMA”, na qual foram condenados, ao todo, 51 agentes estatais por tortura, genocídio e outros crimes contra os direitos humanos (ARGENTINA, 2015). Os primeiros edifícios da ESMA foram construídos em 1924. Depois de 1976, foi, ao mesmo tempo, instituição de ensino militar, CCD e base de operações do denominado *Grupo de Tareas 3.3.2* (GT 3.3.2). Esse organismo de terrorismo estatal atuou principalmente na desarticulação de organizações populares. A ESMA serviu, também, como CCD para a Aeronáutica, a Prefeitura e o Serviço de Inteligência Naval. De lá os presos sequestrados eram embarcados nos chamados “voos da morte”, com a finalidade de fazer desaparecer as vítimas (NOVARO; PALERMO, 2007).

Em 1998, sob o governo do presidente Carlos Menem, foi determinada a desocupação da ESMA e sua demolição, para dar lugar a um parque público e a um monumento pela reconciliação nacional. Porém, essa medida foi barrada por ações dos familiares das vítimas e de organizações da sociedade civil. O ato do presidente Menem promoveu um amplo debate sobre o tema na sociedade argentina. Nesse processo, a Justiça

Federal considerou o complexo como uma testemunha da verdade e uma prova judicial dos horrores perpetrados no passado recente do país (ARGENTINA, 2015). Contudo, somente em 2004, sob o governo do presidente Néstor Kirchner, o complexo da antiga ESMA foi declarado patrimônio nacional, após um longo embate entre as esferas federal e municipal. Prevaleceu a intenção social de preservar o local por seu valor histórico e simbólico. Os edifícios foram desocupados em novembro de 2007, com a finalidade de destiná-los inteiramente à promoção e defesa dos direitos humanos. O *Museo Sitio de Memoria ESMA*, inaugurado em 2015, foi revitalizado, após ampla pesquisa, com base em testemunhos de sobreviventes. Procurou-se resgatar os traços do passado, como forma de informar e conscientizar a sociedade (NEVES, 2014).

Imagem 26 — Museu Sítio de Memória ESMA



Fonte: acervo pessoal do autor.

#### 6.1.2.27 Olimpo

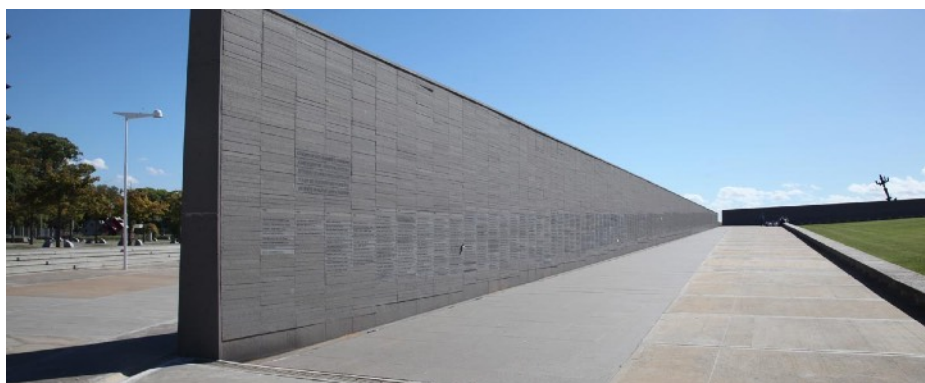
O sítio de memória, que funciona como centro comunitário, está localizado na cidade de Buenos Aires, na rua coronel Ramón Lorenzo Falcón, nº 4250. Durante a última ditadura civil-militar argentina, foi sede da divisão automotiva da Polícia Federal e, entre 1978 e 1979, funcionou como CCD, pelo qual estima-se que tenham passado pelo menos 500 pessoas detidas ilegalmente. Este CCD sucedeu os CCDs *Club Atlético* e *El Banco*, que formaram o circuito repressivo de sequestro e extermínio apelidado de “ABO”. A recuperação do local e sua transformação em um local para promoção da memória e direitos humanos foi fruto de ampla mobilização social. Desde 1996 grandes manifestações de moradores do bairro, ex-perseguidos políticos e seus familiares, exigiam a desocupação do imóvel pela polícia. No ano

de 2003, o local foi declarado patrimônio histórico pelo governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires. Isso impulsionou os movimentos de destinar o imóvel à construção da memória, que ocorreu em 2005. Em 2014, o imóvel foi transferido para a Secretaria de Direitos Humanos nacional e declarado patrimônio histórico nacional (ARGENTINA, 2015; CONADEP, 1984; ESPACIOS DE MEMORIA, [20—?]).

#### 6.1.2.28 *Parque de la Memoria*

O Parque da Memória, da cidade de Buenos Aires, está localizado às margens da foz do Rio da Prata, onde muitas vítimas do Terrorismo de Estado foram desaparecidas, nos chamados “voos da morte”. É um complexo público de 14 hectares, cujo projeto foi desenvolvido em 1997 e sua construção foi iniciada no ano seguinte. Além do monumento às vítimas, inaugurado em 2007, o qual encontra-se em permanente construção, pois, possui 30.000 placas de pedras, cujos nomes vão sendo preenchidos, o parque também abriga esculturas. Em 2014, por decreto da presidência da República, o parque foi declarado patrimônio histórico nacional. O local recebe homenagens e atos públicos dedicados às vítimas da ditadura (ARGENTINA, 2015).

Imagem 27 — Parque da Memória



Fonte: foto de Parque de Memória, disponível em [https://turismo.buenosaires.gob.ar/br/attractivo/parque -da-memoria](https://turismo.buenosaires.gob.ar/br/attractivo/parque-da-memoria)

#### 6.1.2.29 *Pozo de Arana*

Esse lugar de memória é um sítio arqueológico, localizado em uma área afastada da cidade de La Plata, no distrito de Arana, onde funcionou o CCD *Destacamento Arana* ou *Pozo*

*de Arana*, sob a responsabilidade do 7º Regimento de Infantaria Mecanizada. Fez parte do circuito repressivo “Camps”. Estima-se que pelo local passaram cerca de 200 pessoas sequestradas. Em 2008, a Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), logrou encontrar, nos fundos do destacamento, ossadas humanas de desaparecidos da ditadura. Esta foi a primeira vez, em solo argentino, que restos mortais foram encontrados em covas clandestinas dentro de um CCD. O local, onde foram encontrados os vestígios, foi cercado por uma estrutura de vidro, com instalação de passarelas, para preservação. O espaço é aberto à visitação pública (ARGENTINA, 2015).

Imagem 28 — Sítio Arqueológico Pozo de Arana



Fonte: foto de Gobierno de la Provincia de Buenos Aires, disponível em [https://www.gba.gob.ar/derechoshumanos/noticias/derechos\\_humanos\\_realizó\\_una\\_visita\\_guiada\\_en\\_el\\_espacio\\_para\\_la\\_memoria\\_de](https://www.gba.gob.ar/derechoshumanos/noticias/derechos_humanos_realizó_una_visita_guiada_en_el_espacio_para_la_memoria_de)

#### 6.1.2.30 Pozo de Balfield

O sítio de memória, localizado em Lomas de Zamora, província de Buenos Aires, fica próximo à estrada provincial apelidada de “*Camino Negro*”, pois, durante muitos anos não contava com iluminação pública. Antes mesmo do início da ditadura civil-militar, passou a funcionar no local um CCD de repressão aos grupos guerrilheiros. A função de CCD se estendeu dos primeiros anos da ditadura até 1978. Estima-se que pelo local passaram 300 vítimas, das quais 97 seguem desaparecidas (CONADEP, 1984). O CCD ficou conhecido, também, como “*La Maternidad*”, devido ao alto número de mulheres grávidas detidas e de recém-nascidos sequestrados. Também serviu à Operação Condor, por onde passaram cidadãos estrangeiros, na maioria uruguaios, chilenos e paraguaios. Fez parte do Circuito “Camps”. Em 16 de setembro de 1976, o local esteve envolvido na chamada *La Noche de Los Lápices*, quando 16 jovens, entre 14 e 18 anos, foram sequestrados de suas residências na

cidade de La Plata, por estarem envolvidos com manifestações em defesa do passe escolar. Somente três desses jovens foram liberados com vida. Em 2006, o imóvel foi totalmente desapropriado e transferido para a Secretaria de Direitos Humanos, para ser transformado em sítio de memória aberto ao público. Isso ocorreu, parcialmente, somente em março de 2019. Uma grande parte do imóvel ainda se encontra fechada ao público, pelo fato de as causas judiciais contra os repressores que atuaram no local, ainda estão em curso (BULLENTINI, 2020; POZZATI, 2019).

#### 6.1.2.31 *Pozo de Quilmes*

O sítio de memória, situado na cidade de Quilmes, foi um CCD, entre 1975 e 1979, sob a administração da *Brigada de Investigaciones* da polícia provincial de Buenos Aires. Trata-se de um dos CCDs que formavam o circuito repressivo “Camps”. No *Pozo de Quilmes* estima-se que pelo menos 250 pessoas foram desaparecidas por motivos políticos e sete recém-nascidos foram sequestrados. O CCD também serviu ao Plano Condor tendo sido detidos ilegalmente, no local, cidadãos estrangeiros, entre eles 30 uruguaios. Em 2015, 17 repressores, que atuavam no *Pozo de Quilmes*, foram condenados em causas judiciais por crimes praticados contra 175 vítimas. Atualmente, o lugar de memória, custodiado pela CPM, mantém as características originais e permite visitas guiadas para conscientização sobre o Terrorismo de Estado e a defesa dos direitos humanos. A desapropriação do imóvel e consequente transformação em sítio de memória contou com ampla participação do Coletivo pela Memória de Quilmes (CPM, [20—?]).

Imagem 29 — Sítio de Memória Pozo de Quilmes



Fonte: (CPM, [20--?])

### 6.1.2.32 Virrey Cevallos

O sítio de memória, localizado na cidade de Buenos Aires, na rua Virrey Cevallos, nº 630, bairro de Monserrat, foi um CCD pertencente ao Serviço de Inteligência da Força Aérea (SIFA), durante a última ditadura civil-militar argentina. O prédio de três andares formava o circuito repressivo da Força Aérea, junto com o “*Mansión Seré*” e outros CCDs. Em 2004, por pressão popular, principalmente da *Asociación de Vecinos de San Cristóbal contra la Impunidad*, foi decretada a desapropriação do imóvel e declarado patrimônio histórico da cidade de Buenos Aires. Em 2009, foi inaugurado como um sítio de memória. Ali são desenvolvidas visitas guiadas, oficinas culturais, artísticas, educativas e pedagógicas, mostras de cinema e fotografia. Conta, ainda, com a biblioteca pública “Esther Potash de Pastorino” (ARGENTINA, 2015).

Imagem 30 — Sítio de Memória Virrey Cevallos



Fonte: foto de Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/sitiosdememoria/espacios/virreycevallos/centroclandestinovirreycevallos>

## 6.2 Bolívia

### 6.2.1 Contexto histórico

A contextualização histórica das ditaduras civis-militares da Bolívia (1964-1982) foi desenvolvida com base nos autores Alain Rouquié (1984) e Laurence Whitehead (2015). Ao contrário de outros países da América Latina, a Bolívia apresenta um perfil específico: não se constituiu uma única ditadura militar, com um único programa, contínuo e coeso, tampouco

com um mesmo projeto político e econômico. Os governos militares ditatoriais bolivianos possuíam características e orientações políticas divergentes entre si (ROUQUIÉ, 1984). A partir do golpe militar de 04 de novembro de 1964, destacaram-se três ditaduras, nos moldes civis-militares, de caráter contrarrevolucionário: René Barrientos (1964-1969), Hugo Banzer (1971-1978) e a ditadura narco-militar de Luís García Meza (1980-1981). Ao longo dessas ditaduras, a tônica foi a repressão e desarticulação das organizações de trabalhadores. As medidas adotadas por tais ditadores ocasionaram retrocessos sociais, demonstrados pelos indicadores alarmantes e pelo baixo nível de renda *per capita* (WHITEHEAD, 2015). Ao final dos regimes militares, em 1982, a política de dismantelamento social e econômico intensificaram as crises famélicas e inflacionárias que mantiveram a Bolívia como um dos países mais pobres do continente, até recentemente.

Para compreender os antecedentes do golpe de Estado de 1964, deve-se ter em mente que a história boliviana foi marcada por intensa atuação imperialista, expressa pelos interesses das grandes corporações mineradoras e petrolíferas. Da segunda metade do século XIX até a metade da década de 1930, a Bolívia envolveu-se em conflitos territoriais com seus vizinhos latino-americanos, que custaram ao país perdas significativas de território, incluindo uma saída soberana para o mar. Além disso, ocasionou a perda de prestígio das Forças Armadas em razão dos fracassos nessas disputas. Entre a Guerra do Chaco (1932-1935) e a Revolução Nacional (1952), consolidaram-se as forças políticas bolivianas, mais precisamente na figura do *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MNR), partido inicialmente de orientação liberal social-democrata. Além dele, também se consolidaram os partidos de esquerda, principalmente, o *Partido Obrero Revolucionario* (POR), de linha trotskista; o *Partido de la Izquierda Revolucionaria* (PIR); o *Partido Comunista de Bolivia* (PCB) e as federações sindicais, como a *Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia* (FSTMB) e a *Central Obrera Boliviana* (COB).

Na revolução nacionalista de abril de 1952, diversos segmentos políticos uniram-se para levar Víctor Paz Estenssoro e seu vice, Hérnan Siles Zuazo, ambos do MNR, ao poder. Com a implementação do sufrágio universal, de uma profunda reforma agrária e com o desarmamento das Forças Armadas, a revolução nacionalista boliviana, em um determinado período, foi comparada à Revolução Mexicana (1910-1920) e, posteriormente, à Revolução Cubana (1953-1959). No entanto, a revolução boliviana não se institucionalizou

(WHITEHEAD, 2015). O apoio dos Estados Unidos da América (EUA) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) estendeu-se ao apoio financeiro de projetos sociais emergenciais e de ampliação da reforma agrária no interior do país. Porém, a ajuda estadunidense cobrou o seu preço político. O avanço da dependência estrangeira implicou a reconstrução do Exército e, após o triunfo da Revolução Cubana, em 1959, as pressões de Washington para que os países latino-americanos se desassociassem do exemplo cubano, acabaram por minar os ideais nacionalistas. Os projetos de ação cívica boliviana, nas cidades mais remotas do país, financiados com dinheiro estadunidense, eram coordenados pelos militares, que lhes garantiu um certo apoio popular. Além disso, a polarização política no país avançava até mesmo dentro do próprio MNR. Nesse passo, surgiram forças partidárias à direita do partido, como as falanges, grupos paramilitares de inspiração fascista e o *Partido Revolucionario Auténtico* (PRA), de linha conservadora radical (WHITEHEAD, 2015).

Nas eleições de 1964, a candidatura à presidência de Juan Lechín, líder sindical oriundo do POR, apoiada pelo MNR, foi barrada pelos EUA e pelos militares. Em meio à polarização e pressões externas, Víctor Paz Estenssoro decidiu tentar um terceiro mandato presidencial, tendo como seu vice o comandante da Força Aérea boliviana, o general René Barrientos. Reeleito em agosto de 1964, Paz Estenssoro ficou cada vez mais isolado e dependente do apoio militar. Porém, os militares não viam mais a necessidade de se manterem subordinados a um partido civil. René Barrientos, da Força Aérea e o general Alfredo Ovando, comandante do Exército, firmaram um pacto de partilha do poder e encerramento das rivalidades dentro das Forças Armadas, ao que se sucedeu o golpe de novembro de 1964. Logo em seguida ao golpe, desencadeou-se uma intensa repressão aos trabalhadores e às forças políticas de esquerda. Juan Lechín foi preso e deportado, as greves gerais que se sucederam ao golpe foram brutalmente sufocadas e, com a tomada do controle das minas de estanho pelas forças militares, ocorreram massacres de mineradores em todo o país (WHITEHEAD, 2015).

Com o regime em tese consolidado, os opositores completamente enfraquecidos e os trabalhadores nas minas reprimidos, o general Barrientos submeteu-se às urnas para ratificar o seu poder. Mesmo após lograr êxito nas eleições gerais de 1966, acomodou em seus ministérios figuras tanto do MNR, quanto do PIR. Procurou, por meio da participação no governo de futuros políticos militares, como por exemplo, Juan José Torres, militar



progressista de esquerda e Hugo Banzer de direita, apaziguar as rivalidades internas das Forças Armadas. Na mesma época, o líder revolucionário Ernesto “Che” Guevara chegou à selva boliviana com uma pequena força guerrilheira, presença que foi descoberta em abril de 1967. Barrientos, com o apoio da CIA e de conselheiros pagos pela *Gulf Oil*, conseguiu capturá-lo e executá-lo em outubro desse mesmo ano. O assassinato de Che Guevara e os escândalos de corrupção envolvendo empresas petrolíferas, além da presença da CIA nos mais altos escalões do governo, deflagraram um período de agitação política. Estudantes, principalmente da Universidade de La Paz, ativistas, líderes sindicais e oficiais subalternos descontentes, fizeram enfrentamentos que chegaram às ruas das principais cidades bolivianas.

Entretanto, mesmo diante desses problemas, o general Barrientos parecia consolidar o seu poder, inclusive com o aval estadunidense. Essa consolidação foi interrompida pelo seu falecimento, em um misterioso acidente de helicóptero, em 1969. Após o ocorrido, o general Juan José Torres foi eleito, em 1970, com um programa de caráter popular, inspirado no golpe progressista peruano de 1968. No entanto, Torres permaneceu no cargo por apenas dez meses, período no qual instituiu a Assembléia do Povo, que conclamava a formação de milícias populares para o enfrentamento dos interesses das elites mineradoras e dos conglomerados estrangeiros. A profunda instabilidade e polarização política tanto interna, quanto regional e global, assim como o acirramento das disputas entre os militares, abriram caminho para o golpe do coronel Hugo Banzer, em agosto de 1971. Banzer com o apoio do Brasil, dos EUA, dos paramilitares falangistas, das elites econômicas e de políticos de direita do MNR, iniciou a sua “luta contra o comunismo”.

A ditadura de Banzer (1971-1978) foi responsável por uma repressão implacável contra os camponeses e trabalhadores urbanos, enquanto adotava medidas econômicas, que beneficiavam apenas a elite boliviana. Em 1974, Banzer cancelou as eleições e permaneceu no poder até 1978. A partir disso, a ditadura atingiu o seu auge autoritário, sendo suspensos e considerados ilegais todos os partidos políticos, sindicatos e associações. Paz Estenssoro foi forçado ao exílio. A função de estabilizar a economia foi assumida diretamente pelos tecnocratas do segmento empresarial, que prosperavam cada vez mais. O período foi chamado de “milagre econômico boliviano” (WHITEHEAD, 2015, p. 786).

Com a vitória de Jimmy Carter (1977-1981), nas eleições dos EUA, o quadro geral começou a se tornar desfavorável às ditaduras civis-militares na América Latina (ROUQUIÉ,

1984). A pressão sobre o governo de Hugo Banzer, em razão das violações dos direitos humanos e o fracasso das negociações para uma saída para o mar, com o ditador chileno Pinochet, levaram à rápida derrocada de Banzer. O opositor Hernán Siles Zuazo reuniu uma ampla oposição à ditadura, incluindo membros progressistas da Igreja. Outras novas forças de esquerda floresceram, como a de Marcelo Quiroga Santa Cruz, do Partido Socialista. Após as eleições de 1978, sob as acusações de fraude, Hugo Banzer deixou o poder e o entregou novamente a uma Junta Militar, para impedir a chegada de Zuazo ao poder. Na sequência, o país foi governado por sucessivos governos provisórios, que pouco avançaram na possibilidade de constituir um governo constitucional estável.

O vazio político instaurado, as reivindicações populares por investigações dos crimes do passado e a incapacidade dos políticos civis de formarem uma frente única contra os militares levou à insatisfação dos setores latifundiários. O resultado foi um período de prolongada instabilidade e indefinição política, que culminou com o golpe militar de 1980, encabeçado pelo general García Meza, diretamente ligado ao narcotráfico (WHITEHEAD, 2015). Os cartéis da cocaína, bem estabelecidos durante a ditadura de Hugo Banzer, passaram a atuar diretamente na política do país. O golpe do general Luís García Meza, em 17 de julho de 1980, que depôs a presidenta interina Lidia Gueiler Tejada, com o apoio direto da CIA e do *Drug Enforcement Administration* (DEA), fechou o Congresso Nacional no mesmo dia e instaurou um modelo próprio de Terrorismo de Estado, com a consultoria direta do ex-agente nazista da Gestapo, Klaus Barbie. Marcelo Quiroga Santa Cruz, líder do Partido Socialista, que denunciava as violações dos direitos humanos no Congresso, foi assassinado.

Os treze meses de narco-ditadura de García Meza foram mais prejudiciais para a economia e organização política do país do que em qualquer outro período, desde a Guerra do Chaco (WHITEHEAD, 2015). Não era visto de maneira positiva pelo governo estadunidense de Ronald Reagan (1981-1989), tampouco pelo empresariado nacional. Portanto, as Forças Armadas da Bolívia, mesmo completamente divididas, acabaram por destituir o general Meza, o qual se refugiou no Brasil, onde foi preso e extraditado para a Bolívia, em 1995, para cumprir pena de prisão por seus crimes. Em 1982, Hernán Siles Zuazo venceu as eleições e a Bolívia voltou a ter um governo constitucional, porém, os efeitos econômicos e sociais provocados pelas ditaduras militares eram evidentes. A Bolívia, em 1980, possuía a segunda pior renda *per capita* da América Latina, atrás somente da do Haiti (WHITEHEAD, 2015).

A condenação de García Meza foi produto das mobilizações populares por memória, verdade e justiça do povo boliviano. Em 1982, ainda no período de conturbada transição democrática, foi criada a *Comisión Nacional de Investigación de Desaparecidos Forzados*, que pode ser considerada a primeira “comissão da verdade” da América Latina, a qual, no entanto, foi dissolvida antes de entregar o relatório final (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011). Após a extradição de Meza, foram criadas comissões especiais para busca dos restos mortais de Che Guevara, com participação do governo cubano, bem como de Marcelo Quiroga Santa Cruz. A pressão popular por políticas de memória ganharam novo fôlego em meio às agitações políticas e sociais do início dos anos 2000. Em 2003 foi formado o *Consejo Interinstitucional para el Esclarecimiento de Desapariciones Forzadas* (CIEDEF) e, no ano seguinte, foi promulgada a lei de ressarcimento às vítimas da violência política (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011). Contudo, somente em 2017, o presidente Evo Morales, no cargo desde 2006, decretou a criação da *Comisión de la Verdad de Bolivia*, para investigar os crimes contra os direitos humanos praticados entre 04 de novembro de 1964 e 10 de outubro de 1982 pelos governos militares e agentes do Estado, que abarcou, portanto, as ditaduras de René Barrientos, Hugo Banzer e Luis García Meza. Essa comissão apresentou seu relatório final recentemente, no início de 2020.

## 6.2.2 Lugares de memória da Bolívia

Foram identificados e selecionados dois lugares de memória implementados na Bolívia, conforme o quadro a seguir:

Quadro 2 — Lugares de Memória na Bolívia

Nome	Tipo	Cidade
Ruta del Che	Sítio de Memória	La Higuera
Memorial Marcelo Quiroga Santa Cruz	Monumento	La Paz
<b>Total</b>		<b>2</b>

Fonte: elaboração do autor.

### 6.2.2.1 Ruta del Che

O povoado de La Higuera, localizado na região montanhosa próxima à cidade de Vallegrande, abriga hoje um circuito turístico, mas também destinado à construção da memória, denominado *Ruta del Che*. O local onde Che Guevara foi detido e assassinado, durante a ditadura de René Barrientos, é atualmente sede de um museu em homenagem ao líder revolucionário. No povoado há, ainda, uma estátua e um memorial. Esse lugar de memória se tornou destino de peregrinação de turistas do mundo inteiro e de homenagens a Ernesto Che Guevara.

Imagem 31 — Ruta del Che



Fonte: foto de Revista do Brasil, disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/2017/10/50-anos-morte-che-la-higuera-um-lugar-no-mundo/>

#### 6.2.2.2 Memorial Marcelo Quiroga Santa Cruz

O monumento, constituído de uma estátua de bronze, instalado em um mirante no parque Urbano Central, na cidade de La Paz, foi erguido em 2004 em homenagem ao líder socialista Marcelo Quiroga Santa Cruz, assassinado em julho de 1980, pela narco-ditadura de Luiz Meza. A inauguração do monumento contou com a participação de autoridades e de familiares de Quiroga. Recebe, ainda hoje, homenagens que mantêm viva sua memória.

Imagem 32 — Memorial Marcelo Quiroga Santa Cruz



Fonte: foto de wikipedia, disponível em [https://es.wikipedia.org/wiki/Marcelo\\_Quiroga\\_Santa\\_Cruz](https://es.wikipedia.org/wiki/Marcelo_Quiroga_Santa_Cruz)

## 6.3 Brasil

### 6.3.1 Contexto histórico

A produção historiográfica sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1989) é bastante vasta. Porém, para esta breve contextualização histórica, limitamos a pesquisa às obras de Napolitano (2014) e Bethell (2018), que traçam um panorama amplo sobre o período. O processo ditatorial brasileiro teve início com o golpe de Estado ocorrido entre 31 de março e 1º de abril de 1964, que depôs o então presidente João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). De 1964 a 1989, o poder foi exercido por presidentes ditadores, sendo cinco deles militares e um civil: Humberto Castelo Branco (1964-1967), Artur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979), João Figueiredo (1979-1985) e José Sarney (1985-1989). O complexo aparato de Terrorismo de Estado implantado foi responsável por ao menos 434 mortes ou desaparecimentos forçados, segundo apurou o relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014). No entanto, esse número é seguramente muito maior, tendo em vista as incontáveis denúncias de vítimas de torturas, sequestros e outras violações dos direitos humanos.

Os antecedentes ao golpe de Estado de 1964 demonstram a intensa participação dos militares na política brasileira. As Forças Armadas atuavam como poder “moderador” em relação ao poder político civil. Entre 1946 e 1964, somente dois presidentes, de quatro eleitos, terminaram os seus mandatos. Ao final do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), mais uma vez os militares exerceram influência direta sobre a vida política do país. O sucessor, Jânio Quadros, empossado em 1961, renunciou em agosto do mesmo ano. Com a renúncia, o

vice-presidente João Goulart foi impedido pelos militares de assumir o posto deixado vago. O impasse foi “solucionado” com a instituição do sistema político parlamentarista. Portanto, Goulart assumiu o cargo com poderes reduzidos. Posteriormente, o parlamentarismo foi rechaçado pela população brasileira, no plebiscito realizado em 1963. O então presidente voltou a exercer o cargo com plenos poderes. Uma vez restituídas as prerrogativas presidenciais, Goulart tentou colocar em prática a sua agenda política, as chamadas Reformas de Base, que incluíam melhoria nas condições de trabalho, reforma política, legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e reforma agrária. Contudo, Goulart não dispunha de apoio da maioria do Congresso para tanto (BETHELL, 2018).

Em meio ao cenário de agitação política e social, bem como de grave crise econômica, houve o recrudescimento das greves, mobilizações camponesas e episódios de insubordinação militar, como a Revolta dos Sargentos (1963) e a Revolta dos Marinheiros (1964), ambas apoiadas pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Com isso, aumentou também a oposição ao governo de João Goulart e o radicalismo de direita. Somavam-se a isso a forte recessão e o crescimento desenfreado da inflação, que alcançaram taxas anuais de 50% em 1962 (BETHELL, 2018). O golpismo passou a impregnar o empresariado nacional, os latifundiários e a grande mídia liberal-conservadora, temerosos com as promessas de reforma agrária. Imperava entre as elites nacionais o discurso macarthista anticomunista da Guerra Fria (NAPOLITANO, 2014). Para derrubar o governo Goulart, empresários e economistas tecnocratas se alinharam aos militares por meio do IPES-IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e da Escola Superior de Guerra (ESG) (DREIFUSS, 1981).

A fim de exercer pressão pela implementação das reformas, Goulart compareceu, em 13 de março de 1964, ao comício na Estação Ferroviária da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, fato que levou ao acirramento da oposição, que culminou no golpe de 1964. Na semana seguinte ao comício da Central do Brasil ocorreu, em São Paulo, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, organizada principalmente por políticos ultraconservadores, mulheres de classe média alta e setores reacionários da Igreja católica, cujas principais reivindicações eram o combate ao comunismo e a intervenção militar. Na madrugada do dia 1º de abril de 1964, o exército se rebelou. Em seguida, o presidente do Senado declarou vaga a presidência da República, mesmo sem nenhum fundamento legal para tanto, já que o

presidente encontrava-se em exercício e em território nacional. João Goulart preferiu não retaliar e partiu para o exílio no Uruguai. A Junta Militar, composta por representantes das três armas (Marinha, Exército e Aeronáutica), assumiu o poder e, no dia 15 de abril, indicou o general Humberto Castelo Branco como novo presidente. O sistema democrático somente seria completamente restaurado 25 anos depois, em 1989.

A ditadura civil-militar brasileira se consolidou e se legitimou por meio dos Atos Institucionais (AIs). Desde os primeiros anos a repressão se intensificou, com base na DSN, por meio dos AIs e a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI). O aparato repressivo se desdobrou rapidamente, com a criação dos centros de informações nos três setores das Forças Armadas (CENIMAR, CIE, CISA). O mesmo ocorreu em todos os ministérios, universidades e empresas estatais, que criaram as suas Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESIs) para vigiar funcionários, professores e alunos. Estima-se que cerca de 5 mil funcionários públicos foram cassados ou aposentados compulsoriamente. Mais de 500 professores universitários, jornalistas e diplomatas perderam os seus direitos políticos e os empregos (BETHELL, 2018). Ao menos 47 pessoas ligadas à Universidade de São Paulo (USP) foram mortas ou desaparecidas, devido à atuação de sua AESI (COMISSÃO DA VERDADE DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2018).

O sistema político ditatorial foi reduzido ao bipartidarismo. Os únicos partidos legalizados eram a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição moderada, controlada pelo regime. Sob o governo de Castelo Branco, foi outorgada uma nova Constituição Federal (1967), que incorporou o autoritarismo às diretrizes nacionais. Em 13 de dezembro de 1968, sob o governo do ditador Artur da Costa e Silva, foi promulgado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que revogou garantias fundamentais como o *habeas corpus* e submeteu civis ao julgamento pela Justiça Militar pelos chamados crimes contra a segurança nacional. O AI-5 permaneceu em vigor por dez anos e intensificou a Guerra Suja e o Terrorismo de Estado no Brasil.

A repressão se ampliou sob o mandato do general Emílio Garrastazu Médici, ex-chefe do SNI. Em 1969, foi formada, clandestinamente, em São Paulo, a força-tarefa Operação Bandeirante (OBAN), precursora dos Destacamentos de Operações e Informação dos Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODIs). Estes órgãos, subordinados diretamente aos Ministros Militares, proliferaram em todo o país e formavam, juntamente

com a reativação dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), a espinha dorsal do aparato repressivo, responsáveis por inúmeras violações dos direitos humanos, torturas, sequestros, desaparecimentos forçados e assassinatos. Tal rede funcionava com um alto grau de autonomia, desconhecia limites geográficos e legais.

A resistência à ditadura expressava-se por meio dos movimentos sociais, estudantis e pelas organizações de trabalhadores. A greve geral de Osasco (SP), de 1968, foi duramente reprimida. O Movimento Estudantil organizou a Passeata dos cem mil (1968), a maior registrada contra a ditadura. Ao realizarem o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em uma fazenda no município de Ibiúna (SP), cerca de mil estudantes foram presos pelas forças de segurança (BETHELL, 2018). Outro pólo de resistência foram os setores progressistas da Igreja católica, sob as lideranças de Dom Hélder Câmara, arcebispo de Recife e Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo. As Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) também se colocaram em confronto com o regime e mobilizaram a opinião pública em repúdio às violações aos direitos humanos. Surgiram, ainda, os movimentos guerrilheiros, que recorreram à resistência armada. Destacaram-se a Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella; a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada por Carlos Lamarca; o Comando de Libertação Nacional (Colina); o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), organizador da Guerrilha do Araguaia (1967-1974). As organizações de resistência armada conseguiram realizar operações com o intuito de libertar presos políticos. Uma delas foi o sequestro do embaixador dos EUA, Charles Burke Elbrick, em 1969, pelo MR-8. O embaixador foi libertado em troca de quinze prisioneiros políticos enviados para o México. Outros três diplomatas, o Cônsul-geral do Japão e os embaixadores da Alemanha Ocidental e da Suíça, foram sequestrados em ações da mesma natureza. Cerca de 115 presos ou sequestrados políticos pelo regime militar foram soltos (BETHELL, 2018).

A enorme estrutura de repressão criada, cujos custos aos cofres públicos foram omitidos do público pelos militares e pela grande mídia, permanecem desconhecidos até os dias atuais. Os repressores possuíam forças infinitamente superiores. Portanto, a desproporcionalidade do aparato repressivo em relação às atividades de guerrilha era evidente. Os movimentos de guerrilhas foram praticamente suprimidos até 1971, seus principais líderes foram assassinados, restavam apenas alguns remanescentes da Guerrilha do



Araguaia. O referido foco guerrilheiro, que contava com pouco mais de uma centena de militantes do PCdoB, mobilizou cerca de 12 mil homens do Exército sediados na cidade de Xambioá (TO) e foi completamente dizimado em 1974 (BETHELL, 2018).

Com a oposição sufocada, os militares procuravam legitimação por meio de propaganda e censura aos meios de comunicação. O sucesso na Copa do Mundo de 1970 foi amplamente explorado. Criou-se o mito do Milagre Econômico, referente ao controle da inflação e os índices de crescimento na casa dos 11% (BETHELL, 2018). Mesmo assim, diante das pressões geradas pelas violações dos direitos humanos, o general Ernesto Geisel foi empossado presidente com um discurso de “distensão política lenta, gradual e segura”. Na mesma medida em que se prometia a abertura, intensificavam-se as ações de Terrorismo de Estado. O jornalista Vladimir Herzog foi brutalmente assassinado durante sessões de tortura nas dependências do DOI-CODI paulista, em 25 de outubro de 1975. A “versão oficial” foi de suicídio.

No entanto, os efeitos da Crise do Petróleo de 1973-1974 já se faziam sentir nas economias emergentes. O AI-5 foi revogado em 13 de dezembro de 1978, mas a “abertura política” foi adiada para o sucessor, general João Figueiredo, ex-chefe do SNI. No final da década de 1970, em meio à crise econômica, o Brasil viveu o ressurgimento das manifestações de oposição da sociedade civil. Intensificou-se o Movimento Sindical na região do ABC, pólo metalúrgico do estado de São Paulo, que projetou Luís Inácio “Lula” da Silva para a vida pública. A Igreja, as organizações estudantis e as organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência (SBPC), ganhavam destaque na oposição à ditadura. Após 1979, o bipartidarismo foi abolido e as forças partidárias civis, tanto à direita quanto à esquerda no espectro político, foram reconstruídas. Com o regime já bastante desmoralizado, aconteceu o atentado terrorista do Riocentro (1981), perpetrado por grupos militares contrários à liberalização política, fato que aumentou as pressões para os militares deixarem o poder.

Quando a inflação alcançou índices na casa dos 100% e 200%, despontou o movimento das Diretas Já (1984), reivindicando eleições livres e diretas para a presidência da República. O movimento logo tomou proporções nacionais. Mesmo assim, as eleições de 1985 foram indiretas. A entrega do poder aos civis se deu mediante intensas negociações com o alto comando militar, tendo sido acordado que não deveria haver nenhum tipo de

revanchismo contra os militares. Foi indicado como presidente civil Tancredo Neves (ex-MDB) e, como vice-presidente, José Sarney (ex-Arena). Tancredo Neves ficou gravemente doente e veio a falecer. José Sarney, ex-Senador pró-ditadura, tornou-se o primeiro presidente civil após 21 anos de governos militares. A transição política para o modelo democrático foi iniciada, gerenciada e implementada pelos militares, de modo que as pressões da sociedade civil influíram, de maneira decisiva, apenas no ritmo dos acontecimentos (CODATO, 2005). Somente em 1989, após a constituinte de 1988, o Brasil teve eleições livres, diretas, por meio de sufrágio universal, para a presidência da república. Com base na Lei de Anistia (Lei nº 6.683 de 23 de agosto de 1979), em vigor até hoje, nenhum ditador ou agente da repressão foi julgado ou condenado pelas violações dos direitos humanos ocorridas durante a ditadura civil-militar brasileira. Com a promulgação da Lei de Anistia, a Igreja encampou o movimento de denúncia pública da tortura e de reivindicação por justiça, através da publicação do livro “Brasil: Nunca Mais” (1985). Somente em 1995, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foi criada a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP), impulsionada com a publicação do “Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964” (COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015), elaborado pela Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 2001, ainda sob o governo FHC, foi criada a Comissão de Anistia, para promover a reparação de vítimas e familiares de mortos, desaparecidos e ex-presos políticos.

As ações por memória, reparação e justiça ganharam maior fôlego a partir de 2003, sob os governos de Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), por meio de projetos como o “Memórias Reveladas”, de disponibilização dos arquivos existentes sobre a ditadura; Projeto de Lei de Acesso à Informação Pública; Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e as Caravanas da Anistia (2009). Mas, a principal medida de Justiça de transição adotada no Brasil foi a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2011, determinada pela presidenta Dilma Rousseff, ex-presa política. Essa Comissão apresentou seu relatório final em 2014, recomendando a revisão da Lei de Anistia e a responsabilização criminal, civil e administrativa dos agentes perpetradores de violações dos direitos humanos, praticados sob a égide do Estado, entre 1946 e 1988. Portanto, não restrita ao período da ditadura civil-militar. Após a criação da CNV, proliferaram as comissões da verdade locais, em nível estadual, municipal, setoriais e em universidades. Segundo Tenaglia e Rodrigues (2018), foram

identificadas 47 comissões em todo território nacional brasileiro, das quais 16 apresentaram relatórios finais.

Por fim, em 2018, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), condenou o Estado brasileiro, por crime contra a humanidade, em razão da morte do jornalista Vladimir Herzog. Porém, desde o golpe de Estado, ocorrido no país, em 2016, as medidas oficiais por verdade e justiça encontram-se abandonadas. Em que pesem os avanços produzidos nas últimas décadas, o caso brasileiro segue caracterizado pela ausência de responsabilização criminal dos torturadores (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011).

### 6.3.2 Lugares de memória do Brasil

Ao todo, foram identificados e selecionados 20 lugares de memória no Brasil. É o país, dentre os demais estudados, onde foi registrado o maior número de lugares em disputa ou ainda em fase de implantação, 8 no total. Isso denota que as iniciativas de criação de lugares de memória, no Brasil, são relativamente recentes e encontram-se em processo de desenvolvimento. Os lugares coletados estão sintetizados no quadro abaixo:

Quadro 3 — Lugares de Memória no Brasil

<b>Nome</b>	<b>Tipo</b>	<b>Cidade</b>
<b>Arquivo Edgard Leuenroth</b>	Arquivo	Campinas
<b>Arquivo Nacional</b>	Arquivo	Rio de Janeiro/Brasília
<b>Arquivo Público do Estado de São Paulo</b>	Arquivo	São Paulo
<b>Arquivo Público Mineiro</b>	Arquivo	Belo Horizonte
<b>Casa da Morte de Petrópolis</b>	-	Petrópolis
<b>Casa de Frei Tito</b>	-	Fortaleza
<b>Casa de Marighela</b>	-	Salvador
<b>Centro Universitário Maria Antônia</b>	Sítio de Memória	São Paulo
<b>DOI-CODI de São Paulo</b>	-	São Paulo
<b>DOPS do Rio de Janeiro</b>	-	Rio de Janeiro
<b>Forte do Barbalho</b>	Sítio de Memória	Salvador

<b>Memorial aos Membros da Comunidade USP Vítimas da Ditadura Militar</b>	Monumento	São Paulo
<b>Memorial Carlos Marighella</b>	Monumento	São Paulo
<b>Memorial da Democracia do Estado da Paraíba</b>	-	João Pessoa
<b>Memorial da Luta pela Justiça</b>	-	São Paulo
<b>Memorial da Resistência de São Paulo</b>	Museu	São Paulo
<b>Memorial dos Direitos Humanos de Minas Gerais</b>	-	Belo Horizonte
<b>Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos</b>	Monumento	São Paulo
<b>Monumento Tortura Nunca Mais</b>	Monumento	Recife
<b>Vala Clandestina de Perus</b>	Monumento	São Paulo
<b>Total</b>		<b>20</b>

Fonte: elaboração do autor.

#### 6.3.2.1 Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)

O arquivo, situado na cidade de Campinas, está vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). A instituição custodia o fundo “Brasil: Nunca Mais”, que reúne 175 metros lineares de cópias de 707 processos judiciais da ditadura civil-militar, comprobatórios de torturas e outras violações dos direitos humanos. O projeto encabeçado por Dom Paulo Evaristo Arns, de digitalizar os processos da ditadura, visava salvar os documentos da destruição e obter informações sobre as violações dos direitos humanos perpetradas. Foi uma iniciativa emblemática para a construção crítica da memória da ditadura civil-militar brasileira, bem como um marco significativo na luta por verdade e justiça no país. Além disso, o AEL custodia e disponibiliza para pesquisa acervos relevantes como os fundos do Comitê Brasileiro pela Anistia; de Militância Política e Luta Armada no Brasil; do Movimento Estudantil e do Teatro Oficina.

#### 6.3.2.2 Arquivo Nacional

O arquivo, com sede em Brasília e Rio de Janeiro, custodiava os documentos do Conselho de Segurança Nacional, ao qual era subordinado o SNI, órgão central do aparato repressivo de Terrorismo de Estado brasileiro. Em 2005, durante o governo Lula, por meio do Decreto nº 5.584, foi determinada a transferência dos arquivos referentes ao Conselho e ao SNI para o Arquivo Nacional. A preservação e disponibilização desse importante acervo foi uma exigência da sociedade civil. Em razão disso, foi criado o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias Reveladas, em 2009. Dentre os objetivos do projeto, figura a construção de um pólo difusor de informações dos registros documentais das lutas políticas no Brasil, no período da ditadura civil-militar, bem como o acesso às fontes primárias e a criação de uma rede virtual de amplo espectro entre instituições congêneres nacionais e estrangeiras. Na esteira do projeto, os acervos dos antigos DOPS, de 13 estados e do Distrito Federal, foram digitalizados e passaram a integrar a rede de informações do Projeto Memórias Reveladas.

#### *6.3.2.3 Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)*

O arquivo do Estado de São Paulo recebeu, em 1991, os fundos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP), em atividade entre 1924 até 1983. Durante a ditadura civil-militar brasileira, foi um dos principais órgãos de repressão, no estado de São Paulo, responsável por incontáveis violações dos direitos humanos. Após a extinção do órgão, o acesso aos documentos tornou-se uma das principais bandeiras das vítimas e seus familiares. O acervo documental foi transferido para a agência paulista da Polícia Federal, onde permaneceu inacessível até 1991, ano em que foi entregue ao APESP (Arquivo Público do Estado de São Paulo). Há indícios de que, enquanto sob a guarda da Polícia Federal, o acervo tenha sido saqueado por ex-agentes ligados à repressão (JOFFILY, 2008). A transferência do acervo, formado por três milhões de documentos, que estavam acondicionados em 36 fichários metálicos, foi disponibilizado em 1994 para consulta pública.

#### *6.3.2.4 Arquivo Público Mineiro (APM)*

O arquivo, localizado na cidade de Belo Horizonte, custodia o acervo do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS-MG), do período de 1927 a 1982. O caso mineiro é muito parecido com o caso paulista. Devido às pressões populares, o acervo do DOPS-MG foi transferido ao arquivo público em 1998. Contudo, a documentação transferida encontra-se em 98 rolos de microfilme. Os originais foram alegadamente incinerados quando da extinção do órgão de repressão.

#### *6.3.2.5 Casa da Morte de Petrópolis*

Esse lugar de memória, um ex-centro de torturas e extermínio, está localizado na cidade de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro. O imóvel residencial, foi um CCD, na década de 1970, administrado pelo CEI. O centro ficou conhecido pela perversidade dos agentes da repressão e um símbolo do Terrorismo de Estado brasileiro. Acredita-se que a militante Inês Etienne Romeu tenha sido a única sobrevivente do CCD. Nos anos 1980, a sobrevivente conseguiu identificar o local e denunciá-lo à imprensa, dando notoriedade à casa da morte da ditadura.

O imóvel foi cedido aos agentes da ditadura por um simpatizante do nazismo, emigrado da Alemanha, pós-II Guerra Mundial. Com a redemocratização a casa foi vendida, como forma de apagar os vestígios dos crimes que foram ali praticados. Em 2018, atendendo a iniciativa popular e do Ministério Público do Rio de Janeiro, o imóvel foi tombado pela prefeitura de Petrópolis. No entanto, no início de 2020, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro atendeu ao pedido do atual proprietário e anulou o tombamento municipal, devido a “irregularidades técnicas” (KONCHINSKI, 2020). Organizações da sociedade civil e o Ministério Público seguem exigindo a patrimonialização da casa e sua transformação em um sítio de memória.

Imagem 33 — Casa da Morte de Petrópolis



Fonte: foto de Brasil de Fato, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/18/mpf-denuncia-torturadores-da-casa-da-morte-em-petropolis-no-rio-de-janeiro>

### 6.3.2.6 Casa de Frei Tito

O lugar de memória está localizado no centro da cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará. O imóvel residencial foi a moradia de infância de Frei Tito de Alencar, símbolo da luta contra a ditadura brasileira. O frade dominicano foi preso e brutalmente torturado pelos agentes da repressão. Na década de 1970, ele se exilou em Paris, porém, tendo em vista os problemas psicológicos causados pelas torturas que sofreu, cometeu suicídio em 1974. Devido à ampla mobilização popular em torno do lugar de memória, o imóvel foi tombado em 2011. Em razão da morosidade em transformá-lo em sítio de memória, movimentos sociais da cidade de Fortaleza lançaram o movimento “Ocupa Frei Tito” e ocuparam a casa, a qual encontra-se em péssimo estado de conservação. Exige-se a recuperação e destinação adequada ao imóvel.

Imagem 34 — Casa de Frei Tito



Fonte: foto de Ocupa Casa Frei Tito, disponível em : <https://www.facebook.com/ocupacasafreitito/photos/a.294286424667509/294292241333594/?type=1&theater>

### *6.3.2.7 Casa de Marighella*

O imóvel residencial, encontra-se em ruínas, na Baixa de Sapateiros, centro histórico da cidade de Salvador, capital do estado da Bahia. Foi o local de residência do líder guerrilheiro da ALN, Carlos Marighella (ALMEIDA; OLIVEIRA, 2019). Marighella foi um dos principais nomes de resistência ao regime ditatorial, sendo assassinado na cidade de São Paulo, em 1969. No ano de 2015, o tombamento do imóvel foi recusado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), porém, segue a pressão de organizações da sociedade civil pela recuperação do espaço e sua transformação em sítio de memória.

### *6.3.2.8 Centro Universitário Maria Antônia*

O lugar de memória, localizado na região central da cidade de São Paulo, foi o local onde ocorreu a denominada Batalha da Maria Antônia, em outubro de 1968. Localizado na rua de mesmo nome, foi sede da chamada à época Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL) da USP, atual Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH). O edifício universitário era reduto do Movimento Estudantil, situado muito próximo da Universidade Mackenzie, reduto da organização de extrema-direita Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Em outubro de 1968, quando alunos da FFCL angariavam fundos para o congresso da UNE, foram atacados por alunos da Universidade Mackenzie e pelo CCC. O episódio ficou conhecido como Batalha da Maria Antônia. O número de mortos e feridos é desconhecido, porém, isso levou à transferência da FFCL para o campus da USP no bairro do Butantã. Atualmente, o imóvel ainda é de propriedade da USP, onde são desenvolvidas atividades educativas e culturais, porém, o episódio e a ditadura civil-militar brasileira são pouco abordados no espaço.

Imagem 35 — Centro Universitário Maria Antônia





Fonte: foto do Centro Universitário Maria Antônia, disponível em : <http://www.mariantonia.prce.u.usp.br/edificios/>

### 6.3.2.9 DOI-CODI de São Paulo

O lugar de memória está situado na rua Tutóia, bairro da Vila Mariana, na cidade de São Paulo. Entre 1969 e 1983, o local foi sede da OBAN e, em seguida, do DOI-CODI paulista, um dos principais organismos da repressão da ditadura civil-militar brasileira. O local também funcionou como CCD, onde foi torturado e assassinado o jornalista Vladimir Herzog, entre muitos outros opositores à ditadura. O complexo de edifícios foi tombado por unanimidade pelo CONDEPHAAT, em 2014. Porém, não foi completamente desocupado; um dos edifícios ainda abriga uma delegacia de polícia. Após o tombamento, moradores do bairro organizaram um abaixo-assinado contrários à retirada de um equipamento de segurança pública da região, paralisando as negociações de desocupação completa do local (NEVES, 2018). Mesmo assim, organizações da sociedade civil promovem visitas guiadas ao local e todos os anos se reúnem ali para exigir a ressignificação do espaço, bem como homenagear os mortos e desaparecidos da ditadura, como forma de pressão por memória, verdade e justiça.

Imagem 36 — DOI-CODI de São Paulo



Fonte: acervo pessoal do autor.

#### 6.3.2.10 DOPS do Rio de Janeiro

O edifício, construído em 1910, de expressivo valor arquitetônico, está situado na região central da cidade do Rio de Janeiro, na rua da Relação, nº 40. Desde sua inauguração o imóvel foi sede de instituições policiais. Durante a ditadura civil-militar foi utilizado pelo DOPS carioca como base operativa e CCD. Trata-se de um lugar emblemático, um dos mais conhecidos CCDs do Rio de Janeiro, amplamente reconhecido pela sua atuação repressiva ao longo da ditadura. O imóvel foi tombado provisoriamente pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (INEPAC). Havia um projeto de transformá-lo em museu da polícia civil do Rio de Janeiro, que foi rechaçado pela sociedade civil. O movimento “Ocupa DOPS”, entre outros, exige a transformação do local em sítio de memória, voltado para conscientização. São organizadas atividades e manifestações políticas no local para pressionar pela sua ressignificação.

Imagem 37 — DOPS do Rio de Janeiro



Fonte: foto do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, disponível em [http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens\\_tombados/detalhar/270](http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/270)

#### 6.3.2.11 Forte do Barbalho

A construção militar do século XVII, localizada na cidade de Salvador, no estado da Bahia, foi utilizada como principal CCD da cidade, durante a ditadura civil-militar brasileira. Trata-se de um bem tombado pelo IPHAN, sob responsabilidade do governo estadual, onde são desenvolvidas atividades culturais, porém, o período ditatorial de 1964 é timidamente

abordado. Em 2014, movimentos sociais organizaram a descomemoração dos cinquenta anos do golpe de Estado de 1964 e instalaram placas recordativas, em homenagem às vítimas da ditadura (ALMEIDA; OLIVEIRA, 2019).

#### 6.3.2.12 Memorial aos Membros da Comunidade USP Vítimas da Ditadura Militar

O monumento está localizado na cidade de São Paulo, dentro da Cidade Universitária, campus da USP, no bairro do Butantã. Foi instalado em 2011, entre a praça do Relógio e o Conjunto Residencial da USP (CRUSP), local de moradia estudantil, que foi invadido pelos militares em 1968. O monumento foi concebido em homenagem aos professores, funcionários e estudantes que foram mortos ou desaparecidos pela ditadura civil-militar. A iniciativa ocorreu, para conferir reconhecimento institucional da perseguição política ocorrida dentro da universidade, por meio da instalação de uma AESI, conforme apurado pela Comissão da Verdade da USP (2018). Atualmente, o local é palco de manifestações e homenagens às vítimas, organizadas pelo grupo de ex-moradores denominado CRUSP-68.

Imagem 38 — Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos da USP



Fonte: foto de Marcos Santos, disponível em: [https://jornal.usp.br/cultura/memorial-da-ditadura -e-o-esquecimento-do-passado/](https://jornal.usp.br/cultura/memorial-da-ditadura-e-o-esquecimento-do-passado/)

#### 6.3.2.13 Memorial Carlos Marighella

O monumento está situado na alameda Casa Branca, altura do nº 817, local onde foi assassinado Carlos Marighella, líder da ALN, por agentes da repressão. A pedra, contendo uma placa recordativa, em sua homenagem foi instalada em 1999, porém, por se tratar de um

bairro nobre da cidade de São Paulo, gerou polêmica e insatisfação de alguns moradores da região. O monumento, sob a responsabilidade da prefeitura de São Paulo, é constantemente vandalizado, mas é também local de homenagens a Marighella. Por ser um marco territorial e objeto de disputas políticas pela memória, constitui um lugar de memória emblemático da cidade de São Paulo.

Imagem 39 — Memorial Carlos Marighella



Fonte: foto de BBC, disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/03/07/marighella -por-que-uma-pedra-em-homenagem-a-guerrilheiro-atrai-ataques-e-aplausos-em-bairro-nobre-de-sp.ghnm>

#### *6.3.2.14 Memorial da Democracia do Estado da Paraíba*

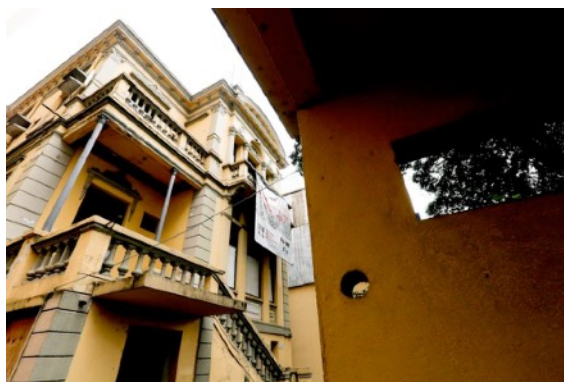
O Memorial da Democracia do Estado da Paraíba encontra-se em fase de implementação, através da Fundação Casa de José Américo. Esse sítio de memória contará com os acervos do DOPS-PB e da Comissão da Verdade do Estado da Paraíba. O memorial será instalado na fundação e terá como objetivo custodiar os acervos mencionados e dar continuidade às pesquisas sobre os crimes da ditadura civil-militar no estado, bem como realizar ações educativas para construção da memória (BRITO *et al.*, 2020).

#### *6.3.2.15 Memorial da Luta pela Justiça*

O sítio de memória encontra-se em fase de implementação e está situado na cidade de São Paulo, na Av. Brigadeiro Luiz Antônio, nº 1249, bairro da Bela Vista. Entre 1965 e 1980, foi a sede da Auditoria da Justiça Militar de São Paulo, a 1ª instância de julgamentos de crimes políticos, inscritos na Lei de Segurança Nacional. Após a ditadura, o imóvel continuou funcionando como sede do Judiciário Militar. Em 2013, foi firmado um convênio entre a

Ordem dos Advogados do Brasil seção São Paulo (OAB/SP) e o Núcleo Memória para recuperação do edifício e a sua transformação em sítio de memória, com o objetivo de relembrar a luta de advogados e presos políticos contra a repressão e o autoritarismo. Desde então o projeto encontra-se em fase de implementação. Enquanto o prédio não é totalmente recuperado e ressignificado, são desenvolvidas atividades no local para sua ocupação, como visitas guiadas, cursos, palestras e exposições.

Imagem 40 — Ex Auditoria da Justiça Militar



Fonte: foto de OAB/SP, disponível em: [https://www.oabsp.org.br/memorial/pasta-fotos/395\\_20151201\\_memorial\\_da\\_luta\\_pela\\_justica\\_foto\\_jlc-11.jpg/view](https://www.oabsp.org.br/memorial/pasta-fotos/395_20151201_memorial_da_luta_pela_justica_foto_jlc-11.jpg/view)

#### *6.3.2.16 Memorial da Resistência de São Paulo*

O museu, localizado na cidade de São Paulo, no largo General Osório, na rua Mauá, região central da cidade, ocupa hoje o edifício que foi sede do antigo DEOPS, o qual junto com o DOI-CODI paulista, compunham a linha de frente do aparato repressivo no estado de São Paulo. O memorial foi inaugurado em 2008 e atua na preservação da memória da ditadura civil-militar brasileira. O museu divide o espaço com a Estação Pinacoteca do Estado de São Paulo. O edifício do século XIX foi tombado pelo CONDEPHAAT, em 1999, por seu valor arquitetônico. Originalmente, foi construído para abrigar os escritórios administrativos da Estrada de Ferro Sorocabana. Além dos escritórios, o prédio inaugurado em 1914, abrigava armazéns para os itens transportados através da ferrovia. Estes usos permaneceram até o ano de 1938. A partir de 1940, o DEOPS foi instalado no local, onde permaneceu até 1983, quando foi extinto no processo de redemocratização.

Durante a maior parte do período ditatorial, o DEOPS atuou como polícia política do estado de São Paulo, cujo edifício funcionou como centro de repressão e detenção de presos

políticos. A partir de 1983 recebeu outros usos vinculados aos órgãos públicos. O processo de tombamento, aberto em 1976, durou mais de 20 anos. Sua patrimonialização, mesmo que ocorrida em período democrático, realizou-se à margem de uma participação social mais ampla, privilegiando o histórico arquitetônico associado à Estrada de Ferro Sorocabana e à modernização da cidade. As reformas realizadas no edifício ocorreram em tempos de democracia, com o nítido intuito de ocultação da história do período ditatorial (NEVES, 2014). A carceragem do DEOPS, onde diversos presos políticos foram detidos e torturados, foi quase totalmente descaracterizada entre a passagem dos anos 1990 e 2000 (SÃO PAULO, 2017). A restauração foi concluída em 2002 e o prédio recebeu usos diversos, enquanto centro expositivo. A partir de 2004, quando o edifício passou a ser de responsabilidade da Pinacoteca, o Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos, em conjunto com outras organizações da sociedade civil, como a Comissão de Familiares e Presos Políticos, passaram a discutir e a pressionar para sua ocupação como sítio de memória crítico à repressão e ao Terrorismo de Estado.

O espaço foi reaberto com a denominação Memorial da Resistência, em 2008. Com base em ampla pesquisa e testemunhos de ex-presos políticos detidos no local, quatro celas da carceragem foram reconstituídas, onde inscrições nas paredes foram refeitas pelos ex-presos em um ato simbólico de inauguração. A intervenção museológica foi uma tentativa de minimizar os danos causados pelo apagamento dos rastros traumáticos do passado (NEVES, 2014). Atualmente, o Memorial da Resistência de São Paulo conta com um centro de referência para pesquisa, atua na salvaguarda de acervo custodiado, possui auditório, área de exposição permanente, área para exposições temporárias e desempenha ações educativas e culturais, com enfoque temático sobre a resistência, controle e repressão política.

Imagem 40 — Memorial da Resistência



Fonte: foto do Memorial da Resistência, disponível em <http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/>

#### *6.3.2.17 Memorial dos Direitos Humanos de Minas Gerais*

O lugar de memória encontra-se em fase de implantação no edifício que foi sede do DOPS-MG, na cidade de Belo Horizonte. Em 2015, o imóvel, que serviu como CCD durante a ditadura civil-militar brasileira, foi tombado nas esferas municipal e estadual. Em ato seguinte, foi transferido para a Secretaria estadual de direitos humanos, porém, dependia de reformas emergenciais a serem realizadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) (MEMORIAL, 2018).

#### *6.3.2.18 Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos*

O monumento, situado no Parque do Ibirapuera, na cidade de São Paulo, foi inaugurado em 2014, pela gestão do prefeito Fernando Haddad, do PT. Desde 2019, o local passou a ser o destino da Caminhada do Silêncio, em homenagem aos mortos e desaparecidos da ditadura civil-militar brasileira.

Imagem 41 — Homenagem aos mortos e desaparecidos em São Paulo

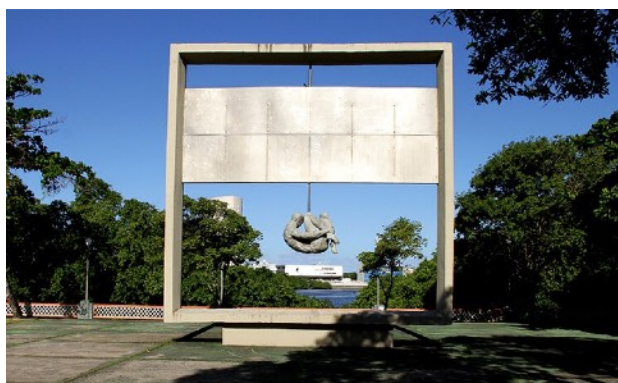


Fonte: acervo pessoal do autor.

#### 6.3.2.19 *Monumento Tortura Nunca Mais*

O monumento, localizado na cidade de Recife, capital do estado de Pernambuco, foi inaugurado em 1993, sendo o primeiro, em homenagem aos mortos e desaparecidos da ditadura civil-militar, construído no Brasil. O local é palco de atos e manifestações políticas e homenagens.

Imagem 42 — Monumento Tortura Nunca Mais



Fonte: foto da Prefeitura de Recife, disponível em <https://visit.recife.br/o-que-fazer/atracoes/monumento-tortura-nunca-mais>

#### 6.3.2.20 *Vala Clandestina de Perus*

O lugar de memória está localizado no cemitério Dom Bosco, na cidade de São Paulo, no bairro de Perus. O cemitério foi criado em 1971, na periferia da cidade de São Paulo, onde há uma vala comum destinada aos indigentes. Esse local foi utilizado pelos agentes da ditadura para ocultar os corpos de opositores ao regime, mortos sob tortura. Em 1990, a vala foi aberta e recuperadas as 1049 ossadas. Em agosto de 1993 a prefeitura de São



Paulo ergueu um monumento no local, de autoria de Ricardo Ohtake, por mobilização da Comissão de Familiares de Presos Políticos e Desaparecidos (MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, [20--?]). No muro erguido constam os dizeres: “Aqui os ditadores tentaram esconder os desaparecidos políticos, as vítimas da fome, da violência do Estado Policial, dos esquadrões da morte e, sobretudo, dos direitos dos cidadãos pobres da cidade de São Paulo. Fica registrado que os crimes contra a liberdade serão sempre descobertos.”. Posteriormente, as ossadas foram levadas e acondicionadas no Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Até o presente momento, foram identificados os restos mortais de 4 presos políticos que foram devolvidos às suas famílias.

Imagem 43 — Monumento em Cemitério Dom Bosco



Fonte: MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Programa Lugares de Memória. São Paulo: Memorial da Resistência do Estado de São Paulo, [20--?]

## 6.4 Chile

### 6.4.1 Contexto histórico

A contextualização histórica do processo ditatorial chileno foi baseada em trabalhos já consagrados sobre o tema, como o de Joan Garcés (1993), Paul Drake (1999, 2015), Alan Angell (2015) e Manuel Garretón (1993). A ditadura civil-militar chilena (1973-1990) teve início com o golpe de Estado de 11 de setembro de 1973. Os militares, comandados pelo general Augusto Pinochet (1915-2006), apoiados pela *Central Intelligence Agency* (CIA), bombardearam o palácio presidencial *La Moneda* e executaram o então presidente Salvador Allende (1908-1973), democraticamente eleito pela *Unidad Popular* (UP). Após o golpe, foi

implementado um complexo sistema repressivo. Os números são incertos, estima-se que entre três mil e 50 mil pessoas foram desaparecidas no período de Terrorismo de Estado chileno e, aproximadamente, 200 mil pessoas foram exiladas por motivos políticos (COGGIOLA, 2001). A ditadura pinocherista ficou conhecida pela *Caravana de la Muerte*, operação de execução de líderes opositores, bem como pelo uso indiscriminado de campos de concentração para presos políticos, improvisados em estádios de futebol ou instalações no deserto do Atacama. Além disso, o Chile pós 1973, sob a tutela dos militares, foi hospedeiro de um experimento neoliberal, implementado por economistas tecnocratas, conhecidos como *Chicago boys*. Porém, isso resultou em alta concentração de renda, acentuada recessão, aumento da desigualdade social, do desemprego, do endividamento externo, do déficit em todos os âmbitos da seguridade social, em desindustrialização e baixa produtividade agrícola (ANGELL, 2015).

Os antecedentes ao golpe de 1973 foram marcados por intenso recrudescimento da rivalidade política. Antes de 1973, o Chile detinha *status* de longa tradição democrática, ao contrário dos demais países da América Latina (SADER; JINKINGS, 2006). Entre 1958 e 1973, as vertentes políticas de direita, centro e esquerda puderam colocar em prática os seus respectivos modelos de governo e de políticas econômicas, por meio da via eleitoral livre (DRAKE, 2015). No entanto, foi no governo da esquerda, do marxista Salvador Allende, em meio ao contexto de Guerra Fria, que os militares chilenos resolveram deixar de lado a sua tradicional neutralidade político-partidária e intervieram diretamente nas instituições do Estado democrático.

Desde o final da II Guerra Mundial, os EUA investiam maciçamente no Chile, principalmente na exploração da mineração de cobre. Porém, devido ao desenvolvimento impulsionado pelos investimentos externos e à ampla organização sindical, o campo progressista ganhou força durante a década de 1960, representado por Allende e pela UP, uma coligação de partidos de esquerda e movimentos sociais, dentre eles o Partido Comunista Chileno (PCC) (ANGELL, 2015). O desfecho das eleições de 1970 foi a vitória de Salvador Allende com 36% dos votos válidos, o que não significou ampla adesão do eleitorado. O ex-presidente conservador Jorge Alessandri (1896-1986) obteve 34% dos votos (ANGELL, 2015).

Com a sociedade chilena polarizada, a oposição à Allende foi incentivada por conglomerados estrangeiros atuantes no país. A CIA financiou grupos de extrema-direita, com a finalidade de instaurar o caos político, incluindo o sequestro e assassinato do general legalista René Schneider. Concomitantemente, os bancos internacionais e o empresariado nacional procederam à fuga de capitais e a interrupção de crédito ou financiamento ao Estado. As exportações de cobre foram boicotadas no mercado internacional, como forma de embargo ao país. A grande mídia interna também atuou para desgastar o governo (ANGELL, 2015).

A UP, por sua vez, tomou medidas voltadas para modelo socialista, baseado no poder popular. Para tanto, implementou reformas de base que consistiram em aumento global dos salários, instituição do controle de preços, criação de comitês locais e *Juntas de Abastecimientos y Precios* (JAPs), fornecimento gratuito de leite para as famílias com crianças em idade escolar, nacionalização das minas de cobre, estatização de empresas estratégicas e reforma agrária. Com isso, as taxas de crescimento do PIB chegaram a 7% e as de desemprego inferiores a 3% (ANGELL, 2015).

No entanto, a revolução de Allende caminhou com extrema dificuldade. A política de investimentos sociais fez com que os gastos públicos disparassem e o déficit fiscal dobrasse, chegando a 22% do PIB (ANGELL, 2015). A situação de polarização se acirrou com a visita, em 1971, do líder revolucionário cubano, Fidel Castro (1926-2016). Rapidamente o golpismo cresceu entre os políticos civis opositores à UP e entre os principais comandantes militares. Em 1973, a CIA foi autorizada a gastar cerca de oito milhões de dólares para derrubar Allende (ANGELL, 2015).

Após o golpe de 11 de setembro de 1973, o regime recém instaurado tomou medidas para aniquilar os movimentos políticos e sociais no Chile. A participação dos civis na ditadura se deu por meio de empresários e economistas tecnocratas presentes no Conselho de Estado. Os ideais neoliberais, de Milton Friedman (1912-2006), professor da Universidade de Chicago, encontraram o autoritarismo implementado. Os *Chicago boys* puderam aplicar o seu autodenominado “tratamento de choque” à economia chilena. O projeto, encabeçado pelo ministro Sergio de Castro, consistia na conjugação entre a livre atuação das forças de mercado, máxima austeridade nas contas públicas e desestatização radical. Os investimentos públicos caíram pela metade, os salários foram desvalorizados em mais de 60% e o desemprego aumentou na ordem de 15%. As privatizações favoreceram os poucos

conglomerados capazes de adquirir os ativos estatais. Estima-se que, em 1978, apenas cinco deles controlavam 53% de todo o capital chileno (ANGELL, 2015).

Enquanto ocorria o desmantelamento do Estado, o regime se consolidava por meio da violência política contra os opositores. A ditadura Pinochet ficou conhecida como uma das mais brutais da história latino-americana. Nas primeiras semanas após o golpe, mais de 80 mil pessoas foram presas por motivos políticos (ANGELL, 2015). A polícia secreta de Pinochet, denominada *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), chefiada pelo general Manuel Contreras, foi o principal aparato repressivo do Terrorismo de Estado, com mais de 9 mil agentes (ANGELL, 2015). No âmbito da Operação Condor, a DINA foi responsável pelos assassinatos do general Carlos Prats e sua esposa, em Buenos Aires, e do ex-chanceler de Allende, Orlando Letelier, em Washington (EUA) (COGGIOLA, 2001).

Mesmo diante da implacável repressão, a resistência efetivou-se principalmente por meio de setores dos trabalhadores, estudantes e da Igreja católica. Surgiram também os movimentos guerrilheiros, que viam na luta armada a única solução para enfrentar o regime ditatorial. Entre eles destacaram-se o Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR), que já se radicalizara desde o final da década de 1960. A *Frente Patriótico Manuel Rodríguez* (FPMR) lançou, em 1986, uma operação com o objetivo de justificação do general Augusto Pinochet, porém, sem sucesso. O *Movimiento Juvenil Lautaro* (MAPU LAUTARO), com origem na década de 1980, entre as alas da esquerda cristã, também foi bastante ativo, até mesmo depois do fim da ditadura. Outro pólo significativo de resistência partiu da Igreja católica, liderada pelo cardeal de Santiago. A mudança de posição da alta cúpula da Igreja chilena, que inicialmente havia apoiado o golpe, deu-se em virtude da perseguição aos líderes católicos vinculados ao *Partido Demócrata Cristiano* (PDC). Desde então, a Igreja denunciou constantemente as violações dos direitos humanos e encabeçou movimentos populares pela transição democrática.

Com a oposição sufocada e com o apoio dos setores médios da sociedade, Pinochet se submeteu ao escrutínio popular em 1980. Foi convocado um plebiscito para aprovação de uma nova Constituição Federal, cujo texto incorporava o autoritarismo, institucionalizava a repressão e concedia poderes ilimitados ao ditador. Pinochet ficaria no cargo por mais oito anos, com possibilidade de reeleição. Apesar disso, a grave crise econômica levou ao gradativo declínio do regime. Os partidos políticos voltaram progressivamente à atividade. No

plebiscito de 1988 foi formada a *Concertación*, uma coalizão de partidos das mais variadas vertentes, provenientes de diferentes pólos do espectro político chileno, porém, controlada pelo PDC (DRAKE; JAKSIC, 1999).

Segundo Garreton (1993), a oposição chilena à ditadura de Pinochet passou por um longo, demorado, tardio e doloroso processo de aprendizagem. Nos primeiros anos, segundo Garreton, não houve oposição, propriamente, mas resistência, no sentido de luta pela sobrevivência. Somente a partir de maio de 1983, marco da retomada do movimento de massas no Chile, pode-se falar em oposição. Construiu-se a perspectiva de lutar pelas vias institucionais por meio de alianças multipartidárias, de diferentes blocos ideológicos, com exceção do PCC, que se recusou a coligar. A aprendizagem, mencionada pelo autor, residiu na transformação de um movimento de resistência em movimento de oposição. Esse processo está inserido em uma conjuntura política geral de abertura, no mundo e na América Latina, mesmo que contraditório e incompleto (GARRETON, 1993).

O eleitorado chileno compareceu maciçamente ao pleito de 1988, diante das atenções internacionais e da participação de observadores estrangeiros. Os votantes decidiram pela não continuidade da ditadura. No entanto, os militares ainda teriam mais de um ano, até as eleições presidenciais de 1989, para prepararem a sua saída segura e impune. Nesse ínterim, foram baixados decretos que tornaram impossível o controle das Forças Armadas por um presidente civil, bem como se inviabilizava qualquer investigação dos atos praticados durante a ditadura (ANGELL, 2015). Em 1990, Patricio Aylwin do PDC, ex-senador durante o regime, assumiu o posto de presidente, mantendo Augusto Pinochet como comandante em chefe das Forças Armadas e, posteriormente, como senador vitalício. No final da ditadura civil-militar, sete milhões de chilenos encontravam-se abaixo da linha de pobreza (COGGIOLA, 2001). Importante destacar que, atualmente, segundo o coeficiente Gini, do Banco Mundial, o Chile está entre os países mais desiguais do mundo (WORLD BANK, 2018).

Ainda em 1990, visando acalmar a pressão popular, foi instaurada a *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*, também conhecida como Comissão Rettig. Seu informe final, de 1991, apurou em torno de 3 mil violações dos direitos humanos, sem apontar culpados (SADER; JINKINGS, 2006). Em seguida, criou-se a *Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación* (CNRR), para promover a reparação das vítimas. Até então o

discurso predominante na transição chilena era o de conciliação e apaziguamento. Porém, em 1993, ocorreu o julgamento do general Manuel Contreras, ex-dirigente da DINA, em razão do assassinato de Orlando Letelier. Posteriormente, ele também foi julgado e condenado na Argentina, pelo assassinato do general Carlos Prats e sua esposa. O caso de maior repercussão foi a extradição do general Augusto Pinochet, preso em Londres, em 1998, por pedido do juiz espanhol Baltasar Garzón.

Diante do recrudescimento da mobilização popular e política por justiça, no ano de 2003, ainda no governo de Ricardo Lagos, foi instituída a *Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura*, que ficou conhecida como Comissão Valech, com a missão de investigar as violações dos direitos humanos, cujo relatório final foi emitido no ano seguinte. As políticas públicas mais efetivas para a construção da memória foram impulsionadas durante o mandato de Michele Bachelet, a partir de 2006, com a patrimonialização de lugares de memória e a criação do *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos* (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011). Ademais, segundo o *Informe anual sobre Derechos Humanos en Chile*, da Universidade Diego Portales, até 2017, a Suprema Corte chilena havia condenado 532 agentes da repressão pelas violações dos direitos humanos cometidas (SOLAR, 2017).

#### 6.4.2 Lugares de memória do Chile

Ao todo, foram identificados e selecionados 21 lugares de memória política no Chile, dos quais cinco encontram-se em plena disputa pela marca de memória e ressignificação. Dos 16 lugares consolidados, dez foram caracterizados como sítio de memória, pois, possuem dispositivos variados, tais como: cemitério, estádio esportivo, parque público, sede de órgão público, entre outros. Foram contabilizados também um sítio arqueológico, dois museus e três monumentos, abaixo relacionados.

Quadro 4 — Lugares de Memória no Chile

Nome	Tipo	Cidade
<b>Casa de André Jarlán y Pierre Dubois</b>	Sítio de Memória	Pedro Aguirre Cerda
<b>Casa de la Memoria y de los Derechos Humanos de Valdivia</b>	Sítio de Memória	Valdivia

<b>Casa de los Derechos Humanos de Punta Arenas</b>	Sítio de Memória	Punta Arenas
<b>Casa del Buen Pastor</b>	-	La Serena
<b>Clínica Santa Lucía</b>	Sítio de Memória	Santiago
<b>Cuartel Borgoño</b>	-	Santiago
<b>Estadio Nacional</b>	Sítio de Memória	Santiago
<b>Estadio Victor Jara</b>	Sítio de Memória	Santiago
<b>Fosa de Pisagua</b>	Sítio Arqueológico	Pisagua
<b>La Providencia</b>	-	Antofagasta
<b>Londres 38</b>	Sítio de Memória	Santiago
<b>Memorial del Detenido Desaparecido y del Ejecutado Político</b>	Monumento	Santiago
<b>Memorial Paine</b>	Monumento	Paine
<b>Memorial Puente Bulnes</b>	Monumento	Santiago
<b>Museo de La Memoria y los Derechos Humanos</b>	Museu	Santiago
<b>Nido 20</b>	Museu	La Cisterna
<b>Patio 29</b>	Sítio de Memória	Santiago
<b>Sítio Jose Domingo Cañas</b>	Sítio de Memória	Ñuñoa
<b>Tres y Cuatro Álamos</b>	-	San Joaquín
<b>Venda Sexy o Discoteque</b>	-	Macul
<b>Villa Grimaldi</b>	Sítio de Memória	Peñalolén
<b>Total</b>		<b>21</b>

Fonte: elaboração do autor.

#### 6.4.2.1 Casa de André Jarlán y Pierre Dubois

O sítio de memória está localizado na *Población La Victoria*, na comuna de Pedro Aguirre Cerda, zona metropolitana da capital Santiago. No local funcionava a casa paroquial de missionários católicos, atuantes em uma das regiões mais pobres do Chile, apelidada de *Cordón de la Miseria*. Durante a ditadura civil-militar a casa abrigava perseguidos políticos e líderes comunitários. O padre André Jarlan, líder de protestos contra a ditadura, foi assassinado no local em 1984. A casa leva o nome de dois sacerdotes bastante atuantes pela luta em defesa dos

direitos humanos. Atualmente, o sítio de memória, tombado pelo *Consejo de Monumentos Nacionales de Chile* (CMN), funciona como capela e memorial em homenagem aos missionários (CABEZA MONTEIRA *et al.*, 2017).

Imagem 44 — Casa de André Jarlán e Pierre Dubois



Fonte: foto do Consejo de Monumentos Nacionales, disponível em: <https://www.monumentos.gob.cl/monumentos/monumentos-historicos/casas-andre-jarlan-pierre-dubois>

#### 6.4.2.2 Casa de la Memoria y de los Derechos Humanos de Valdivia

O sítio de memória está localizado no município de Valdivia, na província de Los Ríos, no sul do Chile. Entre 1976 e 1984 foi utilizado pela DINA como base de operações regional e CCD. Em 2017 o imóvel foi tombado pelo CMN e desde dezembro de 2019, por meio de resolução, encontra-se cedido à *Corporación de Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos y Ejecutados Políticos de Valdivia* (CABEZA MONTEIRA *et al.*, 2017).

Imagem 45 — Casa de la Memoria de los Derechos Humanos de Valdivia



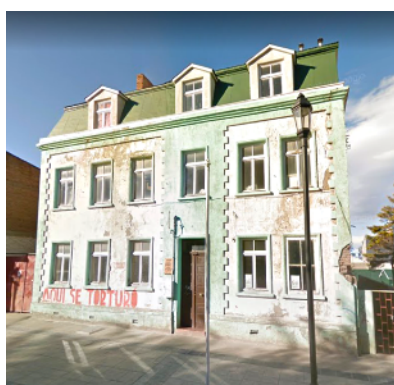
Fonte: foto do Consejo de Monumentos Nacionales, disponível em: <https://www.monumentos.gob.cl/monumentos/monumentos-historicos/casa-memoria-derechos-humanos-valdivia>



#### 6.4.2.3 Casa de los Derechos Humanos de Punta Arenas

O sítio de memória, também conhecido como *Casa de los Derechos Humanos*, está situado na cidade de Punta Arenas, extremo sul do país. Durante a ditadura civil-militar chilena, o local funcionou como CCD do *Servicio de Inteligencia de la Región Militar Austral* (SIRMA). Este foi o principal centro de sequestro e torturas da região de Magalhães, na Antártica chilena (CABEZA MONTEIRA *et al.*, 2017). Em 2016, o imóvel foi tombado pelo CMN. Ainda que muitas características do imóvel, enquanto CCD, tenham sido preservadas, encontra-se em mau estado de conservação. Aguarda-se a sua ressignificação, onde pretende-se instalar um museu. Em frente, foi erguido um monumento em homenagem às vítimas.

Imagem 46 — Casa dos Direitos Humanos de Punta Arenas



Fonte: foto do Google Street View: <https://www.google.com.br/maps/place/Patio+29/@-33.4135533,-70.6513792,14.69z/data=!4m8!1m2!2m1!1spatio+29!3m4!1s0x0:0x45ee3184ea8f472b!8m2!3d-33.4084944!4d-70.6484453>

#### 6.4.2.4 Casa del Buen Pastor

O imóvel histórico, do século XIX, está localizado na cidade de La Serena, província de Coquimbo. Foi um convento até a década de 1920, quando passou a ser utilizado como centro correcional para menores infratores. Após o golpe de Estado de 1973, foi utilizado, simultaneamente, como CCD, destinado a presas políticas da região. Entre 1973 e 1975, cerca de 52 mulheres, integrantes de movimentos sindicais, estudantis e organizações sociais da região, incluindo menores de idade, foram mantidas incomunicáveis no recinto (EX PRESOS POLÍTICOS EX PRESAS POLÍTICAS Y FAMILIARES DE COQUIMBO, 2018). Em 2015,

por mobilização e iniciativa da *Organización Ex Presos Políticos Ex Presas Políticas y Familiares de Coquimbo*, a *Casa del Buen Pastor* foi declarada monumento nacional, porém, as instalações ainda aguardam destinação e permanecem sem uso.

#### 6.4.2.5 Clínica Santa Lucía

O imóvel de 4 andares, que hoje abriga o sítio de memória Clínica Santa Lucia, foi construído em 1934 e está localizado na capital Santiago, na rua Santa Lucia, nº 162. Concebido para fins residenciais, foi assim utilizado até 1972, quando foi adquirido pelo *Movimiento de Acción Popular Unitaria* (MAPU), partido político de esquerda, dissidente do PDC. Após o golpe de 1973, o local foi invadido e confiscado pela DINA. Até 1977 foi utilizado como base de apoio médico e logístico para os CCDs da zona metropolitana de Santiago, tendo recebido, por isso, o apelido de “clínica”. Serviu também, como centro de detenções e torturas. A partir de 1975, funcionou como uma das principais bases operativas da DINA. O edifício e suas dependências se mantêm originais, tendo sido patrimonializado em 2016. O sítio de memória encontra-se cedido à *Comisión Chilena de Derechos Humanos* (CABEZA MONTEIRA *et al.*, 2017).

Imagem 47 — Clínica Santa Lucía



Fonte: foto do Consejo de Monumentos Nacionales, disponível em: <https://www.monumentos.gob.cl/monumentos/monumentos-historicos/ex-centro-detencion-clinica-santa-lucia>

#### 6.4.2.6 Cuartel Borgoño

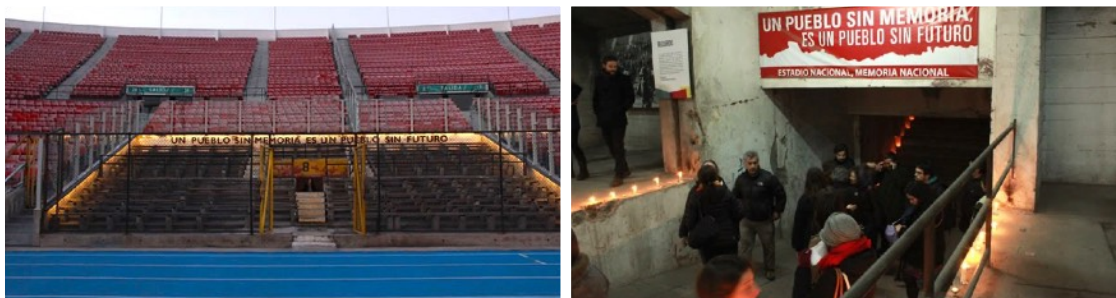
O lugar de memória está localizado na cidade de Santiago. Durante a ditadura civil-militar chilena, foi sede da *Central Nacional de Informaciones* (CNI), designação dada à

DINA após 1977, em razão da pressão internacional contra as graves violações dos direitos humanos ocorridas no país. O imóvel pertence até hoje à polícia de investigações chilena, instituição oriunda da DINA e da CNI. Em 2016, o imóvel foi patrimonializado pelo CMN. O grupo *Memoria Borgoño* realiza intensa mobilização pela resignificação do local (CABEZA MONTEIRA *et al.*, 2017).

#### 6.4.2.7 Estadio Nacional

O Estádio Nacional do Chile, localizado na cidade de Santiago, foi construído entre 1937 e 1938. Este foi o palco onde, em 1971, Fidel Castro proferiu o seu discurso por ocasião da visita oficial ao Chile, a convite de Salvador Allende (CNM, [20-?]). Nos primeiros dias após o golpe de Estado, de 1973, o estádio foi convertido em campo de prisioneiros pela ditadura de Pinochet. Estima-se que mais de 70 mil pessoas foram detidas no local. Após a primeira triagem, os presos políticos eram transferidos para outros CCDs ou executados e desaparecidos (CABEZA MONTEIRA *et al.*, 2017). O sítio de memória segue sendo um dos principais estádios esportivos do Chile, porém, foi patrimonializado em 2003 e, desde 2015, serve como memorial aberto à visitação pública. Uma parte da arquibancada, a escotilha nº 8, foi preservada e nela foi adicionada a frase: “Um povo sem memória é um povo sem futuro”.<sup>10</sup>

Imagens 48 e 49 — Estádio Nacional: escotilha 8 e seu interior



Fonte: fotos de La Corporación Parque por la Paz Villa Grimaldi, disponível em: <http://villagrimaldi.cl/noticias/inauguran-ruta-de-la-memoria-en-el-estadio-nacional/>

#### 6.4.2.8 Estadio Victor Jara

<sup>10</sup> *Un pueblo sin memoria es un pueblo sin futuro.*

O estádio poliesportivo coberto, inaugurado em 1969, serviu como campo de prisioneiros políticos, nos primeiros dias que se seguiram ao golpe de Estado de 1973. Antes denominado *Estadio Chile*, recebeu centenas de pessoas detidas, até que fossem trasladadas para o *Estadio Nacional*. Os que permaneceram detidos no local foram executados e desaparecidos, como ocorreu com o célebre cantor chileno Victor Jara. Antes de ser fuzilado, o artista teve suas mãos quebradas a coronhadas de fuzil e depois decepadas, o que denota o terror perpetrado neste local. Em 2003, o estádio foi batizado em sua homenagem e, posteriormente, no ano de 2009, por mobilização de organizações da sociedade civil e da viúva de Victor Jara, Joan Jara, foi patrimonializado e declarado monumento histórico do Chile (CABEZA MONTEIRA *et al.*, 2017).

Imagem 50 — Entrada do Estadio Victor Jara



Fonte: foto do Consejo de Monumentos Nacionales, disponível em: <https://www.monumentos.gob.cl/monumentos/monumentos-historicos/estadio-victor-jara-estadio-chile>

#### 6.4.2.9 Fosa de Pisagua

Pisagua é um pequeno povoado litorâneo isolado e cercado pelo deserto, no extremo norte do Chile, na província de Tarapacá. Seguido ao golpe de Estado de 1973, foi implementada a política de aniquilamento de simpatizantes do governo de Salvador Allende. Para tanto, foi utilizado, na sistemática do Terrorismo de Estado, a estrutura da cidade, que já havido sido palco de repressão extrema em outros governos chilenos ao longo do século XX. Os edificios municipais da carceragem, do teatro e do mercado foram transformados em campo de prisioneiros, destinado aos políticos e militantes da UP e do PCC, da região de Iquique. Estima-se que cerca de 800 pessoas tenham sido mantidas detidas no local, das quais pelo menos 24 foram executadas (CABEZA MONTEIRA *et al.*, 2017). Esse número é

seguramente maior, devido às denúncias dos familiares das vítimas. Nos anos de 1990, um dos locais de sepultamento clandestino das vítimas foi escavado e preservado em respeito à memória dos desaparecidos. Em 2008 o sítio arqueológico e dois dos edifícios da cidade foram declarados patrimônio nacional do Chile e recebem visitantes para conscientização sobre o Terrorismo de Estado.

Imagem 51 — Sítio de Pisagua



Fonte: (CABEZA MONTEIRA et al., 2017)

#### 6.4.2.10 La Providencia

O lugar de memória está localizado na cidade de Antofagasta, norte do Chile. Entre 1973 e 1986 foi um CCD pertencente à DINA. Estima-se que cerca de 100 pessoas sequestradas foram mantidas no local (CABEZA MONTEIRA *et al.*, 2017). Ainda hoje, o complexo é ocupado pelos Carabineiros chilenos sendo objeto de disputa por sua desocupação e ressignificação, principalmente por parte da *Agrupación por la Memoria Historica Providencia*.

Imagem 52 — Manifestação em frente ao La Providencia



Fonte: foto de Providencia: Un Sitio de Memoria para Antofagasta, disponível em: <https://www.facebook.com/providenciasitiodememoria/photos/a.840786675957018/3119921314710198>

#### 6.4.2.11 Londres 38

O sítio de memória Londres 38 está situado na rua Londres nº 40, na zona central da capital Santiago, muito próximo ao palácio presidencial de *La Moneda*. O nome do lugar de memória, que leva o nº 38, está relacionado à numeração, cujos agentes da repressão pinocherista alteraram deliberadamente, na tentativa de encobrir as ações clandestinas. Este imóvel foi construído em 1925, no início da década de 1970, foi sede do Partido Socialista chileno, durante o governo da UP. Entre 1973 e 1975, após ser confiscado pela ditadura, o local funcionou como sede operativa da DINA, assim como um dos principais CCDs em atividade, logo após o golpe de Estado. Estima-se que pelo menos 98 pessoas tenham sido desaparecidas em suas dependências (CABEZA MONTEIRA *et al.*, 2017). Após a desocupação pela DINA, em 1975, suas atividades foram remanejadas para outros centros do circuito repressivo.

Somente em 2005, mediante ampla mobilização popular, o imóvel foi tombado pelo CMN. No ano de 2010 foi inaugurado como um dos principais sítios de memória do Chile, no qual participam organizações da sociedade civil em defesa dos direitos humanos. Na instituição se desenvolvem visitas guiadas, oficinas sobre a memória da ditadura chilena, pesquisas sobre o tema, coleta de materiais, manutenção de um arquivo digital e, ainda, se implementam projetos de conservação e recuperação arquitetônica urbana e de integração com outras instituições de memória (MINISTERIO DE LAS CULTURAS, LAS ARTES Y EL PATRIMONIO, [20--?]).

Imagem 53 — Sítio de Memória Londres 38



Fonte: foto do Londres 38, espacio de memorias, disponível em: <https://www.facebook.com/londres38/photos/a.10151148237814658/10159021403794658>.

#### 6.4.2.12 *Memorial del Detenido Desaparecido y del Ejecutado Político*

O monumento está localizado no cemitério geral da cidade de Santiago. Trata-se de uma parede de mármore com nomes de presos políticos desaparecidos durante a ditadura civil-militar chilena e o nome de Salvador Allende ao centro. O espaço é palco de homenagens às vítimas.

Imagem 54 — Memorial dos Desaparecidos do Cemitério Geral de Santiago



Fonte: foto da Wikipedia, disponível em: [https://es.wikipedia.org/wiki/Memorial\\_del\\_Detenido\\_Desaparecido\\_y\\_del\\_Ejecutado\\_Pol%C3%ADtico#/media/Archivo:Memorial\\_Detenidos\\_Desaparecidos\\_Régimen\\_Militar\\_Chile.jpg](https://es.wikipedia.org/wiki/Memorial_del_Detenido_Desaparecido_y_del_Ejecutado_Pol%C3%ADtico#/media/Archivo:Memorial_Detenidos_Desaparecidos_Régimen_Militar_Chile.jpg)

#### 6.4.2.13 *Memorial Paine*

O monumento, localizado na cidade de Paine, zona metropolitana de Santiago, foi construído em 2005, em homenagem aos 70 desaparecidos políticos da região. É constituído de quase mil estacas de madeira e 70 mosaicos, confeccionados pelas famílias das vítimas. A *Corporación Memorial Paine*, organização da sociedade civil, de direito privado, é

responsável pela manutenção e administração do espaço. Promove visitas guiadas, oficinas de arte, programas educativos, mantém um arquivo digital e realiza atividades em homenagem aos mortos e desaparecidos da ditadura (ELEGANT THEMES, [20—?]).

Imagem 55 — Memorial Paine



Fonte: foto do Memorial Paine, disponível em: <http://www.memorialpaine.cl/historia/>

#### *6.4.2.14 Memorial Puente Bulnes*

O memorial, localizado sob a ponte general Bulnes, próximo ao Parque de los Reyes, na região metropolitana da cidade de Santiago, margem sul do rio Mapocho, é uma iniciativa exclusivamente popular e espontânea. Durante a ditadura civil-militar, o local foi usado como paredão de fuzilamento. Mais de 20 pessoas foram assassinadas por agentes da repressão, incluindo o padre Juan Alsina, famoso por sua atuação em defesa do operariado e dos direitos humanos. A primeira iniciativa de memorialização do espaço ocorreu em 2001, através do projeto artístico Muro da Memória. Posteriormente, também foi construído um altar em homenagem às vítimas. No entanto, o memorial, composto pelo altar e pelo Muro da Memória, não é institucionalizado e nenhuma organização assegura a sua manutenção, sendo dependente somente de mobilização popular (ÁLVAREZ; HEDRERA, 2013).

Imagem 56 — Memorial Puente Bulnes





Fonte: foto da Wikipedia, disponível em [https://es.wikipedia.org/wiki/Memorial\\_Puente\\_Bulnes](https://es.wikipedia.org/wiki/Memorial_Puente_Bulnes)

#### 6.4.2.15 *Museo de La Memoria y los Derechos Humanos*

O museu, localizado na cidade de Santiago, foi construído exclusivamente para ser um lugar de memória, com o objetivo de preservar a história das vítimas da ditadura civil-militar chilena e promover a defesa dos direitos humanos no país. A instituição mantém mostra permanente de documentos que remetem ao Terrorismo de Estado chileno instaurado entre 1973 e 1990. A construção do edifício, inaugurado em 2010, resultou de concurso de abrangência internacional, durante o governo de Michelle Bachelet. O projeto vencedor é de autoria do arquiteto Mario Figueroa, do escritório “Estudio America”, sediado na cidade de São Paulo.

Imagem 57 — Museo da Memória do Chile



Fonte: foto do Concursos de Projeto, disponível em: <https://concursosdeprojeto.org/2010/05/02/museu-memoria-chile/>

#### 6.4.2.16 *Nido 20*

O lugar de memória, apelidado de Nido 20, atualmente denominado *Casa Museo de los Derechos Humanos Alberto Bachelet Martínez*, está localizado na zona metropolitana de Santiago, no município de La Cisterna. O imóvel foi adquirido pelo MIR no ano de 1974, para ser a central de segurança do grupo guerrilheiro. Em 1975, o local foi invadido e confiscado pela *Dirección de Inteligencia de la Fuerza Aérea* (DIFA). Durante a ditadura, também atuaram no local grupos paramilitares de extrema direita, que participaram diretamente dos sequestros e das torturas. Estima-se que pelo menos 75 pessoas foram desaparecidas neste CCD (CABEZA MONTEIRA *et al.*, 2017). Após ser patrimonializado, em 2005, o imóvel foi cedido ao *Comité de Derechos Humanos de la Cisterna*. Atualmente, funciona como museu e centro cultural. Agora, leva o nome em homenagem a Alberto Bachelet (1923-1974), pai da presidenta Michele Bachelet, que foi militar de alta patente da força aérea chilena (brigadeiro-general), contrário à ditadura de Pinochet. Foi preso, torturado e faleceu em decorrência das torturas sofridas.

Imagem 58 — Nido 20



Fonte: foto do Consejo de Monumentos Nacionales, disponível em: <https://www.monumentos.gob.cl/monumentos/monumentos-historicos/inmueble-conocido-como-nido-20>

#### 6.4.2.17 Patio 29

O lugar está situado no cemitério geral de Santiago e, durante a ditadura civil-militar chilena, serviu como vala clandestina de sepultamento de presos políticos mortos pelo regime. Desde 1953, o setor 29 do cemitério destinava-se ao sepultamento de pessoas de baixa renda ou indigentes. Porém, após o golpe de Estado de 1973 foi utilizado como vala clandestina de vítimas da violência política. Entre os anos de 1973 e 1974 registraram-se 320 sepultamentos no local, entre desaparecidos políticos, indigentes e provenientes de instituições psiquiátricas.

No entanto, as vítimas da ditadura passavam por autópsias forjadas no Instituto Médico Legal chileno (CABEZA MONTEIRA *et al.*, 2017). Em 1979 tiveram início as primeiras denúncias, seguidas de mobilização dos familiares das vítimas e da Igreja católica. Em 1981, uma decisão judicial impediu a incineração ou a mudança dos restos mortais sepultados ali. Porém, o local continuou sendo utilizado, ao todo há cerca de 2800 pessoas enterradas, nem todas vítimas da ditadura. Em 2006 foi declarado patrimônio nacional e segue sendo lugar de homenagens às vítimas (CMN, [20--?]).

#### 6.4.2.18 *Sítio Jose Domingo Cañas*

O monumento está localizado na região metropolitana de Santiago, na cidade de Ñuñoa, na avenida Jose Domingo Cañas, nº 1367. Entre 1974 e 1987, o local foi sede do quartel Ollagüe, uma base operativa da DINA e, também, um CCD. Estima-se que pelo menos 250 prisioneiros políticos tenham sido encarcerados neste sítio. O imóvel foi demolido em 2002, porém, mesmo assim, foi declarado patrimônio nacional e, em seu lugar, foi construído um monumento em homenagem às vítimas (CABEZA MONTEIRA *et al.*, 2017). Desde 2009, a *Fundación 1367* é responsável pela gestão do espaço, onde desenvolve atividades culturais e a promoção dos direitos humanos, bem como o projeto *Casa Memoria José Domingo Cañas*.

Imagem 59 — Sítio José Domingo Cañas



Fonte: (CABEZA MONTEIRA *et al.*, 2017)

#### 6.4.2.19 *Tres y Cuatro Álamos*

O lugar de memória está situado na região metropolitana de Santiago, na rua Canadá, nº 5351, município de San Joaquín. Entre os anos de 1974 e 1976 foi um dos maiores CCDs em atividade no Chile, pertencente aos Carabineiros. Estima-se que o campo de prisioneiros chegou a contar com 6 mil pessoas detidas por motivos políticos (SANCHEZ, [20--?]). O imóvel foi um seminário religioso até 1955 e, depois disso, passou a ser propriedade do Estado, onde foi instalada uma instituição correcional de menores infratores. O complexo foi tombado pelo CMN e declarado patrimônio nacional chileno em 2012 (CABEZA MONTEIRA *et al.*, 2017). No entanto, segue sendo um local de detenção de menores infratores, sob responsabilidade do *Servicio Nacional de Menores* (SENAME). Em frente ao local, foi instalado um monumento em homenagem às vítimas, bem como suas paredes externas foram grafitadas com intervenções invocando a memória do local. A *Corporación 3 y 4 Álamos*, organização que luta pela recuperação do imóvel e sua ressignificação, se reúne todas as semanas e organiza mobilizações pela desocupação completa do imóvel.

Imagem 60 — Monumento Três e Quatro Álamos



Fonte: foto de 3 y 4 Álamos, disponível em: <https://www.facebook.com/corporacion3y4alamos/photos/a.3886301304729745/3886289498064259>

#### 6.4.2.20 Venda Sexy - Discoteque

O lugar de memória está localizado na comuna de Macul, zona metropolitana de Santiago. Trata-se de um imóvel residencial, que entre 1974 e 1975, foi alugado por agentes da DINA para ser utilizado como CCD. O alvo principal do centro de torturas eram os estudantes universitários e recebeu o apelido de Venda Sexy ou Discoteca, devido aos crimes sexuais ocorridos no local e ao fato dos agentes da repressão tocarem música alta para despistar as práticas de torturas (CABEZA MONTEIRA *et al.*, 2017). O lugar de memória é emblemático

devido à sua especialização voltada para a tortura sexual, particularmente contra mulheres, inclusive com a utilização de animais, o que denota a estereotípica dimensão do Terrorismo de Estado instaurado pela ditadura civil-militar chilena de Pinochet. Essa forma de violência sistemática foi primeiro revelada pelo Informe da Comissão Valech (COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA, 2005).

Em meio à mobilização popular pela recuperação e ressignificação desse espaço, o CMN declarou o imóvel patrimônio nacional em 2016 (CABEZA MONTEIRA *et al.*, 2017). O Estado realizou uma oferta ao proprietário para adquirir o imóvel, a qual não foi aceita. Logo em seguida, o então proprietário o vendeu por valor muito inferior ao oferecido pelo Estado, levantando suspeitas sobre sua destinação, que segue como objeto de disputas para se tornar um sítio de memória. Recentemente, em novembro de 2020, ex-agentes que atuaram no CCD foram condenados a 15 anos por crimes sexuais praticados contra 10 vítimas, a maioria mulheres. O Estado chileno também foi condenado ao pagamento de indenizações pelos danos morais causados (SALGADO, 2020).

Imagem 61 — Venda Sexy



Fonte: foto do Consejo de Monumentos Nacionales, disponível em <https://www.monumentos.gob.cl/prensa/noticias/aprueban-declarar-monumento-historico-emblematico-centro-detencion-tortura-venda>

#### 6.4.2.21 *Villa Grimaldi*

O sítio de memória *Parque por la Paz Villa Grimaldi*, situado na avenida José Arrieta, nº 8401, comuna de Pañalolén, região metropolitana de Santiago, foi construído no início do século XX. Durante a década de 1960 e início dos anos 1970, o local foi frequentado intensamente por personalidades da UP. Após o golpe de 1973, agentes da DINA invadiram o local e, mediante tortura, forjaram a compra da propriedade. Desde então, foi instalado um

dos principais CCDs da ditadura civil-militar chilena (SITIO DE MEMORIA PARQUE POR LA PAZ VILLA GRIMALDI, [20--?]). Pelo autodenominado *Quartel Terranova* passaram pelo menos 4500 presos políticos, dos quais muitos ainda permanecem desaparecidos (CABEZA MONTEIRA *et al.*, 2017). Em 1987, o imóvel foi vendido para familiares de agentes da repressão e as construções existentes foram demolidas. Contra o apagamento definitivo do lugar de memória, por intensa mobilização de organizações da sociedade civil, a propriedade da área foi recuperada e ressignificada, em 1994, como um parque aberto ao público. Este foi, portanto, o primeiro lugar de memória, dessa natureza, recuperado e ressignificado em todo o Cone-Sul (SITIO DE MEMORIA PARQUE POR LA PAZ VILLA GRIMALDI, [20--?]).

## 6.5 Paraguai

### 6.5.1 Contexto histórico

A contextualização histórica da ditadura civil-militar paraguaia (1954-1989) representou um desafio. São escassas as obras históricas confiáveis a respeito. Por isso, foi utilizada a coleção “A história da América Latina”, organizada por Leslie Bethell (2018). Além disso, foram consultados os trabalhos do especialista Andrew Nickson (1997; 2013) e o relatório final da *Comisión de Verdad y Justicia* (2008).

O processo paraguaio se iniciou com o golpe de Estado do general Alfredo Stroessner, em 4 de maio de 1954, que depôs o então presidente Federico Chaves, do Partido Colorado, constitucionalmente eleito. Segundo o informe da *Comisión de Verdad y Justicia* (CVJ) do Paraguai, ao longo de 35 anos de *stronato*, foram contabilizadas pelo menos 20 mil vítimas diretas de violações dos direitos humanos (PARAGUAI, 2008). O aparato repressivo, formado por órgãos das Forças Armadas e da Polícia Nacional estavam sob o comando direto do ditador. A *Dirección Nacional de Asuntos Técnicos* (DNAT), criada em 1956, se tornou o principal órgão de Terrorismo de Estado paraguaio e esteve ativo até o final da ditadura. Na década de 1960 e 1970, este aparato repressivo contou com assessoramento direto dos EUA, e das ditaduras da Argentina e do Brasil, bem como foi composto por cerca de mil militares formados na Escola das Américas (PARAGUAI, 2008). Ademais, com a centralização do

poder, foi instaurado, dentro do Partido Colorado, um verdadeiro patronato burocrático. A nomeação para qualquer cargo público dependia do tráfico de influências (LEWIS, 2018). O legado da ditadura paraguaia consistiu em profunda desigualdade social, aumento da miséria, concentração latifundiária, endividamento externo e corrupção generalizada das instituições.

Os antecedentes ao golpe de 1954 remetem a um quadro de instabilidade política, social e econômica. Após a Guerra do Chaco (1932-1935), o país ficou economicamente e moralmente arrasado. Depois da II Guerra Mundial (1939-1945) e da Guerra Civil paraguaia (1947), sob o domínio político do Partido Colorado, o cenário era de diminuição abrupta do PIB, crise cambial, crescimento do mercado paralelo, crises famélicas e moratória da dívida externa. O Paraguai dependia de empréstimos estrangeiros para a importação de produtos essenciais. A sujeição do país ao auxílio financeiro da Argentina peronista e do FMI recebeu apoio das Forças Armadas, porém, as divergências entre setores do governo exacerbaram as tensões políticas e sociais. Em maio de 1954, o então comandante das Forças Armadas, Alfredo Stroessner, liderou a sublevação militar, apoiado pelos EUA. Em agosto do mesmo ano, Stroessner tomou posse como desdobramento do golpe. (LEWIS, 2018).

Para consolidar o novo regime, foi preciso controlar duas instituições-chave: as Forças Armadas e o Partido Colorado. A conjugação dos dois aparelhos garantiu a longevidade e a estabilidade do *stronato*, sob a forma de um Estado corrupto, repressivo e onipresente (LAMBERT; NICKSON, 1997). A centralização foi construída a partir da neutralização das principais forças de oposição dentro do partido, o qual foi completamente reorganizado. Em pouco tempo, transformou-se em uma máquina monolítica, típica de regimes totalitários. Os opositores eram exilados, presos ou desaparecidos. As alas democráticas dos colorados, apoiadores do ex-presidente Chaves e contrários ao acordo com o FMI, congregados no *Movimiento Popular Colorado* (MOPOCO), foram brutalmente perseguidos, sob a égide da DSN, e da justificativa de luta contra o comunismo. No exército, somente os simpatizantes do ditador permaneciam nas fileiras. A triagem e a distribuição de privilégios era controlada diretamente por Stroessner. Para tanto, o contrabando, o tráfico de drogas e o loteamento de cargos foram institucionalizados dentro das Forças Armadas (LEWIS, 2018). Com a justificativa de prevenção de golpe de opositores ou atentado contra sua vida, Stroessner criou um regimento de escolta presidencial fortemente armado, responsável, inclusive, por manter uma rede de mulheres, adolescentes e crianças na condição

de escravas sexuais do ditador (DESGARRADORA, 2008). Stroessner concedeu, ainda, asilo político a diversos criminosos de guerra nazistas, demonstrando as suas simpatias ideológicas (LEWIS, 2018).

Na consolidação de seu poder, Stroessner submeteu-se sucessivamente ao escrutínio das urnas, mas sem candidatos de oposição. A situação levou à greve geral de trabalhadores em 27 de agosto de 1958, que foi duramente reprimida. Logo depois, a chegada de jovens opositores ao Alto Paraná, através da fronteira com a Argentina, tendo por objetivo formar grupos de resistência armada contra a ditadura, foi decisiva para justificar o recrudescimento da repressão (LEWIS, 2018).

A resistência ao “*stronato*” era composta por segmentos de trabalhadores urbanos e rurais, grupos de guerrilha armada, movimento estudantil e Igreja católica. Com o emprego de força desproporcional, Stroessner conseguiu rapidamente dizimar todo e qualquer foco de oposição. A *Central Paraguaya de Trabajadores* (CPT) sofreu interferência direta. Os líderes do *Partido Comunista Paraguayo* (PCP) foram praticamente todos sequestrados. As organizações de guerrilha, como a *Frente Unido de Liberación Nacional* (FULNA), apoiada pelo PCP e por Cuba e, ainda, o *Movimiento 14 de Mayo* (M-14), foram desmantelados e, muitas vezes, delatados pelos próprios camponeses que pretendiam incorporar à luta de oposição. Estima-se que cerca de 400 membros das guerrilhas foram mortos em ações de repressão do Exército paraguaio (NICKSON, 2013). Outro pólo de resistência foi organizado por setores progressistas da Igreja católica, por meio das *Ligas Agrarias Cristianas* (LACs). A repressão não poupou as instituições religiosas, tampouco as estudantis. O campus da Universidade Católica do Paraguai foi invadido por forças militares, em 1972, para dissolver uma manifestação contrária ao regime (LEWIS, 2018). Muitos dirigentes estudantis foram presos, torturados e arbitrariamente processados com base em leis de segurança nacional (SADER; JINKINGS, 2006).

Concomitantemente à repressão, foram articulados planos de estabilização econômica, com o slogan: *Paz y Progreso con Stroessner*. Para tanto, foi necessário o auxílio do FMI e da ditadura brasileira, representada pela construção da usina binacional de Itaipu, a construção da ponte da Amizade e a disponibilidade do porto de Paranaguá, isento de qualquer imposto, medidas que visavam diminuir a influência da Argentina sobre o Paraguai e estreitar relações entre as duas ditaduras (NICKSON, 2013). Dessa maneira, em 1988,



Stroessner foi “reeleito” para seu oitavo mandato. Porém, a desaceleração econômica, o crescimento desenfreado da inflação, o fim do ciclo de investimentos estrangeiros, a volta do movimento sindical organizado, o surgimento de movimentos indígenas e camponeses contra a “grilagem” de terras e os escândalos de corrupção veiculados na mídia, demonstraram a crise e desgastaram o governo ditatorial (LEWIS, 2018).

Nesse contexto, em 03 de fevereiro de 1989, Stroessner foi derrubado por um golpe de Estado, encabeçado pelo general Andrés Rodríguez, o segundo na cadeia de comando e sogro do filho mais novo do ditador. Assim como o poder ditatorial foi consolidado, com base na articulação entre as Forças Armadas e o Partido Colorado, da mesma forma se deu a sua derrocada. Efetivamente, as bandeiras que foram adotadas, de democratização, proteção aos direitos humanos e defesa da Igreja católica, estavam no final da lista de prioridades (NICKSON, 1997). Em seguida foram convocadas eleições rapidamente, de modo que a oposição não teria tempo hábil para se articular. O próprio general Rodríguez foi eleito. Isso denota que não houve, de fato, uma ruptura com o período ditatorial (LEWIS, 2018). Somente em 1993, tomou posse o primeiro presidente civil eleito em mais de 35 anos, o empresário Juan Carlos Wasmosy, também pelo Partido Colorado.

Alfredo Stroessner, imediatamente rumou para o Brasil, onde recebeu asilo político e permaneceu até falecer em 2006, sem nunca ter sido processado ou julgado. Contudo, a agitação social por memória e justiça no Paraguai ganhou maior ímpeto em 1992, com a descoberta, na cidade de Lambaré, dos Arquivos do Terror, documentos secretos da polícia política *stronista*, que comprovam a existência e atuação da Operação Condor (KOERICH, 2015). As provas materiais, comprobatórias de crimes contra os direitos humanos e da intensa cooperação entre as ditaduras do Cone-Sul, foram transferidos para o Palácio de Justiça e deram origem ao *Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos* (CDyA) (SILVA, 2018).

Em 2003 foi criada a CVJ, a qual emitiu o seu informe em 2008, dando conta de cerca de 20 mil vítimas, 4 mil delas assassinadas (PARAGUAI, 2008). Com a chegada de Fernando Lugo ao poder, em 2008, foram implementadas medidas de reparação e justiça às vítimas da ditadura e as funções da CVJ foram orientadas para a investigação das violações de direitos humanos, preservação da memória das vítimas e identificação de responsáveis pela repressão. Ademais, foi efetivado o pedido de perdão oficial, por parte do Estado. Outro passo

significativo nas políticas públicas pela memória, no ano de 2009, foi a criação da *Dirección General de Verdad, Justicia y Reparación* (DGVJR), órgão independente para continuar o trabalho da CVJ e resguardar a integridade dos documentos descobertos. Contudo, de modo geral, nota-se que no Paraguai a maior parte das iniciativas de construção da memória não partem do Poder Executivo e sim dos poderes Judiciário e Legislativo (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011).

### 6.5.2 Lugares de memória do Paraguai

Os três lugares de memória política identificados e selecionados no Paraguai são dispositivos de memória e informação institucionalizados, dos quais dois são arquivos e um museu, conforme o quadro a seguir:

Quadro 5 — Lugares de Memória no Paraguai

Nome	Tipo	Cidade
<b>Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos (CDyA) - Museo de la Justicia</b>	Arquivo	Assunção
<b>Dirección General de Verdad, Justicia y Reparación da Defensoria del Pueblo (DGVJR)</b>	Arquivo	Assunção
<b>Museo de las Memorias: Dictadura y Derechos Humanos</b>	Museu	Assunção
<b>Total</b>	<b>3</b>	

Fonte: elaboração do autor.

#### 6.5.2.1 *Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos (CDyA) - Museo de la Justicia*

O arquivo está localizado no Palácio da Justiça, sede da Suprema Corte do Paraguai, na capital Assunção. A instituição foi criada a partir da decisão de 1993, no sentido de transladar, proteger e colocar à disposição da Justiça a vasta documentação encontrada, correspondente aos Arquivos do Terror e da polícia política stronista, dando conta das violações dos direitos humanos e da Operação Condor. Este acervo foi reconhecido pela

UNESCO como patrimônio da humanidade, em 1997, pela sua relevância histórica para toda a América Latina.

#### *6.5.2.2 Dirección General de Verdad, Justicia y Reparación da Defensoria del Pueblo (DGVJR)*

O arquivo dessa instituição, criada em 2009 e responsável pela continuidade e implementação das recomendações da CVJ, salvaguarda os documentos produzidos no âmbito da comissão, tais como os testemunhos das vítimas (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011). O órgão, vinculado ao Poder Judiciário, tem como principal função organizar e preservar o acervo da CVJ, angariar nova documentação e continuar as investigações em articulação com outros órgãos públicos.

#### *6.5.2.3 Museo de las Memorias: Dictadura y Derechos Humanos*

O museu, hoje ocupa o imóvel que foi centro de operações do DNAT, principal órgão do Terrorismo de Estado *stionista*, está localizado na capital Assunção, na rua Chile, nº 1066. A iniciativa de ocupar este edifício simbólico, um ex CCD, apelidado de *La Técnica*, partiu de organizações da sociedade civil e foi encampado pelo Estado paraguaio em 2008. Os documentos contidos no Arquivo do Terror e os testemunhos das vítimas confirmam a intensa atuação deste centro durante o período ditatorial, inclusive com ampla participação na Operação Condor (RESLAC, [20--?]).

## **6.6 Uruguai**

### 6.6.1 Contexto histórico

A contextualização histórica da ditadura civil-militar uruguaia (1973-1985) segue a linha de pesquisadores como Padrós (2012), Finch (2018), Porrini (2003), Caetano e Rilla (1987). O processo uruguaio teve início com o golpe de Estado de 27 de junho de 1973, pelo qual o presidente civil Juan María Bordaberry, com apoio dos militares, dissolveu o Poder Legislativo e concentrou os poderes no Executivo. Nesse aspecto, a ditadura no Uruguai se

diferencia dos demais casos latino-americanos, pela manutenção de presidentes civis no cargo diretivo, enquanto o poder de fato era exercido pela cúpula militar. No período, estiveram à frente três presidentes civis, Juan María Bordaberry (1973-1976), Alberto Demichelli (1976), Aparicio Méndez (1976-1981) e apenas um militar, o general Gregório Álvarez (1981-1985), que comandou a transição para o regime democrático. Na prática, os civis encarregavam-se das políticas externa e econômica da ditadura. Estima-se que mais de 7 mil pessoas foram detidas e sequestradas por motivos políticos, das quais pelo menos 178 foram desaparecidas (INFORME DE MADRES Y FAMILIARES DE URUGUAYOS DETENIDOS DESAPARECIDOS, 2004).

Os antecedentes ao golpe de 1973 remetem ao cenário de conflito interno entre as forças do Estado e o grupo guerrilheiro *Movimiento de Libertación Nacional - Tupamaros* (MLN-T), organizado pelo militante Raúl Sendic, desde o início da década de 1960. O combate aos Tupamaros e a orientação da política externa anti subversiva estadunidense fizeram com que os militares gradativamente abandonassem o perfil passivo e se instalassem no poder. (PADRÓS, 2012).

Até a década de 1950, o Uruguai possuía taxa média de industrialização de 9% ao ano, sistema de seguridade social consolidado e ampla organização sindical. Contudo, a crise econômica, cambial e comercial, que atingiu o país, levou à implementação de políticas de austeridade e ao auxílio do Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse contexto, somado ao advento da Revolução Cubana (1959) levaram ao crescimento e radicalização da oposição, bem como ao surgimento de grupos armados (FINCH, 2018). Os Tupamaros (MLN-T) obtiveram destaque em ações de guerrilha urbana e em 1964, formou-se o primeiro sindicato unificado do país, a *Convención Nacional de Trabajadores* (CNT).

A partir de 1968, no governo de Jorge Pacheco Areco (1968-1972), as atividades de repressão, antes perpetradas pela polícia, foram substituídas, gradativamente, pelo emprego das Forças Armadas, ao que se seguiu a institucionalização do Terrorismo de Estado, com a prática de torturas, execuções e sequestros sistemáticos. O caráter legalista e constitucional das Forças Armadas uruguaias foi rapidamente substituído pela orientação intervencionista, pautada na Doutrina de Segurança Nacional (DSN). O fator militar foi incorporado ao governo, como parte do projeto autoritário centralizador (PADRÓS, 2012). O resultado foi um

crescente protagonismo político dos militares em meio à precária estabilidade parlamentar, tendo como pano de fundo agudos conflitos sociais (CAETANO; RILLA, 1987).

No governo de Juan María Bordaberry, iniciado em 1973, a crise generalizada empurrou o governo para a solução militar. Dez dias após assumir, Bordaberry determinou a criação do *Consejo de Seguridad Nacional* (COSENA). Dessa forma, o governo foi diretamente integrado à cúpula de comando militar. Em junho do mesmo ano, as câmaras de representantes foram dissolvidas e foi facultada às Forças Armadas adotar todas as medidas que pudessem assegurar os serviços públicos essenciais (CAETANO; RILLA, 1987).

Os líderes da CNT lançaram as bases de um plano para uma greve geral de resistência ao golpe de Estado, que consistiu na ocupação de fábricas. A greve geral obteve ampla repercussão na cidade de Montevideu e se estendeu a outras cidades médias como Paysandú. Os grevistas receberam apoio da *Frente Amplio*, da *Universidad de la República* e dos grêmios universitários. Na impossibilidade de neutralizar a greve geral e dividir o comando dos trabalhadores, as Forças Armadas partiram para a repressão direta. A CNT foi declarada ilegal, as fábricas ocupadas eram cercadas e os grevistas brutalmente desalojados. As refinarias da agência estatal de produção e distribuição de combustíveis, a *Administración Nacional de Combustibles, Alcoholes y Portland* (ANCAP), foram desocupadas em verdadeiras operações de guerra, com o uso de tanques de combate. Por meio de decreto, os líderes grevistas foram demitidos sem direito a indenização. Depois de 15 dias de resistência, ante a forte repressão, as principais entidades sindicais decidiram recuar e continuar a luta por outros meios (PORRINI, 2003).

Paralelamente à repressão aos trabalhadores, o governo ditatorial passou a perseguir as principais figuras políticas de oposição. Líber Seregni, principal líder da Frente Amplio, foi preso, os partidos declarados ilegais e foi desencadeada uma forte onda repressiva mediante a censura à imprensa, detenções em massa, restrição das liberdades civis. O Uruguai tornou-se o país com a mais elevada proporção de presos políticos em relação à sua população total. A ditadura se institucionalizou por meio de Atos Institucionais, a exemplo do ocorrido no Brasil. Com a ameaça guerrilheira praticamente suplantada por completo desde 1972, o regime buscava se legitimar com base na estabilidade política e econômica. As políticas neoliberais do ministro Alejandro Végh Villegas, no que se refere ao controle da inflação, favoreceram o setor financeiro e especulativo, porém, com alto custo social, desde o final da década de 1970

(FINCH, 2018). Bordaberry foi afastado do cargo pelos militares em 1976, pelo aprofundamento de divergências doutrinárias, prevalecendo as orientações da DSN (PADRÓS, 2012).

No início da década de 1980, a ditadura encontrava-se amplamente desgastada e pressionada por abertura política. A estagnação econômica, a queda de 14% do PIB, a crescente alta da inflação e o aumento da dívida externa aceleraram a transição democrática, porém, de forma segura e controlada pelos militares. Por exemplo, a *Frente Amplio* foi restaurada, mas a sua principal liderança, Líber Serengni, foi declarada inelegível. Desta feita, em 1985, o candidato de direita moderada Julio María Sanginetti, do Partido Colorado, saiu vencedor das eleições (FINCH, 2018).

Após o restabelecimento de eleições democráticas, foi mantida a impunidade dos agentes do Estado perpetradores de violações dos direitos humanos. Foi promulgada a *Ley de Caducidad* de 1986, uma espécie de anistia. No entanto, com o intuito de mitigar as divergências e responder às mobilizações sociais por medidas de Justiça de transição, foi criada a *Comisión para la Paz* (COMPAZ) em 2000 (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011). Somente em 2009, durante o governo da *Frente Amplio*, foi sancionada a Lei nº 18.596, de reconhecimento de quebra do Estado de direito ao longo da ditadura civil-militar. A *Ley de Caducidad* foi discutida em dois plebiscitos (1989 e 2009), mas foi mantida. Esta lei foi investigada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que gerou a condenação do Estado uruguaio, no caso do desaparecimento de Maria Claudia Gelman (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011).

Em 2011, a *Ley de Caducidad* foi declarada sem efeito, o que não durou muito tempo. A decisão da corte suprema do Uruguai, de 2013, considerou prescritos os crimes de violações dos direitos humanos cometidos durante a ditadura civil-militar uruguaia e, portanto, não passíveis de julgamento. Mesmo diante da impunidade, as políticas e iniciativas por memória, verdade e justiça, têm se multiplicado no país. Desde 2018, com a promulgação da lei nº 19.641, que cria e define sítios de memória da ditadura, impulsionou medidas nesse sentido.

#### 6.6.2 Lugares de memória do Uruguai

Foram identificados e selecionados quatro lugares de memória no Uruguai, dos quais três encontram-se implementados e institucionalizados. Um encontra-se em disputa, onde são desenvolvidas atividades para pressionar pela desocupação e ressignificação do local. Dos três lugares institucionalizados, foram identificados um museu, um monumento e um sítio de memória, que funciona também como sede de órgão público. No entanto, somente foi possível identificar lugares localizados na capital Montevidéu. Os lugares identificados e coletados estão representados no quadro a seguir:

Quadro 6 — Lugares de Memória no Uruguai

Nome	Tipo	Cidade
<b>300 Carlos</b>	-	Montevidéu
<b>Institución Nacional de Derechos Humanos y Defensoría del Pueblo (INDDHH) - Ex sede del Servicio de Información y Defensa (Ex-SID)</b>	Sítio de Memória	Montevidéu
<b>Memorial de los Detenidos Desaparecidos - Parque Vaz Ferreira - Villa del Cerro</b>	Monumento	Montevidéu
<b>Museo de la Memoria (MUME)</b>	Museu	Montevidéu
<b>Total</b>	<b>4</b>	

Fonte: elaboração do autor.

#### 6.6.2.1 300 Carlos

O lugar de memória 300 Carlos, também conhecido como *El Infierno*, *Infierno Grande* ou *La Fábrica*, está localizado na *Av. de las Instrucciones*, nº 1925, entre os bairros de *Peñarol* e *Lavalleja*, zona afastada do centro de Montevidéu. O antigo Centro Clandestino de Detenção (CCD), funcionou entre 1975 e 1977, no galpão nº 4, do 13º Batalhão de Infantaria Blindada e do Serviço de Material e Armamento. Além de CCD, abrigava a base operativa do Órgão Coordenador de Operações Anti Subversivas. No ano de 1977, este órgão encerrou suas atividades e se transferiu para o *La Tablada*. Estima-se que cerca de 500 pessoas foram mantidas sequestradas no local e, seguramente, pelo menos 8 foram ali desaparecidas (MUJICA, 2019).

O nome 300 Carlos faz referência ao pensador Karl Marx (1818-1883), pois, a atribuição do centro era desarticular organizações de esquerda na capital uruguaia, principalmente o Partido Comunista. Em 2005, com o início do governo da *Frente Amplio*, do presidente Tabaré Vázquez, o *Grupo de Investigación en Arqueología Forense* (GIAF) iniciou escavações em instituições militares em busca de detidos desaparecidos. No 300 Carlos, foram encontrados restos mortais, em 2019, de militantes de esquerda desaparecidos (MUJICA, 2019). Até hoje o lugar é utilizado pelo exército uruguaio e encontra-se em situação de disputa. Setores da sociedade civil e órgãos de Estado exigem sua completa desocupação e destinação à construção da memória. O *Museo de la Memoria* (MUME) realiza visitas guiadas ao lugar para grupos pré-agendados, enquanto não ocorre a desocupação. Uma placa recordatória, sinalizando o local, em homenagem aos mortos e desaparecidos foi instalada em 2016.

#### 6.6.2.2 *Institución Nacional de Derechos Humanos y Defensoría del Pueblo (INDDHH) - Ex Servicio de Información de Defensa (SID)*

O sítio de memória está situado em um amplo casarão, localizado no Bulevar Artigas nº 1532, na cidade de Montevideu. O imóvel foi propriedade do Ministério da Defesa e, durante a ditadura civil-militar uruguaia, foi sede do *Servicio de Información de Defensa* (SID), o principal órgão de repressão política do Terrorismo de Estado naquele país. O local serviu, ainda, como CCD. Em 1976, um grupo de uruguaios capturados na Argentina, no âmbito da Operação Condor, foi transferido do centro *Automotores Orletti*, em Buenos Aires, para Montevideu e permaneceram sequestrados na sede do SID, onde sofreram torturas e, posteriormente, foram desaparecidos, seus corpos possivelmente sepultados no cemitério clandestino de *La Tablada*. Durante esse período, também foram mantidas em cativeiro pelo menos três crianças, filhos de presos políticos, uma delas nascida no local.

Imagem 62 — Sítio de Memória Ex-SID





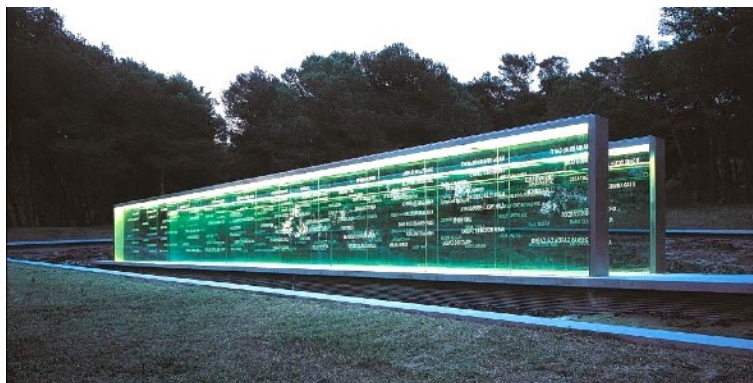
Fonte: foto de Carlos Contreras, disponível em: <https://sitiosdememoria.uy/smlg-uymo-01>.

Ao final da ditadura, nos anos 1980, o SID foi transferido e o imóvel, ainda propriedade do Ministério da Defesa, passou a abrigar o centro de altos estudos nacionais até 2012. O lugar passou a ser sede do INDDHH em 2016, como forma de ressignificar o local para promoção dos direitos humanos. Em 2017, em ato simbólico, o imóvel foi sinalizado com placas recordativas e, no ano seguinte, foi inaugurado também como sítio de memória com mostra permanente, aberta ao público, sobre o Terrorismo de Estado uruguaio, as atividades do SID e os acontecimentos que ali se sucederam.

#### *6.6.2.3 Memorial de los Detenidos Desaparecidos*

O monumento, em homenagem aos desaparecidos políticos do Uruguai, encontra-se no Parque Vaz Ferreira, um dos pontos mais altos da cidade de Montevidéu, em *Villa del Cerro*, bairro de tradição operária e de resistência contra a ditadura civil-militar. Sua inauguração, em 2001, foi o marco inicial de políticas públicas de construção da memória no país e decorreu de mobilização de organizações da sociedade civil (SOSA GONZÁLEZ; FERREIRA, 2014).

Imagem 63 — Memorial de los Detenidos Desaparecidos



Fonte: foto de Marta Kohen *et al.*, disponível em <https://nomada.uy/guide/view/attractions/4240>.

#### 6.6.2.4 Museo de la Memoria (MUME)

O museu está localizado na Av. de las Instrucciones, nº 1057, zona fora do circuito turístico da capital uruguaia. Foi inaugurado em 2007, por iniciativa de organizações da sociedade civil pela defesa dos direitos humanos, com o propósito de construção crítica da memória do Terrorismo de Estado. O museu está vinculado ao Departamento de Cultura do município Montevideu e ocupa o casarão do século XIX, que foi propriedade do ditador Máximo Santos (1847-1889), como forma de ressignificação simbólica do espaço relacionado ao autoritarismo. Seu acervo é formado por doações de ex-presos políticos ou de familiares de desaparecidos e segue registrando testemunhos através de programa de história oral. O espaço atua, além disso, como centro cultural, conta com biblioteca e midiateca abertas ao público (SOSA GONZÁLEZ; FERREIRA, 2014).

Imagem 64 — Museu da Memória do Uruguai



Fonte: foto do Museo de la Memoria, disponível em: <https://mume.montevideo.gub.uy/>

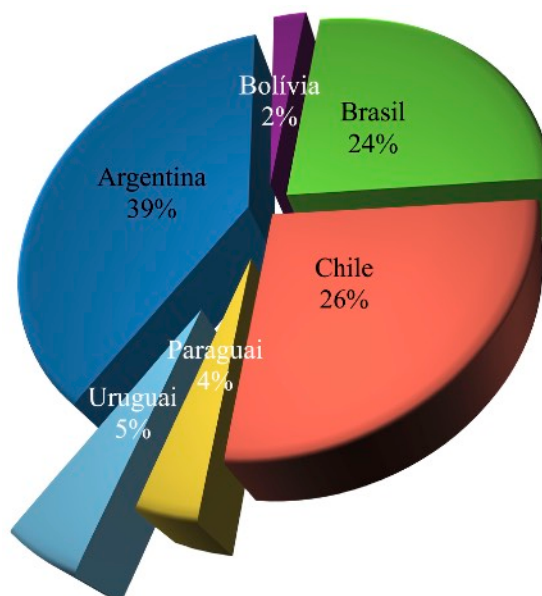
## 7 OS LUGARES DE MEMÓRIA POLÍTICA EM ANÁLISE

A análise dos resultados compreende a discussão dos seguintes aspectos: a) número total de lugares de memória coletados por país; b) evolução temporal de consolidação ou patrimonialização de lugares de memória; c) distribuição temporal de consolidação ou patrimonialização de lugares de memória por país; d) relação entre lugares de memória ressignificados e lugares de memória em disputa ou em fase de implementação e; e) tipologia de lugares de memória ressignificados.

### 7.1 Lugares de memória por país

Ao todo, conforme o levantamento explicitado na metodologia de trabalho (Capítulo 2), a amostra é constituída de 82 lugares de memória, coletada em 6 países do Cone-Sul. No Gráfico 1 estão apresentados os países em que estão situados os lugares identificados e selecionados.

Gráfico 1 — Distribuição de lugares de memória por país



Fonte: elaboração do autor

O indicador de lugares de memória dispostos por país permite identificar aqueles com maior proporção na amostra coletada e se destacam na criação ou ressignificação desses

espaços. Os dados correspondem ao período de 1990 a 2019, com os 82 lugares de memória identificados e selecionados nos países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai. O gráfico revela que 39% destes lugares de memória, localizados no Cone-Sul, estão na Argentina; 26% no Chile; 24% no Brasil; 5% no Uruguai; 4% no Paraguai e 2% na Bolívia.

A Argentina se destaca nesse aspecto de construção crítica da memória. Desde 2003, o país tem implementado políticas públicas sólidas de preservação e difusão crítica da memória da ditadura civil-militar, em nível Federal, Provincial e Municipal, com o objetivo de conscientização. Coincide com esse fato, que a Argentina tenha conseguido obter o maior êxito, entre os seis países estudados, na persecução penal dos ditadores e torturadores. A recuperação de lugares de memória foi impulsionada na medida em que se multiplicaram as causas judiciais, referentes aos crimes praticados pelos agentes do Estado, de modo que é notória a relação entre ambas as políticas, tanto de processar criminalmente os perpetradores de violações dos direitos humanos, quanto a preservação, ressignificação e institucionalização de lugares de memória, as quais estão interconectadas, corroborando a visão de Paul van Zyl (2011), sobre a integração das medidas de Justiça de transição.

O Chile, com 26% dos lugares coletados, apresenta uma proporção significativa, porém, ao longo da pesquisa foi possível perceber alguns entraves à implementação dessas políticas. Notou-se que o Chile apresenta muitas iniciativas de caráter popular, as quais o Estado ainda é reticente em encampar. Isso pode estar relacionado, inclusive, à herança ditatorial, de diminuição extrema dos gastos públicos, perpetuado na administração chilena até os dias atuais. No Chile, percebe-se o maior número de casos de lugares concedidos às organizações ou coletivos em defesa da memória e dos direitos humanos, bem como um alto número (cinco no total) de lugares em disputa devido à falta de uma política pública mais expressiva, como ocorre na Argentina.

Considerando a extensão territorial do Brasil e de sua população, bem como a longa duração de sua ditadura civil-militar (1964-1989), o país se destaca negativamente nesse aspecto de construção crítica da memória. É o maior e mais populoso país do continente latino-americano, com a segunda mais longa ditadura do Cone-Sul, porém, com 24% dos lugares identificados, nota-se que não consolidou uma política pública duradoura de criação de lugares de memória, ao contrário da Argentina (39%). O caso brasileiro caracteriza-se por

iniciativas esparsas e pelo maior número de lugares em disputa ou ainda em fase de implementação.

O Brasil, Uruguai e Paraguai não processaram criminalmente os agentes da repressão em suas transições. No entanto, o Uruguai começou a apresentar uma política pública de criação de dispositivos de memória mais bem estruturada a partir da promulgação da Lei Federal nº 19.641 de 2018. Contudo, é um movimento ainda incipiente no país, o que pode justificar, em parte, a baixa proporção de lugares localizados. No caso paraguaio, com exceção do Museu da memória de Assunção, os lugares identificados são referentes às iniciativas do Poder Judiciário, relativas à preservação e difusão dos “Arquivos do Terror” e à documentação coletada em razão da implementação de sua Comissão da Verdade. A Bolívia, por sua vez, foi o último dos países estudados a apresentar seu relatório final da Comissão da Verdade. Isso ocorreu somente no início de 2020, o que pode justificar a dificuldade de encontrar informações acerca de lugares de memória nessa localidade.

Os dados apresentados no Gráfico 1 corroboram as assertivas discutidas no referencial teórico (Capítulo 3) da presente pesquisa. As medidas de Justiça de transição devem ser consideradas em sua totalidade, de maneira holística e inseridas em contextos sociais e políticos determinados (VAN ZYL, 2011). O país com maior proporção de lugares de memória, a Argentina, foi também o que obteve o maior êxito em implementação de outras medidas de justiça, principalmente, a condenação dos perpetradores de crimes contra os direitos humanos. Como visto, os procedimentos judiciais têm papel importantíssimo na construção da memória que, somada às demais políticas públicas de memória, configura o reconhecimento oficial da verdade (WINN, 2014).

Outro aspecto confirmado refere-se ao êxito na recuperação e ressignificação desses lugares. A consolidação de um espaço como lugar de construção crítica da memória depende do poder público e de instrumentos burocráticos ou legais, muito embora as iniciativas sejam oriundas quase que exclusivamente da sociedade civil (WINN, 2014; JELIN; HERSHBERG, 2006). Por exemplo, a Argentina apresenta um caso bem sucedido de lugar de memória particular, a Casa Mariani-Teruggi. Esse imóvel recebeu proteção patrimonial (declarado monumento histórico nacional) pela esfera pública, garantindo a estabilidade desse dispositivo.

## 7.2 Evolução temporal

Para a elaboração deste item foi considerado o ano de inauguração ou o ano de resignificação ou, ainda, o ano de patrimonialização (tombamento) do espaço. Nessa perspectiva, este indicador permite identificar a tendência de consolidação ou reconhecimento de iniciativas de lugares de memória no Cone-Sul. Para isso, construiu-se a matriz (Tabela 1), com os dados referentes ao período de 1990 a 2019. Contudo, importante destacar que em 4 casos, no Brasil, não foram encontrados dados dessa natureza, são eles: Casa da Morte de Petrópolis (item 6.3.2.5), que teve seu tombamento cancelado pela justiça do estado do Rio de Janeiro; Casa de Marighella (item 6.3.2.7), que teve seu tombamento rejeitado pelo órgão estadual de defesa do patrimônio; Dops do Rio de Janeiro (item 6.3.2.10), que apenas foi tombado provisoriamente e não em definitivo; e o Memorial da Democracia do estado da Paraíba (item 6.3.2.14), que ainda se encontra em fase de constituição. Portanto, a amostra brasileira, para este indicador, está com 16 lugares coletados e a amostra geral referente a todos os países tem número total de 78 lugares.

Tabela 1 — Lugares de memória inaugurados ou patrimonializados no Cone-Sul

Ano	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Paraguai	Uruguai	Total/Ano
1990	0	0	0	0	0	0	0
1991	0	0	1	0	0	0	1
1992	0	0	0	0	0	0	0
1993	0	0	3	0	1	0	4
1994	0	0	0	2	0	0	2
1995	0	0	0	0	0	0	0
1996	0	0	0	0	0	0	0
1997	0	1	0	0	0	0	1
1998	2	0	1	0	0	0	3
1999	0	0	1	0	0	0	1
2000	0	0	0	0	0	0	0
2001	1	0	0	1	0	1	3
2002	0	0	0	1	0	0	1
2003	1	0	0	2	0	0	3
2004	0	1	0	0	0	0	1

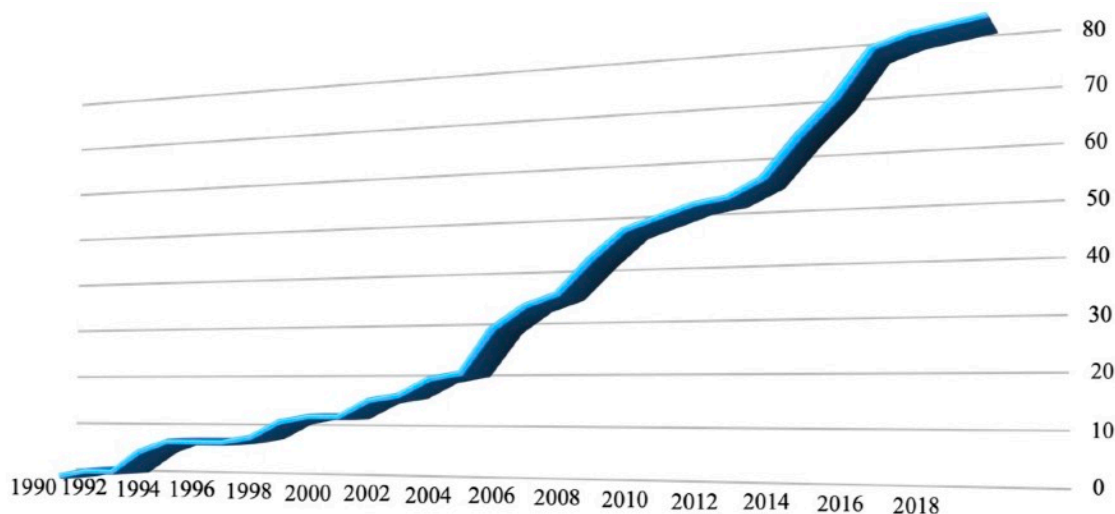
<b>2005</b>	5	0	1	2	0	0	<b>8</b>
<b>2006</b>	3	0	0	1	0	0	<b>4</b>
<b>2007</b>	1	0	0	0	0	1	<b>2</b>
<b>2008</b>	3	0	1	1	1	0	<b>6</b>
<b>2009</b>	3	0	1	0	1	0	<b>5</b>
<b>2010</b>	0	0	0	2	0	0	<b>2</b>
<b>2011</b>	0	0	2	0	0	0	<b>2</b>
<b>2012</b>	0	0	0	1	0	0	<b>1</b>
<b>2013</b>	2	0	1	0	0	0	<b>3</b>
<b>2014</b>	4	0	3	0	0	0	<b>7</b>
<b>2015</b>	4	0	1	1	0	0	<b>6</b>
<b>2016</b>	1	0	0	6	0	1	<b>8</b>
<b>2017</b>	0	0	0	1	0	1	<b>2</b>
<b>2018</b>	1	0	0	0	0	0	<b>1</b>
<b>2019</b>	1	0	0	0	0	0	<b>1</b>
<b>Total/País</b>	<b>32</b>	<b>2</b>	<b>16</b>	<b>21</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>78</b>

Fonte: elaboração do autor.

O Gráfico 2, gerado a partir da matriz acima, mostra a evolução temporal, de acordo com a frequência acumulada de lugares de memória. Assim, é possível notar a existência de picos nos anos entre 2005 e 2009, após 15 anos de baixa incidência e inconstância, ocorrida no período entre 1990 a 2004. Depois de uma queda entre 2010 a 2013, o surgimento de lugares apresentou um novo pico de crescimento, entre 2014 e 2016, seguido de um declínio em 2017.

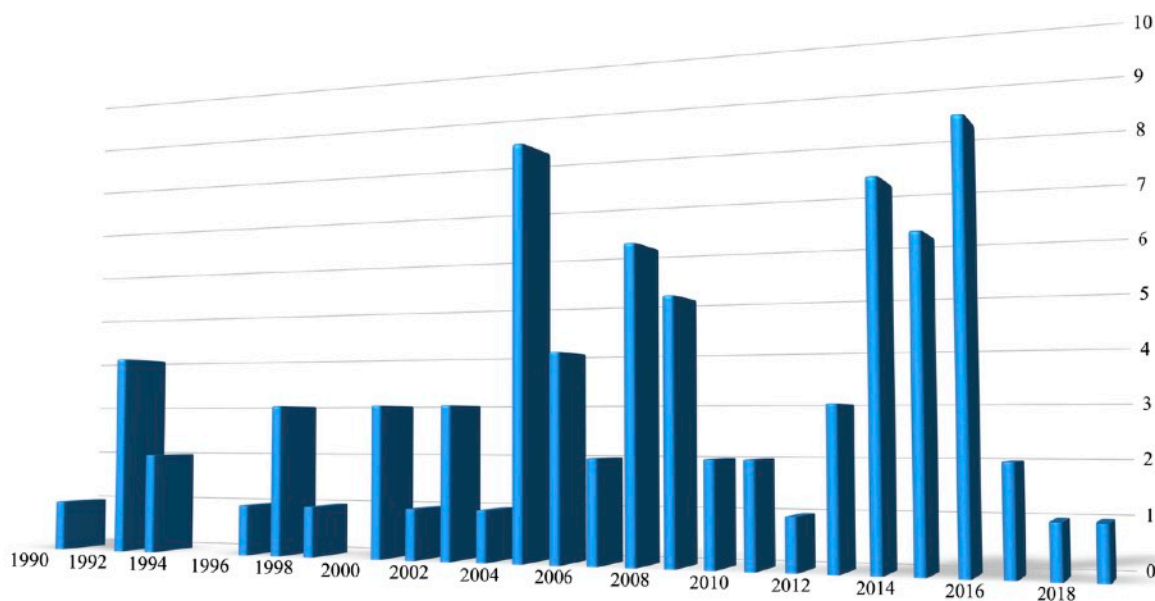
O Gráfico 3, por sua vez, traz o número de lugares distribuídos por ano. No entanto, é importante destacar novamente, que o parâmetro estabelecido para a confecção dos gráficos refere-se à oficialização de lugares de memória, ou seja, quando essas iniciativas, oriundas da sociedade civil, foram incorporadas ou oficializadas pelo Estado. Muito embora os lugares de memória sejam reivindicados pelas organizações da sociedade civil, vítimas e seus familiares, os êxitos dessas iniciativas de construção da memória dependeram do suporte estatal para se consolidarem, o que passou a ocorrer, de maneira mais significativa, a partir da primeira década do século XXI (WINN, 2014).

Gráfico 2 — Evolução temporal por número de lugares de memória acumulados



Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 3 — Distribuição temporal de lugares de memória



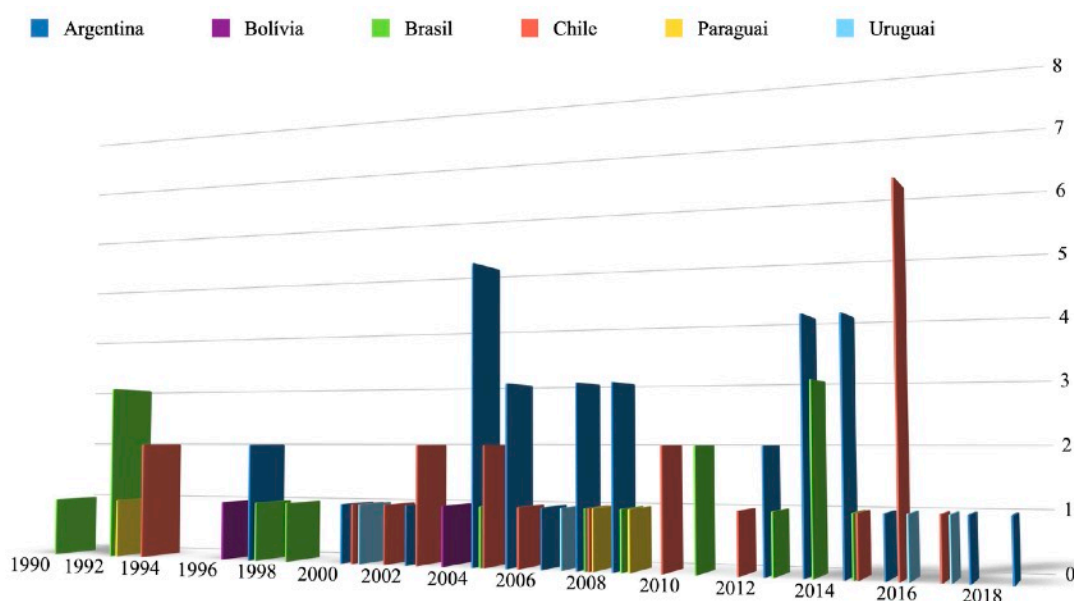
Fonte: elaboração do autor.

A possível explicação para os períodos de pico, conforme apresentado nos gráficos 2 e 3, diz respeito ao início e fim de governos progressistas na América Latina, que impulsionaram o maior número de políticas públicas para construção da memória das ditaduras civis-militares. A maior incidência do fenômeno, no Cone-Sul, ocorreu entre a metade da primeira década e a metade da segunda década dos anos 2000, coincidindo com os governos de Néstor e Cristina Kirchner (2003-2015), na Argentina; Evo Morales (2006-2019), na Bolívia; Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2016), no Brasil; Michelle



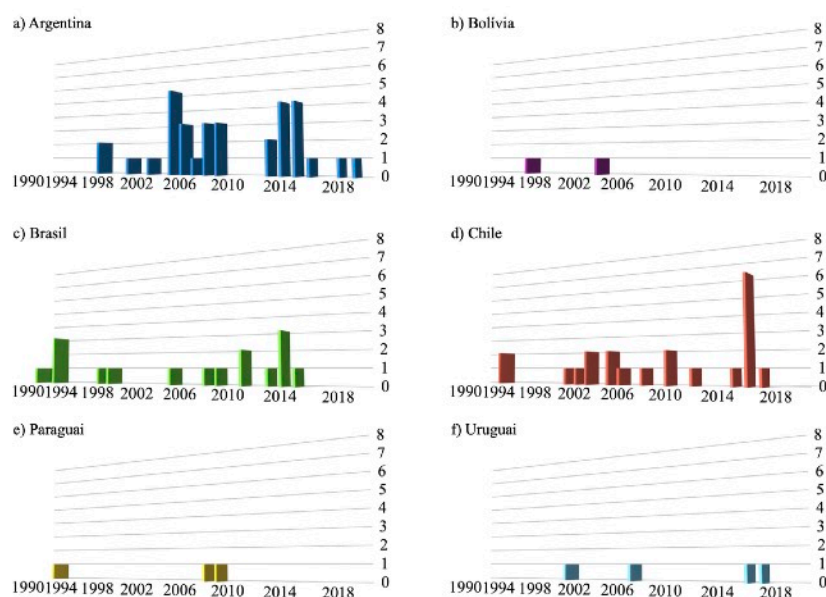
Bachelet (2006-2010 e 2014-2018), no Chile; Fernando Lugo (2008-2012), no Paraguai; Tabaré Vázquez e José Mujica (2005-2020), no Uruguai. Conseqüentemente, a análise mais aprofundada das circunstâncias de oficialização de lugares deve agregar outros fatores acerca da conjuntura específica de cada país, bem como não se deter somente aos governos da esfera federal. Entretanto, a partir dos dados coligidos, é perceptível a influência de governos progressistas na implementação de dispositivos de memória.

Gráfico 4 — Distribuição temporal por país



Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 5 — Distribuição temporal por cada país separadamente



Fonte: elaboração do autor

Os gráficos 4 e 5 acima mostram a distribuição temporal de lugares de memória por cada país. A partir dos gráficos, é possível notar que as primeiras iniciativas dessa natureza foram encampadas no Brasil, Paraguai e Chile. No que concerne ao Brasil, essas iniciativas dizem respeito à transferência do acervo documental do antigo DEOPS, em São Paulo, para o Arquivo Público do Estado, em 1991. Isso ocorreu por pressão da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, porém, o acervo somente foi disponibilizado ao público em 1994. Os outros três casos brasileiros, ocorridos em 1993, referem-se à construção de monumentos (Monumento Tortura Nunca Mais em Recife e Monumento da Vala de Perus em São Paulo) e, ainda, à devolução do imóvel localizado à rua Maria Antônia para Universidade de São Paulo. Contudo, a posse definitiva desse imóvel se concretizou somente em 2018. No Paraguai, também se identifica a ocorrência, em 1993, de transferência dos “Arquivos do Terror” para o Palácio da Justiça em Assunção.

Logo, percebe-se que esses primeiros reconhecimentos por parte do Estado, ao final das ditaduras civis-militares, estão relacionados à preservação de acervos documentais, bem como à criação de monumentos. O primeiro caso efetivo de ressignificação de um lugar de memória traumática ocorreu no Chile, em 1994, no caso do sítio de memória Parque por la Paz Villa Grimaldi. O terreno do antigo CCD, que foi demolido, foi transformado em um parque público, devido às pressões populares, constituindo-se a experiência pioneira nesse sentido.

Na Argentina (gráfico 5-a), o país com maior incidência de lugares de memória coletados (32 lugares, correspondente a 39% da amostra), notam-se algumas ocorrências no final da década de 1990 e início da primeira década de 2000. Contudo, a partir de 2005, com a retomada da persecução penal dos agentes da repressão, a adoção de políticas públicas incisivas e a promulgação de legislações específicas, a oficialização de lugares de memória ganhou impulso como em nenhum outro país do Cone-Sul. A onda de criação de lugares de memória na Argentina manteve-se forte até 2016 e 2017, ou seja, até os últimos anos de governo de Cristina Kirchner.

No Chile (gráfico 5-d), após 1994, é perceptível certa inércia na oficialização de lugares, interrompido no início dos anos 2000, pelo governo de Ricardo Lagos (2000-2006). Um novo acréscimo de implementação dessas iniciativas é registrado no ano de 2010, último

ano do primeiro governo de Bachelet. O país registra um salto expressivo em 2016, referente à patrimonialização de lugares de memória, pelo órgão estatal responsável, o *Consejo de Monumentos Nacionales de Chile* (CMN), que ocorreu exatamente na metade do segundo mandato de Bachelet.

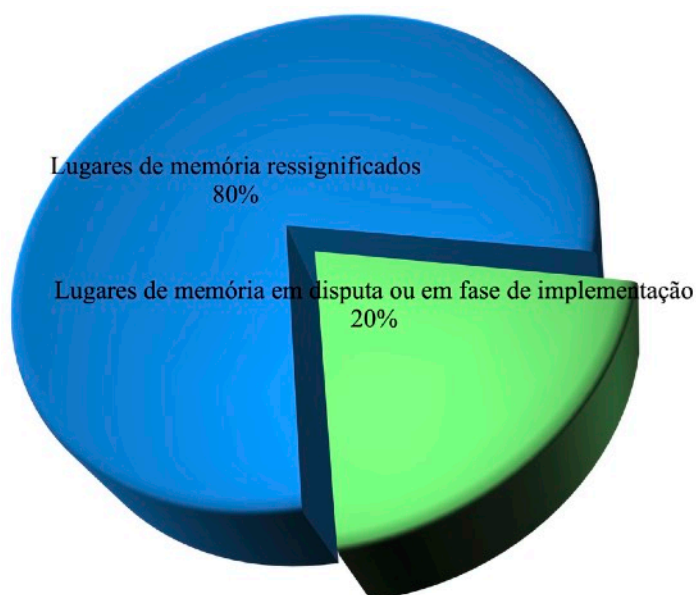
O Brasil (gráfico 5-c) caracteriza-se por poucas iniciativas, distribuídas no tempo de maneira esparsa. Porém, nota-se maior número de ocorrências acumuladas a partir de 2005, cujo ápice ocorre em 2014, com o tombamento do antigo DOI-CODI de São Paulo, a inauguração do Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos no Parque do Ibirapuera também em São Paulo e a ressignificação do Forte do Barbalho em Salvador. Não é possível afirmar que se trata de um aumento expressivo, mas, isso denota que a consolidação de lugares de memória é um fenômeno relativamente recente no Brasil e ganhou força durante os governos da presidenta Dilma Rousseff, ex-presença política no período da ditadura.

Mais recente, ainda, é a incidência do fenômeno no Uruguai (gráfico 5-f). Com exceção do Memorial aos Detidos Desaparecidos (2001) e da inauguração do MUME (2007), os outros dois registros ocorrem em 2016 e 2017, referentes à patrimonialização do 300 Carlos e a inauguração do sítio de memória ex SID, respectivamente. Contudo, o país adotou recentemente medidas mais contundentes com relação à construção da memória, como por exemplo, a lei de sítios de 2018, o que pode favorecer a oficialização e a ressignificação de outros lugares em futuro próximo. No Paraguai (gráfico 5-e), após a recuperação e preservação dos “Arquivos do Terror”, em 1993, são registradas mais duas ocorrências, em 2008 e 2009, durante o governo progressista de Fernando Lugo. Entretanto, a mesma lógica não se aplica ao caso boliviano (Gráfico 5-b). As duas ocorrências identificadas datam de períodos anteriores à presidência de Evo Morales. Como mencionado anteriormente, a Comissão da Verdade boliviana, criada em 2017, apresentou seu relatório final somente em 2020. Assim, a expectativa é de que novas iniciativas sejam encampadas no país nos próximos anos.

### **7.3 Lugares de memória ressignificados e lugares em disputa**

Dos 82 lugares coletados neste estudo, 66 deles são lugares já ressignificados, consolidados e, assim, apresentam uma tipologia definida, ou seja, uma função específica na construção da memória. Os outros 16 lugares selecionados ainda se encontram em fase de disputa ou implementação por parte do Estado. Sobre esses lugares incide a intencionalidade da coletividade, bem como neles ocorre algum tipo de trabalho ou atividade sobre a memória, tais como manifestações, homenagens, visitas guiadas. No entanto, esses lugares não foram completamente ressignificados ou não foram encampados pelo poder público e não possuem uma tipologia definida.

Gráfico 6 — Relação entre lugares de memória ressignificados e lugares de memória em disputa ou em fase de implementação



Fonte: elaboração do autor.

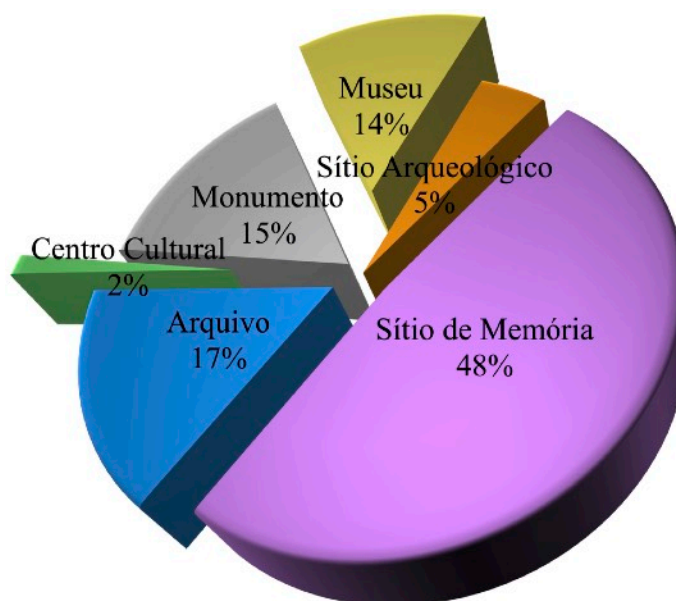
O Gráfico 5 mostra que 20% de todos os lugares identificados no Cone-Sul ainda se encontram em fase de implementação ou até mesmo em fase de disputa. Isso denota que a construção da memória na região ainda exige muito trabalho, de modo a ressignificar lugares para a conscientização da sociedade e promoção dos direitos humanos. A maior parte desses lugares à espera de ressignificação ou reconhecimento estatal encontram-se no Brasil e no Chile, oito e cinco, respectivamente. Após o golpe de Estado ocorrido no Brasil, em 2016, o país passa por período de recrudescimento de discursos negacionistas, inclusive oriundos do próprio mandatário do governo federal. A conjuntura política brasileira para a implementação

estatal de lugares de memória encontra seu pior cenário possível desde o fim da ditadura civil-militar. Atualmente, o Chile luta para reformar sua Constituição herdada da ditadura de Pinochet, bem como o atual governo, que relativiza o Terrorismo de Estado imposto, enfrenta forte resistência popular, o que pode simbolizar futuro impulso para novas políticas de construção da memória. A Argentina, por sua vez, apresenta apenas dois casos em fase de implementação. Esses dados corroboram o caráter de construção permanente da memória, em relação ao período traumático e violento das ditaduras.

#### 7.4 Lugares de memória por tipo

Os 66 lugares de memória ressignificados, que apresentam uma tipologia definida e correspondem a 80% da amostra de lugares coletados, foram classificados na tipologia apresentada no item 5.2. O Gráfico 7 a seguir mostra essa distribuição.

Gráfico 7 — Lugares de memória por tipo



Fonte: elaboração do autor.

A partir do gráfico acima, nota-se que quase metade desses lugares, 48%, podem ser definidos como sítios de memória, seguido de 17% arquivos, 15% monumentos, 14% museus, 5% sítios arqueológicos e, por fim, 2% centros culturais. O tipo sítio de memória refere-se aos lugares de memória traumática que acabaram recuperados e ressignificados em formato

multifacetado, como definido no item 5.7.2. Estão relacionados aos espaços onde, durante as ditaduras civis-militares, ocorreram violações dos direitos humanos e depois, pela mobilização da sociedade civil, atuam de diferentes maneiras para a construção crítica da memória. Optou-se por tipificar os lugares dessa forma em casos multifacetados, indeterminados ou quando são ressignificados para sua gestão patrimonial ou visitação ou para sede de órgãos públicos ou, ainda, centros comunitários. A ressignificação de lugares de memória traumática por meio desse tipo tem sido a principal opção no Cone-Sul.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa objetivou realizar o levantamento e a discussão crítica dos lugares de memória política, inaugurados, recuperados ou patrimonializados entre 1990 e 2019, relacionados às ditaduras civis-militares de seis países do Cone-Sul: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Os lugares de memória identificados foram submetidos a procedimentos documentários, em perspectiva neodocumentalista, que amplia a noção de documento, enfatiza seu contexto de produção, sua materialidade, seu pertencimento institucional, sua apropriação social e suas circunstâncias históricas (GONZÁLES DE GÓMEZ, 2011). O levantamento e a análise dos dados obtidos serviram para explorar o panorama de construção crítica da memória das ditaduras no Cone-Sul, por meio de indagações sobre os contextos de surgimento desses lugares, onde estão situados e quais as tipologias identificadas.

O levantamento foi desenvolvido com base em critérios teóricos, extraídos da literatura sobre os temas selecionados. Adotou-se a estratégia de estudo de casos múltiplos (YIN, 2001) como método da parte empírica da pesquisa. Para tanto, elaborou-se um inventário, a partir de fontes bibliográficas e digitais, com o intuito de definir a amostra de lugares de memória política de cada país estudado. Essa amostra foi, então, catalogada, utilizando a estrutura proposta no manual do IPHAN intitulado “Educação Patrimonial: inventários participativos” (2016). Dessa forma, foram organizados os dados para análise e concretização da pesquisa. Contudo, foram utilizados somente alguns campos do manual do IPHAN, de maneira a adaptá-los aos dados específicos dos lugares de memória levantados. Isso demonstrou, a nosso ver, a necessidade de criação de uma classificação própria, específica e direcionada para lugares de memória.

O primeiro passo para o cumprimento dos objetivos da pesquisa foi elaborar a revisão bibliográfica, exposta no referencial teórico (Capítulo 3). Nesse estágio, foram mobilizados conceitos indispensáveis para a contextualização dos lugares de memória política. Foram abordados os seguintes temas: ditaduras civis-militares, da segunda metade do século XX, no Cone-Sul; a Justiça de Transição; memória e; lugares de memória. Este referencial teórico balizou os parâmetros conceituais, temporais e geográficos, bem como o contexto específico para o levantamento proposto.

Com base nos autores estudados, as ditaduras civis-militares do Cone-Sul, que ensejaram as iniciativas de ressignificação de lugares de memória, foram analisadas como processos históricos interdependentes, na perspectiva de longa duração. Não podem ser vistas como parênteses temporais isolados. Todos os processos aqui pesquisados foram desencadeados pela convergência de fatores internos e externos pré-existentes, que culminaram em golpes de Estado arquitetados pelos militares em conluio com as elites civis, apoiados por setores médios. Os desdobramentos desses processos, incluindo a repressão política, atingiram pessoas de todas as classes sociais e produzem efeitos até os dias atuais.

As ditaduras no Cone-Sul, ao longo de todo o período, procuraram se legitimar, consolidar e conquistar adesão por meio de instrumentos de controle, censura, propaganda e construções narrativas. Algumas delas vêm sendo difundidas por alguns segmentos até os dias atuais, de modo a servirem de base para o negacionismo e o revisionismo ideológico. Os modelos de repressão política aplicados pelas ditaduras, pautados em Doutrinas de Segurança Nacional (DSN), foram sistematizados, institucionalizados e, assim, se constituíram os Terrorismos de Estado (TED), sempre justificados pela existência de um inimigo interno subversivo. Além de incontáveis violações dos direitos humanos, a repressão gerou feridas profundas na população dos países do Cone-Sul. Essas memórias traumáticas coletivas são as que os lugares de memória política, aqui estudados, buscam ressignificar e, assim, contribuir para promover a conscientização e a compensação simbólica da coletividade.

As iniciativas de constituição ou ressignificação de lugares de memória, após as ditaduras, quando encampadas pelos Estados democráticos, integram o amplo rol de medidas de Justiça de Transição, definida como um conjunto de estratégias jurídicas e não jurídicas, destinadas a evitar novas violações no futuro e dar respostas aos abusos do passado (MEZAROBBA, 2012). Essas medidas devem ser observadas de maneira holística, inseridas em determinados contextos sociais e políticos (VAN ZYL, 2011). No decorrer da pesquisa, foi perceptível que cada país estudado conseguiu, em maior ou menor medida, de acordo com suas possibilidades, dentro de seus próprios contextos políticos transicionais, implementar medidas de construção crítica e historicizar as suas memórias coletivas. Em todos os casos observados, as transições foram controladas e enfrentaram obstáculos (LINZ; STEPAN, 1999), assim como travaram-se verdadeiras guerras memorialísticas internas (NAPOLITANO, 2014).



Em razão das lutas sociais por verdade, memória e justiça (JELIN; HERSHBERG, 2006), as mobilizações pela consolidação de políticas de construção da memória, que nasceram das mobilizações da sociedade civil, se desenvolveram gradativamente em cada país estudado e obtiveram diferentes resultados. A Argentina e o Chile se destacam, por exemplo, no âmbito judiciário, ao processar, julgar e condenar os ditadores e agentes da repressão. Como observado, esse tipo de medida impulsiona diretamente as demais políticas de memória, como a ressignificação e institucionalização de lugares. Mas, essa não é a regra. O Uruguai, onde ainda vigora a anistia aos agentes de Estado perpetradores de crimes durante a ditadura, recentemente adotou proteção legal abrangente dos seus lugares de memória. No caso brasileiro, país em que vigora a Lei de Anistia, desde 1979, foram obtidos alguns avanços no âmbito da justiça transicional, principalmente, no quesito de reparação das vítimas e, mais recentemente, com a instituição da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Em todos os casos averiguados, as chamadas comissões da verdade, foram passos significativos para impulsionar políticas públicas de construção da memória. Esses aspectos denotam o caráter multilateral, de amplas possibilidades, com relação às medidas da Justiça de Transição.

A construção da memória, um dos pilares da Justiça transicional, igualmente, se manifesta de diferentes maneiras. Uma das principais políticas públicas nesse sentido, no Cone-Sul, é a institucionalização, por parte do Estado, de iniciativas de criação de lugares de memória. Ademais, um dos desafios dos países que emergiram das ditaduras é a construção de um campo sólido de estudos críticos sobre o tema, bem como a consolidação de uma cultura política de memória, de empatia e de promoção dos direitos humanos, independentemente das diretrizes ideológicas dos governantes.

Para entender a importância e o efetivo papel dos lugares de memória, em prol de tais objetivos, é importante ter em mente, que, do ponto de vista das Ciências Humanas, a memória pode ser entendida como um trabalho permanente, constante, muitas vezes árduo e doloroso, que implica escolha, seleção, enquadramento, ressignificação e esquecimento (BERGSON, 1999; HALBWACHS, 1990; BOSI, 1979; NORA, 1993; MENESES, 1992; POLLAK, 1989; CANDAU, 2014; RICOEUR, 2018). A memória coletiva, por ser da ordem do presente, viva, fluida, suscetível, é um processo permanente de construção e reconstrução (NORA, 1993; MENESES, 1992). Por essas características, também é um objeto de disputas pelos diferentes grupos da sociedade (LE GOFF, 2013). Em qualquer momento ou lugar, é

impossível encontrar somente uma memória, uma só visão ou uma só interpretação do passado, compartilhada em consenso por toda a sociedade. O que existe de fato é uma constante luta ativa pela memória ou pelo seu apagamento (JELIN, 2002). Nesse contexto, a gestão da memória, na contemporaneidade, pode apontar para duas direções bastante diversas. A primeira, de caráter conservador, procura transformar os lugares de memória em instrumentos de legitimação ou mercadoria. A segunda, em resposta à alienação provocada, representa a emergência da consciência e do despertar de senso crítico (MENESES, 1993).

Dessa forma, o trabalho exercido sobre a memória a torna suscetível aos usos e aos abusos. Pode tratar-se de uma conquista libertadora ou de um instrumento de dominação. No rol dos abusos da memória estão inseridos: a fetichização, a mercadorização, a banalização indiscriminada, os apagamentos, os negacionismos e os revisionismos ideológicos (RICOEUR, 2018). Portanto, para a memória coletiva manter sua força positiva e libertadora, necessita, antes de tudo, possuir função social crítica. A memória deve ser submetida a procedimentos metodológicos, deve ser problematizada, questionada, confrontada e historicizada (HUYSSSEN, 2000; MENESES, 1992; RICOEUR, 2018; JELIN, 2002; NAPOLITANO, 2014). Além disso, a construção da memória precisa ser democratizada, para que a rememoração ativa, por parte da coletividade, seja voltada para a superação do trauma e a construção de perspectiva de futuro. (HUYSSSEN, 2000; JELIN, 2002; CATELA, 2001).

Nesse ponto específico, o conceito de memória se aproxima do conceito de informação (DODEBEI, 2010). Tanto a memória, quanto a informação, são transmitidas pela linguagem e, portanto, para se tornarem conhecimento destinado ao aperfeiçoamento humano, devem ser processadas. Na concepção de Peter Burke (2012), utilizando a analogia do antropólogo Levi-Strauss, a informação é o “cru” e o conhecimento é o “cozido”. A memória, enquanto informação, em seus diferentes suportes, necessariamente, precisa ser submetida a procedimentos de análise e síntese, ou seja, operações intelectuais, para, então, ser difundida (BURKE, 2012; DODEBEI, 2010; RIBEIRO, 2019). Na mesma esteira, a memória, enquanto informação, mantida e depositada por grupos vivos, é inscrita, cristalizada, materializada, ritualizada e, quando, oficializada pelo Estado, é institucionalizada em lugares.

A aproximação conceitual entre memória e informação, permitiu notar, ao longo da pesquisa, a necessidade de melhor situar a discussão conceitual de lugares de memória, no campo da Ciência da Informação. O lugar de memória, um conceito historiográfico

abrangente, cunhado por Pierre Nora (1993), exige a intencionalidade, um critério político, bem como a existência de três aspectos simultâneos: o material, o simbólico e o funcional (NORA, 1993). Os lugares de Nora (1993) são envoltos em aura simbólica, constituídos pela vontade de memória, cujo papel é bloquear o esquecimento (THIESEN *et al*, 2017). Mas, quando se trata de memória traumática, como no caso da violência política das ditaduras civis-militares, os lugares de memória não são apenas suportes físicos, são responsáveis por muito mais do que isso.

Com efeito, os lugares, quando institucionalizados, desempenham atividades pedagógicas, culturais, sociais, de pesquisa, de conscientização e de difusão do conhecimento. São responsáveis por custodiar documentos e produzir outros, bem como constituir acervos de relatos orais, entre outras diversas ações de construção, ressignificação e difusão da memória, para que seja apropriada na forma de conhecimento, por diferentes públicos. Isso significa dizer que são verdadeiros laboratórios da memória coletiva (LATOURET, 2000; CETINA, 1999).

Como mencionado no item (4.2), a pesquisadora Allier-Montañón (2008) defende a aplicação do conceito de lugares de memória de Nora ao contexto da memória traumática, pós-ditaduras na América Latina, portanto, ser inserido, discutido, confrontado e aperfeiçoado em outras realidades. A pesquisadora Ludmila Catela (2001), por sua vez, critica a conceituação de Pierre Nora, por ser restrita ao contexto celebrativo europeu e não abarcar o passado traumático de outras regiões. A crítica ocorre no sentido de que o conceito do historiador francês, por ser estático, unitário e substantivo, não confere espaço para as memórias marginais, subversivas, subterrâneas, tampouco enfatiza o caráter de disputas políticas por memória (CATELA, 2001).

Diante desses aspectos e das críticas com relação ao conceito, os lugares de memória política das ditaduras, na Ciência da Informação, com base em Agamben (2009) e Murguía (2010), podem se adequar à definição de dispositivos, tendo em vista que são ao mesmo tempo vestígios materiais, evidências e laboratórios da memória. Os dispositivos, definidos por Agamben (2009), inspirado em Foucault (1972), correspondem a um conjunto heterogêneo de instituições, cuja função essencial, em determinado momento histórico, é a de responder a uma urgência ou a uma crise, em uma conjuntura específica. O dispositivo tem, portanto, função estratégica, está sempre inscrita nos jogos de poder e, ao mesmo tempo,

ligada aos limites do saber. Nesse sentido, para Murguía (2010), apoiado em Agamben (2009), as instituições de memória, tais como: arquivos, bibliotecas e museus, são lugares políticos, pois, são produtos de relações de força ou de poder, ou seja, decorrem das disputas sociais.

No Cone-Sul, pós ditaduras, as disputas por memória convergiram para lutas contra o esquecimento: recordar para não se repetir (JELIN, 2002). Configuram-se como batalhas sobre o que deve ser recordado e como deve ser recordado (WINN, 2014). Muito embora as propostas de criação ou ressignificação de lugares de memória sejam oriundas da sociedade civil organizada, o Estado, ao encampar essas iniciativas, desempenha papel fundamental, pois, oficializa e reconhece a memória neles depositada. Porém, a partir do presente estudo, nota-se que essa construção da memória, por meio desses dispositivos, enfrenta inúmeros obstáculos, ocorre praticamente de maneira independente e isolada em cada um dos seis países analisados.

O levantamento realizado para compor o *corpus* da pesquisa identificou 82 lugares, distribuídos da seguinte forma: 32 na Argentina (39%); dois na Bolívia (2%); 20 no Brasil (24%); 21 no Chile (26%); três no Paraguai (4%) e; quatro no Uruguai (5%). Desses 82 lugares, quatro deles, situados no Brasil, não apresentam qualquer informação sobre o ano de reconhecimento. A partir dos lugares selecionados, sobre o aspecto temporal, foram considerados apenas os 78 que apresentam essa informação. É possível afirmar que muito embora algumas iniciativas tenham sido oficializadas de forma esporádica na década de 1990, a emergência de memória latino-americana, na forma de lugares, ocorre de fato entre a metade da primeira década e a metade da segunda década dos anos 2000, mais precisamente entre 2005 e 2016. O boom de reconhecimento de lugares coincide com o advento de governos progressistas no Cone-Sul, mas essa não é a regra, o que denota que as iniciativas partem da mobilização da sociedade civil organizada, cuja pressão exercida sobre o Estado é fundamental e indispensável para o reconhecimento das memórias não oficiais.

No âmbito dos resultados obtidos, dos 82 lugares selecionados para o estudo, 66 deles (80%) foram oficializados pelo Estado e ressignificados. Outros 16 lugares (20%) encontram-se em fase de disputa ou implementação. Porém, nos 20% dos lugares em processo, estão contidos os critérios da intencionalidade e da ritualização. São espaços entendidos por determinados segmentos como detentores de memória e neles são desempenhadas atividades concretas para pressionar pelo seu reconhecimento oficial. Isso

confirma as considerações acerca da construção da memória como luta permanente, na qual ainda resta muito trabalho a fazer no Cone-Sul. Dos 66 lugares institucionalizados, foram identificadas pelo menos seis tipos, dispostas da seguinte maneira: 11 arquivos (17%); um centro cultural (2%); dez monumentos (15%); nove museus (14%); três sítios arqueológicos (5%); 32 sítios de memória (48%). Dentre esses tipos, nota-se que muito embora dos 82 lugares selecionados nenhum desempenhe a função principal de biblioteca, muitos lugares contam com bibliotecas em suas dependências para auxiliar nas atividades de construção e difusão da memória. Isso evidencia a importância deste sétimo tipo, conforme dados do item (5.2.2).

A maior parte, composta por sítios de memória, locais onde ocorreram violações dos direitos humanos e foram apropriados pela coletividade, demonstra uma tendência no Cone-Sul de resignificação de lugares que foram centros de violência política. Os fatores que explicam essa tendência devem ser melhor identificados e analisados. Entre eles, o fato de serem lugares de sequestros, torturas e desaparecimentos forçados e, por isso, atraem maior atenção ou clamor público, bem como o fato de serem prédios públicos, inscritos na órbita do Estado, o que facilita a sua patrimonialização. São hipóteses que poderão ser exploradas em futuras pesquisas. A figura tipológica de sítios de memória também deve ser melhor estudada. Análises comparativas com lugares de outros países de outras regiões, como Europa e África do Sul, podem fornecer elementos mais concretos sobre as razões pelas quais se privilegiam esses locais. Ademais, uma investigação comparativa dessa natureza, para verificar se os lugares do tipo sítio de memória são uma inovação conceitual nascida no continente latino-americano ou se o conceito teve origem em outras regiões do planeta.

A presente pesquisa buscou evidenciar o importante papel dos lugares de memória na construção crítica da memória das ditaduras nos países do Cone-Sul. Esse universo de dispositivos, em seus diferentes aspectos e com diferentes configurações são suportes materiais, evidências, laboratórios e desempenham ações voltadas para o trabalho sobre a memória traumática coletiva e sua difusão, na forma de conhecimento, com o objetivo de despertar o senso crítico e conscientizar a sociedade. Através do devido processamento desses lugares, como fontes de estudos, pode-se contribuir para a consolidação de um campo de pesquisas sobre o tema da memória das ditaduras. As ações de informação desenvolvidas sobre os lugares, nessa pesquisa, forneceram indicadores e podem fornecer muitos outros,

relevantes para futuros estudos sobre a mesma temática. Nesse sentido, a Ciência da Informação, que tem como uma de suas principais características a interdisciplinaridade (SARACEVIC, 1995), pode, por meio de ações de informação, contribuir para a elaboração de teorias, métodos e sistemas, voltados para recuperação e difusão do conhecimento inscrito nos lugares de memória, a fim de dar suporte à pesquisa científica sobre o tema ou às variadas necessidades de informação dos potenciais usuários (WERSIG, 1993).

Por fim, a emergência de lugares de memória das ditaduras no Cone-Sul é um fenômeno relativamente recente, que tem despertado interesse crescente de pesquisadores. A Ciência da Informação pode contribuir para a criação de novos conhecimentos ao propor formas de reunir as informações dispersas, democratizar o acesso, subsidiar novas pesquisas, viabilizar a comunicação científica entre os investigadores de diferentes áreas e localidades e, ainda, promover o aperfeiçoamento humano. O campo da Ciência da Informação pode atuar diretamente na construção da memória coletiva, com a finalidade de que os autoritarismos, as violações dos direitos humanos e os terrorismos de Estado nunca mais tenham espaço no continente latino-americano.

## REFERÊNCIAS

- ACUÑA, Carlos; SMULOVITZ, Catalina. O ajuste das forças armadas à democracia: sucessos, fracassos e ambiguidades no Cone Sul *In*: JELIN, Elizabeth; HERSHBERG, Eric (orgs.). **Construindo a democracia: direitos humanos, cidadania e sociedade na América Latina**. São Paulo: EDUSP, 2006.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó/SC: Argos, 2009.
- ALLIER-MONTAÑO, Eugenia. Places of memory. Is the concept applicable to the analysis of memorial struggles? The case of Uruguay and its recent past. **Cuaderno CLAEH**, v. 4, nov. 2008.
- ALMEIDA, Priscila; OLIVEIRA, Rodrigo. Lugares de memória da resistência em Salvador: arte, ruínas e descaso. **RIGS: Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v. 8, n. 2, p. 31-56, maio/ago. 2019.
- ÁLVAREZ, Catalina; HEDRERA, Luciana. Puente Bulnes como lugar de memoria: tipo de apropiación y generación del memorial. **Quaderns de Psicologia**, Santiago, n. 15(2), p. 55-62, 2013.
- ANGELL, Alan. Chile, 1958-C. 1958. *In*: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina. vol. IX: A América Latina após 1930: México, América Central, Caribe e Repúblicas Andinas**. São Paulo: Edusp, 2015.
- ANSARA, Soraia. **Memória política da ditadura militar e repressão no Brasil: uma abordagem psicopolítica**. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
- ARCHIVO NACIONAL DE LA MEMORIA (Argentina). **Guía de Fondos de Documentos Escritos**. Argentina, [20—?].
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARGENTINA. Decreto Nacional nº 1.259/2003, de 16 de dezembro de 2003. Creación del Archivo Nacional de la Memoria. Argentina: Presidência da República, [2003]. Disponível em: [http://www.saij.gob.ar/legislacion/decreto-nacional-1259-2003-creacion\\_archivo\\_nacional\\_memoria.htm?40#](http://www.saij.gob.ar/legislacion/decreto-nacional-1259-2003-creacion_archivo_nacional_memoria.htm?40#). Acesso em 27 nov. 2020.
- ARGENTINA. Ley 26.691, de 29 de junho de 2011. Preservación, señalización y difusión de sitios de memoria del terrorismo de Estado. Argentina: Presidência da República, [2011]. Disponível em: [http://www.saij.gob.ar/legislacion/ley-nacional-26691-preservacion\\_senalizacion\\_difusion\\_sitios.htm?5](http://www.saij.gob.ar/legislacion/ley-nacional-26691-preservacion_senalizacion_difusion_sitios.htm?5). Acesso em 27 nov. 2020.

ARGENTINA. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación. Secretaría de Derechos Humanos. **Espacios de memoria en la Argentina**. Buenos Aires: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación. Secretaría de Derechos Humanos, 2015.

ARGENTINA. Ministerio Público Fiscal. Procuraduría de Crímenes Contra la Humanidad. **Informe Estadístico sobre el Estado de las Causas por Delitos de Lesa Humanidad en Argentina**. Argentina: Ministerio Público Fiscal, 2017.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis, Vozes, 1985.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARTHUR, Paige. Como as ‘transições’ reconfiguraram os direitos humanos: uma história conceitual da justiça de transição *In*: REÁTEGUI, FÉLIX (org.). **Justiça de Transição: manual para a América Latina**. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

ASSMAN, Aleida. **Espaços de recordação**. Campinas: Unicamp, 2011.

BANDEIRA, Moniz. **De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória**. Porto Alegre: Medianiz, 2014.

BAUER, Caroline Silveira. Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais [...]. Londrina: ANPUH, 2005..

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.

BETHELL, Leslie. **História da América Latina: volume X - A América Latina após 1930: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2018.

BOSI, Eclêa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Tao, 1979.

BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**, v. 1. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasil: Presidência da República, [1961]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/13924.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13924.htm). Acesso em: 27 nov. 2020.



BRASIL. **Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasil: Presidência da República, [1991]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm). Acesso em 27 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede a anistia e dá outras providências. Brasil: Presidência da República, [1979]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6683.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm). Acesso em: 11 out. 2018.

BRETT, Sebastian *et al.* Memorialización y democracia: políticas de Estado y acción civil. *In: CONFERENCIA INTERNACIONAL MEMORIALIZACION Y DEMOCRACIA: POLÍTICA DE ESTADO Y ACIÓN CIVIL*, 2007, Santiago, Chile. Disponível em: <https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-Global-Memorialization-Democracy-2007-Spanish.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRIET, Suzanne. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

BRITO, Ana; FERREIRA, Lúcia; BARBUTO, Maria; MEDEIROS, Shara. Função social dos arquivos do memorial da democracia da Paraíba. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 15, n. 3, p. 180-191, 2020.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

BUCKLAND, M. K. What Is a “Document”? **Journal of the American Society for Information**, North Carolina, v. 48, n. 9, p. 804-809, set. 1997.

BUCKLAND, M. K.; LUND, N. W. Boyd Rayward, Documentation, and Information Science. **Library Trends**, v. 62, n. 2, p. 302–310, 2013.

BULLENTINI, Ailín. El juicio por los crímenes de los pozos de Banfield y Quilmes vuelve a la sala de espera. **El País**, Buenos Aires, jun. 2020. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/275349-el-juicio-por-los-crimenes-de-los-pozos-de-banfield-y-quilme>. Acesso em: 28 nov. 2020.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento II: da Enciclopédia a Wikipédia**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2012.

CABEZA MONTEIRA, Ángel; CÁRDENAS HERNÁNDEZ, Ana Paz; LAWNER STEIMAN, Miguel; SEGUEL GUTIÉRREZ, Pablo; BUSTAMANTE DANILO, Javiera. **Patrimonio De la memoria de los derechos humanos en Chile: Sitios de Memoria protegidos como Monumentos Nacionales 1996 / 2016**. Santiago de Chile: Ministerio de Educación, Dirección de Bibliotecas Archivos y Museos, Consejo de Monumentos Nacionales de Chile, 2017.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José. **Breve historia de la dictadura (1973-1985)**. Montevidéo: Ediciones de la banda oriental, 1987.

CAMPOS, Luana. Sítio Arqueológico. *In*: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2018. (verbete)

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. **O conceito de informação. Perspectivas em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2011.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução: história e paradigmas rivais. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 19-51.

CASTRO, Hebe. História social. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 76-96.

CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**. São Paulo: Hucitec/ Anpocs, 2001.

CATELA, Ludmila. “Lo que merece ser recordado...”. Conflictos y tensiones en torno a los proyectos públicos sobre los usos del pasado en los sitios. **Clepsidra. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria**. n. 2, p. 28-47, out. 2014.

CENTRO INTERNACIONAL PARA LA PROMOCIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS (CIPDH). **Operación Cóndor: 40 años después**. UNESCO, 2018.

CETINA, Karin K. **How the sciences make knowledge**. London/Cambridge: Harvard University Press, 1999.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

CHILE, Presidente (1970-1973: Salvador Allende). **Discurso de la Victoria Electoral**. Santiago do Chile, 5 set. 1970. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/allende/1970/05-09-70.htm>. Acesso em: 8 fev. 2019.

CHUVEIROS na entrada de Auschwitz chocam visitantes. **Deutsche Welle**, 31 Ago. 2015. Disponível em: <https://p.dw.com/p/1GOk3>. Acesso em: 13 Nov. 2019.

CMN. **Consejo de Monumentos Nacionales**. Página Inicial. [20--?]. Disponível em: <https://www.monumentos.gob.cl/monumentos/monumentos-historicos/estadio-nacional>. Acesso em: 25 jul. 2020.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia Política**, n. 25, p. 83-106. 2005.

COGGIOLA, Oswaldo. **Governos Militares na América Latina**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

COMBLIM, Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. **Informe de la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura**. Chile: La Nación S.A., 2005.

COMISIÓN PROVINCIAL DE LA MEMORIA DE CÓRDOBA. **Sitio Histórico**. Córdoba, [20--?]. Disponível em: <https://apm.gov.ar/apm/sitio-hist%C3%B3rico>. Acesso em: 30 fev. 2020.

COMISSÃO DA VERDADE DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Apresentação, recomendação: graves violações dos direitos humanos na Universidade de São Paulo (1964 a 1985)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

COMISSÃO DA VERDADE DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Mortos e desaparecidos: graves violações aos direitos humanos no contexto das perseguições ocorridas na Universidade de São Paulo**. São Paulo: USP, 2018.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **O Bagulhão: A Voz dos Presos Políticos Contra a Ditadura**. São Paulo: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2015.

CONADEP. **Nunca más: Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas**. Argentina: Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas, 1984.

CONTRERAS, Carlos. [Servicio de Información de Defensa (SID)]. [20--?]. 1 fotografia. Disponível em <https://sitiosdememoria.uy/smlg-uymo-01>. Acesso em 30 nov. 2020.

CPM. **Comisión Provincial por la Memoria**, [20--?]. Página inicial. Disponível em: <https://www.comisionporlamemoria.org/>. Acesso em: 20 de jun. de 2020.

CUNHA, Murilo; CAVALCANTI, Cordélia. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

DESGARRADORA historia de una esclava sexual en los tiempos de Stroessner. **ABC**, 19 jul. 2008. Disponível em: <https://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/desgarradora-historia-de-una-esclava-sexual-en-los-tiempos-de-stroessner-1085515.html>. Acesso em 22 mar. 2019.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (ed.). **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus/Pinacoteca do Estado de São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DINER, Dan. **Beyond the conceivable**. Los Angeles: University of California Press, 2000.

DODEBEI, Vera. Memória e informação: interações no campo da pesquisa. *In*: MURGUIA, Eduardo Ismael. **Memória**: um lugar de diálogo para Arquivos, Bibliotecas e Museus. São Carlos: Compacta Editora, 2010.

DRAKE, Paul; JAKSIC, Iván. Introducción *In*: DRAKE, Paul; JAKSIC, Iván (orgs.). **El modelo Chileno**: Democracia y desarrollo en los noventa. Lom Ediciones, 1999. p. 11-38.

DRAKE, Paul. Chile, 1930-1958. *In*: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. vol. IX: A América Latina após 1930: México, América Central, Caribe e Repúblicas Andinas. São Paulo: Edusp, 2015.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

ELEGANT THEMES. **Memorial Paine**: um lugar para la memoria. Página Inicial. [20--?]. Disponível em: <http://www.memorialpaine.cl/>. Acesso em: 02 mar. 2020.

ELSTER, Jon. **Closing the books**: transitional justice in historical perspective. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2004.

EPM EXD2. **Espacio para la Memoria y los Derechos Humanos ExD2**, [20--?]. Página inicial. Disponível em: <http://www.espaciomemoriamedoza.com/>. Acesso em: 20 de jun. de 2020.

ESPACIOS DE MEMORIA El Olimpo. [S. l.: s. n.], [20--?]. 1 vídeo (26 min). Publicado pelo canal ACUA Federal. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T9-gIVfxP10>. Acesso em: 25 ago. 2020.

EX PRESOS POLÍTICOS EX PRESAS POLÍTICAS Y FAMILIARES DE COQUIMBO (org.). **Casa de la Memoria de Coquimbo**. Coquimbo: Fondo de Cultura Tradicional Privado 2018 del Gobierno Regional de Coquimbo, 2018.

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado**. São Paulo: Globo, 2010.

FERRATER MORA, J. **Diccionario de filosofia: tomo III (K-P)**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FERREIRA, Oliveiros. **Vida e morte do partido fardado**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

FINCH, Henry. Uruguai 1930-C.1990 *In*: BETHELL, Leslie. **História da América Latina**: volume X - A América Latina após 1930: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil. São Paulo: EDUSP, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.

FRANCO, Marina. Do terrorismo de estado à violência estatal: problemas históricos e historiográficos no caso argentino. *In*: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Ditaduras militares**: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

FROHMANN, Bernd. Documentation Redux: Prolegomenon to (Another) Philosophy of Information. **Library Trends**, v. 52, n.3, p. 387-407, 2004.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, M. S. L., MARTELETO, R. M., LARA, M. L. G. de. **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica Ed.; Marília: Fundepe Ed., 2008. p. 17-34.

FROHMANN, Bernd. Revisiting “what is a document?” **Journal of Documentation**, v. 65 n. 2, p.291-303, 2009.

FROHMANN, Bernd. The power of images: a discourse analysis of the cognitive viewpoint. **Journal of Documentation**, v. 48, n. 4, p. 365-386, 1992.

GARCÉS, Joan. **Allende e as armas da política**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1993.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. La organización del conocimiento desde la perspectiva poscolonial: itinerários de la paraconsistencia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 4, p. 93-111, out./dez. 2013.

GARRETON, Manuel Antonio. La oposición al régimen militar chileno: un proceso de aprendizaje para la transición *In*: DRAKE, Paul; JAKSIC, Iván (ed.). **El difícil camino hacia la democracia en Chile, 1982-1990**. Santiago/Chile: FLACSO, 1993. p. 391-454.

GENRO, Tarso. Decadência do estado de direito e limites da justiça de transição. *In*: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo et al. **O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina**. v. 7. Brasília: UNB, 2015.

GODOY, Marcelo. **A casa da vovó: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991)**. São Paulo: Alameda, 2014.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1998.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **Historiae**, Rio Grande, n.3 (3), p. 27-46, 2012.

GONZÁLES DE GOMEZ, Maria Néida. A documentação e o neodocumentalismo. *In*: CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel (orgs.). **Ciência da Informação e Documentação**. Editora Alínea, 2011.

GORENDER, J. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

GRIFFITH, B. C. (ed.). **Key papers in information science**. New York: Knowledge Industry, 1980.

- GROPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. *In*: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (orgs.). **História e memória das ditaduras do século XX**. v. 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- GUGLIELMUCCI, Ana; LÓPEZ, Loreto. La experiencia de Chile y Argentina en la transformación de ex centros clandestinos de detención, tortura y exterminio en lugares de memoria. **Hispanic Issues On Line**, n. 22, p. 57-81, 2019.
- GUINCHAT, Claire; MENO, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília: IBICT, 1994.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HARTOG, François. Tempo e História: “como escrever a história da França hoje?”. **História Social**, no 3, p. 127-154. Campinas, 1996.
- HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- HOBSBAWM, Eric. **Tempos interessantes: uma vida no século XX**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- HUYSSSEN, Andreas. En busca del tiempo futuro. *In*: “Medios, política y memoria”, **Revista Puentes**, Argentina, ano 1, n. 2, dez. 2000.
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000b.
- IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- IFLA. **Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública**. Lisboa: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2013.
- INFORME DE MADRES Y FAMILIARES DE URUGUAYOS DETENIDOS DESAPARECIDOS. **A todos ellos**. Montevideu, 2004.
- INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS MERCOSUL - IPPDH. **Princípios fundamentais para as políticas públicas sobre lugares de memória**. Buenos Aires, Argentina, 2012.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. Brasília: IPHAN, 2016.
- JELIN, Elizabeth; HERSHBERG, Eric (orgs.). **Construindo a democracia: direitos humanos, cidadania e sociedade na América Latina**. São Paulo: EDUSP, 2006.

JELIN, Elizabeth; LANGLAND, Victoria. **Monumentos, memoriales y marcas territoriales**. Madrid: Siglo XXI, 2003.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03062008-152541/publico/TESE\\_MARIANA\\_JOFFILY.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03062008-152541/publico/TESE_MARIANA_JOFFILY.pdf). Acesso em: 05 nov. 2020.

KOBASHI, Nair Yumiko. **Exomemórias**. Tese de livre docência - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

KOERICH, Josiély. Memórias e documentação: os usos contemporâneos do “Archivo del Terror” do Paraguai (re)significando a ditadura stronista. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 28., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2015.

KOHEN, Marta *et al.* [Memorial en Recordación a los Detenidos Desaparecidos]. [20--?]. 1 fotografia. Disponível em: <https://nomada.uy/guide/view/attractions/4240>. Acesso em 30 nov. 2020.

KONCHINSKI, Vinicius. “Casa da Morte”, local de tortura na ditadura, abrigou antes espião nazista. **UOL**, São Paulo, 08 fev. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/02/08/casa-da-morte-petropolis-ditadura-nazista.htm>. Acesso em 4 set. 2020.

KREFT, Francisca; LE SAUX, Mariane; LAUZÁN, Silvana. **Políticas públicas de verdad y memoria en 7 países de América Latina**. Santiago, Chile: Programa Derechos Humanos y Democracia, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2016.

LAMBERT, P.; NICKSON, A. **The Transition to Democracy in Paraguay**. Londres: Macmillan Press, 1997.

LATOUR, B. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. *In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (orgs.). O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 21-44.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

LEWIS, P. Paraguai, 1930-C. 1990 *In: BETHELL, L. (org.). A história da América Latina volume X*. São Paulo: EDUSP, 2018.

LINZ, Juan J; STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da europa e da américa do sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MACHADO, Helena; CAMARGO, Ana Maria. **Como implantar arquivos públicos municipais**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999. (Como Fazer)

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2017.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyolla, 2002.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Programa Lugares de Memória**. São Paulo: Memorial da Resistência do Estado de São Paulo, [20—?].

MEMORIAL dos direitos humanos é lançado pelo governador Fernando Pimental. **IEPHA-MG**, 10 abr. 2018. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/noticias/326-memorial-dos-direitos-humanos-casa-da-liberdade-e-lancado-pelo-governador>. Acesso em: 15 Nov. 2019.

MÉNDEZ RODRÍGUEZ, E. M. **Metadatos y recuperación de información: estándares, problemas y aplicabilidad en bibliotecas digitales**. Gijón: Trea, 2002.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivos (de ação) a objeto (de conhecimento). **Anais do Museu Paulista Nova Série, n. 1**. São Paulo, 1993.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista Novas Série, v. 2 p. 9-42 jan/dez**. São Paulo, 1994.

MENESES, Ulpiano. A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-23, 31 dez. 1992.

MENESES, Ulpiano. Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática. Conf.10. Encontro Paulista de Museus - Memorial da América Latina. 18.07.2018.

MEYRIAT, Jean. Documento, documentação, documentologia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 3, p. 240-253, jul./set. 2016.

MEZAROBBA, Glenda. De que se fala, quando se diz justiça de transição? In: ASSY, Bethânia; MELO, Carolina; DORNELLES, João e GOMEZ, José (Coord.). **Direitos Humanos: justiça, verdade e memória**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2012.

MINISTERIO DE LAS CULTURAS, LAS ARTES Y EL PATRIMONIO (Chile). **Londres 38**. Página inicial. [20--?]. Disponível em: <https://www.londres38.cl/1937/w3-propertyvalue-37489.html>. Acesso em: 21 mar. 2020.

MONTALVÃO, Claudia Soares de Azevedo. Visualizando o passado: museu e história. In: BITTENCOURT, José et al. (org). **História representada: o dilema dos museus**. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2003. p. 113-126.



MOTTA, Márcia. História, memória e tempo presente. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 21-36.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As políticas universitárias das ditaduras militares do Brasil, da Argentina e do Chile *In*: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Ditaduras militares**: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

MUJICA, Victoria. La historia del 300 Carlos, uno de los mayores centros de tortura en la dictadura. **El Observador**, Montevideu, 29 ago. 2019. Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/nota/la-historia-del-300-carlos-uno-de-los-mayores-centros-de-tortura-en-la-dictadura-2019828151929>. Acesso em 31 ago. 2019.

MURGUIA, Eduardo Ismael. **Memória**: um lugar de diálogo para Arquivos, Bibliotecas e Museus. São Carlos: Compacta Editora, 2010.

MUSEO DE LA MEMORIA. Página inicial. [20--?]. Disponível em: <https://www.museodelamemoria.gob.ar/>. Acesso em: 2 mar. 2020.

NAPOLITANO M. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica. **En Contemporánea**: Historia y problemas del siglo XX, Montevideo. Uruguay, v. 2, ano 2, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Ed. Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. **Estudos Avançados**, v.33, n.96, 2019.

NAPOLITANO, Marcos. Os historiadores na “batalha da memória”: resistência e transição democrática no Brasil. *In*: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (orgs.). **História e memória das ditaduras do século XX**. vol. 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro . **Antíteses**, Londrina, v. 8, p. 9-44, 2014.

NAZAR, Mariana. Archivos y Derechos Humanos: entre la historia, la memoria y la justicia. *In*: BRUNERO, Sofía. **El acceso a los archivos en la sociedad del conocimiento**: apreciaciones desde la Argentina del siglo XXI. Córdoba: Redes, 2018.

NEVES, Deborah Regina Leal. **A persistência do passado**: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

NEVES, Deborah Regina Leal. DOI-CODI II Exército: a experiência de preservação de um patrimônio sensível. **Contenciosa**, ano VI, n. 8, 2018.

NICKSON, Andrew. **Las guerrillas del alto Paraná**. Birmingham: El lector, 2013.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Trad. Yara Aun Khoury. Proj. História, São Paulo, (10), dez. 1993.

NORA, Pierre. Memória: da liberdade à tirania. MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia, Rio de Janeiro, n. 4, p. 6-10, 2009.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

OBJETOS CON MEMORIA del ex Centro Clandestino "Club Atlético". [S. l.: s. n.], [20--?]. 1 vídeo (6 min). Publicado pelo canal SDHArgentina. Disponível em: [http://www.youtube.com/watch?v=3J\\_okYBUUck](http://www.youtube.com/watch?v=3J_okYBUUck). Acesso em: 25 ago. 2019.

OLIVEIRA, Eliane Braga. **O conceito de memória na Ciência da Informação no Brasil: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7466>. Acesso em: 10 nov. 2020.

OLIVEIRA, Eliane; RODRIGUES, Georgete. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 311-328, mar. 2011.

PADRÓS, E. S. A ditadura civil-militar uruguaia: doutrina e segurança nacional. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 495-517, jul/dez 2012.

PADRÓS, E. S. A operação condor e a conexão repressiva no Cone Sul: a luta pela verdade e pela justiça. **Organon**. Porto Alegre, n. 47, p. 115-138, jul./dez. 2009.

PADRÓS, E. S. Ditaduras de segurança nacional em regiões de fronteira: o Rio Grande do Sul e a Rede de Direitos Humanos. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal, 2013.

PARAGUAI. Comisión de Verdad y Justicia. **Anive haguã oiko, informe final: conclusiones y recomendaciones**. Assunção: 2008.

PARAGUAI. Comisión de Verdad y Justicia. **El autoritarismo en la Historia reciente del Paraguay**. Assunção: 2008.

PAYNE, L. A.; ABRÃO, P.; TORELLY, M. D. (org.). **A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva comparada**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.

PAZ, Octavio. **O labirinto da solidão**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORRINI, Rodolfo. La resistencia a la dictadura y el aporte obrero a la democratización (1973-1985). **Trabajo & Utopia**, Montevideo, n. 25, p. 21, 2003.

POZZATI, Malena Baños. El Pozo de Banfield: otro ex centro de torturas que abre como espacio de la Memoria. **Clarín**, Buenos Aires, mar. 2019. Seção Zonales. Disponível em: [https://www.clarin.com/zonales/pozo-banfield-ex-centro-torturas-abre-espacio-memoria\\_0\\_mILK1DiVs.html](https://www.clarin.com/zonales/pozo-banfield-ex-centro-torturas-abre-espacio-memoria_0_mILK1DiVs.html). Acesso em: 28 nov. 2020.

QUINALHA, Renan. Com quantos lados se faz uma verdade? Notas sobre a Comissão Nacional da Verdade e a “teoria dos dois demônios”. **Revista Jurídica da Presidência**. Brasília. v. 15, n. 105, p. 181-204, fev./mai. 2013.

QUINALHA, Renan. **Justiça de transição: contornos do conceito**. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

REÁTEGUI, Félix (org.). **Justiça de Transição: manual para a América Latina**. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura no Brasil entre memória e história. *In*: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

RESLAC. **Red de Sitios de Memoria Latinoamericanos y Caribeños**. [20--?]. Disponível em: <https://sitiosdememoria.org/es/quienes-somos/>. Acesso em: 02 maio 2020.

RIBEIRO, Fernanda. Memória, informação e Ciência da Informação. *In*: OLIVEIRA, Eliane; RODRIGUES, Georgete. **Memória: interfaces no campo da informação**. Brasília: Editora UNB, 2019.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 257-286, jan/jun 2011.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1984.

SADER, Emir; JINKINGS, Ivana et. al. (coord.). **Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

SALGADO, Daniela. Condenan a 15 años de cárcel a exagentes de la DINA por secuestros y torturas en "Venta Sexy". **BiobioChile**, Santiago, 05 nov. 2020. Disponível em: <https://www.biobiochile.cl/noticias/nacional/region-metropolitana/2020/11/05/condenan-a-15-anos-de-carcel-exagentes-de-la-dina-por-secuestros-y-torturas-en-venda-sexy.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SANCHEZ, Alfredo. **3 y 4 Álamos**. Página inicial. [20--?]. Disponível em: [http://www.3y4alamos.cl/?page\\_id=2](http://www.3y4alamos.cl/?page_id=2). Acesso em: 02 maio 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SÃO PAULO (Brasil). Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. **Memórias resistentes, memórias residentes: lugares de memória da ditadura civil-militar no município de São Paulo**. São Paulo : Memorial da Resistência de São Paulo: Associação Pinacoteca Arte e Cultura, 2017.

SARACEVIC, T. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da Informação**, Brasília, v.24, n. 1, p. 36-41, 1995.

SEGUEL, Pablo. **Derechos humanos y patrimonio: historias/memorias de la represión (para)estatal en Chile**. Santiago, Chile: Ediciones del Servicio Nacional del Patrimonio Cultural, 2019.

SERVICIO de Información de Defensa (SID). **Sitios de Memoria Uruguay**. Disponível em: <https://sitiosdememoria.uy/smlg-uymo-01>. Acesso em: 25 jan. 2021.

SIKKINK, Kathryn. A emergência, evolução e efetividade da rede de direitos humanos da América Latina *In*: JELIN, Elizabeth; HERSHBERG, Eric (orgs.). **Construindo a democracia: direitos humanos, cidadania e sociedade na América Latina**. São Paulo: EDUSP, 2006.

SILVA, P. R. Uma historiografia sobre a “falta”: a ditadura do general Alfredo Stroessner no Paraguai (1954-1989). **Revista de História**. São Paulo, n. 177, 2018.

SITIO DE MEMORIA PARQUE POR LA PAZ VILLA GRIMALDI. **Villa Grimaldi**. [20--?]. Disponível em: <https://villagrimaldi.cl/historia/antes-de-1973/>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SOARES, Inês Prado; QUINALHA, Renan. A memória e seus abrigos: considerações sobre os lugares de memória e seus valores de referência. **Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, Ministério da Justiça, n. 4, p. 250-278, jul./dez. 2010.

SOLAR, Tomás Vial (ed.). **Informe anual sobre Derechos Humanos en Chile**. Santiago do Chile: Centro de Derechos Humanos, Facultad de Derechos, Universidad Diego Portales, 2017.

SOSA GONZÁLEZ, Ana Maria, FERREIRA, Maria Leticia. Memoria musealizada: un estudio sobre los procesos de patrimonialización de memorias traumáticas en Uruguay y Brasil. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - PPG-MUS Unirio/MAST**, v. 7, n. 1, p. 109-130, 2014.

STOPPINO, Mario. verbetes: Autoritarismo e Ditadura *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasilia. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

TEITEL, Ruti G. **Transitional justice**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

TEITEL, Ruti. Genealogia da justiça de transição. *In*: REÁTEGUI, FÉLIX (org.). **Justiça de Transição: manual para a América Latina**. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

TEIXEIRA COELHO. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Iluminuras/Fapesp, 1997.

TELES, Janaína de Almeida. Ditadura e repressão: locais de recordação e memória social na cidade de São Paulo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 96, p. 191-202, 2015.

TENAGLIA, Mônica; RODRIGUES, Georgete. As recomendações das comissões da verdade no Brasil sobre os arquivos da ditadura militar (1964-1985): uma análise dos relatórios finais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 280-299, 2018.

TENAGLIA, Mônica. **As Comissões da Verdade no Brasil: contexto histórico-legal e reconstrução das estratégias e ações para acesso aos arquivos**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2019. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/36099/1/2019\\_MônicaTenaglia.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/36099/1/2019_MônicaTenaglia.pdf). Acesso em: 07 nov. 2020.

THIESEN, Icléia (org.). **Imagens da clausura na ditadura militar de 1964: informação, memória e história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

THIESEN, Icléia, *et al.* Ciência da informação, história e política. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 12, n. 2, p. 360-378, 2017.

THIESEN, Icléia. Museus, arquivos e bibliotecas entre lugares de memória e espaços de produção de conhecimento. *In*: MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS - MAST. **Museus e museologia: interfaces e perspectivas**. Rio de Janeiro: MAST, 2009. p. 61-83.

TRAVERSO, Enzo. **El pasado: instrucciones de uso**. História, memória, política. Madrid: Marcial Pons, 2007.

URUGUAI. **Ley 19.641, de 13 de julho de 2018**. Declaracion y creacion de sitio de memoria historica del pasado reciente. Uruguai: Presidência da República, [2018]. Disponível em: <https://www.imo.com.uy/bases/leyes/19641-2018>. Acesso em: 28 nov. 2020.

VAN ZYL, Paul. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito *In*: REÁTEGUI, FÉLIX (org.). **Justiça de Transição: manual para a América Latina**. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

VEGA-ALMEIDA, Rosa Lidia *et al.* Coordenadas paradigmáticas, históricas y epistemológicas de la Ciencia de la Información: una sistematización. **Information Research**, v. 14, n. 2, jun. 2009.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

WHITEHEAD, Laurence. Bolívia, 1930-C.1990 *In*: BETHELL, Leslie. **História da América Latina vol. IX**. São Paulo: Edusp, 2015.

WINN, Peter (ed.). **No hay mañana sin ayer**: batallas por la memoria histórica en el Cono Sur. Santiago: LOM Ediciones, 2014.

WINN, Peter. **A revolução chilena**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

WORLD BANK. **GINI index (World Bank estimate) - Country Ranking**. 2018. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/facts/indicators/SI.POV.GINI/rankings>. Acesso em: 20 jul. 2020.

YATES, Frances. **A arte da memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.